

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
LAYSE PEREIRA SOARES DO NASCIMENTO**

A IMPRENSA PARANAENSE E A DITADURA MILITAR: 1964-1974.

**RIO DE JANEIRO
2014**

LAYSE PEREIRA SOARES DO NASCIMENTO

A IMPRENSA PARANAENSE E A DITADURA MILITAR: 1964-1974.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação. Linha de Pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais.

Orientador: Prof^o Dr^o Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro
2014

N244 Nascimento, Layse Pereira Soares do

A imprensa Paranaense e a ditadura militar: 1964-1974/
Layse Pereira Soares do Nascimento. il.: 2014.
222 f.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comuni-
cação e Cultura, 2014.

1. Mídia. 2. Imprensa Paranaense. 3. Ditadura militar. I.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. II. Escola de Comunicação.

CDD: 347

LAYSE PEREIRA SOARES DO NASCIMENTO

A IMPRENSA PARANAENSE E A DITADURA MILITAR: 1964-1974.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação. Linha de Pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais.

Aprovado em: 02 de junho 2014.

Profº Drº Eduardo Granja Coutinho, Universidade Federal do Rio de Janeiro _UFRJ

Profª Drª Carla Luciana Souza da Silva, Universidade Estadual do Oeste do Paraná _ UNIOESTE

Profª Drª Jamile Santinello, Universidade Estadual do Centro-Oeste _UNICENTRO

Profª Drª Marialva Carlos Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro _UFRJ

Profº Drº Nilo Sérgio Silva Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro _UFRJ

*Pelo amor incondicional,
aos meus pais, Manoel e Maria,
e ao meu filho Thales.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Granja Coutinho pelas orientações, conversas, cafés, pela disponibilidade, e, principalmente, apesar de todos os percalços, ausências e múltiplas limitações, não abandonar a difícil missão de orientar este trabalho;

Às professoras do Departamento de Comunicação Social da Unicentro, Éverly Pegoraro e Elisa Roseira que tiveram a iniciativa de desenvolver o projeto de Dinter, Unicentro-UFRJ;

Ao Professor Doutor Micael Herschmann, então coordenador do Programa de Pós-Graduação da UFRJ, que desde o início foi favorável à parceria entre as universidades e a oferta do Dinter a partir de 2010;

Ao então reitor da Unicentro, Vitor Hugo Zanete, e vice-reitor, Aldo Bona, pelos incansáveis esforços para que o Dinter se efetivasse;

À Fundação Araucária pelo apoio financeiro, sem o qual seria impossível a realização das pesquisas;

Às Professoras Doutoras Ana Paula Goulart Ribeiro e Carla Luciana Silva pela participação na Banca de Qualificação e as sugestões apontadas para o melhor desenvolvimento desta pesquisa;

Aos diretores e funcionários da Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba), Arquivo Histórico do Paraná (Curitiba), Casa da Memória (Ponta Grossa), Biblioteca Municipal de Londrina, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, Arquivo Histórico de Guarapuava, e, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela disponibilidade, pelo auxílio, atenção e ótimo atendimento;

Ao meu sobrinho Igor Nascimento Duarte, pelo auxílio no início da pesquisa documental;

A toda minha família, meu companheiro João, meu filho Thales, meus pais Manoel e Maria, minhas irmãs Helga e Liliane, que se envolveram de todas as formas possíveis, vibrando positivamente para o sucesso desta tese. Que souberam entender e respeitar os momentos de ausência, de isolamento e de silêncios.

Aos amigos de todos os tempos, de todas as jornadas, de todas as vidas, de todas as épocas, de todos os planos, pelas boas palavras, boas inspirações e encorajamento para não desistir no meio do caminho.

*“A conquista do conhecimento é um logro pessoal, intransferível.
Esse tesouro sempre se multiplica, quando é repartido,
e ninguém pode usurpá-lo de quem o possui”.*

Joanna de Ângelis.

RESUMO

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. **A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974**. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A Imprensa Paranaense e a Ditadura Militar: 1964-1974, é o título desta pesquisa que se propõe a investigar particularidades e características da imprensa paranaense frente ao golpe de 64, promovendo uma reflexão que estabeleça o diálogo com o cenário nacional. Os estudos são embasados na análise documental de jornais paranaenses, nas memórias de jornalistas que trabalharam nos referidos periódicos, na historiografia sobre o tema, permeados pela teoria gramsciana e suas reflexões sobre o Estado, sociedade civil, hegemonia e relações de poder. São objetos de estudo as manchetes (internacionais/nacionais/estaduais/locais; identificação de notícias oriundas de agências, e assuntos priorizados); editoriais e colunas de opinião, além de outros aspectos textuais e gráficos. Para análise foram selecionados jornais da capital, Curitiba, *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, e do interior do estado *Folha de Londrina*, *Diário dos Campos*, *Folha do Oeste*, *O Combate*, em função de alguns critérios, sendo priorizada a sua localização geográfica, desenvolvimento urbano, número de habitantes, tempo de circulação, e, a existência de exemplares em condições de pesquisa. Para o desenvolvimento do *corpus* do trabalho, houve a preocupação em entender as motivações do golpe, a ditadura no Brasil e Paraná; qual a efetiva participação dos militares paranaenses no golpe que teve como centro Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; como essa sociedade estava organizada; se havia movimentos sociais expressivos; as razões levam essa imprensa a seguir a tendência nacional de apoiar o regime militar; quem eram esses jornalistas; entre outros aspectos. A partir das investigações realizadas nas fontes documentais – os jornais são ao mesmo tempo fonte e objeto de pesquisa, buscou-se desvendar a presença de vozes dissonantes na imprensa paranaense, mesmo que isoladas, identificar como se apresentam, e se tornam perceptíveis, se “fazem ouvir”.

Palavras-chave: Imprensa paranaense. Ditadura. Jornalistas. Censura. Poder.

RÉSUMÉ

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares. **La Presse du Paraná et la Dictature Militaire: 1964-1974**. Rio de Janeiro, 2014. Thèse (Doctorat en Communication) - Ecole de Communication de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

La Presse du Paraná et la Dictature Militaire: 1964-1974, est le titre de cette recherche qui vise à étudier les particularités et les caractéristiques de la presse du Paraná face au coup d'État de 64, tout en favorisant la réflexion qui établit le dialogue avec la scène nationale. Les études sont fondées sur l'analyse documentaire des journaux du Paraná, les mémoires de journalistes qui ont travaillé dans la presse répertoriée, dans l'historiographie sur le sujet, sous le regard de la théorie gramscienne et de ses réflexions sur l'état, la société civile, l'hégémonie et les relations de pouvoir. On a pour objets d'étude les manchettes (internationales/nationales/régionales/locales, l'identification de nouvelles en provenance des agences, et les questions prioritaires); éditoriaux et des chroniques d'opinion, et d'autres aspects textuels et graphiques. Pour l'analyse on a sélectionné des journaux de Curitiba: *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*; et ceux de l'intérieur: *Folha de Londrina*, *Diário dos Campos*, *Folha do Oeste*, *O Combate*, d'après certains critères, ayant comme priorité la situation géographique, le nombre d'habitants, le temps de circulation, l'existence de conditions de recherche. Pour le développement du corpus de travail, il y avait le souci de comprendre les motivations du coup d'État, la dictature au Brésil et au Paraná; quelle a été la participation effective des militaires du Paraná au coup d'Etat qui était centré à Minas Gerais, São Paulo et Rio de Janeiro; comment cette société était-elle organisée; l'existence ou non des mouvements sociaux importants; pour quelles raisons cette presse a-t-elle suivi la tendance nationale de soutenir le régime militaire; qui étaient ces journalistes; parmi d'autres questions. A partir des enquêtes menées dans les sources documentaires - les journaux sont à la fois source et objet de recherche - on a voulu découvrir la présence de voix dissidentes dans la presse du Paraná, même si isolées, et encore identifier comment elles se présentent, deviennent visibles, "se font entendre".

Mots clés: Presse du Paraná. Dictature. Journalistes. Censure. Pouvoir.

LISTA DE FIGURAS (FOTOS)

FIGURA 1	Prêmio Esso	14
FIGURA 2	Estilingue contra cavalaria	15
FIGURA 3	Declaração de Brizola	37
FIGURA 4	Rede da Democracia – Povo repele esquerda	48
FIGURA 5	Rede da Democracia critica UNE	49
FIGURA 6	Fim da Sucursal Última Hora, em Londrina	57
FIGURA 7	Comício improvisado	58
FIGURA 8	Retirada de luminoso dispersa multidão	59
FIGURA 9	Interrogatório de Carlos Heitor Cony	61
FIGURA 10	Crítica à inflação: “Impostos Pesados”	65
FIGURA 11	Policiais nas ruas de Londrina	76
FIGURA 12	Clima de alívio	76
FIGURA 13	Povo comemora	78
FIGURA 14	Polícia fecha 5 sindicatos	79
FIGURA 15	Prisão de centenas de dirigentes sindicais	80
FIGURA 16	Prisão de suspeitos	81
FIGURA 17	Entre os presos, médicos, advogados, professores	81
FIGURA 18	Capa da 1ª Edição da Revista Veja	85
FIGURA 19	Renovação <i>Folha de Londrina</i>	121
FIGURA 20	Aumento do preço do papel	125
FIGURA 21	Verba para os jornais do interior	126
FIGURA 22	“Escusas”	126
FIGURA 23	Primeiro teletipo	132
FIGURA 24	Programação visual – <i>Diário dos Campos</i>	133
FIGURA 25	Programação visual – <i>Diário dos Campos</i>	134
FIGURA 26	Programação visual – <i>Diário dos Campos</i>	134
FIGURA 27	Folha do Oeste – utilização de vários tipos	135
FIGURA 28	Folha do Oeste – utilização de vários tipos	136
FIGURA 29	Professora sequestrada	141
FIGURA 30	Manchetes dos jornais paranaenses	142
FIGURA 31	Ataque a Última Hora	173
FIGURA 32	Morta na cena do crime	176

FIGURA 33	Morte misteriosa	177
FIGURA 34	Falta estacionamento	178
FIGURA 35	Comunismo ou anti-comunismo?	178
FIGURA 36	CGT	179
FIGURA 37	Dom Helder	181
FIGURA 38	Vereador dificulta trabalho	182
FIGURA 39	Delegado com diretores de rádio	182
FIGURA 40	Publicação de Carta	183
FIGURA 41	Capa de Veja: Leon Peres	186
FIGURA 42	<i>O Combate</i> acusa delegados	195
FIGURA 43	Silêncio tumular	196
FIGURA 44	Crítica aos militares	197
FIGURA 45	Jornalista caçado	198

LISTA DE SIGLAS

ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES
ACOPA – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
ADEP – AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR
ADP – AÇÃO DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR
AESI – ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
AI-5 – ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5
AJB – AGÊNCIA JORNAL DO BRASIL
ANPES – AGÊNCIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ANSA – *AGENZIA NAZIONALE STAMPA ASSOCIATA*
CIA – CENTRAL DE INTELIGÊNCIA NORTE-AMERICANA
COMAP – COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DE PREÇOS
CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CGT – CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES
DI – DIVISÃO DE INFANTARIA
DOPS – DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL E POLÍTICA
DPA – *DEUTSCH PREN AGENCY*
EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FPN – FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA
IBAD – INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA
IPES – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
IPM – INQUÉRITO POLICIAL MILITAR
ISEB – INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
MR8 – MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO
JB – JORNAL DO BRASIL
JK – JUSCELINO KUBITSCHEK
OESP – O ESTADO DE SÃO PAULO
PAEG – PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO
PCI – P ARTIDO COMUNISTA ITALIANO
PDC – PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO
PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSI – PARTIDO SOCIALISTA ITALIANO
PSP – PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

SNI – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO

UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

UH – ÚLTIMA HORA

UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

UPI – *UNITED PRESS INTERNATIONAL*

URSS – UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

RM – REGIÃO MILITAR

SNI – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO

VPR – VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O GOLPE DE 64	34
1.1 Militares no poder	52
1.2 A ação militar no Paraná	69
2. SOCIEDADE CIVIL E IMPRENSA PARANAENSE	86
2.1 Grande imprensa e modernização	100
2.1.1 Inovações na imprensa paranaense	113
2.1.2 Jornal <i>Gazeta do Povo</i>	116
2.1.3 Jornal <i>O Estado do Paraná</i>	118
2.1.4 Jornal <i>Folha de Londrina</i>	120
2.1.5 Jornal <i>Folha do Oeste</i>	123
2.1.6. Jornal <i>Diário dos Campos</i>	130
3. A IMPRENSA NA PRODUÇÃO DE NOVAS REALIDADES	137
3.1 A mídia como partido político	140
3.1.1 Ambiguidade ou oportunismo	152
3.1.2 Faltou coragem ou vergonha?	158
4. VOZES DISSONANTES	164
4.1 A cobertura da ditadura pela imprensa paranaense	164
4.1.1 <i>Diário dos Campos</i>	175
4.1.2 <i>Folha de Londrina</i>	178
4.1.3 <i>O Estado do Paraná</i>	183
4.1.5 <i>Folha do Oeste</i>	186
4.1.6 <i>Gazeta do Povo</i>	188
4.2 Ensaio de resistência – jornal <i>O Combate</i>	194
4.3 As vozes dissonantes	199
4.4 Imprensa e ditadura na memória dos jornalistas paranaenses	203

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
6. REFERÊNCIAS	214

Introdução

Em maio de 1968, policiais militares invadem o centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná¹, em Curitiba. Eram cerca de 500, e os estudantes em torno de 1.200. Em plena ditadura, universitários protestavam contra a cobrança de mensalidades. No local, o fotógrafo Edison Jansen², do jornal *O Estado do Paraná* conseguiu congelar um dos momentos mais marcantes dessa “batalha”: na foto, um jovem com um estilingue, enfrenta a cavalaria. A imagem rendeu ao fotógrafo o Prêmio Esso, conforme demonstra a Figura 1 abaixo.

Figura 1. O Estado do Paraná comemora o Prêmio Esso, na edição de 13/11/1968.

Fonte: <http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/centro-politecnico/>



¹ A Universidade do Paraná foi fundada oficialmente em 19 de dezembro de 1912 e iniciou suas atividades de ensino na segunda quinzena de março de 1913. Sua federalização foi obtida em 04 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254 do Governo Federal, quando passou a ser Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Edison Jansen trabalhou nos jornais *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *Tribuna do Paraná*, todos de Curitiba. Não raro, carregava o laboratório na mala e transmitia a radiofoto para o jornal de um orelhão. O rapaz da foto, conhecido como Zequinha, era diretor da União Paranaense de Estudantes (UPE) e membro da Ação Popular. Por sua ousadia foi preso três vezes em Curitiba. Fugiu para Minas Gerais onde acabou preso no Dops. Durante quase dois anos vagou pelas cadeias militares onde foi torturado.

Figura2. O jovem da foto era o estudante de medicina José Ferreira Lopes, com o AI-5, se mudou para Minas Gerais, tentando viver na clandestinidade. Fonte:

<http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/centro-politecnico/>



O fato é narrado por Teresa Urban (2008, p.135):

O assunto mais importante dos jornais de Curitiba de quarta-feira, 14 de maio, ainda é a batalha de domingo no Centro Politécnico. Entre fotos da pancadaria, uma nota informa: “Governo encontra solução para a crise estudantil na engenharia” Diz a notícia que, num encontro realizado à noite do dia 13, entre lideranças universitárias e o governador, ficou deliberado que o governo do estado subvencionará o pagamento das mensalidades dos estudantes de engenharia durante dois meses”.

Os estudantes iriam se encontrar novamente com o governador para homologação do acordo. Entretanto, voltaram a se reunir e, após exaustivas discussões, rejeitaram a proposta do acordo provisório e optaram por lutar pelo fim do ensino pago. Como eram esperados pela polícia no Politécnico, os estudantes rapidamente avisaram aos colegas sobre a mudança de planos e a ocupação da reitoria. “Impasse estabelecido: 3.000 estudantes atrás das barricadas, cercados por milhares de policiais que, por sua vez, estão rodeados por uma grande massa de estudantes e populares. Se a polícia ultrapassar as barricadas, o grupo que está fora certamente avançará” (idem).

Na tentativa de evitar uma tragédia, abrem-se as negociações e o governo determina a retirada das tropas. “A ordem de não causar danos aos bens públicos foi rigorosamente cumprida, mas não dá para sair da Reitoria sem um troféu!” (URBAN, 2008, p. 136). O

busto do reitor, fixado no *hall* de entrada, é arrancado e arrastado pelas ruas da cidade. O que motivou o confronto entre policiais e estudantes foi o protesto contra uma resolução do então reitor da Universidade Federal, Flávio Suplicy de Lacerda (ex-ministro da Educação do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco) determinando a cobrança de anuidade do curso noturno de Engenharia, recém-criado. “No dia 20 de maio, o Conselho Universitário, por unanimidade mas com voto de abstenção do senhor reitor, revoga a resolução que determina a cobrança de anuidade e autoriza o reitor a devolver ‘as importâncias pagas àquele título’”(URBAN, 2008, p.136).

No dia 1º de abril de 2014, quando estudantes da Universidade Federal do Paraná decidem realizar um ato alusivo aos 50 anos do golpe militar de 1964, o busto do ex-reitor é novamente arrancado, amarrado com cordas e conduzido pelas ruas da capital paranaense. Em todo o Brasil, principalmente a partir de março de 2014, atos e manifestações foram registrados com objetivo de lembrar a data do golpe, para não esquecer e protestar contra a ditadura que tomou conta do país por mais de 20 anos, ou, para defender a volta dos militares.

No dia 22 de março de 2014, cerca de mil pessoas em São Paulo e duzentas no Rio de Janeiro, participaram da reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antecedeu o golpe militar, há 50 anos³. Por outro lado, vários setores da sociedade, entre eles estudantes universitários, também foram convidados para participar do ato: Ditadura Nunca Mais – 50 anos do golpe militar, organizado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, no dia 31 de março.

Nos primeiros quatro meses de 2014, viveu-se um verdadeiro *boom* de memória, um período comemorativo ou de rememoração do golpe militar de 1964. Um calendário extenso de eventos reunindo debates científicos nas universidades, documentários em TV’s abertas e fechadas, edições especiais nos jornais impressos, revistas, *blogs*, enfim, nas diferentes mídias, foram programados, sobretudo, a partir de fevereiro de 2014. Também foram lançados e relançados livros tratando do assunto, invariavelmente, sobre as motivações do golpe militar de 31 março/1º de abril de 1964.

Não raro, neste vasto material, a apresentação do balanço do golpe pela mídia busca justificar o posicionamento da imprensa apoiadora da derrubada de Goulart, diante dos acontecimentos registrados naquele período. Ao reescrever este capítulo da história, alguns veículos viram a oportunidade de apresentar ao público suas motivações por aderirem ao

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>, 22/03/2014.

projeto dos militares. Diante do incontestável, outros chegaram a declarar publicamente o que denominaram de erro (a exemplo dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*), ou seja, a atitude de apoiar uma ditadura e, trataram logo de enumerar suas contribuições na construção da democracia.

A *Folha de S. Paulo* ao tentar minimizar os efeitos do regime militar no Brasil em comparação com outras ditaduras da América Latina, desencadeou uma grande discussão nos diferentes setores da sociedade brasileira. Ao publicar em 17 de fevereiro de 2009 o editorial *Limites a Chávez*, o jornal analisou o comportamento do presidente da Venezuela afirmando que as medidas dotadas por Hugo Chávez, se aproximavam dos regimes autoritários. No decorrer do texto apontou que o Brasil integrava o grupo das chamadas ditabrandas, e esclarece em nota de rodapé o que isso significa: “Na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional” (FOLHA DE S. PAULO, 17/02/2009).

Em 30 de março de 2014, a Folha publica o editorial – 1964 -, onde declara que, “aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”, conforme demonstra o texto destacado abaixo:

Às vezes se cobra, desta **Folha**, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias. Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim. (FOLHA DE S. PAULO, Opinião, 30/03/2014)

O jornal *O Globo*⁴ também faz o “erramos” ao publicar o editorial *Apoio ao golpe de 64 foi um erro*:

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de

⁴Manifestantes que ocuparam as ruas em julho de 2013, gritaram em coro: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Para as Organizações Globo, este acontecimento foi, de fato, “uma verdade dura”. O texto com o reconhecimento de que o apoio à ditadura foi um erro, foi publicado no espaço Projeto Memória, e reproduzido pelo jornal *O Globo* no dia 31/08/2013. Em parte do texto justifica: “Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário” (texto disponível no site <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>).

S.Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos - Jango era criticado por tentar instalar uma "república sindical" - e de alguns segmentos das Forças Armadas (*O GLOBO*, editorial do dia 31/08/2013).

No meio destes acontecimentos a Comissão Nacional da Verdade instalada em 2012 avança e, numa nova fase, busca ouvir em depoimento a versão dos militares. No dia 25 de março (2014) o coronel reformado Paulo Malhões fala abertamente à Comissão sobre as torturas, mortes e ocultamento dos corpos de pessoas presas durante a ditadura, na chamada Casa da Morte. O assunto foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira⁵. Eram vários os pontos de terror espalhados pelo país. A Casa da Morte a que se refere o coronel estava localizada em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, e foi utilizada pelo Centro de Informações do Exército, de 1971 a 1978. Malhões afirmou não se lembrar de quantos matou, mas acredita ter “cumprido o seu dever”.

O mês de abril começa com uma suposta vitória no capítulo de apuração e atribuição de responsabilidades pelas arbitrariedades cometidas pelo regime. Atendendo a solicitação da Comissão, as Forças Armadas aceitaram abrir sindicância para apurar mortes e torturas em dependências militares no período de 1964-1985. Todos estes fatos relacionados demonstram que as investigações sobre a ditadura militar de 1964, e seus desdobramentos, estão longe de se esgotar, assim como as possibilidades de pesquisas envolvendo essa temática e suas variáveis.

Desde o seu início, a ditadura no Brasil foi violenta. Logo nos primeiros dias de abril de 1964 pessoas desapareceram, foram mortas, torturadas ou presas. A própria historiografia se encarregou de demonstrar, muitas vezes utilizando os jornais como fontes documentais, que antes mesmo de se instalar a ditadura de 64, as perseguições, prisões, e arbitrariedades começaram a ocorrer em várias partes do Brasil.

A historiadora Maria José de Rezende (2013, p.36) ao abordar a pretensão da legitimidade do regime militar de 1964, parte da perspectiva de que todo regime, democrático ou ditatorial, empenha-se na busca de meios para alcançar a adesão e a aceitabilidade:

(...) a ditadura inventava um ideário de democracia pautado no processo de sedimentação de um sistema de idéias e valores em que a questão da segurança nacional, da ordem, da preservação da família, do saneamento moral, etc. sobrepunham-se em absoluto às questões relativas aos direitos políticos e individuais, dentre outros.

⁵ Depoimento disponível em://www1.folha.uol.com.br/http://memoriasdaditadura.org.br/.

Segundo Rezende (idem, p.4), a preocupação estava em demonstrar que havia uma suposta “identificação perfeita entre os militares no poder e o povo”. Mais do que isso, os militares queriam fazer crer que a sua noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população. Os ditadores, em nome de uma suposta democracia procuravam justificar suas medidas e ações. A pretensão de legitimidade da ditadura é entendida pela autora (2013, p.31) como um processo mais complexo do que se conseguir obediência a um determinado sistema de poder, “na medida em que se procura construir, de maneira contínua, uma determinada ordem, em que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização social”.

Afirma Rezende:

Os valores de preservação da família, da escola, da harmonia no trabalho, da propriedade, da obediência às normas políticas e jurídicas que se estabeleciam, eram apontadas pelo regime como garantidores de uma suposta ordem democrática e da suposta forma de sociedade que estaria sendo criada (2013, p.37).

O fato de a ditadura firmar seu suposto ideal de democracia em “valores socialmente atuantes e de grande significado para os diversos segmentos sociais”, fez com que fosse relativamente bem sucedida em seus propósitos (REZENDE, 2013, p.37). A ditadura se empenhou em cooptar o maior número de indivíduos para o seu projeto de sociedade. “A atitude e o comportamento dos indivíduos em todos os âmbitos da vida social deveriam ser intransigentemente controlados”, e os sentimentos que se esperava despertar eram o conformismo, a passividade e a obediência (idem, p. 54).

A autora consegue demonstrar em sua pesquisa o quanto era ditatorial o projeto de sociedade proposto pelos militares. O ideário de democracia estava centrado na doutrina da Escola Superior de Guerra, ESG. A ditadura deveria promover o “estabelecimento de uma ordem social que resguardasse os valores garantidores da nação e de sua integridade ética e moral” (idem, p.47).

A grande imprensa se encarregava de reafirmar a fala dos militares no que se refere à necessidade da suposta ordem democrática. Vários estudos comprovaram que a grande imprensa, mais do que apoiar o golpe, participou ativamente como integrante do grupo de poder, mobilizando a opinião pública de forma favorável à conquista do projeto da nova sociedade. É a imprensa exercendo seu papel de partido político, na concepção gramsciana.

No dia 2 de abril de 1964, *O Globo* publica na primeira página: *Ressurge a Democracia*⁶. Diz o primeiro parágrafo do texto: “VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque

⁶Disponível em Espaço Projeto Memória: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9328244>.

souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem”.

Constituíam o grupo de poder não apenas os militares, mas também civis tais como: tecnoburocratas, representantes do grande capital e lideranças políticas comprometidas com a criação das condições para a sedimentação da ditadura militar. Havia também determinados grupos de interesse e de pressão [como exemplo Rezende cita as confederações e as federações industriais] dos quais faziam parte “indivíduos e/ou organizações que possuíam objetivos nem sempre comuns, mas que atuavam politicamente na utilização de diversos canais para assegurar a prevalência de interesses econômicos e de valores sociais” (2013, p.10).

É dentro deste contexto, do papel da imprensa e suas relações com a ditadura militar instaurada em 1964, que está o centro de interesse do estudo proposto, mais especificamente, sobre as características e o comportamento da imprensa paranaense. História e comunicação se encontram e se inter-relacionam nesta pesquisa.

Marialva Barbosa (2007) explica que a tarefa da história é interpretar o passado, mas a partir de sinais que chegam até o presente. Não se trata de recuperá-lo, mas de buscar vestígios que possibilitam reconstruir uma dada história. Os vestígios podem estar presentes em documentos, entrevistas de jornalistas, textos ficcionais, nas imagens, nas correspondências dos próprios leitores, nas páginas dos jornais, nas edições comemorativas, enfim, “nos ecos que o passado produz no presente” (idem, p.14).

O uso de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil era relativamente pequeno na década de 1970. “Não era nova a preocupação de se escrever a História **da** imprensa, mas, relutava-se em mobilizá-los (os impressos) para a escrita da História **por meio da** imprensa”, aponta Tania Regina de Luca (2010, p.111).

A condução da investigação deveria se pautar de fontes marcadas pela “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficiente distanciamento de seu próprio tempo” (LUCA, 2010, p.111). Os jornais, neste contexto pareciam pouco adequados para embasar estudos voltados ao passado, em virtude dos registros fragmentados, parciais, distorcidos e subjetivos que fazem do presente. A historiadora alerta que a utilização das diferentes fontes de informação, tais como, notícias de jornais, cartas privadas, biografias, entrevistas gravadas, exigem cautela:

(...) todos eles representam quer a partir de posições pessoais ou agregadas a percepção social dos fatos; além disso, estão sujeitos a pressões sociais do contexto

em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós é o *significado social*, e este é que deve ser avaliado (LUCA, 2010, p.145).

Para dar conta de tal tarefa, Marialva Barbosa (2007) afirma que é “preciso considerar as múltiplas interpretações que a história da imprensa já foi objeto, estabelecendo um diálogo com outros autores que procuram explicações para a transformação dos meios de comunicação impressos ao longo do século XX”. Afirma Barbosa (idem, p.15): “Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois)”. A riqueza da fonte periódica está em suas múltiplas possibilidades de abordagens. Nas páginas dos jornais, por exemplo, inscreve-se a própria história da indústria gráfica.

Ao investigar os jornais paranaenses no início de 1964, e no período após o golpe, comprova-se o alinhamento da maioria dos impressos em favor da fala oficial do suposto ideal de democracia, tal qual verificado no editorial *Ressurge a Democracia*, de *O Globo*, citado anteriormente. É o que se verifica com o jornal *O Estado do Paraná*:

A crise que hoje abala o País é resultado, tantas vezes previsto, de degenerescência política deflagrada pela radicalização de posições. A incapacidade demonstrada pelo Governo Federal de conter a inflação e elevar os níveis de eficiência administrativa, deslocou a tese das reformas da área pacífica em que deveria se processar.(...) A índole pacífica do povo brasileiro, sua fé na lei e na democracia, permitirão que sejam superados os momentos angustiosos que vivemos, sem que haja desfêcho cruento que venha conspurcar as tradições de nossa Pátria (...). (Editorial Hora Difícil, *O Estado do Paraná*, 1º de abril de 1964.)

Neste editorial, *O Estado do Paraná* emprega em seu texto exatamente a estrutura elaborada e disseminada pelos militares: apelos a sentimentos como conformismo e passividade sempre em nome do ideal democrático. “Há que se perceber também o papel da imprensa como instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente” (BARBOSA, 2007, p.14).

O interesse em esquadriñar alguns jornais paranaenses entre 1964-1974, verificar suas características gráficas, editoriais, os espaços que se abriam à comunidade, os assuntos selecionados e privilegiados, e detectar as liberdades textuais de seus jornalistas, instigou o desenvolvimento desta pesquisa que visa analisar como os jornais paranaenses impressos se comportaram durante a ditadura no período delimitado, que espaços abriram ou não para outras vozes que não as oficiais, representantes dos militares.

O livro *Memórias de 1964 no Paraná*, de Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles G. Duarte (2000), é leitura obrigatória para entender o que se passou no Paraná durante o período da ditadura militar iniciada em 1964. Os autores se preocuparam em

apresentar um panorama político-econômico nacional que tem início na década de 30 com a inauguração da Era Vargas e, se estende até 1983, “quando já soavam as primeiras clarinadas da liberdade e da redemocratização do País (HELLER; DUARTE, 2000, p. 175). Por meio de diversas fontes documentais, bibliográficas, entrevistas, Heller e Duarte vão redesenhando as articulações políticas e as tensões sociais que antecederam o golpe no Paraná, e posteriormente as consequências e vítimas do novo regime. Reúnem importantes fatos que marcaram a história paranaense, e outros acontecimentos que, se não fosse a habilidade de investigação e busca dos jornalistas, teriam se perdido no tempo

Entre os estudos existentes abordando a temática da ditadura de 1964 na imprensa paranaense, se destaca o trabalho da pesquisadora Elza Aparecida de Oliveira Filha (2007). Em sua tese de doutorado que, posteriormente resultou no livro *Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais*, os estudos se voltam para a cobertura das eleições de 2002, para o governo do estado, feita pelos jornais *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina*. O foco das investigações, informa a autora, está nas práticas “desenvolvidas no interior das redações, que conformam o noticiário entregue aos leitores dos três veículos” (2007, p.15). No primeiro capítulo: *Um olhar à distância: A história dos três principais jornais paranaenses* (em um desdobramento resultou no artigo: *Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná*), a autora recupera a trajetória dos periódicos desde seu surgimento até o momento da eleição 2002. Neste percurso Oliveira Filha demonstra as relações que se estabelecem em diferentes momentos da história dos jornais, ao longo do século passado:

“Jornais são montados ou comprados com interesses políticos (como no caso de O Estado do Paraná); as pressões econômicas alteram linhas editoriais (Folha de Londrina); os veículos demonstram capacidade de aglutinação de outras forças sociais em busca da visibilidade que a mídia oferece (Gazeta do Povo)” (Ibidem, p.35)

Algumas características e fatos envolvendo estes jornais durante o período da ditadura são destacados pela autora. Neste contexto, *O Estado do Paraná*, jornal que nasce com declarado atrelamento político, é apresentado como o primeiro veículo a ter um censor dentro da redação. *O Estado do Paraná* é apontado como o responsável pela assinatura do Decreto-lei número 1.077, que instituiu a censura prévia a livros, revistas e jornais. De propriedade do ex-governador Paulo Pimentel, o jornal moveu uma campanha contra o adversário político Haroldo Leon Peres, governador biônico indicado pelo presidente

Emílio Garrastazu Médici. Por outro lado, aponta que a *Folha de Londrina* ao noticiar a cassação do então governador Leon Peres, em 1971, teve suas edições apreendidas. Oliveira Filha também relata os processos de modernização destes veículos, tanto no aspecto gráfico quanto nas mudanças redacionais.

Distinta das demais pesquisas, esta investigação se preocupa em buscar e identificar a existência de possíveis vozes dissonantes dentro da imprensa paranaense no período de 1964 a 1974. Para tanto, recorre a fontes documentais, bibliográficas e orais, por meio de relatos de jornalistas (obtidos por meio de entrevistas, presentes em documentários, e ainda, em publicações específicas).

Em sua pesquisa de doutorado, *A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná*, Osmani Ferreira da Costa, apresenta as relações políticas estabelecidas entre empresários de comunicação social e o Executivo Federal que resultaram em concessões para a implantação e o funcionamento de 12 emissoras e de três redes regionais de televisão no Paraná, de 1954 a 1985. A relevância do seu trabalho está na ampla reflexão que desencadeia ao contextualizar historicamente o surgimento dos veículos paranaenses (rádio, TV e jornais), e relacionar a importância do rádio e a função política dos jornais nas negociações que levaram os grupos paranaenses de comunicação a conquistarem suas concessões de TV, junto ao governo federal. Essas negociações foram marcadas por disputas entre os grupos políticos daquele período.

Dois outros estudos aqui destacados também são específicos sobre a imprensa paranaense no período ditatorial de 1964. Daniel Trevisan Samways, em sua dissertação de mestrado, *Entre a palavra e a ação: uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976)*, analisa o jornal *O Debate*, fundado em 1961, na cidade de Irati, interior do estado do Paraná, e a maneira como este veículo esteve inserido no contexto da ditadura militar brasileira, instalada em março de 1964. Ele procura demonstrar como esse veículo foi um espaço de crítica não somente ao poder local, mas também ao estado arbitrário em que se encontrava o Brasil, bem como para críticas ao governo estadual, que não estaria atendendo aos interesses da cidade e da região. Tal posicionamento rendeu ao jornal perda de anunciantes, processo, problemas com o governo e políticos locais.

No decorrer da pesquisa há um episódio que se tornou comum neste período. Uma denúncia de um funcionário público do município, que remeteu um exemplar do jornal ao DOPS de Curitiba resultou num ato de censura em um jornal de pouco mais de dez páginas

e que circulava em um município do interior do estado. Conforme demonstra o pesquisador, o fato ocorrido foi motivado por interesses pessoais do próprio denunciante. Um aspecto importante da pesquisa se refere ao caráter ambíguo da imprensa estudada que, ora adota comportamento de suposta resistência ao regime, ora de consentimento. Esse jogo que se estabelece nas relações entre imprensa e poder se reflete no fazer jornalístico.

Fabiana Aline Alves (2012), em sua dissertação de mestrado, *Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)*, busca compreender como a produção e veiculação fotojornalística foi conduzida no que se refere aos temas polêmicos no ano de 1968, como a censura, as mobilizações estudantis, a representação dos subversivos e comunistas e dos principais políticos e militares daquele momento. A pesquisa se desenvolve por meio da análise do registro de fotografias jornalísticas publicadas em 1968 pelos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. E, a partir do “poder informacional das imagens” selecionadas, a autora procurou estabelecer “as relações existentes entre os periódicos estudados e o sistema político vigente” (ALVES, 2012:17).

A tese de Walderez Pohl da Silva (2008), *Entre Lustosa e João do Planalto – a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*, não aborda especificamente a ditadura militar de 1964, mas interessa a essa pesquisa na medida em que trata de um dos jornais selecionados nesse estudo, o semanário *Folha do Oeste*. A autora apresenta a trajetória do político Antonio Lustosa de Oliveira e sua relação com a literatura e o jornalismo. Walderez Silva destaca que o jornalismo foi a variável que mais contribuiu para a construção da carreira política de Lustosa.

Por meio dos jornais publicados por mais de cinquenta anos, ele conduziu o universo mental de uma expressiva parcela da população da cidade. Esses jornais permitem analisar a época, o meio e a ambiência que explicam a singularidade de sua trajetória e como ele teria se definido (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecido na classe a que pertenceu (SILVA, 2008, p.49).

Walderez Silva revela como o semanário *Folha do Oeste*, fundado por Lustosa, foi utilizado como um dos instrumentos mais importantes de propaganda política de seu fundador e de políticos apoiados por ele. Inclusive na ditadura, foi fiel instrumento de divulgação das ideias disseminadas pelos militares.

Há um número razoável de artigos (muitos desdobramentos de capítulos de teses ou dissertações) e pesquisas monográficas envolvendo a imprensa paranaense e a ditadura de 1964, que se inserem na categoria de estudos regionais, com importantes resultados gerados, “que busca dar conta das especificidades da configuração histórica das mídias

regionais ou locais” (RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, p.18). Entretanto, constatou-se que há uma produção significativa em que o período estudado, ou o número de jornais ou edições pesquisadas são bastante limitados. É comum encontrar pesquisas que selecionam alguns aspectos para investigação de um periódico no espaço-tempo de um mês.

Para entender as relações que se estabelecem entre Estado e mídia durante a ditadura militar, considero de fundamental importância apresentar a trajetória política e econômica do Paraná no período imediatamente anterior ao golpe de 1964. Neste contexto, outros aspectos que serão apresentados é quem são as elites dominantes deste período, como se articulam as relações entre o Paraná e o poder central, e o que ganha o Estado com a ditadura de 1964.

Compreender quem são as elites, como elas se constituem e se articulam com as diferentes estruturas de poder, possibilita entender também como a mídia paranaense se forma e porque adota o comportamento de total adesão ao projeto dos militares. Mais do que isso, os jornais paranaense que se limitaram a noticiar, sempre pela perspectiva militar (ou das agências de notícias) as prisões de “subversivos”, “comunistas” ou “inimigos do regime”, mergulharam num silêncio quase absoluto sobre as violentas ações desencadeadas pelo regime no período pós o decreto do Ato Institucional Nº 5.

Dutra (2004, p.206) ao entrevistar militares paranaenses que atuaram ativamente no golpe de 1964, perguntou “como era o relacionamento com a classe política e a sociedade antes da revolução e imediatamente após?” As respostas são semelhantes, “o relacionamento era muito bom”. Ao justificar sua resposta, um dos militares atribuiu o bom relacionamento ao fato de o governador (Ney Braga), e parte do seu secretariado, serem militares, e, também porque “naquela época a maioria dos militares que servia em Curitiba era paranaense ou casado com mulheres paranaenses, o que facilitava o relacionamento com a sociedade civil”.

Essa “convivência pacífica” e proximidade entre civis e militares, civis e policiais federais ou outras autoridades, também é apontada por jornalistas que trabalharam na *Folha de Londrina* no período da repressão de 1964. Há relatos de situações no mínimo curiosas, onde autoridades avisavam com antecedência que o jornalista seria preso.

Outro acontecimento desperta atenção. Codato (2004) se propõe a discutir a atuação política dos grupos conservadores que, em São Paulo e no Paraná apoiaram a intervenção militar de 1964. Ele analisa a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em São Paulo 500 mil pessoas desfilaram na "Marcha", no dia 19 de março de 1964. Afirma Codato:

Eles foram chegando aos poucos à praça da República. E, antes das 14 horas, já ocupavam todos os espaços do local. Quando partiram em direção à catedral da Sé, somavam, segundo estimativas da época, meio milhão de pessoas, ou cerca de 10% da população da cidade de São Paulo naquele ano (CODATO, 2004).

O caso de Curitiba resguarda particularidades. O evento no Paraná foi chamado de "Marcha a favor do Ensino Livre". E os manifestantes protestavam contra *A encampação das escolas particulares e a adoção do "Livro Único"* (CODATO, 2004). O autor relata os acontecimentos do dia 24 de março, ocorridos na capital paranaense:

seguindo o mesmo enredo do movimento paulista, aproximadamente trinta mil manifestantes, numa população total de pouco mais de 350 mil pessoas, saíram da praça Santos Andrade (no centro da cidade, em frente à Universidade Federal do Paraná, onde funcionavam os cursos de Direito e Odontologia, entre outros) e se dirigiram ao Palácio Iguazu, no setor administrativo, com objetivo de conseguir o apoio do governador ao movimento "contra a massificação do ensino" (CODATO, 2004).

Já na Marcha, o governador do Paraná, Ney Braga, recebe um exemplar do livro único do escritor Nelson Werneck Sodré. O episódio é noticiado: "Foi entregue, ao Chefe do Executivo, um exemplar da História do Brasil, editado pelo MEC, e considerado subversivo". (Gazeta do Povo, 25 de março de 1964, "Contra encampações", p.8)

O que estes dois fatos têm em comum? Ambos são eventos de dimensão nacional, ocorridos no mesmo espaço temporal, mas que, na sua execução, dependem da ação e reinterpretção de grupos regionais e locais. Codato (2004), ao se referir à Marcha, seus organizadores e propósitos, analisa que "eram atividades de dimensão nacional, mas organizadas por grupos locais segundo uma lógica descentralizada, na medida em que respondia a estímulos (sociais, organizacionais, políticos e ideológicos) muito conjunturais".

As motivações que impulsionam os grupos são as mesmas na sua essência, com a ressalva de que não se limitam às causas nacionais, também envolvem razões regionais. E esses fatores não podem ser desconsiderados na pesquisa. São Paulo reúne cerca de meio milhão de pessoas, o equivalente a 10% da sua população, isso em Curitiba representa aproximadamente trinta mil participantes.

No Paraná, a Marcha estampa a questão urgente que, para a sociedade "daquela época" (grifo meu) precisava ser resolvida, a adoção do livro único e a possível estatização de escolas particulares, assim retratada pela imprensa:

O objetivo da mobilização democrática, foi o de protestar contra a pretendida encampação dos colégios particulares e contra a comunização do ensino no Brasil, contando com a participação de inúmeros colégios da capital, órgãos assistenciais, clubes culturais e recreativos (GAZETA DO POVO, 25 de março de 1964, "Mestres e alunos protestam contra encampação dos colégios", p.8)

Por trás de ambos cenários, São Paulo e Paraná estão presentes ativistas do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática), no centro da questão está o combate ao comunismo diretamente associado ao presidente reformista João Goulart, mesmo assim, as Marchas se distinguem na sua execução.

Esta pesquisa se propõe a tratar de um tema de relevância nacional, com foco nas especificidades regionais ao mesmo tempo em que estabelece um diálogo além das fronteiras do estado. Definido o tema de interesse e o espaço geográfico e temporal delimitado_ **A Imprensa Paranaense e a Ditadura Militar: 1964-1974**, o desafio passou a ser justamente investigar a imprensa paranaense no referido período, a partir da perspectiva desta região, e características dos meios de comunicação nessas localidades, promovendo uma análise que estabeleça o diálogo com o cenário nacional. Este exercício revela-se inevitável quando se inicia a pesquisa documental dos jornais paranaenses, objetos de estudo.

Verifica-se que as manchetes predominantes até meados da década de 1970, são provenientes de agências de notícias, priorizando as temáticas valorizadas pelos grandes jornais brasileiros. O jornal *Gazeta do Povo*, por exemplo, reproduz matérias da Agência Jornal do Brasil. Pouco espaço é dado nas chamadas de capa aos assuntos estaduais e locais. O jornal se revela nos espaços destinados a opinião.

Por outro lado, o jornal *Folha de Londrina*, do norte do estado, embora mantenha por um bom tempo as manchetes de destaque internacionais, opta por priorizar em suas páginas internas notícias sobre fatos locais e estaduais. Luta por ampliar sua circulação entre outros municípios do estado e consegue se firmar como o mais importante jornal do interior do Paraná. Marinósio Trigueiros Filho e Marinósio Trigueiros Neto, autores do livro *História da Imprensa de Londrina: do baú do jornalista*, afirmam: “Até 69 a Folha ainda era, em parte, um grande milagre repetido todo dia” (1991, p. 57). Os autores se referem a um fazer jornalístico amador, improvisado, desarticulado, sem planejamento e sem recursos, que luta para sobreviver. Analisar o comportamento da imprensa paranaense e suas peculiaridades durante a ditadura passa a direcionar essa pesquisa.

Outros dois jornais do interior, *Folha do Oeste* (Guarapuava) e *Diário dos Campos* (Ponta Grossa) informam aos leitores suas dificuldades, limitações e as diversas situações que comprometem a qualidade textual ou gráfica de suas edições. Os dois jornais diferem bastante na estrutura que apresentam. Enquanto o *Diário dos Campos* mantém um padrão de programação visual e textual, o semanário *Folha do Oeste* ainda prioriza em suas

páginas textos na íntegra de órgãos oficiais, e, sofre com recursos limitados que comprometem sua circulação.

A imprensa paranaense tem em comum com a grande imprensa brasileira o posicionamento político ideológico de apoio às elites dominantes e ao projeto golpista, revela estar em sintonia tanto com interesses norte-americanos quanto com grupos locais, mas tem especificidades por tratar de questões singulares de um estado agrário, o que permite perceber as diferentes vozes que permeiam esse jornal.

Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo, os dois mais importantes eixos político-econômicos do país, contam com grandes empresas jornalísticas, já consolidadas, e, a partir da década de 1950, desencadeiam o processo de modernização, a imprensa paranaense responde a estímulos conjunturais próprios de uma sociedade distante dos grandes centros urbanos e que se ressentia de disputas e conflitos pela posse da terra sangrentos.

A preocupação maior estava em atender a grupos locais, e a sua abrangência não excede os limites do estado. Em suas páginas, por meio de notícias, reportagens, artigos de opinião e mesmo material das agências de notícias transitam as vozes dos diferentes grupos existentes na sociedade paranaense.

Segundo Capelato:

(...) A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam, segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos, se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (...) (CAPELATO, 1988:34).

São objetivos gerais desta pesquisa: apontar como a imprensa paranaense se comporta e se caracteriza durante a ditadura militar de 1964; e, identificar os traços em comum que unem os jornais selecionados na cobertura da ditadura. E objetivos específicos: verificar, que espaços se abriram ou não para outras vozes que não as oficiais, representantes dos militares, ou das elites; identificar as relações de poder existentes entre imprensa e o regime; e, finalmente, verificar se há, na imprensa paranaense (por meio dos jornais selecionados para esta pesquisa), uma tendência contra-hegemônica à ditadura militar que se instaurou no país, em 1964.

Hegemonia em Gramsci está articulada com obtenção de consenso, sendo distinta da coerção, enquanto meio de determinar a ação dos homens. Considerada como uma configuração de dominação ideológica ocorre a partir do consentimento ou aceitação dos dominados. O sentido de contra-hegemonia adotado neste estudo é o de contraposição e não de mera oposição, conforme proposto por Raquel Paiva (2008). A autora define a contraposição como a adoção de posicionamento pautado por “ações e atuações no cotidiano, que pode vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante” (PAIVA, 2008, p. 165). Por outro lado, a contra-hegemonia considerada como oposição, resume a ideia de substituição de uma força pela outra, que também carrega o propósito de dominar.

A hipótese central que conduz esta pesquisa parte do pressuposto de que um periódico reúne/reflete uma vasta gama de interesses, de que existe em suas páginas, uma multiplicidade de vozes e entre estas é possível verificar a existência de vozes dissonantes. Por meio de artigos de opinião, notícias e reportagens, revelam-se quais são as vozes que atravessam a imprensa paranaense. A linha editorial e política de um jornal reverbera a voz do seu dono, a mais presente e facilmente identificada. Entretanto, sem desconsiderar o papel determinante do dono do jornal na escolha de seus atrelamentos políticos e ideológicos, por meio de artigos, comentários, títulos, fotos, ilustrações, notícias, posicionamento dos textos nas páginas e nas entrelinhas dos textos, revelam-se outras vozes. A produção de um jornal envolve um grupo de pessoas. Desde a decisão dos assuntos a serem cobertos até a sua impressão, ele passa por muitas mãos.

O autor de um texto de jornal (seja o redator, seja o dono da empresa) não é o único responsável por todas as representações presentes nele. Isso porque um texto está sempre em diálogo com uma infinidade de outros textos. Não existe discurso puro, monológico. A discursividade não é apenas suporte de doutrinas ou visões de mundo, expressão estabilizadora das concepções de um dado grupo social. O discurso é lugar de trabalho, de luta, um domínio aberto e relativamente instável. (RIBEIRO, 2007, p.64).

A grande questão que problematiza esta investigação é: os jornais paranaenses analisados se limitaram a fazer a cobertura da ditadura (o golpe, decretos, atos, prisões, declarações) sem adotar nenhuma postura crítica? Simplesmente abriram espaços em suas páginas e se posicionaram subservientes ao regime, tais quais como se fossem seus órgãos oficiais?

Os estudos foram realizados a partir de reflexão bibliográfica, análise documental de jornais paranaenses no período 1964-1974, tanto da capital quanto do interior, e também

nas memórias de jornalistas que trabalharam nos referidos periódicos, permeados pela história e pela teoria gramsciana e suas reflexões sobre o Estado, sociedade civil, hegemonia e relações de poder.

Além dos editoriais, são objetos de análise as manchetes (internacionais/nacionais/estaduais/locais; identificação de notícias oriundas de agências, e assuntos priorizados); além de outros aspectos textuais e gráficos. A linha editorial de um periódico ou qualquer outro órgão de imprensa representa o posicionamento político-ideológico do jornal diante dos fatos da sociedade. Há que se considerar, como afirmado anteriormente, que neste momento, grande parte da imprensa paranaense reproduz as manchetes nacionais e internacionais, via agências de notícias, que estampam as capas dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. É no editorial de um jornal que se evidencia a postura do veículo frente ao governo militar.

José Marques de Melo (2003, p.103), avança na reflexão sobre a função deste gênero jornalístico: “Editorial é o gênero que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Entretanto, ele alerta que o tema precisa ser melhor compreendido, uma vez que o editorial pode representar não só a opinião do jornal, mas também ser o “consenso das diferentes opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (idem, p.104). Esses diferentes núcleos podem ser acionistas, financiadores, anunciantes, e o próprio Estado.

Para o autor, o editorial é um espaço de contradições que precisa conciliar os diferentes interesses. Melo (idem, p.105) indaga para quem o editorial se dirige em sua argumentação. Em uma sociedade civil forte e organizada, afirma, o editorial seria voltado para a coletividade. Mas, como este “não é o caso da sociedade brasileira”, o editorial mantém uma “relação de diálogo com o Estado”, que se encontra presente em todos os níveis da vida social (idem).

Entre os jornais selecionados para esta pesquisa estão os três diários mais importantes do Paraná no período estudado: *Gazeta do Povo e O Estado do Paraná*, de Curitiba, e a *Folha de Londrina*, do interior do estado. Esses três jornais foram analisados sistematicamente, considerando a existência de edições praticamente completas no período delimitado. Também são objetos de estudo os jornais: *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, *Folha do Oeste*, de Guarapuava e *O Combate*, de Londrina. Além do fator importância, já apontado, os jornais foram escolhidos em função de alguns critérios: a localização geográfica onde estão inseridos, considerando a relevância do desenvolvimento urbano-industrial destas áreas como fator preponderante para impulsionar uma empresa jornalística

mais estruturada, o tempo de circulação, e a existência de exemplares em condições de pesquisa.

As pesquisas foram efetuadas na Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba), Arquivo Histórico do Paraná (Curitiba), Casa da Memória, em Ponta Grossa, Biblioteca Municipal de Londrina, Arquivo Histórico de Guarapuava, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, e, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* foram pesquisados na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná (BPP). As edições microfilmadas ficam disponíveis à população em geral para pesquisas. Em virtude dos monitores onde aparecem as imagens do microfilme e da iluminação local, as reproduções fotográficas são de baixa qualidade. Há uma impressora que possibilita fotocópias específicas de temas selecionados, mas por ser um equipamento antigo, vive em constante manutenção. Os dados de interesse são registrados manualmente pelos pesquisadores. Período de pesquisa envolvendo esses dois exemplares: maio de 2011 a fevereiro de 2013.

A *Folha de Londrina* encontra-se com suas edições praticamente completas na Biblioteca Municipal de Londrina. Para ter acesso a esse arquivo é necessário solicitar autorização. Os jornais, encadernados mês a mês, encontram-se armazenados em local e condições inadequadas. Isso acarreta um estágio avançado de deterioração de alguns exemplares que, em péssimas condições, não suportam mais serem manuseados, mesmo com os cuidados exigidos. Período de pesquisa: outubro de 2013 a fevereiro de 2014.

Edições do jornal *O Combate*, de dezembro de 1962, e de janeiro e março de 1963 encontram-se na Biblioteca Pública do Paraná. Jornais do ano de 1964 e 1965 estão disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

O Diário dos Campos, também encadernado, e em melhores condições, encontra-se disponível a partir de agosto de 1964, na Casa da Memória, de Ponta Grossa, instituição municipal. Período de pesquisa novembro de 2012 a agosto de 2013. E, finalmente o semanário *Folha do Oeste*, o primeiro a ser pesquisado, estava inicialmente disponível no Centro de Cultura Municipal de Guarapuava, reunidos em um arquivo simples e, posteriormente, os exemplares que restaram foram doados à Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, que hoje abriga o Arquivo Histórico de Guarapuava. As pesquisas começaram em 2009 e prosseguiram em 2010.

Para o desenvolvimento do *corpus* do trabalho, num primeiro momento, houve a preocupação em entender como ocorre a ditadura no Brasil e Paraná. E também em buscar

respostas para alguns questionamentos: essa sociedade estava organizada? Havia movimentos sociais expressivos? Qual a efetiva participação dos militares paranaenses no golpe que teve como centro Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro? Como a imprensa paranaense se posiciona diante do golpe? Ela segue a tendência nacional de apoiar o regime militar? Quem eram esses jornalistas?

Em todo processo de investigação é preciso levar em conta o que já foi realizado. Não se trata de reconstruir a história deste período, mas de investigar, considerando-se as condições de produção, circulação, aspectos técnicos e profissionais, quais são as especificidades presentes na imprensa paranaense que a aproximava do projeto político ideológico das classes dominantes durante o período de 1964 a 1974. Nesse espaço temporal delimitado se insere dois momentos marcantes: o golpe militar em 1964 e, o princípio da desaceleração da ditadura em 1974, durante o governo Ernesto Geisel, chamada de distensão política. O ano de 1974 marca o início da abertura política. Dessa forma, o recorte deste período leva em conta a relevância deste momento histórico e as transformações ocorridas na sociedade brasileira em função do regime ditatorial.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a coalizão civil-militar, com a contextualização do golpe que desencadeou a ditadura militar de 1964; a ação dos militares no Paraná; e o envolvimento da imprensa no grande projeto de derrubada do governo João Goulart articulada pela elite com consenso de grande parte da sociedade civil. Essa discussão é embasada na tese defendida por René Armand Dreifuss (2008) que, a partir de um detalhado estudo, demonstra que houve um longo e complexo processo de preparação objetivando a deposição do governo de João Goulart. O autor recorre à teoria de Gramsci ao tratar da condução de um projeto hegemônico desencadeado pela elite orgânica com o propósito de obter o consenso e legitimidade da sociedade na destituição do governo de Jango.

No segundo capítulo, se buscou entender como era a sociedade paranaense no momento em que é instaurada a ditadura militar de 1964. Ricardo Oliveira (2000), em sua tese, defende que a partir da formação da classe dominante no Paraná, ela vai se ampliando e estendendo suas formas de atuação em diferentes setores da sociedade, principalmente o estatal, por meio de vínculos de parentesco, matrimônio e amizade. De forma silenciosa e articulada, essa classe atravessa os séculos no domínio da sociedade ao mesmo tempo em que ocupa posições específicas nos centros de decisão política e econômica do Paraná. Segundo o autor, a mídia paranaense surge e se desenvolve atrelada a esse projeto de dominação.

Neste capítulo também foi abordada a modernização da imprensa paranaense em um estudo comparativo com a modernização da imprensa nacional, sobretudo a carioca. Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) registra o ano de 1950 como o momento em que ocorre a modernização da imprensa brasileira, entretanto, adianta que esse processo não ocorre ao mesmo tempo nem em todos os periódicos. No Paraná, essa modernização, na maioria dos jornais, ocorre na década seguinte. Enquanto o semanário de pequeno porte, *Folha do Oeste*, implementa várias mudanças gráficas e editoriais em 1966, a *Folha de Londrina*, também do interior, foi o único jornal paranaense que acompanhou as mudanças ocorridas na década de 1950.

No terceiro capítulo são discutidas a criação e apresentação de uma nova realidade, os padrões de manipulação desta imprensa e o papel dos jornais como agentes político-partidários. Trata-se de uma imprensa que se reveste de características de partido político, e, como tal, se propõe a conduzir a sociedade de forma consensual na busca da obediência e da passividade. Em nome de uma pretensa representação popular, porta-voz da população, essa imprensa dissemina discursos ideológicos. Gramsci em suas reflexões sobre o moderno Príncipe é quem primeiro discute essa função dos jornais enquanto partidos políticos. O comportamento ambíguo da imprensa também é discutido neste momento.

O quarto capítulo apresenta os resultados encontrados com a investigação dos jornais selecionados, os impressos: *Gazeta do Povo*; *O Estado do Paraná*; *Folha de Londrina*; *Diário dos Campos*, *Folha do Oeste*. A partir das investigações realizadas nas fontes documentais – os jornais são ao mesmo tempo fonte e objeto de pesquisa – busca-se desvendar se há vozes dissonantes na imprensa paranaense, mesmo que isoladas, e de que forma se apresentam, se tornam perceptíveis, se “fazem ouvir”.

Para fins de análise foram considerados os seguintes elementos: manchetes (manchete principal, chamadas de capa, temáticas internacionais, nacionais, estaduais, locais); uso de material das agências de notícias (reprodução na íntegra do material ou verificação de texto complementar), editoriais (qual a posição declarada do jornal referente à ditadura e aos acontecimentos decorrentes das medidas adotadas por esta); colunas de opinião, notícias produzidas pela equipe de redação do jornal. As memórias dos jornalistas que atuavam nas redações neste período suas visões sobre a ditadura e a imprensa são apresentadas por meio de relatos. Não se trata de recuperar o passado, mas de dar voz aos personagens que viram a ditadura de dentro das redações. A história oral é um instrumento teórico que legitima o trabalho com entrevistas e depoimentos, ampliando as possibilidades de investigação do tema.

1.O GOLPE DE 1964

“HOJE é 1º de abril. Dia tradicionalmente conhecido como “Dia da Mentira”. Mas como as coisas andam muito sérias, não se tem muita disposição para contar mentiras.” (Folha de Londrina 01/04/64, coluna Sociedade)

O que se propõe neste primeiro capítulo é apresentar um cenário da sociedade brasileira no ano em que ocorre o golpe, e ao mesmo tempo discutir as motivações que levaram os militares ao poder. É preciso esclarecer que não há a pretensão, neste momento, de esgotar o assunto e nem propor novas abordagens historiográficas.

O presidente João Goulart é deposto pelos militares, no dia 1º de abril de 1964, com apoio de amplos setores da sociedade civil, e também dos Estados Unidos. As manchetes dos jornais brasileiros, em março daquele ano, não deixam dúvidas quanto à gravidade das tensões políticas, sociais e econômicas existentes. A imprensa noticiava as greves de trabalhadores, inflação elevada, revolta dos marinheiros, denúncias de tramias “comunistas”, promessas e desmentidos do governo, entre outros assuntos.

“O país vivia o debate do nacionalismo versus entreguismo”, ou seja, expandir o mercado interno apostando na reforma agrária e aumento salarial, ou abrir para o capital internacional e reequipar o parque industrial, aponta Marion Brepohl Magalhães (2001, p.79). Com o golpe militar, prevaleceu o modelo de internacionalização econômica, com o capital estrangeiro livre do controle do estado. Esta decisão, segundo Magalhães (Ibidem), reflete o “aniquilamento da “política externa independente”, iniciada nos anos anteriores, em favor do alinhamento, de forma subordinada e dependente, do Brasil aos Estados Unidos”⁷.

João Goulart chega à presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros que permaneceu no governo apenas sete meses. Com a inesperada ascensão de Goulart, empresários multinacionais e associados veem ameaçada sua posição econômica privilegiada. Conheciam as aspirações nacional-reformistas do novo presidente. A “ameaça comunista” que Jango representava faz com que sua chegada ao poder seja marcada por momentos de incertezas.

⁷ Otávio Ianni (1971, p. 156-157) explica que, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial as contradições internas do capitalismo levaram ao esfacelamento da hegemonia da Inglaterra, Alemanha e França. Em contraposição, ocorre a consolidação da hegemonia econômica, política, militar e cultural de duas outras potências: dos Estados Unidos, no campo capitalista, e da União Soviética, no campo socialista. Diz o autor: “No caso da América Latina, como um todo, a hegemonia dos Estados Unidos é antiga e atravessa várias fases. Entretanto, até 1930, o Brasil se encontra profundamente vinculado à Inglaterra. É a Grande Depressão iniciada em 1929, em combinação com a crise cafeeira, os movimentos sociais internos e a Revolução Brasileira de 1930 que liquidarão os vínculos mais importantes com a área da libra esterlina. Nessa ocasião, o Brasil dá um passo decisivo na direção da área do dólar. (...) Em 1950 os Estados Unidos já detêm mais de 70 por cento dos capitais estrangeiros aplicados em empresas no Brasil”.

Skidmore (1988, p.23) destaca que o presidente Getúlio Vargas⁸ foi levado ao suicídio, em 1954, por uma conspiração militar semelhante a que resultou no golpe que depôs João Goulart, dez anos depois. A presidência de Vargas no período 1951-54 foi marcada pelo aprofundamento da polarização política. O principal apoio político do presidente, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945, seguia a linha dos partidos socialistas democráticos europeus, e chegou a ser o principal partido de esquerda, “mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um estado para outro”.

O presidente lançou ambicioso programa de investimentos públicos, frustrado entretanto pelo insucesso econômico, causado pela vertiginosa queda dos preços do café no mercado internacional. Determinado a executar seu programa econômico nacionalista (como a criação do monopólio nacional do petróleo) e ao mesmo tempo melhorar os salários dos trabalhadores, Vargas, agora um populista, viu-se forçado em 1953 a adotar um programa anti-inflacionário altamente impopular (Ibidem).

Somada à crise econômica, Vargas também enfrentou uma conspiração militar, pois sua política de cunho nacionalista e populista provocara indignada reação entre os oficiais anticomunistas. “Estes ficaram especialmente contrariados no início de 1954 com a proposta de um elevado aumento do salário mínimo, enquanto os proventos dos militares continuavam a encolher”. O ministro do Trabalho que recomendara o aumento de salário fora João Goulart, um jovem político do PTB, protegido de Vargas. Quando Goulart foi nomeado para ocupar o Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, em 1953, foi acusado de articulações com os comunistas em detrimento dos interesses dos empresários. João Goulart, “acabou se convertendo em fator de crise política e deixou o Ministério em 1954” (D’ARAÚJO, 2004, p.39).

Contrariados com a possibilidade de Goulart assumir a presidência, ministros militares tentam impedir a sua posse e expressam suas insatisfações em um manifesto, onde deixam explícito que o presidencialismo iria aumentar o poder de Jango. Para eles, o vínculo do vice-presidente com comunistas permanecia. “O manifesto estimulou a criação de um movimento pela “legalidade” de âmbito nacional, cujos membros exigiam que os

⁸ Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945, em 1937 instaura o Estado Novo e governa os últimos oito anos como ditador. Volta à presidência pelo voto popular em 1951. Sobre a Era Vargas, D’Araújo (2004, p. 9-10) tem a seguinte definição: “Chama-se Era Vargas o conjunto das políticas econômicas e sociais introduzidas no país por Getúlio Vargas, a partir de 1930, que marcaram de maneira indiscutível o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira.(...) A Era Vargas foi marcada por desenvolvimento econômico, controle sobre trabalhadores e sindicatos, planejamento estatal, legislação social, investimentos públicos e, principalmente, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico – o que ficou conhecido como Estado desenvolvimentista. Por tudo isso, o Estado varguista foi o inverso do que prega a teoria liberal. Foi centralizador, intervencionista, investidor e planejador. Do ponto de vista político, foi marcado pela precariedade das liberdades públicas, pelo enfraquecimento da participação popular, por entraves legais à organização e expressão de opiniões e pelo desprezo pelas instituições partidárias e parlamentares.”

militares respeitassem o direito legal do vice-presidente à sucessão” (SKIDMORE, 1988:31). Na resistência se destaca o papel de Leonel Brizola, então jovem governador do Rio Grande do Sul e correligionário de Jango no PTB, conforme narrativa do historiador Marcos Napolitano (2013, p. 33):

No dia 27 [agosto de 1961], Brizola conseguiu se apoderar das instalações da Rádio Guaíba de Porto Alegre, que seria a base para a campanha radiofônica em defesa da Constituição e da posse, conhecida como Rede da Legalidade. Cerca de 150 emissoras passaram a retransmitir, em ondas curtas, os discursos em defesa da democracia, rompendo a censura e o Estado de Sítio informal imposto pela junta militar.

Encabeçava o movimento o PTB e grupos aliados da esquerda, mas também políticos centristas e oficiais das forças armadas. Napolitano (2003) relata que participaram da defesa da legalidade a União Nacional dos Estudantes, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos, os sindicatos que realizaram manifestações e greves no país, e até mesmo a imprensa que não nutria nenhuma simpatia por Goulart. No Rio Grande do Sul a população chegou a pegar em armas para defender o governo e, os parlamentares, mobilizaram-se na tentativa de superar a crise.

No Paraná, enquanto o então governador Ney Braga não deixava claro qual era a sua posição, “se apoiava os Ministros Militares contrários à posse do Vice-Presidente João Goulart, ou se apoiava a corrente da legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que defendia a posse de Goulart”, estudantes e trabalhadores exigiam um pronunciamento claro em defesa da constituição e da posse de João Goulart (OLIVEIRA, 2004, p. 299).

A sede da União Paranaense dos Estudantes foi declarada em 27 de agosto, a “Casa da Legalidade” em defesa da posse. Por outro lado, a “Rede da Legalidade” foi organizada pelo prefeito de Curitiba, Iberê de Mattos, do PTB. “O Comando do III Exército, chefiado pelo General José Machado Lopes, que compreende os três estados do sul do país, também adere ao movimento pela legalidade” (idem, p. 299).

A posse ocorreu no dia 7 de setembro, em Brasília. João Goulart assumiu com poderes reduzidos já que uma emenda constitucional transformou o Brasil em república parlamentarista. O presidencialismo retornou em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito nacional.

Daniel Aarão Reis (2005), afirma que a posse de Goulart, agora fortalecido pela vitória do movimento da legalidade, apoiado pelo PTB, partido de massas em crescimento, traz do “passado uma sombra”, a de Getúlio Vargas. Particularmente pelas relações que mantinha com movimentos sociais organizados, Goulart poderia reatualizar o projeto

nacional-estadista de Vargas. Essa possibilidade deixa em alerta opositores da proposta reformista janguista.

No governo, se depara com uma série de problemas, principalmente, de ordem econômica, que impediam a continuidade do desenvolvimento “prometido” (grifo meu) por Juscelino Kubitschek. Na realidade, vários problemas foram herdados da arrancada industrializante da administração de JK, contemplada no programa de Metas que tinha como slogan “50 anos em 5”. Alguns fatores impeditivos do desenvolvimento seriam: produção de energia insuficiente para atender à demanda dos dois maiores centros industriais do país, Rio de Janeiro e São Paulo; sistema ferroviário sobrecarregado e antiquado; falta de estradas pavimentadas; força de trabalho sem qualificação; sistema educacional que não cumpria as metas mínimas de alfabetização; além de deficiências também na área da saúde e assistência social.

Entretanto, os dois aspectos considerados mais sérios, apontados por Skidmore (1988, p.34-35), são “o déficit crônico na balança de pagamentos” e, a inflação. O descontrole inflacionário atinge níveis tão alarmantes que o então deputado do PTB, Leonel Brizola, em entrevista a imprensa em março de 64, admite que João Goulart “poderá não terminar o mandato em face do desfecho que se aproxima”.

Figura3. Para o parlamentar a luta anti-inflacionária “carece ser fixada” de forma mais nítida. Folha de Londrina, domingo, 22 de maio de 1964, p.8.



O desfecho a que se refere é resultado, na avaliação do deputado, “da velocidade do processo inflacionário, e que a partir de julho próximo o mesmo processo estará absolutamente incontrolável, impedindo, inclusive qualquer ação da máquina administrativa do País, como também o próprio giro comercial”. Para o parlamentar, a

solução seria a composição de um “Govêrno Popular e nacionalista, vindo das raízes” (*Folha de Londrina*, 22/03/64, p.8).

Para resolver a questão do déficit o país poderia cortar importações, comprometendo a indústria e transporte, ou, suspender pagamento de empréstimos e proibir as remessas de lucros sobre investimentos estrangeiros. As duas medidas comprometeriam o Brasil com os investidores estrangeiros e credores. Para enfrentar a crise econômica Goulart passou a defender um conjunto de reformas de base que incluíam reforma agrária, na educação, nos impostos e na habitação. As reformas de base, propostas pelo governo de João Goulart, voltadas a uma política de fortalecimento da indústria nacional, são denunciadas pela maioria da grande imprensa brasileira como comunistas.

Dreifuss (2008) entende que uma das medidas que, além de diferenciar João Goulart dos governos populistas anteriores, também irritou os interesses multinacionais, foi a adoção da lei restringindo as remessas de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que de certa forma, impedia a saída maciça do capital⁹. Essa medida também implicava em controle mais rigoroso das atividades do capital estrangeiro no Brasil, retirando os privilégios concedidos pelos governos JK e Jânio Quadros. Isso significa que o capital nacional e o estrangeiro seriam tratados em igualdade de condições. O golpe militar tem função política, mas, sobretudo, econômica e o objetivo é justamente liberar o capital estrangeiro do controle do Estado.

Afirma Otávio Ianni:

(...) a etapa em que as condições e perspectivas de desenvolvimento econômico no Brasil passam a depender amplamente da associação direta e indireta, visível e disfarçada entre capitais nacionais e estrangeiros começa politicamente com o golpe de estado de 1º de abril de 1964. Na prática, entretanto, o modelo destinado a associar e internacionalizar a economia brasileira – já se havia implantado alguns anos antes, com o *Programa de Metas* do govêrno Juscelino Kubitschek de Oliveira (1971, p.56-60).

Segundo Skidmore (1988, p.39), politicamente, os “adversários mais implacáveis – a UDN e os militares – começaram então a afirmar que Goulart não tinha a intenção de executar suas apregoadas reformas”. Sem esperanças de ter suas reformas aprovadas no

⁹ A Lei de Remessas de Lucros aprovada pelo Congresso em 1962, foi sancionada pelo presidente João Goulart em janeiro de 1964. Phyllis R. Parker (1977, p.80-81), afirma que a parte considerada mais prejudicial “dizia respeito aos lucros reinvestidos, os quais a lei considerava como capital nacional, e não estrangeiro, e que, portanto, não podiam ser incluídos na base de capital pela qual as remessas de lucro seriam calculadas”. O embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, em audiência especial, havia solicitado ao presidente brasileiro que vetasse as partes específicas da lei que eram restritivas para os investidores americanos. Goulart assegurou que não assinaria a Lei na íntegra. Em 17 de janeiro de 1964, João Goulart assinou a Lei de Remessas de Lucros, na íntegra. Para o embaixador, o presidente brasileiro era um “homem em cuja palavra não podia confiar” (idem). Em seu discurso Goulart negou acusações de que ele representava uma ameaça à ordem democrática. “Disse que seus acusadores eram os “mesmos que planejaram o golpe contra Getúlio Vargas e, mais recentemente, tentaram impedir-me de assumir a Presidência”. E explicou: “Nosso dilema não é de reforma ou golpe... sabemos que o Brasil enfrenta um único e verdadeiro dilema, já definido por aquele jovem e grande estadista John Kennedy: Reforma ou Revolução””(idem).

Congresso, principalmente a agrária, João Goulart marca uma série de comícios pelo país, na tentativa de ganhar apoio popular. Um único comício é realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro.

Durante o comício o presidente declarou seu compromisso de lutar pela reforma da Constituição “porque esta reforma é indispensável e porque o seu objetivo único e exclusivo é abrir caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo” (*Jornal do Brasil*, 14/03/64, p.3, 1º cad.). Alguns jornais afirmaram que o comício reuniu entre 130 a 150 mil pessoas. Poucas horas antes, no Palácio das Laranjeiras, o presidente assinou decreto encampando as refinarias particulares de petróleo no Brasil, e também de desapropriação de terras, conforme noticia a imprensa:

Com a assinatura do decreto de expropriação de terras elaborado pela Superintendência da Política Agrária não poderão mais ser negociadas as propriedades de área superior a 500 hectares situadas a menos de 10 quilômetros dos eixos ferroviários e rodoviários federais. Também tornam-se inegociáveis, à espera de desapropriação (se fôr o caso) as áreas superiores a 30 hectares situadas em terras beneficiadas ou recuperadas em virtude de obras de irrigação, drenagem e açudagem (*Jornal do Brasil*, 14/03/64, p.2, 1º cad.).

As reformas econômicas, políticas e sociais empreendidas pelo governo de João Goulart, sinalizavam que o passado populista que reconciliava as várias frações das classes dominantes, e manipulava as classes trabalhadoras, estava sendo definitivamente abandonado. Soares (1994, p.30) considera que a maioria dos militares que participou do golpe de 1964 “percebia o governo Goulart como infiltrado de comunistas e João Goulart muito influenciado por eles”.

Segundo Dreifuss (2008, p. 147), era claro o posicionamento da administração Jango em favor dos trabalhadores industriais urbanos e da mobilização das massas rurais, e contra as classes dominantes. Por outro lado, diz o autor,

o Brasil estava se afastando da esfera de influência do capital transnacional em decorrência das medidas internas de controle das operações das corporações multinacionais e de uma política externa que se afastava do alinhamento hemisférico automático, mais ainda do que no governo de Jânio Quadros. (idem)

Em defesa da democracia, são desencadeadas as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade em vários municípios do país. Em São Paulo, a Marcha reúne 500 mil pessoas. Em manchete, anuncia o *Jornal do Brasil* do dia 20 de março de 1964: *Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime*. Diz o texto:

Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo, constituindo-se na maior manifestação popular já realizada na Capital paulista.

Dreifuss (2008), em um estudo detalhado revela como, ao longo de um processo racional e planejado, as elites orgânicas conseguiram envolver diferentes setores da sociedade, primeiro em torno da ideia de resistência contra o governo declaradamente “nacionalista reformista” de João Goulart, e depois o consenso e a urgência a favor de sua derrubada.

Por meio do chamado complexo IPES/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, criado em 1959, durante o mandato de Juscelino Kubitschek, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, em 1961, logo após a renúncia de Quadros), a “elite orgânica da burguesia multinacional e associada” deixa de ser um limitado grupo de pressão que defendia o projeto de reforma para tornar-se uma organização de classe capaz de articular um golpe de Estado (DREIFUSS, 2008:174). O IBAD, criado supostamente com o propósito de defender a democracia, agia como uma unidade tática de execução e, o IPES, operava como centro estratégico. O autor entende por elite orgânica:

(...) os líderes e membros que faziam parte da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo, de tal forma que seus esforços e aquelas das organizações a que pertenciam eram sincronizados e coordenados pelo IPES, ou apoiavam. (DREIFUSS, 2008, p.177).

Esses líderes seriam, por exemplo, banqueiros, empresários comerciais e industriais, intelectuais, organizadores políticos, administradores de empresas privadas, diretores de corporações multinacionais, técnicos e executivos estatais, grandes proprietários de terras e oficiais militares.

Ao abordar a formação das diversas categorias de intelectuais, Gramsci (COUTINHO, 1968, p.4) destaca que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual):

deve possuir capacidade técnica não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc).

Ainda afirma Gramsci:

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. (COUTINHO, 1968, p.4)

Portanto, é o intelectual orgânico que exerce uma liderança, articula as massas e contribui para organizar a cultura. Na sociedade moderna, o Estado não se limita a

instrumentos de coerção e repressão física para exercer dominação sobre as massas. Os instrumentos de coerção continuam existindo, mas a dominação se dá de outras formas como a cultura, a mídia, a escola (COUTINHO, 1968).

É justamente através da cultura e da mídia que o IPES disseminava mais intensamente discursos e entrevistas defendendo a empresa privada, a livre iniciativa e a “democracia como a melhor forma de governo e demonstrando os sérios riscos de soluções extremadas, tanto da direita quanto da esquerda” (DREIFUSS, 2008, p.200).

Uma forma de cooptar os líderes e representantes de segmentos sociais se dava através da oferta de recursos financeiros e apoio político para vários grupos e organizações. Na complexa extensão de suas ações, eram patrocinados cursos, bolsas de estudo, participação em eventos, sempre com o objetivo de amenizar as barreiras de classe.

Verbas da Associação Brasileira de Anunciantes_ABA, eram utilizadas para eliminar toda e qualquer manifestação desfavorável ao projeto defendido pelo grupo, desde programas veiculados na mídia, até indivíduos. Os fundadores e companhias unidas a Associação, eram relacionados ao IPES, o que assegurava a defesa de seus interesses através da distribuição de verbas publicitárias, patrocínios ou outros incentivos, geralmente denominados de “apoio”, aos projetos desenvolvidos por pessoas em organizações afins. Conforme demonstra Dreifuss:

A elite orgânica se aproximou de inúmeros produtores, atores e diretores famosos de programa de televisão, tais como Gilson Arruda e Batista do Amaral. Favorecia o uso de programas cômicos, quando possível. Rui Gomes de Almeida observava que uma piada contra um político provocaria um “dano enorme”. Negava, ao contrário, o apoio dos atores que não cooperassem ou agissem contra os programas, as linhas de raciocínio e as pessoas que o IPES patrocinava. Tal foi o caso do humorista Chico Anísio, sagaz observador da realidade social. Outra vítima desse tipo de pressão foi Arapuã, o colunista amplamente lido da *Última Hora* que mantinha uma seção na qual havia frequentes críticas à diretriz política dos Estados Unidos. Ele foi forçado a deixar o jornal em 1962 (DREIFUSS, 2008, p.266-267).

Para o grande público, o IPES era como uma organização educacional que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres, e funcionava também como um centro de discussões acadêmicas. Uma outra faceta de ação do Instituto não chegava ao conhecimento da população que ignorava o fato de que se tratava de uma campanha política, ideológica e militar que conseguiu penetrar dentro de movimentos estudantis e operários. Integrava o rol de tarefas do IPES, desencorajar a mobilização de camponeses, se fazer presente na política no Congresso e coordenar esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista.

Todavia, jornalistas, políticos e empresários estavam bem cientes das articulações e manobras do complexo IPES/IBAD, que não media esforços para atingir os seus objetivos

de derrubada do governo. Sodré (1999, p. 418) relata que o colunista Arapuã, ao deixar o jornal *Última Hora*, divulgou uma carta “*Aos companheiros de UH*”. O colunista mantinha uma seção em que fazia críticas humorísticas aos Estados Unidos. O público desta seção era grande. Arapuã foi “intimado a suprimir tais críticas”, mas preferiu deixar o jornal. No documento dirigido aos colegas, explicou a sua decisão de sair da *Última Hora* e atribuiu o cerceamento de sua liberdade profissional ao “cerco do poder econômico”, que considerava “cada vez mais implacável”. O colunista isenta o jornal de qualquer responsabilidade – “afinal de contas, o último que ainda noticia uma greve ou dá cobertura a uma reivindicação operária. A luta é contra o IPES, a canalha do poder econômico e, justamente por isso, saio – para poder manter minha cabeça erguida” (SODRÉ, 1999, P.418).

Neste período, os jornalistas estavam sob pressão, “submetidos, sem liberdade de opinião, mal remunerados” (idem, p.417). Além do caso do colunista Arapuã, o autor relata que a revista *Manchete* foi proibida de publicar reportagem sobre a visita do seu redator-chefe à então União Soviética. A revista já estava sendo impressa quando “recebeu brutal intimidação de órgão de publicidade” para não veicular tal notícia, ou então seria penalizada com a suspensão de “grande parcela da publicidade que lhe era distribuída” (idem, p.418). A reportagem foi imediatamente substituída. Segundo Sodré, proprietários agiam por vontade própria, ao demitir jornalistas que publicavam suas opiniões liberais, mas também por “pressão das forças que o controlavam”.

Em novembro de 1962, jornalistas escreveram um manifesto, *Os jornalistas ao povo*, como o objetivo de divulgar sua luta por melhores salários. “Não temos imprensa para divulgar nossas reivindicações, para defender nossa causa, para esclarecer a opinião pública e para pedir a solidariedade dos trabalhadores”, começava o texto do manifesto (idem, p.420).

No documento, os jornalistas informavam sobre os salários pagos nas redações aos diferentes profissionais, apontavam a intransigência dos proprietários que se recusavam a discutir as reivindicações desta categoria e, asseguravam que a alegação dos donos de que enfrentavam dificuldades financeiras não procedia, demonstrando o quando cresceram suas empresas ou enriqueceram suas fortunas pessoais. Diz o texto:

“As últimas eleições carregaram para os cofres dos jornais e seus proprietários fabulosa quantidade de dinheiro, quer com a propaganda ostensiva dos candidatos e partidos, quer na larga subvenção proporcionada por entidades como o IBAD, o IPES e outras ‘caixinhas’ de origens nem sempre confessáveis. Isto para não falar das matérias pagas de objetivos políticos fornecidas pelos governos ou daqueles proprietários de jornais que conquistaram cargos eletivos e vantagens pessoais através de campanhas ora demagógicas, ora antipopulares, mas sempre vantajosas” (idem, p.421).

Diante da falta de apoio dos grandes jornais, o manifesto é publicado somente na pequena imprensa nacionalista. Neste embate está presente o controle estrangeiro sobre a imprensa brasileira. Sodré tem uma importante contribuição ao tratar da internacionalização da imprensa brasileira, na ditadura de 1964, por meio da entrada de capital e grupos econômicos estrangeiros.

O caso das ligações do grupo Roberto Marinho com o consórcio norte-americano Time-Life não foi uma exceção, vários outros jornais, TV's, rádios e revistas, foram acusados de receber investimentos de grupos estrangeiros. No rol dos beneficiados despontam a *Folha de São Paulo* com suas três edições diárias, o *Diário Carioca*, o *Correio da Manhã*, TV Paulista, TV Bandeirantes, TV Excelsior, Rádio Piratininga, Rádio Bandeirantes entre outros. O fato é que, diante da morosidade das autoridades que pareciam demonstrar indiferença, segundo a própria imprensa, os jornais paulistas acusados passaram a responder em violentos editoriais. O público acompanhou à troca de acusações sobre recebimento de capital estrangeiro. Segundo Sodré:

A polêmica entre as partes a respeito da infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão brasileiras proporcionaria ao público a oportunidade de conhecer os bastidores e alguns dos segredos das empresas dedicadas a tais atividades, e corresponderia, evidentemente, a um aspecto da crise desses meios de comunicação do pensamento (SODRÉ, 1999, p. 447).

Como exemplo dessa batalha travada na imprensa pode ser citado o editorial publicado no dia 10 de março de 1966, no *Diário do Paraná*, órgão dos Diários Associados, assinado por Assis Chateaubriand, abordando a questão do capital estrangeiro injetado na TV Globo:

Jactavam-se os nossos colegas de “O Globo” pelo êxito comercial que desfruta a sua máquina de rádio e televisão. Foram impiedosos na bulha em que meteram os concorrentes batidos por uma competição vitoriosa e galharda. Curvam-nos de facadas e, depois, soltam girandolas de foguetes. Seriam os rapazes sócios subdesenvolvidos de “Life-Time”. Agora, sim, tornaram-se êles imbatíveis. (DIÁRIO DO PARANÁ¹⁰, 10/03/ 1966, p.2, Editorial - A Revolução mata os dois Diletos Filhos que a Fizeram)

Chateaubriand se refere aos dirigentes de “O Globo” “como gente desabusada para atropelar rígidos imperativos legais”, e complementa, “mas este é um período de “stranous life” (...). Ele deixa transparecer sua indignação com a capacidade “de negociar” daquela empresa, ou melhor, com o grau de entrosamento entre a direção do meio de comunicação com o poder instituído que permite burlar as leis nacionais que proíbem a entrada de capital estrangeiro.

¹⁰ Fonte de Pesquisa: Setor de Microfilmagem da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O editorial segue questionando qual é o segredo para tal negócio de sucesso:

Não sabemos se o leitor de “O Globo” já chegou a apanhar nas entrelinhas, o segredo do seu negócio. O nosso é para produzir dólares e entrega-los ainda quentes aos americanos. “O Globo” não manda dólares como todos nós. (...) Como haverá de ser a operação de “O Globo”? (...) “Time-Life” encarregam-se deste agonioso transe. As remessas do grupo americano, para “O Globo”, só até junho de 65, totalizaram 1 milhão e 800 mil dólares (*sic*). (DIÁRIO DO PARANÁ, 10/03/1966, p.2, Editorial - A Revolução mata os dois Diletos Filhos que a Fizeram.)

No texto, Chateaubriand além de revelar em detalhes como funcionam operações de compra de equipamentos ou mesmo de programas de entretenimento para TV, seus custos, sempre em dólares e da exigência dos fornecedores americanos, também direciona suas críticas ao “Marechal Castelo Branco”:

Ele cruza os braços a uma das mais abomináveis e desleais concorrências, que já houve nesta terra. (...) O golpe de “O Globo” não podemos chama-lo um caso para comissão de inquérito administrativo. É um caso de delegacia de polícia distrital. Basta mandar ver de onde chega o dolar para esta tentativa de aniquilamento dos instrumentos números 1 e 2 da guerra revolucionária (DIÁRIO DO PARANÁ, 10/03/1966, p.2, Editorial - A Revolução mata os dois Diletos Filhos que a Fizeram.)

A grave ameaça, segundo Sodré (1999), está no fato de que os monopólios norte-americanos que se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de dominar o mercado da opinião pública. Assim que “se instalam, instalam também a sua imprensa” e passam disseminar a ideia de que a “solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos”.

Mas a penetração não se limitava à imprensa periódica, ao rádio, à televisão: estendia-se, também a oficinas gráficas e a empresas editoras de livros, algumas compradas, outras fartamente subsidiadas, terceiras objeto de sedutoras ofertas e, ao mesmo tempo, de veladas ameaças de irresistível concorrência. Tratava-se, evidentemente de grave ameaça à cultura brasileira, numa fase em que vinha ela atravessando grave crise, por força das condições esterilizadas criadas pela ditadura. (SODRÉ, 1999, p. 440)

A principal arma usada para obter os fins desejados era a distribuição da verba publicitária. Cerca de 80% da receita da grande imprensa brasileira, era oriunda da verba publicitária. Caso não cedesse aos interesses americanos, acima até dos interesses dos militares, ocorria o corte de verbas publicitárias e como consequência, o grande risco de fechar as portas, como o caso do *Correio da Manhã*.

Duas Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI’s, foram instauradas em 1963. A primeira para investigar as denúncias de que o IBAD¹¹ financiara a campanha de 250

¹¹ De acordo com Dreifuss, nas eleições de 1962, a rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/PROMOTION S.A. financiou 250 candidatos a deputado federal, 8 a governos estaduais, além de senadores, prefeitos e vereadores. No Paraná, foram beneficiados com os recursos: Bento Munhoz da Rocha (PR), Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN), Plínio Salgado (PRP) E Ney Braga (PDC), concorrendo a governador do Estado. Para este autor, a ADP – Ação Democrática

deputados ou candidatos anticomunistas, nas eleições de novembro de 1962, gastando mais de cinco bilhões de cruzeiros. Sodré reproduz a reportagem de Edmar Morel em *O Semanário*, Rio, 11 de julho de 1963 sobre as manobras do Instituto:

(...) o IBAD organizou frotas de automóveis, montou redes de rádio e de televisão, comprou a opinião de jornais, financiou centenas de candidatos, achincalhou reputações, fez intimidação e chantagem e chegou ao cúmulo de instalar sistema próprio de gravações no Congresso Nacional (SODRÉ, 1999, p. 431).

A outra CPI é instaurada devido à preocupação com a desnacionalização da imprensa nacional, em outras palavras, com a invasão da imprensa estrangeira por meio de publicações editadas em português:

Instalou-se no Brasil, assim ao lado da grande imprensa mantida pelas agências estrangeiras de publicidade, uma outra imprensa, estrangeira mesmo – embora acatando, através de testas-de-ferro, o dispositivo da Constituição. Não havia como competir com tais publicações, tal a superioridade material com que se apresentaram e a gratuidade da sua distribuição (idem, p.435).

Reforçando as denúncias envolvendo o complexo IPES/IBAD, o deputado Leonel Brizola divulgou um contrato firmado entre o jornal *A Noite* e a Sociedade Incrementadora de Vendas Promotion¹², no valor de cinco milhões de cruzeiros. O contrato celebrava a compra da opinião do jornal que deveria se “empenhar na campanha dos candidatos da Ação Democrática Parlamentar” (idem, p. 431). Na prática, o jornal passava a ser controlado pela ADP que assume a produção de matérias políticas, dos editoriais e da primeira página. À redação cabia a responsabilidade de produzir as matérias anticomunistas. Nesta época, o deputado Leonel Brizola estava envolvido em uma campanha, promovida no rádio, sobre os empréstimos de instituições oficiais de crédito a jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão.

Esses e outros acontecimentos aqui relacionados demonstram que o complexo IPES/IBAD, não atuava com sutileza, ao contrário, tinha uma política clara de cooptação por meio de vultosos recursos financeiros ou de aniquilamento de seus opositores, utilizando os mesmos recursos. A ingerência nos diversos setores da sociedade se fazia de forma bastante intimidatória.

Parlamentar, “operava como frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública. (...) A ADP era um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de Ação Democrática Popular – ADEP e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e câmaras municipais” (DREIFUSS, 2008, p.320).

¹² Segundo Dreifuss (2008) a Promotion S. A . era uma ramificação do complexo IPES/IBAD e somente entre julho e setembro de 1962, os programas patrocinados por ela foram transmitidos e retransmitidos em mais de 300 emissoras de rádio e televisão de todo o país.

Além dos jornais, revistas, cartilhas, o rádio e a TV eram fortes aliados na doutrinação geral, principalmente em uma população com grande número de pobres e analfabetos. Aonde a TV não chegava, o rádio supria. Os programas anticomunistas dirigidos à classe trabalhadora recebiam, discretamente, apoio financeiro semanalmente, além disso, o IPES também patrocinava uma variedade de programas e figuras públicas, conferências e discussões. Uma das formas de manifestar o apoio a personalidades de teatro e televisão era assumindo total responsabilidade pela folha de pagamento.

Cartuns e filmes foram adotados como estratégia para atingir um segmento da população que tinha capacidade limitada de leitura. Outra frente de ação do IPES estava na produção de uma série de filmes considerados eficazes nos seus propósitos, que eram exibidos em cinemas, nas favelas e bairros pobres das cidades por meio da projeção em caminhões abertos e ônibus. Os filmes também eram levados para trabalhadores nas fábricas das grandes cidades e em lugares exclusivos e clubes sociais. Companhias de publicidade contribuíram financeiramente para a produção de filmes que transmitiam mensagens específicas do IPES e a ideologia empresarial.

Segundo Dreifuss (2008), a elite orgânica se empenhava em agrupar militantes antigovernistas que se encontravam dispersos, além de estabelecer efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa do país. Fortemente organizado, o complexo conta com a adesão de empresas jornalísticas ao seu projeto de doutrinação e até mesmo de jornalistas que faziam ampla cobertura, sempre favorável, às suas iniciativas que eram incontáveis. “No regime burguês, no qual a opinião pública é o fundamento da legitimidade da dominação política, a hegemonia envolve a mobilização e indução de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação, propaganda e entretenimento” (COUTINHO, 2008, p.50).

Os mais importantes jornais do país tais como: os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, a *Folha de S. Paulo*, do grupo de Octavio Frias, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, do grupo Mesquita, o *Jornal do Brasil*, de Nascimento Brito e *O Globo*, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho apoiaram o projeto do IPES.

Em outubro de 1963, idealizada por João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e vice-presidente dos Diários Associados, foi criada a *Rede da Democracia*, no Rio de Janeiro. Tratava-se de um programa radiofônico comandado pelas rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil (rádio JB).

A criação da *Rede* foi uma resposta imediata à atitude do presidente João Goulart que solicitou o Estado de Sítio ao Congresso, depois da revolta dos militares em Brasília, quando sargentos, fuzileiros e soldados da Aeronáutica e da Marinha se rebelaram e

ocuparam importantes centros administrativos da capital. A revolta ocorre em virtude da recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo.

Considerado um grave atentado à disciplina militar, o episódio ganhou um forte significado político, não só porque os sargentos rebeldes mantinham contatos com os líderes sindicais articulados à CGT [Central Geral dos Trabalhadores]. Os sublevados receberam manifestações de solidariedade da FPN [Frente Parlamentar Nacionalista] e Goulart assumiu uma postura de neutralidade, recusando-se a condenar o movimento e pedir a punição dos rebeldes (CARVALHO, 2010, p.96)

A *Rede da Democracia* ia ao ar quase todos os dias e, repercutia a sua programação pelo país, através de outras centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos veiculados pelas emissoras eram também publicados na íntegra nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal*. Carvalho (2010) entende que a criação da *Rede da Democracia* significou uma aproximação entre as linhas editoriais de *O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, voltados para a articulação de uma comunicação oposicionista que conferia funções políticas à imprensa, num ambiente em que os militares estavam sendo chamados a intervir no Estado.

Segundo Eduardo Gomes Silva (2008, p.11):

a Rede da Democracia pode ser caracterizada como um inédito arranjo midiático encabeçado e posto em prática por três das maiores empresas jornalísticas daquele período – Diários Associados, Globo e Jornal do Brasil – responsável por uma campanha incisiva e conjunta em favor da destituição do Governo Goulart.

Na noite de estreia, as rádios Tupi, Globo e JB, em transmissão em rede, levaram ao ar pronunciamentos dos representantes das empresas jornalísticas que estavam à frente da *Rede da Democracia* e também de convidados que envolviam senadores, deputados, ex-ministros e líderes sindicais. As falas se repetiam em “defesa do regime democrático” e contra o avanço dos “inimigos da pátria” (SILVA, 2008, p.68).

Para Carvalho:

Os discursos apresentados pelos seus proprietários e representantes, no dia da inauguração, em 25 de outubro de 1963, deixam claro que o eixo central se deu em torno do combate ao comunismo, considerada uma ideologia totalitária que visava à desestruturação do regime representativo, com o fim dos mecanismos jurídicos que garantiam os direitos individuais, em especial os relacionados à liberdade e a propriedade (idem, 2010, p.17).

As notícias propagadas nas emissoras da *Rede* e, posteriormente publicadas pelos jornais participantes do movimento, não poupavam críticas à inflação, à educação, aos líderes sindicalistas, às reformas propostas por Goulart, à União Nacional dos Estudantes – UNE – apresentada como “um antro de delinquentes políticos”, à infiltração de comunistas, enfim, à tudo aquilo que era considerado contra os sentimentos da imensa maioria da população.

Os objetivos da *Rede da Democracia* veiculados nos programas de rádio e, publicados pelo *O Jornal*, visavam promover o “esclarecimento da opinião pública sobre os problemas nacionais e o combate aberto aos falsos nacionalistas, contra o comunismo que ameaça o país” (CARVALHO, 2010, Anexo III, p.15).

Figura4. Notícia publicada em *O Jornal* reproduz os debates veiculados nas rádios parceiras. Reprodução Fotográfica. Fonte: CARVALHO, 2010, Anexo III, p.9.

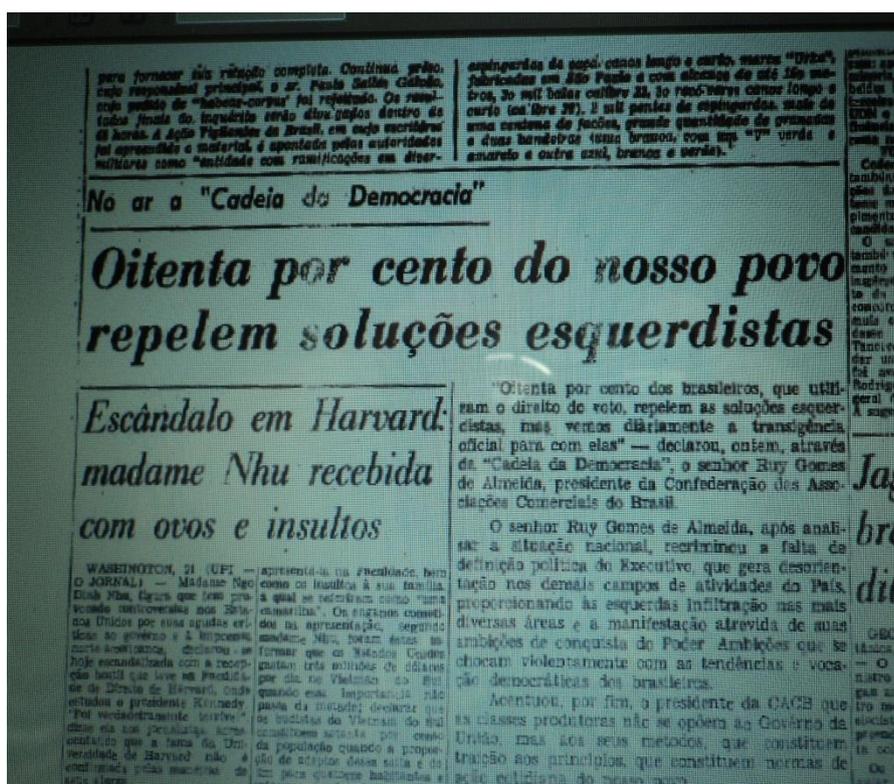
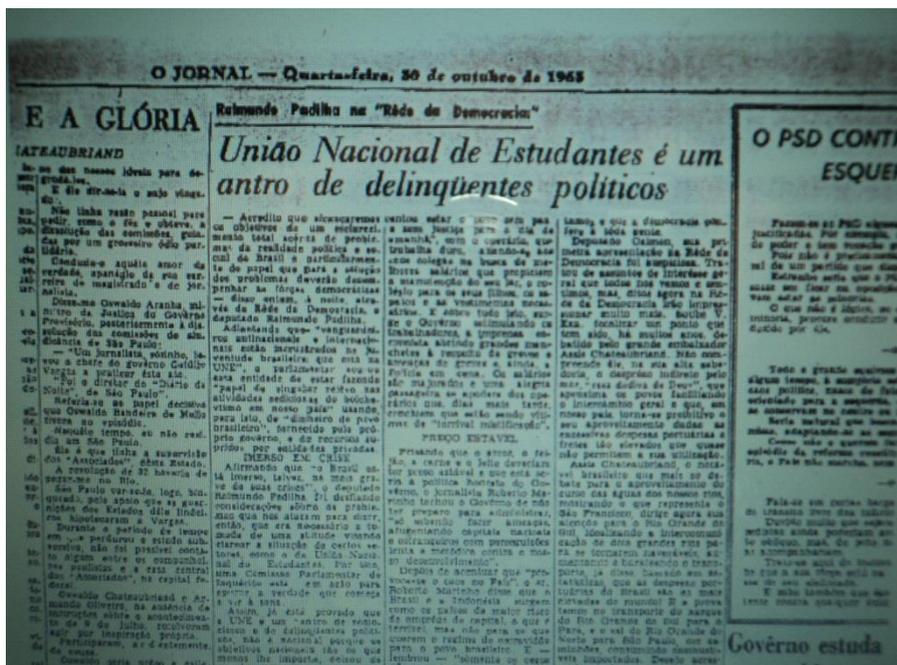


Figura5. A Rede da Democracia apresentava-se como porta voz da opinião pública e defensora de seus ideais. Reprodução Fotográfica. Fonte: CARVALHO, 2010, Anexo III, p.9.



O termo “comunismo” era empregado em contraposição à legalidade constitucional e aos tradicionais valores de liberdade da sociedade brasileira. Os jornais julgavam ver no governo reformista a omissão no combate a essa ideologia [comunismo]. Explica Carvalho:

A Rede da Democracia pregou uma mentalidade de guerra para combater o comunismo e colocou a imprensa no centro dos debates sobre a organização do regime político. (...) Apelos para intervenção militar tornaram-se constantes e foram acompanhados de um questionamento sobre os canais de representação da sociedade, num movimento de valorização da própria imprensa (idem, p.18).

O autor entende que esses representantes da imprensa liberal (*O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) fizeram da crítica uma prática por meio da qual disputaram com as instituições políticas o monopólio da representação da opinião pública. Na disputa pela hegemonia da representação da opinião pública, “se apropriaram de diversos discursos sociais, colocando-se na posição de sujeitos políticos responsáveis pela construção da legitimidade do Estado. Dessa forma, eles conferiram ao texto jornalístico um sentido político próprio, de modo a justificar uma posição de predominância no esquema de poder” (CARVALHO, 2010, p18).

A Rede se constituía em mais do que um espaço de campanha anti-Goulart, já que representantes de um novo programa político encontravam oportunidade de divulgar suas propostas. O movimento da Rede Democrática perdura até abril de 1964, dias antes da posse do presidente Marechal Castelo Branco.

Conhecer as articulações do complexo IPES/IBAD e a extensão de suas ações dentro da sociedade possibilita entender os motivos que levaram a ganhar corpo junto à população o projeto de deposição de João Goulart e as condições que viabilizaram o golpe de 1964, contando com a adesão de diferentes segmentos à campanha desencadeada. O projeto racional arquitetado pela elite orgânica consegue incutir em grande parte da sociedade que a única solução possível para o país diante do caos instalado e propalado, era a deposição do presidente João Goulart.

Para Dreifuss (2008, p. 231), a doutrinação através da mídia visou fortalecer os “pontos de vistas tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”. A elite orgânica “atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo”. Em contrapartida, argumentava que “a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não à intervenção do Estado” (idem).

Na análise de Carvalho (2010, p.21), os meios de comunicação de massa foram manipulados, servindo como instrumento ideológico no golpe de classe executado pela burguesia. Portanto, os representantes da imprensa mediaram uma estratégia de desestabilização do governo Goulart comandada por uma elite orgânica, da qual fizeram parte os empresários, intelectuais, militares e políticos, com o objetivo de impor um modelo de capitalismo em associação com os interesses da burguesia multinacional e associada.

Para atrair atributos de credibilidade nos debates sobre questões públicas e justificar um projeto de poder, do qual a própria imprensa era uma das protagonistas, *O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* evocaram a noção de opinião pública, resgatando a tradição do moderno pensamento ocidental. Assim, colocaram-se na posição de porta-vozes do povo, intérpretes fiéis dos seus sentimentos e interesses, pressupondo que o poder pertence ao povo e quem exerce o governo deve fazê-lo em sua representação. P.25 Dessa forma, reproduziram a ideia de que a opinião pública é um princípio de legitimidade, no qual está subjacente que o povo constitui a base para a construção da nação (CARVALHO, 2010, p.24-25).

O projeto dessa elite é apresentado como tendo representatividade e apoio popular, assim, como dos diferentes setores da sociedade. Dreifuss (2008, p.201) explica que o IPES agia como vanguarda das classes dominantes e que mantinha uma “cadeia de unidades operacionais que, para atingir seus fins”, se envolviam em diferentes atividades, tentando persuadir legisladores, manipular opinião pública e integrar diferentes facções econômicas e políticas da burguesia em uma ampla frente antigoverno.

Esses grupos operavam em dez principais áreas de ação política e ideológica: nas Forças Armadas, Congresso, executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos políticos, mídia e nas camadas intermediárias. Segundo Dreifuss (idem,

p.155) “as classes capitalistas se “unificaram” sob uma única liderança – o complexo IPES/IBAD – o estado-maior da burguesia, como também agiriam sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas”.

Para o autor (2008, p.505), o que ocorreu em 1964 “não foi um mero golpe militar”, mas um “movimento civil-militar”. Marcelo Badaró Mattos (2005, p. 10-11) considera que a contribuição de Dreifuss está em nos posicionar “sobre as condições que viabilizaram o sucesso da tomada do poder pelo movimento civil-militar e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes”. Mattos (2008) entende que a tese defendida por Dreifuss, embora demonstre uma articulação tão ampla dentro da sociedade contra o governo de João Goulart, não era suficiente para “explicar o golpe em si”. Mattos (Ibidem) argumenta que o movimento de tropas antecipado do general Mourão Filho aponta que “não havia uma única frente de conspiradores”.

Carlos Fico (2004, p.54-55) engrossa as correntes teóricas (de Jacob Gorender e de Soares, por exemplo) que defendem que a “conspiração foi descentralizada”, e o que houve foi um “caos conspiratório”, sendo falsa a ideia de que os golpistas estivessem fortemente articulados já que faltava uma coordenação central. Daniel Aarão Reis (*apud* FICO, 2004, p. 55) afirma que:

Espalhavam-se as conspirações, de norte a sul do país. Num primeiro momento, fragmentadas; mais tarde, unificando-se numa rede complexa, não de todo centralizada, mas com certo nível de coordenação. Com propósitos aparentemente defensivos, começaram a preparar um bote ofensivo.

Fico (2004) ressalta que a partir da descrição detalhada sobre as atividades das organizações empresariais desencadeadas pelo IPES/IBAD, verificou-se todo um processo complexo e progressivo de preparação, no plano político, que durou anos e mobilizou grandes somas de recursos financeiros. “Tratava-se da luta de um setor de classe, ou de um bloco de poder, pela implementação de seus interesses, conscientemente defendidos” (FICO, 2004, p. 51).

O “processo complexo e progressivo” já estava em andamento em 1959. Sodré (1999, p.419) relata que neste ano, o jornal *O Globo* do Rio de Janeiro distribuía, em uma de suas edições, “suplemento especial de várias páginas organizado para difamar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), matéria paga, visivelmente, e muito cara, considerando apenas o papel consumido. Quem teria pago?”. Recordando que em fins da década de 50 foi criado o IBAD, com objetivo de expressar os interesses empresariais, e pretensos propósitos de defender a democracia.

Caio Navarro Toledo (2006, p. 121) explica que o ISEB se constituiu num dos mais ativos núcleos de debate em torno do desenvolvimentismo, durante meados dos anos 50 até o golpe:

O Instituto reuniu intelectuais e técnicos que proviam de diferentes formações filosóficas e ideológicas. Entre elas, o marxismo, a sociologia do conhecimento de Mannheim, a fenomenologia existencialista, o humanismo cristão etc; ideologicamente, entre estes intelectuais encontravam-se, socialistas, liberais-democratas, católicos de esquerda, ex-integralistas.

Em julho de 1955, o presidente Café Filho cria, por decreto, o ISEB, que tem na sua origem, a iniciativa de intelectuais e técnicos da administração pública do Rio de Janeiro e de São Paulo, como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Candido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre outros.

Segundo Navarro (idem) o IPES, através de seu trabalho de formação político-ideológica, pretendia se constituir numa espécie de anti-ISEB, e se saiu vitorioso nesta proposta. O ISEB declarou seu apoio às reformas de base propostas por João Goulart, mas o golpe militar de 1964 significou a sua derrota.

“Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc), o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível”, defende Carlos Fico (2004, p. 55). No entanto, o autor diz ser necessário fazer uma distinção entre a “atuação desestabilizadora”, promovida pela propaganda do IPES e outras agências, “da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas de 31 de março”.

1.1 Militares no Poder

Otávio Ianni (1971) afirma que a militarização da política é um fato normal na vida da política brasileira. Teoricamente, em situações de normalidade os poderes militar e político parecem autônomos, independentes e regidos por normas distintas, na prática, nas situações críticas, confundem-se. “Talvez, nenhum dos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil no período iniciado com a Primeira Guerra Mundial esteja isento da participação de militares. (...) Os golpes de estado de 1937, 1945, 1955, 1961 e 1964 estão todos ligados ao nome de vários militares”, afirma Ianni (idem, p. 136).

Maria Celina D’Araújo (2004, p. 23) destaca que “a partir de 1930, os militares jamais deixariam de estar presentes nas grandes questões políticas nacionais e, em 1964, transformaram-se em governantes”. Particularmente, a Era Vargas caracterizou-se pela forte presença dos militares na política. Com Vargas, eles se firmaram como parceiros

políticos, ganharam amplos espaços na administração dos assuntos públicos e seu poder intervencionista transformou-se em uma ameaça à democracia brasileira. Nem mesmo Vargas foi poupado, conforme demonstra os rumos da história. “(...) os mesmos militares que o sustentaram no poder, o depuseram por duas vezes: em 1945 e 1954”, afirma D’Araújo (2004, p.11).

A autora (*idem*, p. 23) explica que as Forças Armadas brasileiras eram constituídas pela Marinha (tradicionalmente uma força militar de elite) e pelo Exército (formado por setores mais pobres da população). Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Aeronáutica. O Exército, carente de prestígio social e recursos materiais, não era uma instituição nacional nem possuía a disciplina e a hierarquia que caracterizavam esse tipo de organização. Durante a Era Vargas, o Exército vai se consolidar, alcançando “um poder de interferência política que nem o próprio Getúlio seria capaz de controlar” (*Ibidem*).

Ianni (1971) destaca que a forma pela qual as forças militares aparecem no golpe de 1964 é bastante distinta de intervenções anteriores. Em outros movimentos, os militares faziam a intervenção e logo após se retiravam para os quartéis. Essa nova entrada não se limita a restaurar os “princípios da hierarquia” e da “disciplina” que abalavam as Forças Armadas, e nem a preservar a validade dos “princípios constitucionais” e “harmonia dos poderes”, questionados por setores da sociedade civil.

Segundo o autor (*idem*, p.145), os desdobramentos do golpe envolvem uma virada radical tanto no sentido do desenvolvimento econômico, quanto das relações do Brasil com os sistemas capitalistas e socialistas mundiais. “Em boa parte, o golpe representa uma restauração dos vínculos internos e externos que se estavam rompendo desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, durante a era getuliana, isto é, entre 1930 e 1954. Instaura uma etapa da dependência estrutural” (*Ibidem*).

Os militares que conspiraram contra Goulart, esperavam enfrentar resistência armada e mobilização de militares legalista, então, imediatamente ao golpe, desencadearam a “Operação Limpeza”. Milhares de pessoas foram presas em todo o país. A atenção inicialmente voltada para os principais opositores: adversários armados e “subversivos”, rapidamente se ampliou e membros de outras organizações (tais como Movimento de Educação de Base; Juventude Universitária Católica) passaram a ser vistos como suspeitos pela inteligência militar do DOPS, a temida polícia política.

Borges (2010, p.22) analisa que há um consenso entre os analistas políticos de que o período pós 1964 pode ser dividido em três fases. A primeira inicia-se com o golpe militar e vai até a publicação do Ato Institucional número 5.

De início, o general Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional o primeiro presidente militar em 11 de abril de 1964, estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória. Com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI-5, não havia mais dúvidas de que a *revolução* seria permanente (idem).

Carlos Fico (2004) ao propor uma reflexão sobre as correntes consideradas mais importantes da historiografia sobre o Golpe de 1964 confronta algumas questões controvertidas sobre a ditadura militar e outros temas afins. Segundo o autor, “uma nova fase da produção histórica sobre o período”, rompe com clichês, até então presentes na literatura produzida por dois importantes gêneros:

“O primeiro foi uma espécie de politologia: inspirados sobretudo pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil”. “O segundo gênero predominante no que poderia ser caracterizado como primeira fase dos estudos sobre o período foi a memorialística, que cresceu sobretudo a partir da distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel”. (...) Foi essa memorialística que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos.” (idem, p. 31)

Algumas versões, segundo o autor, por repetição fixaram-se no senso comum como aceitas. Entre estas, destaca a construção do perfil do presidente Marechal Humberto Castelo Branco como moderado e legalista. Diz Fico:

Castelo Branco como se sabe, foi escolhido para a Presidência da República contra a vontade do general Costa e Silva, que, nas primeiras horas após o golpe, automeiou-se “comandante-em-chefe do Exército Nacional” e líder do “Comando Supremo da Revolução”. Se a escolha do seu nome (que o próprio Castelo articulou com competência entre políticos civis) impediu a imediata ascensão de Costa e Silva (nomeado “apenas” ministro da Guerra), durante o seu governo Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68) (2004, p. 33).

A contestação das versões de que Castelo Branco tinha o perfil moderado só é possível, explica o autor, a partir do resultado das novas pesquisas conduzidas¹³. Não se trata, afirma Fico, de disputa da memória. Essa nova versão da história, apresenta um

¹³ A historiadora Tania Regina de Luca explica que o processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores resulta na renovação temática, em alterações na própria concepção de documento, e, fortalecimento da História Cultural, História imediata e História Política, na sua aceção renovada. “A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira Geração dos *Annales* realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levadas a efeito a partir de fontes possíveis de tratamento estatístico, propunha “novos objetos, problemas e abordagens”. Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinariedade e faziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCA, 2010, p.111-112).

Castelo Branco com outras características, seguro de seus atos e adepto das medidas restritivas e punitivas. Assim, o autor vai apresentando outras situações controversas, como por exemplo, o AI-5. Para ele, o Ato representa “o amadurecimento de um processo” que tem início com a entrada dos militares no poder, e não deve ser atribuído ou limitado aos acontecimentos ocorridos em 1968.

O comportamento adotado pelo presidente-general Castelo Branco é analisado por Márcio Moreira Alves (1996) como sendo um “simulacro da democracia”, considerando que a “declaração de uma ditadura aberta” causaria dificuldades internacionais. “Os jornais de oposição passaram a servir-lhe de álibi internacional e de atestado de bom comportamento democrático perante o mundo” (idem, p.38).

Para o jornalista, em um país com cerca de 40 milhões de analfabetos, a oposição de dois jornais, *Correio da Manhã* e *Última Hora*, que juntos tinham uma tiragem de menos de trezentos e cinquenta mil exemplares, não representavam perigo maior para o regime militar. Alves avalia que o presidente Castelo Branco, optou, desta forma, “pela preservação da liberdade de imprensa” (idem).

A segunda fase do período militar pós 1964, compreende o período que vai do AI-5 até a liberalização política, iniciada no Governo Geisel, com a revogação deste Ato. É nesta fase, principalmente durante o governo Médici que acontecem os maiores abusos do regime, como tortura de presos políticos, assassinatos e censura à imprensa.

A Pesquisa Brasil Nunca Mais, ao tratar do perfil dos atingidos, apresenta em números esses dois momentos da ditadura de 1964, a fase mais liberal e, logo após o AI-5, a “imposição da ditadura sem máscara” (BNM, 1986, p.134):

A distribuição dos processos ao longo dos anos mostra como a repressão esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castello Branco, quando somam-se 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici: registram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu à declaração do Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968 (BNM, 1986:85).

A terceira fase tem início com o projeto de liberalização política, inaugurado por Geisel, e levado adiante por João Figueiredo. “Nessa etapa ocorre a reversão do processo revolucionário com o abrandamento da censura e o reajustamento da área de segurança” (BORGES, 2010: 22). De 1964 até o início do governo Médici, em 1969, foram editados 17 Atos Institucionais sempre com o objetivo de legitimar e fortalecer a autoridade dos ditadores.

Embora o período de recrudescimento do regime ocorra a partir do AI-5, com aumento da repressão, torturas e censura à imprensa, é justamente por meio dos jornais que, inicialmente, a sociedade toma conhecimento dos abusos cometidos pelos golpistas militares logo no início do novo governo. Carlos Fico (2004) destaca a imprensa como sendo a responsável por uma das primeiras descrições detalhadas sobre o golpe de 64 e a ditadura militar brasileira:

Havia a imprensa por certo, que em alguns momentos produziu matérias reveladoras, no arrebatamento de campanhas indignadas, como as de Carlos Heitor Cony, Marcio Moreira Alves ou Edmundo Moniz. (...) Ainda no que diz respeito à imprensa, notável era a técnica do jornalista Carlos Castelo Branco, capaz de levar aos leitores de seus artigos, através de textos propositalmente sinuosos, informações que, ditas de maneira direta, fatalmente seriam censuradas (FICO, 2004:23).

O jornal *Última Hora*, o único que não pactuou com o golpe, teve suas redações invadidas e sucursais fechadas:

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: *Última Hora* foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados e alguns tiveram seus direitos políticos cassados (...) (SODRÉ, 1999:435)

Em suas memórias, Samuel Wainer (1988) relata que nos anos 60, já haviam sido implantados escritórios do jornal *Última Hora* no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte e Recife.

No Paraná, foi aberta uma sucursal do jornal *Última Hora* em Londrina, em 1961, logo após o presidente João Goulart assumir o poder. Com o golpe militar em 1964, a redação da sucursal foi empastelada. Diz a manchete do jornal *Folha de Londrina*, edição do dia 03/04/1964: *Desagravo no centro de Londrina: posto abaixo o luminoso do jornal Última Hora* (ver Figuras 6,7 e 8). Uma multidão empunhando bandeiras do Brasil e do Paraná se aglomerou em frente ao prédio onde funcionava a sucursal do jornal em Londrina, na avenida Paraná, centro da cidade. O comércio, temendo um tumulto, fechou as portas.

Diz o texto-legenda:

Durante excepcional manifestação que em nenhum momento escapou ao controle das autoridades, vivamente empenhadas em contornar uma emergência que poderia levar a choques entre policiais e populares, no apogeu do entusiasmo que se seguiu ao emocionante desfêcho do movimento político-militar dos últimos dias, uma agitada multidão concentrou-se, ontem pela manhã, em frente ao edifício onde funcionam os serviços locais do jornal “Última Hora”, enquanto algumas pessoas punham abaixo um anúncio luminoso da empresa, instalado junto às janelas do primeiro pavimento. Anteriormente, o povo havia se concentrado no Largo da Prefeitura, disposto a depredar as instalações internas da sucursal daquele órgão de imprensa, mas, coma intervenção do vice-prefeito, sr. Gilberto Soares Santos, e do presidente da Câmara Municipal, sr. Galdino Moreira Filho, além de outros

vereadores, líderes políticos e representantes de classe, limitou-se a aceitar aquela forma de desagravo, de certa forma endossada pelas autoridades, que, embora reconhecendo a violência, consideravam as vantagens da concessão, preferindo-a ao eventual sacrifício das vidas humanas (FOLHA DE LONDRINA, 03/04/1964, p.8)

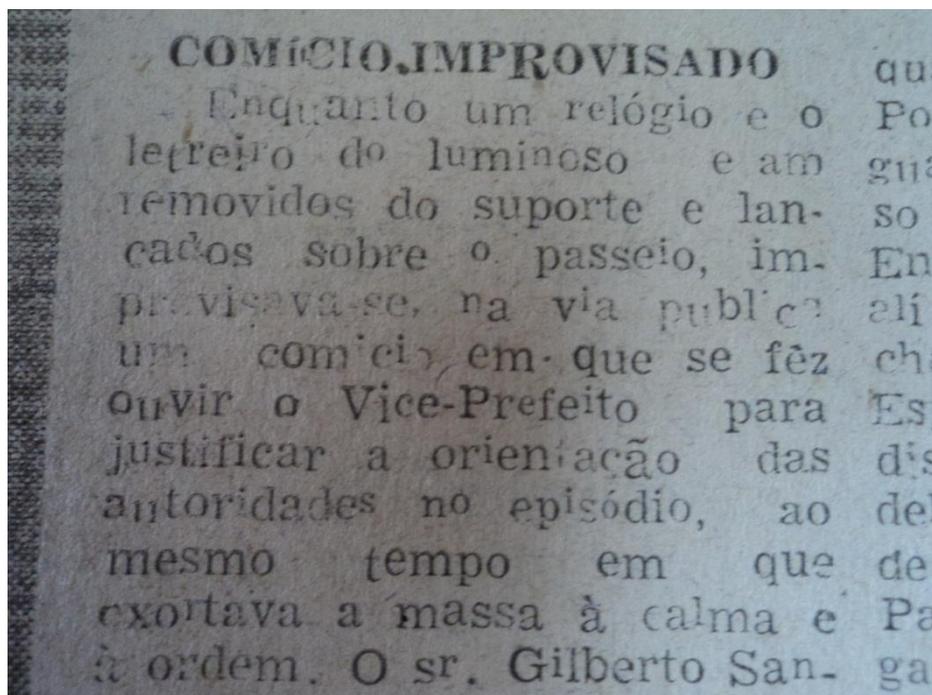
Figura 6. O fim da sucursal do jornal Última Hora, é noticiado nas páginas do jornal Folha de Londrina de 03/04/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



O jornalista e escritor Edison Maschio narra o acontecido: “A redação da filial de *Última Hora*, jornal que defendia o governo e funcionava num prédio da Avenida Paraná, foi invadida e destruída pelos lacerdistas” (2010, p. 43). Lacerdistas eram os partidários de Carlos Lacerda, grande opositor de Getúlio Vargas e posteriormente de João Goulart. Utilizava seu jornal a *Tribuna da Imprensa* para atacar seus adversários. Lacerda tornou-se desafeto de Samuel Wainer, diretor proprietário do jornal *Última Hora*, financiado inicialmente por Getúlio, e apoiador do governo de Jango.

O que se evidencia no texto e posteriormente se afirma na reportagem é que o local acabou virando palanque para discursos políticos. O vice-prefeito, tentando acalmar a multidão improvisa “um comício” no qual justifica a ação dos policiais, de total passividade, diante da manifestação e até a permissão para retirada do luminoso.

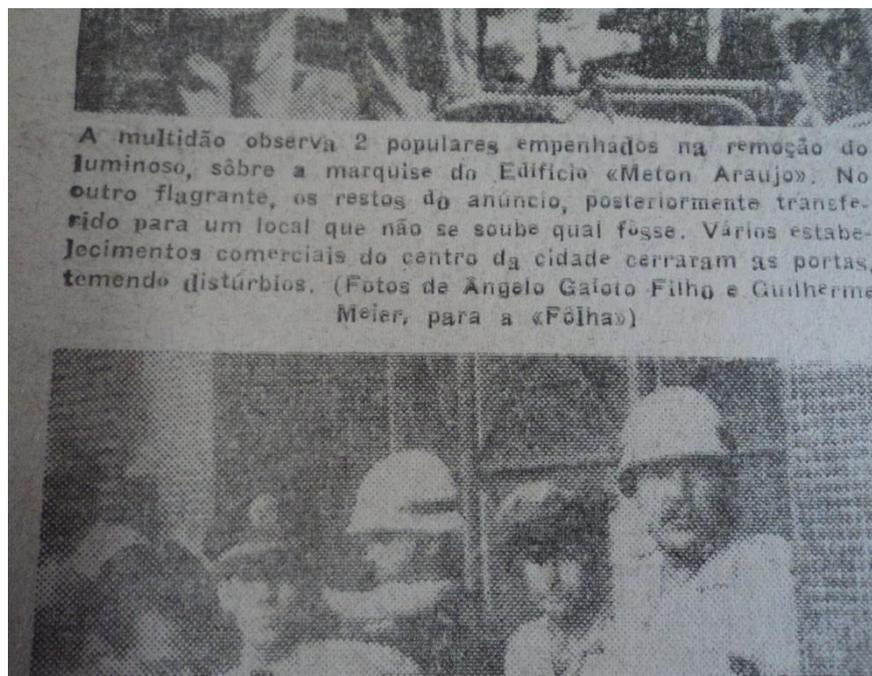
Figura 7. Autoridades interpretaram a troca da retirada do luminoso pelo fim da manifestação como concessão vantajosa, “preferindo-a ao eventual sacrifício de vidas humanas”. Folha de Londrina de 03/04/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



A notícia informa que um “rigoroso policiamento controlou a multidão”, e também bloqueou a entrada para a redação do jornal evitando assim que houvesse depredação das dependências do *Última Hora*.

A reportagem veiculada pela *Folha de Londrina* sobre o assunto revela aquilo que se tornaria uma tendência na cobertura de notícias durante a ditadura – a era do jornalismo que pouco (ou nada) pergunta. Os jornais pesquisados se limitam a narrar os fatos sem aprofundar as questões ou estimular os questionamentos. Nenhum dos manifestantes presentes ao ato é entrevistado pelo jornal, ou, identificado. O texto informa que são “2 os populares empenhados na remoção do luminoso” do jornal e também relata a atitude passiva da polícia diante dos manifestantes, denominada pelas autoridades presentes ao local de “concessão vantajosa”.

Figura8. Uma vez retirado o luminoso, a multidão começou a se dispersar. Reprodução fotográfica da Folha de Londrina de 03/04/1964. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



O *Correio da Manhã*, após adesão inicial e editorial saudando os militares e dizendo adeus a João Goulart (Basta!, Fora!, e Não pode continuar), manteve postura firme no protesto e na denúncia das torturas e das arbitrariedades que passaram a fazer parte da vida brasileira, afirma Sodré (1999).

As informações sobre torturas surgem já em 1964. O livro *10 reportagens que abalaram a ditadura*, reúne a série de reportagens publicadas pelo jornal o *Correio da Manhã* que revela “torturas sistemáticas” que ocorrem em Pernambuco, desde o início de 64. De forma mais detalhada, as denúncias resultaram no livro: *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves, lançado em 1966:

No dia 3 de abril de 1964 o *Correio da Manhã* publicou, na primeira página, um editorial intitulado *Terrorismo Não!* Era o primeiro grito de alerta contra o clima que se instaurava no Brasil e que viria a ser, nos meses seguintes, vivido por todo o povo brasileiro (ALVES, 1996, p. 29).

Jornalista do *Correio da Manhã*, Alves (idem, p.39) conta que as pessoas passaram a procurar a redação para denunciar as torturas. Em pouco tempo, as denúncias tornaram-se frequentes. Em agosto de 1964, a insensibilidade aos novos relatos parecia estar dominando a redação. Uma carta de um estudante angolano, preso ilegalmente e vítima de tortura, motivou o jornal a desenvolver uma grande campanha contra as torturas, a buscar informações complementares e confirmações sobre os abusos. “O esforço de informação

que desenvolvemos em setembro e outubro de 1964 conseguiu, provisoriamente, paralisar o emprego de tortura nos relatórios políticos”, afirma Alves (1996, p.40).

Segundo Sodré (1999, p.435), de 1964 a 1965 o *Correio da Manhã* foi considerado o “baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas e das arbitrariedades” que passaram a fazer parte da vida brasileira. Com o corte da verba publicitária por parte das agências estrangeiras, o *Correio da Manhã* começou a “debilitar-se financeiramente; foi compelido a aceitar como interventor pessoa ligada àquelas agências e perante elas, fiadora da progressiva mudança de posição do jornal” (idem). O *Correio da Manhã* poderia se opor à ditadura, mas não aos interesses norte-americanos. Aqui se evidencia a política de cooptação do IPES: verba para os apoiadores, ameaças e pressão sobre os contestadores.

Bahia destaca o papel do jornalista Carlos Heitor Cony – *Correio da Manhã* – que publica no dia 2 de abril a primeira crônica política contra o golpe militar:

Cony se transforma num exemplar panfletário nesse período inicial do regime militar e resgata em desafio à nova ordem o verdadeiro papel do jornalismo, publicando verdades que perturbam, desorientam e confundem os golpistas. Num momento de silêncios coniventes e manifestações cúmplices, Cony age como um audacioso e solitário espadachim em defesa da dignidade da pessoa humana, até que outras vozes se levantem a favor da liberdade e da democracia (BAHIA, 1990, p.322).

Por ordem do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, Cony foi interrogado e teve que prestar esclarecimentos ao juiz Célio Resende, da 12ª Vara Criminal, sobre os artigos publicados no *Correio da Manhã* no período de 12 de abril a 30 de junho de 1964. Segundo a denúncia do promotor, o jornalista “pretendeu intrigar ou causar animosidade entre ou contra as Forças Armadas, ultrapassando os limites da liberdade de imprensa, e atentando contra a segurança nacional”. Cony confirmou a autoria dos artigos, mas negou os motivos apresentados pela promotoria:

Os artigos tiveram em mira – disse – protestar contra determinados militares que, transcendendo de suas funções constitucionais militarizaram a política e a administração. Fiz uso da liberdade de opinião, assegurada pelas leis maiores do País, pela Carta dos Direitos do Homem das Nações Unidas e por meus brios pessoais de cidadão. Continuou dizendo que atacara políticos e administradores, que, “lamentavelmente também eram militares” (*Diário dos Campos*, 22/08/1964).

Figura9. O jornal *Diário dos Campos* publica no dia 22/08/1964 notícia sobre o interrogatório do jornalista Carlos Heitor Cony, por ordem do então Ministro da Guerra, General Costa e Silva. Reprodução fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



Toda essa coragem resulta em perseguição, intimidação, ameaças, indiciamento, censura e prisão de Cony que, posteriormente, reúne suas crônicas no livro *O ato e o fato*. A postura de Cony, em defesa da dignidade humana, dos ideais em que acredita será retomada mais adiante.

Segundo Alves (1996), a primeira referência a torturas apareceu nos jornais de 7 de abril, mas, foi no dia 18 de abril que surgiu a primeira notícia concreta:

Algumas linhas, perdidas no fundo das sessões de polícia dos jornais, diziam: “o operário José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários, que se encontrava preso para averiguações no DOPS, atirou-se do terceiro andar do prédio da Polícia Central, vindo a falecer”. Preferira morrer a continuar sofrendo os interrogatórios (ALVES, 1996: 31).

Laurenza (2008), relata que nos primeiros 15 dias do golpe, um correspondente do jornal *Última Hora* de uma cidade do interior do estado de São Paulo, e um diretor da redação do Rio de Janeiro, foram presos pelo Dops, e este segundo, permaneceu incomunicável:

Na primeira página da edição de 13/04/1964, *Última Hora* pediu ao novo governo que não fechasse o caminho da solução pacífica para a crise brasileira. *UH* afirmava que divergia politicamente de Castelo Branco, mas que daria seu reconhecimento ao novo governo, sempre que este atuasse “no sentido de impedir que o ódio, a vendeta e as perseguições movidas pelos grupos ora dominantes, venham barrar o caminho das soluções pacíficas para a crise brasileira”. O editorial conclui que o jornal preferiria desaparecer a trair a confiança do povo, razão de viver da *UH* (LAURENZA, 2008:202).

No dia 2 de maio de 1964 o jornal publica na coluna Opinião de “UH” o texto Sinais Inquietantes:

Um mês após a vitória do movimento de 1 de abril, a atmosfera nacional está ainda carregada de sinais inquietantes. Rapidamente se desfez os sinais de euforia das correntes vitoriosas face ao peso da responsabilidade com os problemas a enfrentar e, sobretudo, em consequência do mal-estar, do sentimento de culpa decorrente das violências que se comandaram pelo País afora em nome da revolução triunfante (Jornal Última Hora¹⁴, 2/05/1964, p.4 coluna Opinião de “UH”_Sinais Inquietantes).

A ameaça comunista era tema frequente nos editoriais de março de 1964 e também motivava muitas manifestações de repúdio ao governo reformista e das esquerdas, João Goulart. Do outro lado, estavam os militares, considerados “salvadores do país”. Esse antagonismo reproduzia na verdade, o discurso elaborado pelo IPES e disseminado na mídia “parceira”, que comungava dos mesmos ideais. Ou seja, o inimigo representado pelo comunismo poderia tomar conta do país e por fim às liberdades individuais, a democracia, aos princípios cristãos e da própria Constituição.

Segundo D’Araujo, em nome de expurgar o país do comunismo, outro grande setor a ser atingido foi o sindical. “A perversa associação de arruaça, comunismo e desordem permaneceu por muito tempo, e os sindicatos tiveram que se transformar nos grandes mudos da década seguinte” (D’ARAÚJO, 1979, p. 69-70). Para a autora, em 1964, o governo chegava ao fim sem que o grupo militar que tomava o poder soubesse exatamente que projeto implantar. Afirma D’Araujo:

O objetivo principal era depor o governo Goulart, e isso, pelas razões que vimos, foi conseguido com menos custo do que se imaginava. O golpe, e isso deve ficar bem marcado, não trazia definido um projeto de governo, muito menos trazia demarcado que nos próximos anos o país entraria em um dos seus piores momentos em termos de liberdades políticas. O que houve a partir de então foi um longo processo de disputas intramilitares e acirramentos ideológicos, que são contornados concedendo maior poder aos “revolucionários” mais radicais de primeira hora, para, assim, manter a coesão militar (idem).

Skidmore também aponta a inexistência de um projeto de governo militar quando afirma:

Desde o início do seu governo os revolucionários não se entenderam sobre a profundidade da reforma por que deveria passar a estrutura política brasileira. Os três ministros militares resolveram inicialmente a questão editando o (primeiro) Ato Institucional em 9 de abril de 1964. Limitaram-se ali a um cronograma relativamente curto. Tudo de que necessitavam eram os expurgos políticos de abril-junho de 1964. A partir daí a nação presumivelmente voltaria ao regime constitucional. Mas Castelo Branco descobriu que sua tarefa era muito mais difícil

¹⁴ Edições de Última Hora dos dias 2, 5, 7, 9, 11, 12 e 14 de maio foram pesquisadas no setor de microfilmagem da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, em 28 de março de 2012.

do que se pensava, pois não se limitava simplesmente a remover “subversivos” da vida pública (1988, p.89).

Dreifuss (2008) relata detalhadamente as várias ocasiões em que civis e militares estiveram interligados no projeto de derrubada do governo, sem contar que “o complexo IPES/IBAD conquistou ampla rede de apoio das Forças Armadas e também de militares de reserva” (idem, p.389). O pesquisador demonstra que a elite orgânica e líderes militares discutiram o modelo de governo pretendido e considerado ideal para impulsionar a economia do país. Tanto que as diretrizes e orientações para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 foram fornecidas por Grupos de Estudo e Doutrina do IPES (idem, p.437).

Os empresários puderam assegurar através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados:

Depois de abril de 1964, o IPES foi transformado em um eficaz “órgão intermediário” para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque. Ainda continuou a moldar a visão dos setores empresariais sobre assuntos econômicos e questões políticas (DREIFUSS, 2008, p.472-473).

Sobre a existência ou não de projetos de governo para o período pós-golpe Carlos Fico compartilha da opinião de Skimore (1988) e D’Araújo (1979) de que eles não foram detalhadamente definidos:

Porém, no que se refere a planos de governo detalhadamente estabelecidos, há consenso historiográfico sobre sua inexistência: além da ânsia punitiva, existiam, quando muito, diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos. Tudo o mais seria improvisado (FICO, 2004, 74-75).

Algumas situações pontuais tanto comprovam a interferência da elite na condução dos rumos do país, quanto revelam a proximidade entre conspiradores civis e militares:

A 31 de março, no dia do desencadeamento do golpe, um grupo de diretores de grandes bancos e indústrias criou em São Paulo, a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social _ ANPES, como parte de um esquema para tornar o associado do IPES e tecnopresário Roberto de Oliveira Campos o ministro do Planejamento do novo governo (DREIFUSS, 2008, p.445).

De fato, os novos líderes da equipe econômica do governo militar, Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões, ambos associados do IPES ainda no seu início, são responsáveis pela elaboração do diagnóstico econômico do novo governo, “contido numa publicação de 240 páginas intitulada Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)” (SKIDMORE, 1988, p.36). Por outro lado, enquanto a burguesia comemorava a 2 de abril a

deposição do presidente João Goulart com uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, empresários manifestavam-se a favor da candidatura do general Castello Branco.

A criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) considerada “inovação fundamental” introduzida pela administração pós-1964, pode ser tomada como outro exemplo da continuidade da interligação entre conspiradores civis e militares:

Seu fundador e primeiro chefe é o general Golbery do Couto e Silva, que deixou seu posto no IPES, formalmente em julho de 1964, sem, entretanto, romper laços com a organização, onde continuou como membro do Conselho Orientador. (...) em sua nova função, continuaria a desempenhar o mesmo tipo de atividade que havia desenvolvido no IPES até aquela data, apesar de serem agora grandemente “ampliadas em recursos e meios” (DREIFUSS, 2008, p.442).

O sistema de informação implantado pelo complexo IPES/IBAD, inspirou os militares a manterem e ampliarem o serviço, considerando a eficiência constatada no período imediatamente anterior. Para Dreifuss (2008, p.439), “após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro industrial multinacional e associada”.

Um panorama das dificuldades em que se encontrava a economia brasileira no início de 1964 é apresentado por Skidmore (1988, p.68-69): o governo Goulart acumulara uma dívida de US\$3 bilhões, fornecedores estrangeiros, como as companhias internacionais de petróleo não concediam mais crédito ao Brasil; a inflação alcançara a taxa anual de 100 por cento, além das chamadas “distorções econômicas”, que resultavam em bruscas oscilações nas taxas de salários reais, desorganização do mercado de crédito, distorção do mercado de trocas externas e incentivo ao uso de capital para manipular inventários ou especular com moedas estrangeiras. O caos resultante excluía a possibilidade de investimentos à longo prazo de que o Brasil tanto necessitava.

Os líderes da equipe econômica do novo governo empreenderam um conjunto de reformas “das políticas fiscal, creditícia e trabalhista, consideradas necessárias para garantir a definitiva superação do problema inflacionário e condições adequadas para que o setor privado promovesse a retomada do desenvolvimento econômico sob suas lideranças” (PRADO; EARP, 2010, p.216). Isto quer dizer que para controlar a inflação era necessário atacar as causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário. O governo considerava o déficit como o item que precisava de ação mais imediata.

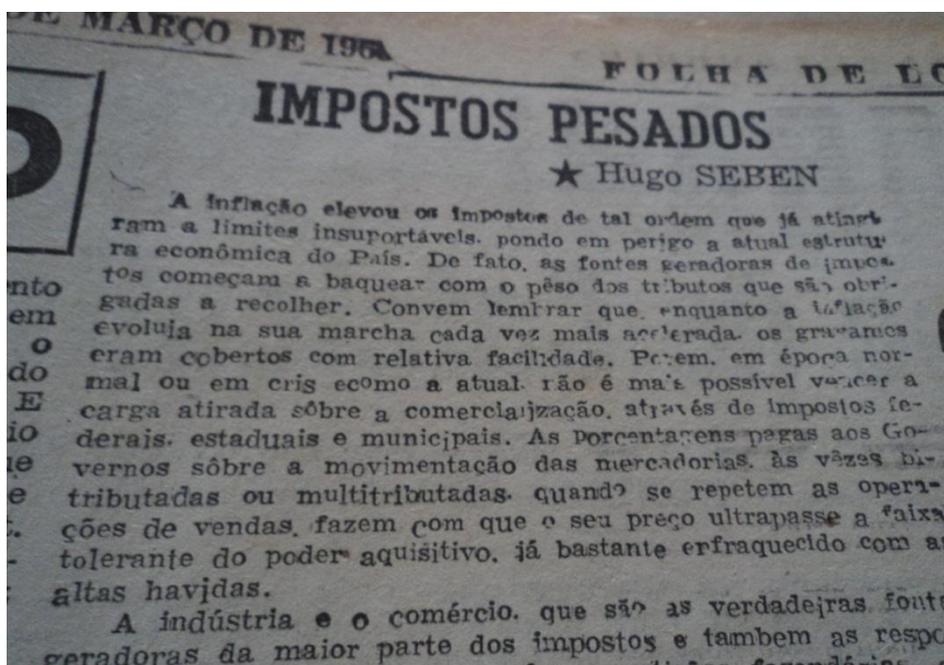
Sobre a política econômica dos militares golpistas, Skidmore afirma:

A Revolução de 1964 prometeu mudar o sistema de formulação da política econômica. O primeiro Ato Institucional fortaleceu o poder do presidente às custas do Congresso. Em nenhuma outra área estava o novo governo mais ansioso para demonstrar seus poderes do que na política trabalhista. O governo Castelo Branco estava firmemente determinado a assumir o controle dos salários. E começou uma vassorada nos líderes sindicais. (...) Eliminada a possibilidade de qualquer oposição nos sindicatos, o novo governo passou à definição de sua política salarial em junho e julho de 1964. A meta era impedir que os salários subissem mais depressa do que a taxa descendente de inflação (1988, p.77).

O cumprimento dos objetivos de controle da inflação não foi bem sucedido, o programa de estabilização deu-se em um contexto de baixo crescimento econômico e de grande insatisfação popular com os rumos da economia e, apesar da impopularidade que gerava com o governo, foi mantido. O quadro era de recessão, “fruto da política anti-inflacionária do governo anterior”, quando o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência da República em março de 1967 (PRADO; EARP, 2010, p.219).

Em março de 1965, um ano após o golpe, articulista da *Folha de Londrina* faz críticas à política econômica do governo que além de não controlar a inflação, desencadeou o aumento dos altos impostos.

Figura10. *Folha de Londrina*, edição de 31 de março de 1965, p. 3. Reprodução Fotográfica. Fonte: Biblioteca Pública de Londrina.



A nova Constituição em vigor e a primeira sucessão no regime significavam a instituição da nova ordem. E, no plano político, buscavam-se novos mecanismos de legitimação em substituição ao desgastado argumento de que “o regime era necessário para

restabelecer a ordem econômica e política” (FOLHA DE LONDRINA, artigo Impostos Pesados, 31/03/1965).

A imprensa novamente manifesta em suas páginas insatisfações com a condução do governo Costa e Silva. O jornal paranaense, *Gazeta do Povo*, pouco afeito à críticas, na edição de 3/1/1968, publica editorial intitulado: *Tensões Econômicas de 68*. No editorial analisa as perspectivas econômicas do referido ano e relaciona os principais problemas a serem enfrentados pelo governo federal: contenção do novo surto inflacionário, diminuição das reservas cambiais, e, necessidade de se retomar os investimentos privados. O texto é parcimonioso, não faz críticas diretas, adota sempre o tom de ponderação. Ao mesmo tempo em que afirma que o governo federal “terá que enfrentar, já na primeira parte do ano, o ímpeto difícil de conter o avanço inflacionário”, faz elogios ao governo Costa e Silva que, em 1967, “em termos (*sic*) de contenção”, teve resultados bem significativos.

A *Gazeta* publica ao lado de seu editorial, na página 3, a Coluna do Castello, material este, distribuído pela AJB (Agência *Jornal do Brasil*). As discussões mais significativas que pautam o cenário nacional são repercutidas na Coluna, enquanto o editorial prioriza as temáticas estaduais, se mobiliza em campanhas e na defesa de desenvolvimento econômico a partir de “know-how” proposto por modelo norte-americano. É o que acontece na edição de 2/10/68. A Coluna do Castello, intitulada *Nos Centros das Insatisfações*, aponta o presidente como o causador de descontentamentos generalizados. Diz o texto inicial:

O marechal Costa e Silva está no centro dos descontentamentos nacionais. Civis e militares queixam-se do seu imobilismo. Para ambos, embora as inspirações sejam opostas, o presidente não faz tudo quanto deveria fazer. Os civis sentem-se à margem, sem influência, desprestigiados. Os militares declaram-se frustrados, insuficientemente interpretados pelo tipo de Governo que o marechal exerce (GAZETA DO POVO, 2/10/68, Coluna do Castello. p.3).

Ao lado da Coluna, o editorial sai em defesa da “tese” (palavra comumente utilizada nos editoriais da *Gazeta*) de que o estado precisa de recursos financeiros e máquinas “quaisquer que sejam suas procedências”. Em vários trechos o texto reforça a ideia inicial: “(...) deveremos estar de braços abertos em relação ao capital, às máquinas e ao “know-how”. Não podemos permanecer de cócoras e de costas voltadas para o impressionante desenvolvimento tecnológico e cultural que caracteriza a atualidade mundial” (GAZETA DO POVO, 2/10/68, Editorial, p.3).

A insatisfação com os resultados da política econômica se amplia, a partir daí uma série de acontecimentos desencadeia manifestações que vão culminar com o Ato Institucional nº 5, o AI-5. O regime assumiu seu formato mais autoritário e, na sequência

vieram “novas cassações de adversários, a morte de Costa e Silva, o início da luta armada contra o regime, a posse de uma junta militar provisória e a escolha do novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici” (PRADO;EARP, 2010, p.221).

Marcondes Filho (2009) destaca que as vozes marcantes que protestaram contra a ditadura desde o seu início, foram a dos movimentos estudantis, seguidas de manifestações artísticas e culturais. Esta é uma característica do ano de 1968, as crescentes passeatas e protestos estudantis que tomaram conta de vários países da Europa, América e até mesmo Japão. As universidades foram o palco das maiores manifestações. “Elas reproduziam a sociedade da época – autoritária, conservadora, fechada e estratificada – e também concentravam os “revolucionários”, jovens que tinham acesso a informações e discussões internacionais” (BUENO, 2008, p.58).

Mattos e Swensson (2003, p.29) reforçam que no Brasil, “o movimento estudantil representa a força mais bem articulada no período” e, partindo dos grandes centros, avança em território nacional. Um dos acontecimentos mais marcantes da repressão policial ao movimento estudantil ocorreu no dia 28 de março de 1968. Durante uma manifestação em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, soldados da Polícia Militar dispararam tiros contra os cerca de dois mil estudantes ali reunidos. Um dos tiros atingiu o estudante secundarista Edson de Lima Souto, de 17 anos, que morreu na hora.

O movimento se expande e começa a mobilizar parcela da população, indignada com a violência policial que resultou na morte do estudante secundarista. O velório realizado na Assembleia Legislativa, conta com a presença de políticos, líderes estudantis e uma multidão. No dia seguinte, o cortejo fúnebre percorreu as principais ruas e avenidas do centro do Rio de Janeiro, demonstrando a revolta e o descontentamento da população. Afirmam Mattos e Swensson (2003, p.29):

A missa fúnebre foi realizada na manhã do dia 4 de abril, na igreja da Candelária, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas. Ao deixar a igreja, a multidão entrou em confronto com a polícia. O episódio só não terminou num massacre porque os padres saíram em defesa dos manifestantes. Mesmo assim, seiscentas pessoas foram presas e houve inúmeros feridos. A violenta repressão mobilizou outros setores da população, que se juntaram aos protestos iniciados pelos estudantes. No dia 25 de junho, uma grande passeata reuniu, no Rio de Janeiro, cerca de 100 mil pessoas, e ficou conhecida como Passeata dos Cem Mil.

Em decorrência do assassinato do estudante Edson de Lima Souto, as manifestações estudantis se estendem por todo o país, também aumentam as repressões e o emprego da força por policiais militares. Mesmo com a proibição das passeatas e manifestações, os estudantis contrariam o governo e saem às ruas no dia 1º de abril, aniversário do golpe e 1º

de maio, em apoio à luta operária. Nas principais capitais brasileiras, a imprensa dá destaque à cobertura do movimento estudantil.

Antecedendo a Passeata dos Cem Mil, ocorre no dia 21 de junho a Sexta-Feira Sangrenta, episódio que envolve estudantes e civis numa verdadeira batalha contra policiais armados e disparando em meio à multidão, tiros, gás lacrimogênio e pancadaria. Estudantes respondem com pedras e paus, e a população atira do alto dos prédios vários objetos, um deles causa a morte de um policial. O estudante Manoel Rodrigues Ferreira é baleado na “Sexta-Feira”, e morre.

Novas violências e inúmeras prisões fizeram com que os protestos se alastrassem pelo país. O movimento sindical neutralizado com o golpe de 64 começa a rearticular-se e, em 1968, ocorrem duas grandes greves contra a política de arrocho salarial do governo federal: no mês de abril, 15 mil operários param as atividades em Contagem (MG), e, em julho, 10 mil trabalhadores aderiram à greve em Osasco, na grande São Paulo.

Em outubro, outro estudante seria morto, na Faculdade de Filosofia da USP, atacado pelo “Comando de Caça aos Comunistas” e estudantes direitistas. Os comunistas, surpreendidos pelo golpe de 1964 e colocados na clandestinidade, começavam a se rearticular, buscando alguma forma de atuação. Fico (Ibid, p.60) relata que em dezembro de 1967, a ALN - Aliança Nacional Libertadora -, de Carlos Marighella, “iniciou uma onda de assaltos a bancos, com o propósito de levantar recursos para sustentar a organização.”

Se por um lado faltou planejamento detalhado dos rumos econômico-financeiro do governo no pós-64, por outro, a ditadura militar se empenhou na institucionalização do aparato repressivo. Segundo Fico (2004, p.75), pode-se falar em um projeto repressivo, centralizado e coerente: “A caminhada que levaria ao AI-5 não se faz às cegas”. A linha dura começou como simples grupo de pressão e, gradualmente, impôs a tese de que era inevitável o endurecimento do regime:

Portanto, não se deve compreender a constituição do aparato repressivo, possibilitada pelo **AI-5** e representada pelo sistema Codi-Doi, como uma simples reação à “luta armada”. Assim como o **AI-2** não foi somente uma reação ao resultado das eleições de outubro de 1965, tampouco o **AI-5** foi apenas uma resposta à opção de parte da esquerda pela luta armada. Havia desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela “luta armada” antecedeu o próprio golpe de 1964 (FICO:2004, p.81).

De acordo com o autor, o projeto global de repressão e controle passava pela espionagem, polícia política, a censura, a propaganda política, e o julgamento sumário de pretensos corruptos.

Para Borges (2010, p.22), no plano político-ideológico, “os 15 anos subsequentes a 1964 constituíram um período de capacitação e incremento do potencial da instituição militar para tornar-se um ator político relevante, ou seja, força política capaz de impor seus interesses e necessidades institucionais aos demais atores políticos”

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) com base na Doutrina de Segurança Nacional. “O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude de seu crescimento desmensurado e de suas ações terroristas” (idem, p.23).

O governo Médici foi marcado pelo *boom* do milagre econômico, caracterizado pelas elevadas taxas de crescimento, o que serviu de instrumento de propaganda do governo. Afirma Rezende (2003, p. 115):

Os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexão entre a sua proposta de democracia e as realizações econômicas daquele período. O denominado “milagre econômico” era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de construção de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade.

O ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, “apareceu como o responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial” (PRADO; EARP, 2010, p.222). O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que as condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Essas condições favoráveis desaparecem e o próximo governo militar passa a enfrentar turbulências.

1.1.2 Ação Militar no Paraná

O lançamento oficial do IPES, no final do ano de 1961 foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora* e também por expressivas figuras políticas, eclesiásticas e intelectuais. Rapidamente o IPES se expandiu até Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores. No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP era baseada no quadro de membros da Associação Comercial do Paraná _ ACOPA. Entre militantes de destaque estavam um integrante do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e outro da Confederação Rural Brasileira.

Dreifuss (2008, p.410) mostra que, em meados de 1963, o mesmo modelo desenvolvido no Estado de São Paulo, de civis e militares interagindo contra o Executivo e sendo organizados para derrubar o governo nacional, era comum aos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Redes regionais atuavam em cada um desses estados. O principal organizador militar, no Paraná, foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5ª Divisão do III Exército. O aspecto civil do movimento era liderado por José Manoel Linhares de Lacerda, que coordenava unidades integradas por grandes proprietários de terras, juntamente com líderes do IPES da Associação Comercial do Paraná e Paulo da Rocha Chueri que formava um importante elo com a força policial do Estado.

O IBAD atuava de forma bastante ativa no movimento sindical do Paraná, “considerado Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o governador Ney Braga e patrocinava diversos sindicatos e seus líderes” (idem). O I Encontro de Trabalhadores Democráticos do Paraná, com a presença de mais de duzentos representantes de sindicatos foi organizado pelo IBAD. O slogan do encontro era “anticomunista sempre, reacionários nunca”, que apelava para os trabalhadores do setor comercial e serviços, as camadas mais altas das classes trabalhadoras industriais, as classes médias e as fileiras das Forças Armadas.

Dreifuss (2008) analisa que o Paraná era importante por sua proximidade geográfica de São Paulo, e, embora não se achasse entre os centros industriais mais importantes do país, ele tinha uma grande população das classes trabalhadoras nas áreas rurais e das indústrias de porte médio e do sistema de prestação de serviços do Estado.

Dutra (2004) é um dos poucos autores que tratam do golpe a partir da visão dos militares que atuavam no Paraná:

O 31 de março, no Paraná, transcorreu em meio a informações desencontradas e boatos de toda ordem, transmitidos pelas emissoras de rádio. Na tarde desse dia as tropas do Paraná receberam ordens superiores para entrar no regime de prontidão rigorosa, o que de fato ocorreu (DUTRA, 2004, p.198).

Segundo o autor, a baixa densidade militar no estado não oferecia as mesmas condições de organização para a conspiração como ocorria em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Talvez por essa razão justifique-se “o pequeno envolvimento dos militares paranaenses com a cúpula revolucionária, o que, por outro lado, não autoriza afirmar que esses militares estiveram alheios ao processo” (idem, p.195).

De acordo com Dutra, os militares estavam divididos. “O ambiente militar começou a ficar conturbado no ano de 1963, complicando-se ainda mais com a decisão do Supremo

Tribunal Federal de declarar a inelegibilidade dos sargentos” (idem, p.197). Em setembro deste mesmo ano, assumiu o comando da Infantaria Divisionária de Ponta Grossa o general Chrysantho de Miranda Figueiredo que defendia publicamente o governo federal e, conseqüentemente, seu programa reformista. Ao mesmo tempo, o comando da 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria (RM/DI) em Curitiba, é passado ao general Silvino Castor da Nóbrega, que defendia “veladamente” as posições do presidente da República. Estes e outros comandantes considerados de esquerda, em virtude de suas posições, “colocavam-se em rota de colisão com os demais oficiais nacionalistas”(idem).

Para o autor, o governador do Paraná, Ney Braga, era um coronel que inspirava dúvida quanto ao seu comportamento na cúpula militar sediada no Estado. Foi necessário um pronunciamento na TV contra o que chamava de “baderna”, para por fim aos comentários que havia no meio político de que ele não era um revolucionário (idem).

Dreifuss (2008, p.333) afirma que “o Coronel Nei Braga, governador do Paraná, era discretamente a favor do plano, não preferindo dar apoio abertamente”. Heller e Duarte, (2000, p.77) relacionam dois episódios sobre a postura aparentemente dúbia do ex-governador Ney Braga, que “sobreviveu ao golpe de 1964 como homem de confiança do regime”, que não deixam dúvidas quanto à sua indecisão política.

Em fevereiro de 1964, quando “nuvens negras já despontavam no horizonte político”, o então governador Ney Braga enviou ao Rio de Janeiro, dois homens (um coronel e um major, sendo o primeiro secretário de Viação) para sondar o ambiente nos meios políticos e militares, conforme relatam Heller e Duarte (idem, p.55):

Na volta, ambos disseram em reunião do secretariado que a posição de Jango era sólida, porque o seu dispositivo militar era “inexpugnável”. Diante disso o governador foi ao Canal 6, TV Paraná, no dia 19 de março para dizer que “as forças armadas estão aí para defender o regime democrático e a legalidade que sempre defenderam”.

Quando João Goulart é deposto 12 dias depois Ney Braga dá novas declarações em 1º de abril: “o Brasil está livre e nele vingará a democracia cristã” (idem, p.56).

Dutra (2004) aponta que os oficiais paranaenses sabiam que algo aconteceria, mas desconheciam o dia e a forma dos acontecimentos. Em seus relatos sobre o golpe, dos três militares entrevistados, dois disseram terem sido surpreendidos com o início do movimento, sendo que um deles trabalhava na seção que trata da inteligência militar, informações e contra-informações. O terceiro acredita que poucos militares foram apanhados inteiramente de surpresa em função do rápido desenrolar dos acontecimentos em março de 1964.

Afirma Dutra:

As primeiras notícias que chegaram ao estado davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense, uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares. Esse fato causou dúvidas em alguns oficiais quanto à posição que deveriam adotar em relação aos acontecimentos. Essa incerteza ficou patente nas sucessivas reuniões de comando realizadas na noite de 31 de março e durante o dia 1º de abril (...) (2004, p.198).

Cabe ressaltar que o “rápido desenrolar de acontecimentos” que levou ao golpe pegou de surpresa não apenas militares paranaenses, mas, inclusive aqueles que o tramaram, conforme explica Fico:

Ao que tudo indica o golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31, em Juiz de Fora (MG), pelo general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, oficial que sempre parecera afoito demais aos olhos dos verdadeiros líderes da conspiração. Mourão, porém, impacientava-se com a demora. Em articulação com o governador mineiro Magalhães Pinto, decidiu tomar a iniciativa, mesmo sabendo que sua opção de atacar o Rio de Janeiro era contestada pelo general Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisionária em Belo Horizonte, que preferia deflagrar uma sublevação em Minas Gerais (2004, p.16).

Diante da iniciativa do general Mourão, não restou outra alternativa aos conspiradores principais senão aderir ao golpe, e “tomar as iniciativas possíveis para que o golpe se completasse” (idem). Essas iniciativas se limitavam a alguns telefonemas e movimentações.

Em Curitiba, todos os oficiais que serviam na guarnição militar tiveram que informar ao comandante, a quem estavam apoiando. A maioria aderiu ao “movimento militar contra o comunismo, a corrupção e a quebra de disciplina” (DUTRA, 2004, p.198).

A reação do general Silvino, comandante efetivo da Região Militar que estava de férias no Rio de Janeiro, despertava preocupações. Na noite do dia 31 de março viajou com destino a Curitiba com o intuito de reassumir o comando da 5ª RM. O avião foi desviado para Porto Alegre diante da alegação de impossibilidade de pouso na capital paranaense. De Porto Alegre o general tentou, sem sucesso, organizar uma resistência junto aos batalhões de Blumenau e Joinville. Acabou destituído do comando acusado de apoiar comunistas.

Segundo Dutra, por pouco o Paraná não foi palco de confronto entre militares. Tropas paulistas se deslocaram em direção à Curitiba, prevendo a possibilidade de confronto com tropas do general Silvino.

Por entender que os militares são fontes importantes para o conhecimento da conspiração e do golpe, Gláucio Ary Dillon Soares (1994) se propôs a abrir a “caixa preta” (grifo meu) dos militares, e identificar, a partir da perspectiva deste grupo, quais foram as

razões para o golpe de 64. Diante das dificuldades e limitações em se verificar junto aos militares suas motivações para o golpe, Soares explica que os trabalhos e pesquisas foram desenvolvidos, durante anos, sempre *contornando* [grifo do autor] os próprios militares. Para o autor, nas pesquisas que se desenrolaram no período anterior ao golpe, “o papel dos militares foi subestimado”, assim como sua autonomia:

As tradições da sociologia política feita no Brasil, na época, que eram eurocêtricas e geradas no século XIX, dificultaram a percepção da relevância política de várias classes e setores sociais *historicamente novos*. Insistiam em ver toda luta política como um embate entre as duas únicas classes que seriam politicamente relevantes: a burguesia e o proletariado.[...] Abundavam as interpretações e reinterpretções e escasseavam as pesquisas. [...] Deduziam o que aconteceria com bases em teorias supostamente universais e não em pesquisa concreta, feita no Brasil e sobre ele. (SOARES, 1994, p.11-12)

Para Soares (1994), “o mundo acadêmico e a esquerda política estavam despreparados para o que realmente aconteceu: um golpe de direita, liderado pelos militares”. O autor aponta que nas entrevistas e nas análises de escritos de militares, além de discursos e pronunciamentos, o caos e a anarquia estão entre as condições que contribuíram para o golpe de 64. “Nesse sentido, o clima administrativo que imperou durante o governo de João Goulart, e antes dele desde agosto de 1961, parece ter contribuído para convencer os militares a intervir” (idem, p.24).

A partir da análise de conteúdo de textos e documentos escritos por militares, assim como entrevistas com militares que ocuparam posições-chaves em todos os governos do período ditatorial pós 64, e vasto levantamento bibliográfico a respeito do golpe, Soares (1994, p. 29) elaborou uma lista extensa “de *todas* as explicações dadas para a ação contra Goulart”. Para efeito de análise, o autor (idem, p. 31) condensa os resultados em três blocos, que representam as justificativas e explicações apontadas com maior frequência pelos militares para o golpe. São elas: o caos (e todas as menções como desordem, baderna bagunça, anarquia, troca-troca de ministros e administradores, a paralisia decisória e o relaxe administrativo); o perigo comunista e suas várias dimensões (crescimento da esquerda, a possibilidade de o Brasil se tornar uma república popular ou república sindicalista, e outros termos semelhantes); e finalmente, as razões especificamente militares (a crise hierárquica e a interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares foram, de longe, as mais frequentes).

Na sua investigação junto aos militares paranaenses, Dutra (2004, p. 200) indaga sobre as teorias que apontam as razões que levaram os militares a intervir: “iminência de uma revolução socialista; caos econômico e social; desestruturação das Forças Armadas; quebra da hierarquia e da disciplina”. A opinião dos três generais (Ítalo, Justus e Negrão)

são praticamente idênticas. Para o general Negrão, “a tentativa de desestabilização das Forças Armadas pela quebra da hierarquia e da disciplina,” justificou a quase unanimidade das razões apontadas pelos militares. O general Justos acredita que todas as razões apresentadas contribuíram para o golpe, entretanto, considera que “a quebra da hierarquia e da disciplina, e o clamor popular”, motivou a participação da maioria dos militares na intervenção de 64. “A preparação para a implantação de uma república sindicalista, e conseqüentemente a tomada de poder pelo Partido Comunista”, somados ao “comportamento do Presidente, confraternizando com sargentos e marinheiros em atos de total indisciplina, revelava uma violenta quebra de hierarquia militar”, são as razões destacadas pelo general Ítalo (DUTRA, 2004, p. 200).

Alguns aspectos do estudo de Dutra merecem ser pontuados: o Paraná ocupa posição geográfica estratégica, pois constituía uma barreira às tropas do Rio Grande do Sul, “sempre dispostas à ação”, em direção ao sudeste e centro do país. Informa Dutra (2004, p.198): “Somente em um segundo momento houve preocupação do comando revolucionário com o aparato militar o Paraná”. Por fazer fronteira com outros países, o estado foi estrategicamente utilizado para instalação e operacionalização da Operação Condor, como se verá adiante.

O autor fala sobre a baixa densidade militar no estado que não “oferecia as mesmas condições de organização para a conspiração” como ocorreu em outros estados (SP, RJ, RGS). Distante dos centros de conspiração, militares paranaenses recebem em 31 de março informações desencontradas, mas, até 1º de abril a adesão ao “movimento militar” foi quase total.

A Revista Panorama¹⁵ de maio de 1964 registra que foram efetuadas 300 prisões em todas as regiões do Estado do Paraná. Um levantamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, feito em 1964 e 1969, aponta que ocorreram 2.726 prisões no Paraná, sendo que somente a partir de 1975 houve mais de 975 detenções. Essas informações demonstram que, de fato, os militares estavam de prontidão, embora houvesse incertezas quanto à data definida para ocorrer a intervenção. Assim que desenrolou o golpe, as ações desencadeadas no Paraná reproduziram as medidas adotadas nos centros conspiratórios.

Os três militares entrevistados falam da ausência de resistência por parte da sociedade paranaense, ressaltam que o relacionamento dos militares com a sociedade e a

¹⁵ Acervo disponível na Biblioteca Municipal de Londrina.

classe política era considerado “muito bom”. Um dos militares atribuiu o bom relacionamento ao fato de o governador, e parte do seu secretariado, ser composto de militares, e, também porque “naquela época a maioria dos militares que serviam em Curitiba ou eram paranaenses ou casados com mulheres paranaenses, o que facilitava o relacionamento com a sociedade civil”.

Questionado sobre os acontecimentos dos dias 31 de março e 1º de abril no Paraná, o general Justos de Moraes, então Capitão da arma de artilharia do Comando da Artilharia Divisionária, com sede em Curitiba, responde:

Os acontecimentos dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964 transcorreram sem maiores sobressaltos no Paraná. O General Dario Coelho, que respondia pelo Comando da 5ª Região Militar, apoiou o movimento desde as primeiras horas e contou com o apoio da quase totalidade da tropa. O Governador do Estado e as principais autoridades políticas também apoiaram a revolução e passaram a colaborar com os comandantes militares. A grande maioria da população mostrava-se aliviada com a queda do regime então existente e mostrava seu contentamento, publicamente. Os que eram contra o movimento, não tiveram portanto, condições de esboçar qualquer reação (DUTRA, 2004, p.204).

Sobre a atitude da sociedade civil e da classe política frente ao golpe, os militares são unânimes em responder que “a reação da maioria foi de apoio”, ou, que “não houve reação ou resistência”. Que as prisões que ocorreram foram “poucas”, sempre determinadas pelo Exército sob alegação dos detidos “serem simpatizantes do movimento comunista e não concordarem com a revolução” (idem). Essa versão apresentada pelos militares paranaenses é exatamente a mesma observada na imprensa, que insiste em afirmar que, apesar do movimento militar atípico pelas cidades, o “clima é de tranquilidade no Paraná”.

É o caso do editorial da Gazeta do Povo de 2/4/1964, *Um Paraná Calmo*:

Nas madrugadas inquietas e nas horas intranqüilas da conturbação brasileira o Paraná aguarda apreensivo, mas calmo, o desfêcho do que nos sucedeu. A verdade, entretanto, é que temos, na síntese da gente do Paraná, a própria essência do gênio brasileiro voltada, fundamentalmente, para as soluções de concórdia e jamais buscando caminhos da violência.

O editorial *Desperta em Ação*, da *Folha de Londrina* do dia 2 de abril, ensaia um confuso texto de pretensões filosófica e pacificadoras: “Nem tiros nem sanguerias. Espetáculos de confraternização apenas, aos apêlos profundos da nossa profunda unidade espiritual e moral, na vivência plena da democracia, dessa ingente e decisiva prova a que se submete o regime”.

Figura11. Policiais tomam conta das ruas de Londrina, na tentativa de coibir qualquer tipo de manifestação (Folha de Londrina edição de 02/04/1964). Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina

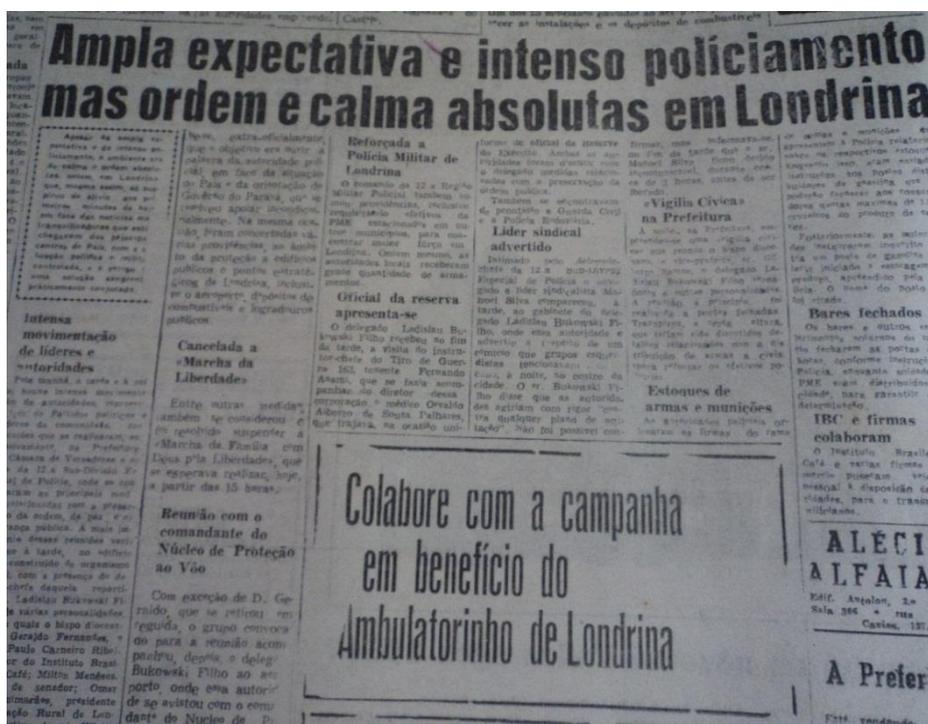
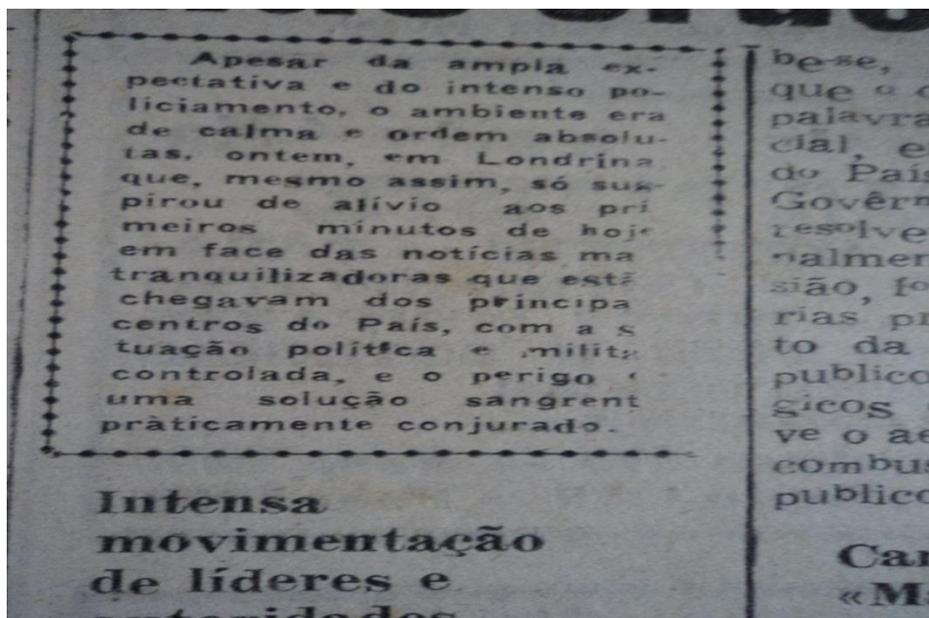


Figura12. A Folha de Londrina, edição de 02/04/1964, informa que o clima é de alívio já que o perigo de uma “solução sangrenta” havia sido evitado”. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Essa “convivência pacífica” e proximidade entre civis e militares, e policiais federais ou outras autoridades, também é apontada por jornalistas que trabalharam na *Folha*

de Londrina no período da repressão de 1964. Há relatos de situações no mínimo curiosas, onde autoridades avisavam com antecedência que o jornalista seria preso, dando assim oportunidade para que ele pudesse fugir ou se esconder evitando sua prisão. “Ou eram amigos, ou costumavam frequentar os mesmos bares após o expediente, além disso, o próprio ofício, ser jornalista, gerava essa proximidade e um relacionamento minimamente amigável”, declara o jornalista londrinense Jota Oliveira¹⁶. Em outros casos o jornalista era advertido informalmente e verbalmente sobre os riscos que corria de ser preso.

Essa integração supostamente harmoniosa deve ser analisada com cautela. Segundo Oliveira (2000), os militares, principalmente os oficiais, passaram a integrar a elite paranaense (muitas vezes por matrimônio) e, no momento do golpe, representavam os anseios da classe dominante. Por outro lado, o discurso de passividade e conformismo fazia parte da estratégia de uma legitimidade do regime exaustivamente repetida na imprensa e nos veículos oficiais. Afirmar que a convivência era pacífica entre civis e militares pode sugerir, equivocadamente, que a ditadura no Paraná foi branda ou menos violenta do que em outras regiões do país. A julgar pelas notícias publicadas na imprensa do estado, pode-se pensar que a “Revolução dos Militares” (grifo meu), no Paraná, foi pacífica e gerou apenas benefícios à população, mas na prática não foi isso que aconteceu. Nos dias que se seguem ao golpe, a imprensa começa a noticiar, sem contudo, questionar, as prisões de “suspeitos” que ocorre em todo o estado do Paraná.

Os entrevistados de Dutra (2004) fazem uma avaliação positiva do golpe para o estado, em função da grande amizade entre o governador Ney Braga e o presidente militar Castelo Branco. Para os militares paranaenses, o estado fortaleceu-se politicamente, e se fez representar por meio de vários cargos nos diversos escalões do governo. É fato, o Paraná ganha projeção nacional e amplia a sua participação no cenário nacional. Assim que Castelo Branco assume, o Paraná fica com o Ministério da Educação e vários cargos nos primeiro e segundo escalões. “Pouco depois de empossado, o Presidente Castello esteve no Paraná e foi recebido com grandes demonstrações de apoio pela população, tendo desfilado a pé, acompanhado pelo Governador Ney Braga,(...)” (DUTRA, 2004, p. 204).

Ney Braga foi Ministro da Agricultura de Castelo Branco, e indicou Flávio Suplicy de Lacerda para o ministério da Educação e Cultura, mas é a partir de 1974, com o governo Ernesto Geisel, que a posição política do Paraná, de participação nas decisões nacionais, se fortalece. Ney Braga assume o ministério da Educação de Ernesto Geisel e indica

¹⁶José Oliveira Santos, conhecido como Jota Oliveira, foi jornalista da *Folha de Londrina* por 37 anos e concedeu entrevista a autora, em sua casa, em Londrina, em 12/07/2012.

paranaenses para ocupar cargos importantes na esfera federal. O tratado para a construção da maior geradora de energia elétrica no mundo foi assinado em 1973, entre Brasil e Paraguai. A partir daí tem início a construção de um dos maiores projetos de engenharia até então realizados pelo homem. O Paraná é amplamente beneficiado com a obra. Em 1982 os presidentes do Brasil, João Figueiredo, e do Paraguai, Alfredo Stroessner, inauguraram oficialmente a maior usina hidrelétrica do mundo, a Itaipu Binacional.

Outras obras como, a ampliação do Porto de Paranaguá, a retomada da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, a liberação de verbas e autorização para captação de recursos externos destinados à construção de outras hidrelétricas, atendimento às reivindicações de grandes produtores de café, são algumas concessões que o governo ditatorial destinou ao Estado e encontram-se documentadas inclusive pela mídia paranaense que acompanhava com grande expectativa o desenvolvimento de projetos federais voltados ao Paraná.

Imediatamente após o golpe, o governador envia à imprensa o “Manifesto do Governador Ney Braga”, uma declaração de apoio ao regime militar: “Sabemos o que queremos e também o que não queremos. E o Paraná não quer agitação, não quer subversão, não aceita o desrespeito às leis, à disciplina e à hierarquia militares, aos ideais democráticos e às tradições cristãs dos brasileiros” (*Folha do Oeste*, 05/04/1964). O apoio de diferentes setores da sociedade é explicitado pela publicação de mensagens e manifestos de solidariedade a “vitória da democracia” (DUTRA, 2004, p. 204).

Figura 13. Comemorações se espalham pelas cidades paranaenses. Mensagens e manifestações de apoio de diferentes órgãos, associações, representações de classe, etc., chegam até os jornais e são publicadas na íntegra. Folha de Londrina. Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina.



Observa Marcondes (1989), que a política da notícia tende a incentivar permanentemente a passividade, a acomodação e a apatia em seus receptores. Para o autor, isso se dá com “o equilíbrio (instável e constantemente ameaçado) da dialética da atemorização e da tranquilidade noticiosa”. O reforço às opiniões e a criação desse clima apropriado operam no sentido de incentivar a aceitação e a submissão.

Explica Peter Brückner que:

Mediante emprego de posições já pré-formadas [...], isto é, dos elementos existentes de uma estrutura cognitiva, procura-se, por meio da técnica de difusão de notícias, primeiro que essas posições se reforcem, e segundo, criar-lhes um clima social apropriado (BRÜCKNER, 1971, p. 183-4, *apud* MARCONDES, 1989, p.15).

Marcondes vê a notícia como um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. “Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica” (MARCONDES, 2009). De acordo com o autor, essa lógica supõe três dimensões: a inserção de notícias como fator de sobrevivência econômica do veículo; como veiculador ideológico; como estabilizador político.

Figura14. Fechamento dos sindicatos. Folha de Londrina, dia 4/4/1964. Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina.

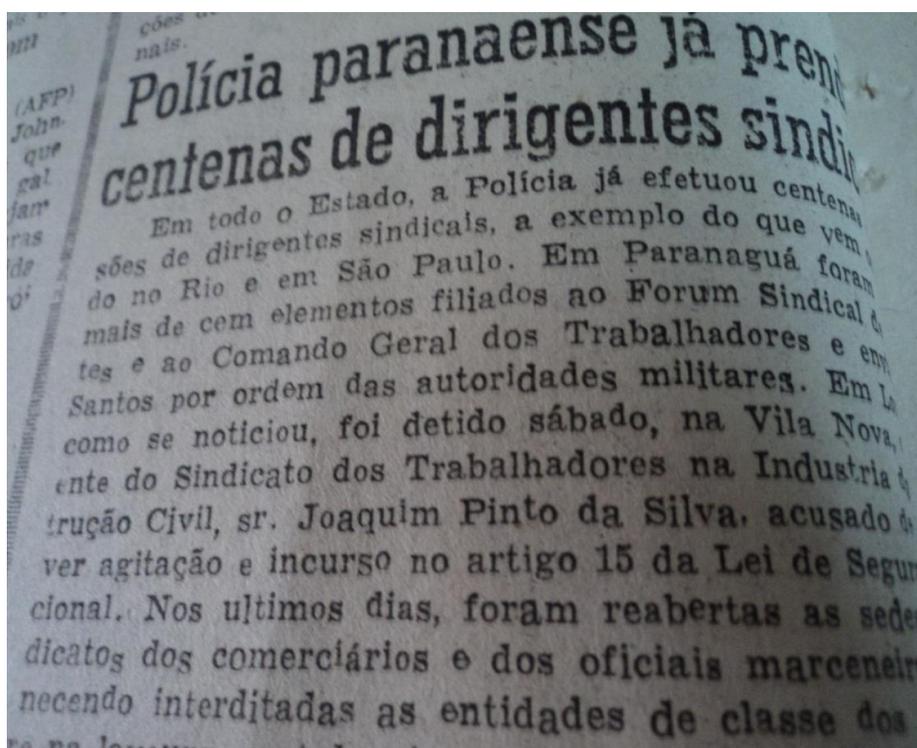


Logo após o golpe a *Folha de Londrina* (Figuras 14-17) noticia que os “simpatizantes comunistas” foram “neutralizados” ou presos, houve intervenções em todos os sindicatos, sendo o “mais visado o dos bancários por ser o mais influenciado e dominado pelos comunistas”, houve intervenção na maioria dos órgãos públicos federais, e

funcionários foram afastados, aposentados ou cassados, a maioria dos deputados e vereadores se manifestaram favoráveis ao “movimento” (FOLHA DE LONDRINA, 04/04/64).

A reportagem informa que autoridades ao promoverem “ampla devassa em vários sindicatos”, tinham o objetivo de “apreender boletins e outros instrumentos de propaganda subversiva (...)”(FOLHA DE LONDRINA, 04/04/64).

Figura15. Prisão de centenas de dirigentes sindicais é anunciada na coluna Folha Sindical, da edição de 7 de abril de 1964, da Folha de Londrina. Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina.



A prisão de dirigentes sindicais não é um acontecimento que se limita ao Paraná. A informação do jornal *Folha de Londrina* (7/4/64) afirma que as prisões estão ocorrendo em outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura16. Nos primeiros dias de abril, os suspeitos, subversivos e supostos comunistas ou simpatizantes, sob a ótica militar, foram “neutralizados” ou presos. Folha de Londrina, 4/4/1964. Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina.



Figura17. Entre os presos estão médicos, advogados, comerciantes, professores de Londrina e região. Folha de Londrina 4/4/1964. Reprodução fotográfica. Fonte Biblioteca Municipal de Londrina.



A *Folha* se refere aos detidos como “presos políticos” e informa na reportagem que o grupo é integrado por médicos, advogados, comerciantes, professores, todos moradores de Londrina ou região. O texto informativo reproduz a fala oficial de que “as autoridades que coordenam os inquéritos de caráter policial-militar” vão conduzir os interrogatórios com os presos “para apurar atividades subversivas em todo o Paraná” (FOLHA DE LONDRINA, abril, 1964).

Nas páginas do jornal estão as fotos dos presos. As imagens mostram pessoas de todo o estado, embarcando em ônibus com destino a capital, Curitiba. A reportagem acompanha o embarque dos passageiros que passivamente entram nos ônibus com seus pertences. O repórter registra a tensão do momento e revela que as pessoas não se importavam com o trabalho do fotógrafo, mas mantinham os semblantes sérios.

Outro jornal, a *Tribuna do Paraná* noticia no dia 7 de abril de 1964, resultados da ação militar na capital paranaense, que proporcionam uma dimensão do que ocorria naquele momento: “*Batida*” *contra sucursal de jornal* [contra a *Última Hora Curitiba*]; e; *Centenas de Comunistas já foram presos em todo o Estado: Ahu lotado* [Ahu é o nome do presídio].

Magalhães (2001, p.89) afirma que a imagem formada pelo “senso comum” de que o “Paraná é um Estado conservador”, e o povo paranaense pacato e ordeiro, é posta em dúvida quando se tem acesso as informações do arquivo do DOPS: “ou bem a resistência do regime militar foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva, independente do risco efetivo oferecido pelos indivíduos ali indiciados”. A polícia política preocupou-se em documentar com riqueza de detalhes o cotidiano dos paranaenses, da dona de casa aos parlamentares. Para a autora, a perseguição aos “comunistas” chegou às raias do absurdo quando, entre outros casos, “suspeitou-se do rock and roll como tática de aliciamento de jovens para aquele credo” [o comunismo] (idem, p.89).

Além da vigilância do sistema de informações e monitoramento das ações de “grupos suspeitos” (grifo meu), os militares no Paraná, por meio do Exército, ocuparam sítios que eram utilizados pela guerrilha rural para treinamento e posterior transformação destes locais em áreas de repressão, tortura e execuções.

Aluizio Ferreira Palmar (2005), ex-líder do Movimento Revolucionário 8 de Outubro_MR8, e da Vanguarda Popular Revolucionária_VPR, autor do livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, relata que, em 1968, o Movimento escolheu duas áreas no oeste do Paraná para seus treinamentos de técnicas de guerrilha. Uma propriedade rural teria sido comprada por Sebastião Medeiros, um carioca integrante do MR8. A outra era o

sítio Boi Piquá, em Toledo (45 quilômetros a Noroeste de Cascavel). Em 1969, o local foi descoberto e confiscado pelo Exército para transformá-lo em local de detenção e tortura de presos políticos.

Conta Palmar (2005) que logo após a abertura dos arquivos da Polícia Federal, relativos à época do regime militar, foi credenciado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, para pesquisar documentos existentes na Delegacia de Foz do Iguaçu. Ele analisou desde mandados de prisão, informes, radiogramas, ofícios recebidos e expedidos, dossiês, relatórios e outros tipos de documentos produzidos pela burocracia policial:

Ao esmiuçar os quase vinte mil documentos, buscando pistas que indicassem as circunstâncias das mortes dos desaparecidos políticos e a localização dos seus restos mortais, eu tive acesso a um conjunto de documentos que traçam a história do oeste e sudoeste do Paraná e em particular de Foz do Iguaçu nos últimos trinta anos (PALMAR, 2005, p.82).

Além dos documentos acerca das organizações de esquerda e dos conflitos pela terra, o jornalista informa que o arquivo da Polícia Federal é farto em documentos sobre questões locais que vão desde movimentos sociais, notícias veiculadas na imprensa, focos políticas e articulações do movimento estudantil, entre outros assuntos.

Em suas pesquisas, Palmar teve acesso a documentos que registram a participação de Itaipu na Operação Condor. A Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) mantinha correspondência direta e constante com os órgãos de repressão das ditaduras argentina, paraguaia, uruguaia e chilena. Afirma o autor:

Especificamente sobre Foz do Iguaçu e região Oeste, estão lá no arquivo da PF, depositado no porão, onde antes funcionava a carceragem, documentos sobre a esquerda, movimentos sociais, conflitos de terra, imprensa, índios Avá-Guaranis, igreja e Itaipu. Quanto à Itaipu, a sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), durante quinze anos, espionou e emitiu relatórios que eram difundidos sistematicamente aos órgãos de repressão do regime ditatorial. De 1973 a 1988 a agência foi um reduto de militares e policiais torturadores que pertenciam à estrutura repressiva da ditadura. Alguns desses agentes atuaram num aparelho paralelo que era mantido pelo consórcio de construtoras – Unicon. Tanto a estrutura formal (AESI) como a clandestina tinham suas similares no Paraguai, onde funcionava a versão guarani dos “tonton macoute” (1). Diversas cidades espalhadas pelo Brasil faziam parte do organograma da espionagem e repressão da binacional, com suas principais bases operacionais situadas no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Assunção além de Foz e Ciudad del Este (na época Ciudad Puerto Presidente Stroessner) (PALMAR, 2005, p.82-83).

A AESI não se limitava a espionar os empregados e os candidatos a emprego na empresa binacional. Moradores de Foz do Iguaçu e região eram investigados e os paraguaios, argentinos, uruguaios e chilenos que trabalhavam na obra recebiam uma atenção especial. Palmar assegura que a participação de Itaipu na Operação Condor pode ser comprovada em

diversos expedientes que se encontram no arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, e disponibiliza em seu site Documentos Revelados, arquivos de documentos encontrados ao longo de muitos anos de busca e pesquisa iniciada com a procura de companheiros desaparecidos.

A pesquisadora Jussarama da Silva (s/d) no artigo “*A Usina de Itaipu e a Operação Condor – o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1988)*”, analisa a função que a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), sediada na Usina de Itaipu, cumpriu desde o início da construção da Binacional, no período ditatorial. Segundo a autora, a Operação Condor foi um dispositivo das ditaduras militares do Cone Sul para o treinamento e execução de atividades vinculadas à “segurança nacional” tais como, eliminar supostos inimigos políticos dos governos ditatoriais, sob a coordenação da Central de Inteligência Norte Americana (CIA) que orientava o treinamento desses militares:

A Assessoria de Itaipu, ao que indica a documentação pesquisada, foi constituída desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, entre o então presidente Médici, pelo Brasil, e Alfredo Stroessner, presidente paraguaio, com a função de controlar a entrada e a saída de estrangeiros nos postos da fronteira e também de controlar o pessoal contratado e os trabalhadores, inclusive pelas empreiteiras construtoras da empresa. Ou seja, além de ser um braço da polícia local, também cumpriu o papel de espionar a vida de funcionários. É neste sentido que suas funções se integram às ações da Operação Condor, transformando esta Assessoria em mais um dos órgãos desta articulação entre o Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile e posteriormente o Peru e o Equador, em 1978, visando a repressão aos suspeitos de subversão da ordem (SILVA: s/d).

Em seu site Documentos Revelados Aluizio Palmar reforça essa teoria de que a *Operação Condor foi uma aliança político-militar entre as várias ditaduras militares da América do Sul, criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dessas ditaduras e eliminar seus líderes (grifo do autor):*

Montada no início dos anos 1960, durou até a onda de redemocratização, na década seguinte. Estima-se que a Operação Condor resultou em mais de 400 mil torturados e 100 mil assassinatos. A jurisdição da Operação se estendia, portanto, a todos os países envolvidos. A ausência de procedimentos burocrático-formais facilitava as trocas de informações e de prisioneiros (eventualmente dados como “desaparecidos”) de diferentes nacionalidades. Aos acusados e perseguidos pelos agentes, eram negados todos os direitos humanos e políticos. Podiam facilmente ser levados de um território a outro sob a acusação de terrorismo. (Site Documentos Revelados – Ata de Fundação da Operação Condor¹⁷).

Os abusos e excesso promovidos pelo regime começam a ser retratados pela imprensa em tom irônico. É o caso de uma notícia na *Tribuna do Paraná* chama atenção. Um agente do Dops se depara com um homem, em um bar de Curitiba, lendo uma revista “de capa vermelha com a imagem da foice e martelo”. Bastou para que houvesse agressão e

¹⁷Acesso em 06/05/2012. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/operacao-condor/ata-de-fundacao-da-operacao-condor-2/>

posteriormente o leitor ser processado. Em dois momentos o acontecido virou notícia na *Tribuna do Paraná*: “Para agente do Dops a revista era comunista” (11/09/68); ““Comunista” da revista está sendo processado” (19/09/68). Tratava-se da primeira edição da revista *Veja*, lançada em 11 de setembro de 1968. Por trás desta ironia intencional, entende-se a presença de uma voz descontente com o regime militar, uma voz isolada, mas dissonante.

*Figura18. Primeira edição da revista Veja. Reprodução fotográfica.
Fonte: <http://veja.abril.com.br/Acervo Digital>.*



Neste capítulo procurou-se contextualizar as motivações do golpe e a ação dos militares no Paraná, demonstrando a proximidade entre estes e a sociedade civil, como argumento da suposta “tranquilidade” e “convivência pacífica” (grifo meu) entre o governo militar ditatorial e a população no Estado. Para tanto, foi adotada a tese de Dreifuss (2008), de que as elites orgânicas iniciaram um longo processo que durante anos se organizou na cooptação de grupos empresariais, indivíduos representantes dos diferentes setores da população, da imprensa, igreja, sindicatos, associações, etc, num projeto de derrubada do governo João Goulart. Esse movimento criou as condições favoráveis que desencadearam o golpe, entretanto, o ato de deposição do presidente João Goulart foi, sobretudo, uma ação militar não unificada, que resulta na rápida adoção de ações para se ajustar à precipitação do general Mourão.

2. SOCIEDADE CIVIL E IMPRENSA PARANAENSE

O que é isso? Que jornal é esse? Um jornal que é capaz de dar uma manchete “que talvez chova amanhã”. Você não consegue entender. Que lugar que você está? No século XXI, num lugar chamado Paraná, com uma imprensa que está acostumada a ser subsidiada pelo poder público e que não consegue ter autonomia para funcionar e porque ninguém tem interesse nesses jornais. (Jornalista Walmor Marcelino¹⁸)

Para entender as relações que se estabelecem entre Estado e mídia durante a ditadura militar, considera-se de fundamental importância apresentar a trajetória política e econômica do Paraná no período imediatamente anterior ao golpe. A abordagem do tema atende o objetivo de permitir o entendimento das relações políticas e econômicas existentes no momento do golpe e da adesão da sociedade civil paranaense ao projeto dos militares. Neste contexto, serão apresentadas as elites dominantes deste período, como se articulam as relações entre o Paraná e o poder central, e o que ganha o estado com a ditadura de 1964.

Compreender quem são as elites, como elas se constituem e se articulam com as diferentes estruturas de poder, possibilita entender também como a mídia paranaense se forma e porque adota o comportamento de total adesão ao projeto dos militares. Não se trata de discutir se os jornais aderiram ou não ao projeto dos militares, mas como se comportaram durante a ditadura (1964-1974), que espaços abriram para outras vozes que não as oficiais, representantes dos militares, ou das elites. Como as comunidades estão representadas por meio de notícias, reportagens ou mesmo editoriais? Ou, ainda, elas estão presentes nas páginas dos jornais?

Segundo Magalhães (2001, p.114):

Essa relação entre a imprensa e a política, sobretudo o uso dos jornais como espaço de construção da cena política no Brasil, foi uma prática comum não apenas nos acontecimentos políticos que marcaram as décadas de 1930, 1940 e 1950, mas também na década de 1960, especialmente com o Golpe Militar.

Ao estudar a formação da classe dominante¹⁹ no Paraná, principalmente no período Imperial e na República Velha, o sociólogo Ricardo Costa de Oliveira (2000, p.5), demonstra como ela continua existindo e atuando dentro das transformações do século XX. O autor analisa a formação de uma classe dominante regional no Brasil, que parece não existir, existindo no silêncio. “O silêncio dos vencedores. A existência de uma classe dominante que parece passar despercebida”. Ele se refere a “existência de um grupo

¹⁸ Vídeo documentário Amargo Silêncio – reúne depoimentos de jornalistas paranaenses. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TFT2FA9rXig>

¹⁹ O autor esclarece que adota o conceito de classe dominante baseado na constatação da duração da dominação política a partir de poucos grupos sociais. “Procuramos as fontes de produção social das estruturas de poder e a sua reprodução. Em nossa interpretação, a continuidade e a hereditariedade representam um dos eixos da duração que diferencia o conceito de classe dominante do de elite. O conceito de elite não revela as estruturas de parentesco em suas conexões com o poder político” (OLIVEIRA, 2000, p.27).

dominante que atravessa os séculos com um projeto de dominação econômica e política, vitorioso em suas linhas gerais” (OLIVEIRA, 2000, p.11-12).

Em sua pesquisa, Oliveira demonstra a permanência de uma classe dominante que existe desde o século XVII no Paraná. Entre os vários exemplos apresentados, pode ser citada a trajetória de Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná durante a República Velha, descendente direto de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba em fins do século XVII, bisneto do tenente-coronel Caetano José Munhoz, senhor de um dos primeiros engenhos de erva mate a utilizar motor a vapor conjuntamente com escravos negros, e, genro de Afonso Alves Camargo que também foi presidente do Paraná. “Em pessoas e famílias como a de Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná. Neste grupo forjaram-se a sociedade, a cultura e a política vitoriosa e dominante no Paraná e no Brasil” (OLIVEIRA, 2000, p. 12).

Oliveira (idem) considera Bento Munhoz da Rocha Neto o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX. Bento Munhoz, que era engenheiro civil, foi deputado federal duas vezes, governador do Paraná de 1951 a 1954 e ministro da Agricultura no governo Café Filho.

As eleições de 1947 foram disputadas por Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion. Bento Munhoz saiu-se derrotado das urnas. José Pedro Kunhavalik (2004) aponta que Bento Munhoz era um intelectual católico, influenciado pela Teoria Clássica das Elites, e como tal, acreditava que cabia aos intelectuais católicos organizar e dirigir a sociedade. “Elitista, entendia que as massas deveriam ser orientadas e dirigidas pelas elites, pois essas é que detêm a capacidade de saber a verdade e de definir os destinos da sociedade” (idem, p.217).

Em seu governo (1951-1955), procurou estabelecer um conjunto de políticas que visavam assegurar a hegemonia da classe a qual pertencia. Para Bento Munhoz a democracia teria origem e inspiração cristã. Progresso e tradição (entendida como tradição católica) num convívio harmônico garantiriam ordem e tranquilidade. Defendia que o Brasil que deveria ser transmitido às novas gerações é aquele com “tradições de bondade, de cordialidade, tradições humanas, que vêm do tempo da Colônia, em que a escravatura foi mais a branda de todos os países da América” (MUNHOZ DA ROCHA, 1995, p. 220, *apud* KUNHAVALIK, 2004, p.157).

Entre os políticos relacionados como tendo suas candidaturas financiadas pela rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/PROMOTION S.A., encontram-se Bento Munhoz da Rocha Neto

e Ney Braga. Em seu segundo mandato parlamentar, Bento Munhoz acentua o seu embate contra o comunismo. Em junho de 1962, ao discursar no Parlamento posiciona-se contra o projeto das reformas de base, propostas por João Goulart e, afirma que “o “movimento militar” de março de 1964” era “legítimo e de caráter popular” (KUNHAVALIK, 2004, p. 176). Para Bento Munhoz “o movimento dos militares é um movimento revolucionário e não um golpe de Estado” (idem).

Munhoz era cunhado de Ney Amintas de Barros Braga, descendente de família histórica nacional. Afirma Ricardo Oliveira:

Dos Braga – que carregam gente da elite da Lapa e do Paraná tradicional consigo. Ney que foi prefeito de Curitiba, governador do Paraná duas vezes, senador, ministro de Estado duas vezes, diretor-presidente de Itaipú Binacional, um dos últimos (?) grandes representantes das famílias históricas afirma em seu livro de memórias: “*Nasci em uma família tradicional da Lapa*”. Quando procuramos avaliar o que isso significou, o autor se corrige adiante: *Somos da classe média e quase todos assalariados, pois a empresa da família foi vendida...* (BRAGA, 1996, p.14,21). Típico silêncio dos vencedores (OLIVEIRA, 2000, p.).

Marion Magalhães (2001, p.66) aponta Ney Braga como um dos líderes mais populares que o Estado conheceu. Quando jovem ingressa no Exército, mas logo deixa a carreira para tornar-se político. Foi chefe da polícia no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto (1952-54); elege-se, em 1954, prefeito de Curitiba. Ney visava alcançar cargos mais importantes. Sai da prefeitura e articula sua candidatura à Câmara Federal e posteriormente ao governo do Estado. Em 1963, com a eleição para a Presidência Nacional do PDC – Partido Democrata Cristão – , Ney Braga ganha projeção nacional. Sua intenção era chegar à presidência da República.

Essas, e outras inúmeras famílias, possuíam origens no período colonial. Segundo o autor, os tradicionais grupos dominantes paranaenses também expandiram as suas privilegiadas redes com o casamento de suas filhas, e assim, ampliavam a sua influência sobre setores do Estado Imperial. A pesquisa também revelaria que vários desses grupos familiares formariam boa parte da elite política republicana do século XX no Paraná.

“O Paraná não é uma terra sem memória ou sem história. A questão passa pela percepção de como a sua classe dominante histórica construiu um pacto de silêncio sobre si própria e sobre a política regional”, afirma Oliveira (2000, p.247). Na base do projeto de dominação desta classe o autor revela que “as relações entre estrutura de poder e de parentesco estão firmadas” (idem, p. 102). Indivíduos que possuíam e controlavam a economia e a política paranaense, estavam organizados em complexas estruturas de parentesco.

A classe dominante não é homogênea ou harmônica, ao contrário, é formada por uma diversidade de interesses e pautada por disputas internas, mas tem que manter a sua unidade no Estado perante as classes dominadas. Para Oliveira (2000), só é possível conhecer as práticas políticas da classe dominante quando os grupos ou frações entram em conflito. O autor se apropria do conceito de bloco no poder, proposto por Poulantzas (1977)²⁰, para explicar a unidade de diferentes frações da classe dominante com conflitos internos organizados no Estado:

A unidade própria do Estado é realizada pela classe ou fração hegemônica que controla preponderantemente as políticas governamentais, atendendo prioritariamente os seus interesses, mas também contemplando os interesses de outras forças sociais no interior do bloco do poder, garantindo, assim, a unidade do estado como fator de organização da classe dominante sob a égide da força hegemônica (POULANTZAS, 1977, p. 133-137, 293-300, *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 15)

Outro aspecto enfatizado pelo autor são as relações da classe dominante com o Estado. Com o processo de modernização da burocracia no Brasil, no século XIX, são criados quadros jurídicos, técnicos, militares, médicos. Quem vai ocupar esses novos cargos e funções são profissionais de alto nível educacional ou mesmo com cursos superior.

Esse grupo, integrante das altas esferas administrativas do Império representa a elite estatal nacional e vai ingressar na classe dominante paranaense por meio do casamento. Portanto, a elite estatal é formada por pessoas que ocupam posições dirigentes nas instituições do Estado.

Alguns dos integrantes da “burocracia nacional” ingressam na classe dominante paranaense por casamento. O matrimônio representava uma importante aliança entre os setores da elite estatal com os grandes proprietários e negociantes da província. Os quadros de fora nele encontravam boas condições sociais, riquezas materiais e conexões com parentelas importantes (OLIVEIRA, 2000, p. 102).

A estrutura inicial da classe dominante é a posse da terra. A concessão de sesmarias reproduzia juridicamente a dominação política e econômica de fato, uma vez que o solicitante deveria ter posição social e escravos suficientes para justificar, garantir e conseguir a sua sesmaria.

Homens como Flávio Suplicy de Lacerda e o General Muricy, típicos herdeiros do poder das sesmarias curitubanas do século XVII, tiveram destacado papel na investida do último surto de autoritarismo brasileiro no regime de 1964. O próprio Presidente golpista, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco pertence à velha oligarquia do Piauí, onde Francisco da Cunha de Castelo Branco, irmão do primeiro Conde de Pombeiro, lá se fixou no começo do século XVIII. (DORIA, 1995, p.26, *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 147)

²⁰ Para Poulantzas (1977, p.229), o conceito de bloco no poder “indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classes politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”.

Ao lado dos proprietários rurais, estão os comerciantes. São os pequenos mascates, viajantes, pequenos taberneiros e os donos de secos e molhados. Estes são os representantes do pequeno comércio. “O comércio de maior trato é constituído pelos negociantes que participaram dos fluxos do comércio inter-regional e interatlântico” (idem, p. 50).

O mate²¹ foi um dos principais responsáveis pela emancipação política do Paraná de São Paulo, em 1853, incentiva o setor metalúrgico e estrutura o sistema de transportes do Paraná: ferroviário, fluvial e rodoviário, além de impulsionar a modernização dos portos. A economia do mate estabeleceu condições para a vinda dos imigrantes europeus e um regime fundiário centrado na pequena e média propriedade rural e na pequena produção mercantil, “o mate igualmente se beneficia do trabalho do imigrante e ajudaria no estabelecimento e na assimilação destes, ao fornecer mais uma fonte de renda e trabalho” (OLIVEIRA, 2000, p. 89).

Conforme explica o autor, o imigrante é um componente da transformação burguesa. “Muitos imigrantes eram provenientes de regiões industriais e traziam a mentalidade e o “saber-como” característicos da modernidade e do individualismo empreendedor burguês” (idem, p.52).

A análise da economia no período de 1820 até 1880-1890 é a análise da formação da fração da burguesia ervateira. A atividade ervateira tinha características muito próprias. Sem concorrente internacional, era um produto de exportação. “Nas décadas de 1880-1890 os engenhos estão mais automatizados e tecnificados e há maior controle sobre os trabalhadores da erva-mate” (idem, p.82-84). A formação da economia paranaense é a trajetória de uma sociedade de lento crescimento no seu início:

A trajetória do comércio e dos grandes negociantes através do século XIX revela o processo de formação da burguesia paranaense. Pelo itinerário das principais famílias que atravessam o século com a acumulação mercantil, seguimos o rumo da formação da acumulação capitalista. Existe uma base remota na mineração. Continua com o comércio de farinhas de Paranaguá e passa pelo comércio ervateiro, com o seu processo econômico que avança para formas industriais mais sofisticadas no final do século XIX (OLIVEIRA, p. 56).

O ano de 1854 irá marcar o surgimento da imprensa no Paraná. Com a instalação da Província em 1853, o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos, mandou vir do

²¹ Em 1850, o Paraná já vivia há mais de três décadas a comercialização e o beneficiamento das exportações de erva-mate, que produziram as grandes fortunas e os grandes comerciantes do litoral. Os negócios da erva-mate originaram um seleto grupo de negociantes, com grandes capitais para os padrões regionais da época. “Os agentes ervateiros serão influentes atores no poder político do Paraná Imperial”. Socialmente e economicamente, é possível identificar no Paraná um período de grandes transformações centradas nas décadas de 70 e 80 do século XIX. “A limitação progressiva da escravidão, o crescimento do trabalho livre assalariado, a precoce industrialização do beneficiamento de erva-mate e a formação de uma fração burguesa industrial-exportadora de erva-mate, representam a implantação hegemônica do modo de produção capitalista na região” (OLIVEIRA, 2000, p.58).

Rio de Janeiro, Cândido Martins Lopes, o tipógrafo e jornalista. Este trouxe seus equipamentos e passou a editar o primeiro jornal paranaense, *O Dezenove de Dezembro*, a partir de 1854. Com este veículo que recebia verbas oficiais e publicava atos oficiais, começa a atividade de imprensa e editorial no Paraná.

Não havia imprensa na região antes da emancipação. O número de analfabetos era muito elevado e a educação não era interessante para escravos e homens pobres livres. O controle da imprensa era uma atividade essencialmente política para os novos poderosos da província. A nova unidade política deveria criar a imprensa sob a sua completa tutela e oficialismo, traços que durante muito tempo marcariam a imprensa do Paraná. (...) O único jornal existente no começo da Província, *O Dezenove de Dezembro*, convivía com a ambiguidade de ser também o órgão oficial da publicação e divulgação dos atos oficiais, e de receber pagamentos do governo para tal. Um retrato da vida cultural e comercial do Paraná surgia se articulando com as estruturas de parentesco e poder dominantes na região desde o seu início (idem, p. 106-107).

Elza Aparecida de Oliveira Filha (2007) relata que, em 1861, o tipógrafo e jornalista perde a verba de publicação oficial após se desentender com o então presidente da província. A verba foi transferida para outro periódico: ““O Correio Oficial”, mais um jornal nascido sob o signo do interesse político. Esta é uma marca comum na imprensa paranaense ao longo de todo o século passado” [a autora se refere ao século XIX] (OLIVEIRA FILHA, 2007, p.46).

O jornal *O Dezenove de Dezembro*, em sua última edição, publica o conteúdo do decreto nº 88 de 23 de dezembro de 1889 que limitava a liberdade de imprensa. “Abaixo do decreto apenas um comentário da direção do jornal de que se tornara impossível o exercício do jornalismo livre com aquela nova lei. Todas as outras páginas vinham em branco” (PUGLIELLI, 1994:158, *apud* OLIVEIRA FILHA, idem).

Outra importante atividade econômica era o tropeirismo²², baseada no comércio e circulação de animais, de longas distâncias. As exportações de gado datam de 1704. E as rotas iniciais apontam o comércio de gado de Curitiba para São Paulo via Campos Gerais e Sorocaba. A expansão das atividades tropeiras promoveu a abertura de ligações terrestres, primeiramente entre os Pampas gaúchos e os Campos Gerais. Como consequência, começaram a surgir pontos comerciais de pouso e descanso ao longo das rotas, assim como pequenas propriedades. O auge da atividade acontece por volta de 1850-1860. A

²² O tropeirismo reunia algumas características bem peculiares. Era uma atividade de baixo custo, com grande rentabilidade e envolvia a formação de sociedades entre parentes e “pessoas ligadas por relações de compadrio e amizade” (OLIVEIRA, 2000, p.96). A atividade passa a atrair investidores para o negócio. São comerciantes abastados, médicos, funcionários públicos, sacerdotes e até proprietários de firmas importadoras do litoral do Paraná. “Os lucros dos tropeiros eram investidos em novas propriedades, colocados em firmas ou casa bancária e mesmo investidos em ação do Banco do Brasil” (idem, p. 97).

decadência do tropeirismo é acelerada devido ao crescimento ferroviário nas décadas de 1870 e 1880. Com as ferrovias as mulas foram superadas como meio de transporte.

A crise do tropeirismo e da pecuária, explica Oliveira (2000), desorganiza a base econômica dos setores dominantes dos Campos Gerais, no final do século XIX. Essa desagregação abre duas novas frentes, a primeira envolve a exploração da madeira que, em 1940 acaba se tornando importante produto de exportação. A segunda, está voltada aos negócios com terra, a especulação imobiliária e fundiária.

Muitas famílias, em consequência da decadência econômica, passavam da propriedade rural para as funções no aparelho do Estado. Vão compor a *fração detentora do Estado* (grifo do autor) formando os novos quadros dominantes, integrantes da “burocracia nacional”. O ingresso na classe dominante paranaense se consolida por meio do casamento (OLIVEIRA, 2000).

A imigração europeia foi possibilitada pela economia da erva-mate e pela crise da escravidão paranaense. Outro fator que “viria a facilitar a implantação da imigração foi o caráter do aburguesamento da classe dominante” (OLIVEIRA, 2000, *idem*, p. 108). O sucesso da imigração europeia ia além da dependência do clima, sendo necessário o apoio do Estado, com suas subvenções e intervenções oficiais, de populações brasileiras, que ensinavam a utilização dos recursos materiais e dos produtos agrícolas da região, além de outros fatores, como a proximidade com mercados e meios de transporte disponíveis para escoamento de seus produtos (*idem*, p.113).

A primeira fase migratória foi a de alemães, entre 1820 e 1850. A segunda fase é caracterizada pelo modelo de implantação de colônias em lugares relativamente desabitados e nos sertões distantes, mas acabaram se desestruturando e não conseguiram prosperar (vieram suíços, alemães, ingleses, franceses, italianos, entre outros). A terceira fase, considerada “mais fecunda e original da imigração europeia no Paraná”, é marcada pela instalação de colônias ao redor de Curitiba. “Com a intensificação do fluxo e o estabelecimento de imigrantes surge a categoria social burguesia imigrante” (*idem*, p.110).

Eram imigrantes pertencentes à classe média, com conhecimentos técnicos e experiências no comércio, e logo se fazem presentes em quase todas as atividades econômicas. Entre os componentes dessas migrações que saem da Europa com “pequeno pecúlio”, e que chegam ao país com condições de começar nas atividades comerciais está a família Lupion, de origem espanhola (SALLES, 2004, p.48). João Lupion torna-se pai de cinco filhos, entre eles, Moysés Lupion que, posteriormente se destaca como líder

empresarial e político. “Ao chegar ao governo do Paraná, já comandava um império econômico” (idem, p.35).

Os irmãos Moysés e David Lupion, com formação técnica em contabilidade e, experiência no ramo exportador de madeiras, tinham facilidades para angariar financiamentos externos. Salles (idem, p.53) parte da hipótese de que “os Lupion tiveram acesso privilegiado a essas facilidades para iniciar seus negócios de família”. Os casamentos com membros de famílias tradicionais também se constituíam em elementos facilitadores para obtenção de empréstimos: “Deve-se notar também que os laços familiares constituídos a partir de casamentos significavam igualmente uma evidente força para o levantamento de empréstimos. As famílias com que se casaram alguns dos Lupion eram tradicionais proprietárias de terra do Estado (...)” (idem, p.54).

A trajetória de formação e crescimento do Grupo Lupion, com rápido processo de diversificação (atuou no ramo de extração, industrialização e exportação de madeira, fabricação de papel, fósforos, caixas, mineração, comércio de ferros e metais, entre outros ramos), foi objeto de vários estudos. O destaque como empresário alcançado por Moysés Lupion faz com que a classe ligada ao comércio de terra o apoie para ocupar o cargo de governador do Estado. A imprensa também apoiou Moysés Lupion na sua primeira eleição. Ele era apresentado como “o elemento fundamental para a transformação do Paraná”. A imprensa que o apoiou “caracterizava sua ação de *business man*”, tal a sua capacidade de despertar as forças produtivas. “Porém, como empresário, esta ação estava limitada; para a construção de um Paraná Maior (seu lema de campanha), seria imprescindível que este empresário fosse lançado à direção do Estado” (SALLES, 2004, p.69).

O Grupo Lupion investe na compra de jornais *O Dia* e, 50% do capital da *Gazeta do Povo*, de Curitiba, *Correio do Paraná*, de Londrina, e emissoras de rádio Guairacá, Malletense, Arapongas e Castro.

Oliveira (2000, p. 143) destaca que é possível observar a formação da classe dominante a partir das relações materiais e econômicas da economia política da erva-mate, do tropeirismo ou da imigração. Por outro lado, as relações entre cultura e política remetem a formas de dominação. O autor lança mão dos pressupostos teóricos gramscianos de dominação e construção da hegemonia de um grupo sobre o outro a partir do papel dos intelectuais e a organização da cultura.

Hegemonia é a direção político-ideológica de uma classe sobre outras classes, mas também econômica. Envolve a capacidade de um grupo social obter consenso de outros grupos, e, a partir da sua própria perspectiva, de cooptar outras classes e outros sujeitos. No

plano cultural, o grupo hegemônico é aquele capaz de contar a história a partir da sua própria perspectiva de visão de mundo:

As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas, também a consciência e, por isso pensam (...) e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX, ENGELS, 1987, p.72)

O cenário cultural pode ser mapeado a partir de textos e discursos que procuram organizar e escrever a memória das classes dominantes paranaenses e construir o sentimento de comunidade. Esse grupo social desenvolveu estratégias de construção hegemônica frente aos outros setores da classe dominante e às classes subalternas:

Em primeiro lugar a classe dominante tem que construir, projetar, manter e resguardar em termos culturais as formas políticas de sua dominação. A classe dominante organiza um ativo processo político-cultural de dominação que se caracteriza por oferecer a direção política a outros grupos na forma de consenso e luta política contra opositores (OLIVEIRA, 2000, p. 143).

Considerado um marco no processo de modernização do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, em seu projeto político-cultural voltado à formação desse novo Paraná Moderno, promoveu a construção do Centro Cívico, Biblioteca Pública, Teatro Guaíra, Centro de Letras, além de investimentos na Universidade Federal e em Faculdades em formação.

O Serviço de Imprensa do Paraná foi criado em agosto de 1954, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo, tendo resumidamente, entre suas finalidades: difundir as atividades do Estado, a vida paranaense e documentar as atividades paranaenses “com a preocupação subsidiária da pesquisa histórica”, além de estreitar o contato do poder público com os órgãos de divulgação.

Kunhavalik (2004, p. 217) entende que todas essas iniciativas se constituem em “políticas culturais que visam assegurar, em uma nova realidade, o domínio político da classe dominante. Assegurar, em nível cultural, a hegemonia da classe dominante (...)”. Uma preocupação de Bento Munhoz, demonstrada durante seu governo, era com relação à integração do Estado e com a constituição da identidade paranaense.

O Norte do Estado como vimos, colonizado principalmente por paulistas, que trazem consigo uma identidade paulista, além de estarem territorialmente muito mais vinculados ao Estado de São Paulo, visto que a ligação com o Sul/Sudeste do Paraná e, mais precisamente, com a capital era consideravelmente precária. O Oeste/Sudeste, colonizado principalmente pelos gaúchos, mas também por catarinenses, que carregam com si toda a sua tradição e cultura, a sua identidade. Os colonizadores desta região consideravam que as autoridades paranaenses demonstravam pouco interesse por aquela região. Idéias separatistas já foram defendidas nas regiões Oeste/Sudoeste e Norte. No Norte do Estado, cogitava-se

em formar o estado do Paranapanema. Diante deste cenário, Bento Munhoz procura implementar políticas públicas colonizado principalmente pelos gaúchos visando promover a integração do Estado em nível físico, econômico, social e político (KUNHAVALIK, 2004, p. 191).

Os elementos político-culturais elaboram uma imagem, uma memória, um discurso sobre identidade paranaense e suas relações com os interesses materiais dominantes no Paraná.

A relação entre cultura e política pode ser concebida e destacada dentro de um processo histórico que apresente a riqueza da experiência de formação de uma classe em sua procura de auto-imagem e auto-identidade. A construção de sua consciência de classe, representação política do imaginário social de uma classe. (OLIVEIRA, 2000, p. 147)

Assim nasce o movimento paranista²³, como resposta de intelectuais ligados à classe dominante local, frente às ameaças provenientes de outras classes dominantes regionais. Para Oliveira, o paranismo representa o imaginário da classe dominante:

Com o fim da escravidão, o aumento da imigração e a República, surgem outros desafios à hegemonia da classe dominante paranaense. O novo espaço do Estado do Paraná na República Federativa teria de ser redefinido. As questões de limites territoriais com outros estados (o Contestado com Santa Catarina e disputas com São Paulo e Mato Grosso) e a formação de uma sociedade civil burguesa, orientavam as problemáticas emergentes nas relações entre política e a cultura no novo regime (idem, p. 149).

Segundo Walderez Silva (2008, p.40), o paranismo vai se desenvolver em Curitiba, “que vivia uma fase de expressiva efervescência cultural, consequência do surto econômico da erva mate”. O jornalista, escritor e historiador Alfredo Romário Martins desponta como líder do movimento paranista e cujo papel é considerado fundamental na elaboração de um discurso histórico regional, historicista e positivista, produzindo os primeiros heróis do estado.

Nas primeiras décadas do século XX, o Paraná não tinha uma identidade regional cultural. Era preciso criar esta imagem através de símbolos, hino e brasão para que a população a reconhecesse, na natureza e nas suas riquezas. Assim, entre os intelectuais anticlericais, republicanos e positivistas fomentava-se a necessidade de aglutinar os homens que tinham amor ao Paraná para formar um movimento onde pudessem contribuir para o progresso com sua colaboração moral, intelectual e cívica (RENK, 2006, p.11).

Jorge Narozniak (2010, p. 219) afirma que Romário Martins tentou explicar a índole paranaense: “Em 1927 lançou o Paranismo, numa tentativa de provocar brios da população

²³Para saber mais sobre o Paranismo e a construção da identidade paranaense, consultar: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Paranismo: O Paraná Inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; e sua tese de doutoramento: O Espetáculo dos maquinismos modernos - Curitiba na virada do século XIX ao XX. Tese de doutorado. História Social. USP: SãoPaulo, Or.: Raquel Glezer, 2002.

para sua história e seus valores e suas potencialidades já que ele mesmo comentava que “o Paraná é um cemitério de iniciativas”.

O paranismo tem, sobretudo, o objetivo de criar um sentimento de pertencimento da população à terra. Segundo Camargo (2007, p.15) “este movimento se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipo”. A visão exageradamente romântica dos indígenas, por exemplo, apresentava uma distorção da realidade. As construções poéticas sobrepunham-se às realidades do ambiente local. Camargo (idem, p.47) demonstra em sua pesquisa que os “articuladores teóricos do Paranismo defendem – ao mesmo tempo – uma visão positiva da influência do meio e uma romântica e idealizada do produto do branco europeu e do bom indígena que aqui vivia”.

Mas nem todos se deixavam levar pelo entusiasmo ufanista. Em 1930, o historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado publicou o artigo *Instantâneos Paranaenses*, na revista *A Ordem*, do Rio de Janeiro. O historiador considera o Paraná uma terra sem identidade, nenhum traço notável, nada pitoresco, sem história marcante ou qualquer tipo de atrativos.

Bento Munhoz da Rocha Neto (1995, p. 41) rebate a visão do historiador: “O Sr. Brasil Pinheiro Machado no número de fevereiro da revista “A Ordem” do Rio, estudando o desnorteamento da União Brasileira, fixa instantâneos paranaenses, entrevistados não sei por que prisma, que os torna negativos, mesquinhos, humilhantes e – sobretudo – falsos”.

Diz o texto de Pinheiro Machado:

O Paraná é um Estado típico desses que não têm um traço que faça deles alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como o Mato Grosso e Goiás (MUNHOZ DA ROCHA, 1995, p. 41).

Bento Munhoz destaca outras construções textuais de Pinheiro Machado: o Paraná “forma nessa retaguarda característica de incharacterísticos”; “o paranaense não existe”; “O Paraná é um Estado sem relevo humano”. Na tentativa de comprovar que os argumentos de Pinheiro Machado são falsos, Bento Munhoz relaciona entre as belezas naturais do Paraná, aquelas que estão representadas como símbolos do Estado, a começar pelo pinheiro. Ele destaca ainda a serra do mar e as cataratas do Iguaçu.

Não posso atinar com o motivo que o leva a assim discordar de quantas celebrações nacionais nos tenham visitado, unânimes todas em enaltecer a significação distinta

de nossa terra e de nossa gente. (...) Gritamos que não formamos “nessa retaguarda de incharacterística de incharacterísticos” (MUNHOZ DA ROCHA, 1995, p.46)

Ricardo Oliveira (2000, p.208) entende que a “classe dominante é uma formação social heterogênea, mas unificada por um eixo principal no controle das riquezas materiais, simbólicas e na posse de um conjunto de capitais sociais e políticos que permitem a sua reprodução, assim como o exercício da dominação e do poder público”. A chegada de imigrantes implica na formação e estruturação de novos setores burgueses criando, conseqüentemente, novo cenário empresarial. A decadência da “velha e poderosa burguesia” da erva-mate coincide com a crise do mate na década de 1930. Mas a influência dos velhos donos do poder atravessa o século XX, como revela o exemplo de Ney Braga. “A velha classe dominante tradicional assumiu durante boa parte do século XX, no Paraná, a função de classe controladora do aparelho de Estado” (OLIVEIRA, 2000, p.246).

A classe dominante tradicional foi formada centralmente (o que não significa exclusivamente) pelas velhas famílias históricas até aproximadamente a década de 1940/50. O primeiro governador do Paraná sem vínculos de parentesco com as famílias históricas paranaenses foi o empresário Paulo Pimentel, eleito em 1965.

Segundo Osmani Ferreira da Costa (2011), Paulo Pimentel era advogado paulista, formado que chegou ao Paraná na década de 1950, “porque havia casado com uma filha de usineiro de açúcar em Porecatu, no Norte do Paraná”. Assim, ele passa a ser integrante da família Lunardelli, grandes proprietários de terras no Norte, além de proprietários de Usina de Açúcar. “A família Lunardelli fora um dos principais financiadores da campanha de Ney Braga ao Palácio do Iguaçu, em 1960” (COSTA, 2008).

Costa (2011) afirma que “a entrada de Pimentel para o ramo da imprensa se deu por motivação política e de modo planejado”. Em 1962, quando ocupava a Secretaria Estadual de Agricultura, Paulo Pimentel compra do mesmo grupo, dois jornais, *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. Durante o governo militar, consegue duas concessões de canais de TV, ambas na presidência de Costa e Silva.

Ricardo Oliveira (2000) ao investigar a classe dominante revela uma rede de relacionamento de parentesco e amizade que possibilita entender onde a classe dominante se movimenta, onde há alianças, quem influencia quem, quem constrói os discursos e ainda, a presença destes protagonistas nos diferentes poderes. Como consequência, podem ser mapeadas, a partir destas redes, as grandes fortunas, governadores, prefeitos, deputados e todo um conjunto de gestores. Para o autor, a ocupação deste cenário de riqueza e de poder pode ser comparado a um jogo de cartas marcadas:

Porque as cartas da classe dominante paranaense foram redistribuídas entre os que se abrigaram nos limitados grupos familiares de tradição. Foi uma redistribuição interna, uma rotatividade entre grupos de parentesco, ainda que em diferentes níveis de parentesco entre si, compartilhando muitos antepassados em comuns. Foi um jogo de cartas marcadas (OLIVEIRA, 2000, p. 212).

A reprodução das relações sociais de produção familiar passa pela distribuição das pessoas dentro de lógicas sociais específicas, que delimitam as posições coletivas em questão. “A presença de grupos familiares na tradição histórica dominante atende a critérios objetivos na ocupação de posições de poder político” (idem, p.215). São famílias que possuíram membros em chefias do poder executivo, nos quadros do aparelho do Estado, representação no poder legislativo, lideranças empresariais, cargos nas altas esferas do poder judiciário e também nos quadros ideológicos-culturais, como escritores, organizadores da identidade paranaense e das instituições culturais e educacionais. Considera-se que uma fração hegemônica, no controle do Estado, dominava os rumos do planejamento estatal.

No entanto, Salles (2004) esclarece que não acredita que “o aparelho estatal era um mero instrumento nas mãos de um grupo de empresários”. Para o autor, o que há é uma “ação mais forte de um grupo de interesse que consegue que suas demandas sejam atendidas prioritariamente por diferentes esferas do poder estatal em seus diferentes níveis” (idem, p.104).

A imprensa, desde que surge, é parte integrante desse processo de defesa dos interesses das elites. Segundo Marques (2006, p.41), com essas características, a imprensa comandada por estes “empresários”,

se organiza de acordo com o modo de produção capitalista visando atingir objetivos mercantis, impossibilitando qualquer debate sobre uma forma de organização social mais justa e, ao contrário justificando que a conjuntura neoliberal é inevitável, dentro do processo de globalização, defendendo essa conjuntura como sendo a modernização das relações políticas, econômicas e sociais.

De 1947 a 1970, o Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha Neto, Moysés Lupion, Ney Braga, e Paulo Pimentel, todos integrantes de famílias tradicionais e abastadas, ou, se inseriram nas elites por meio de laços de parentesco e matrimônio. O uso da imprensa nesse projeto de dominação e poder se evidencia em todos os casos. Em 1951, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, sofria oposição de todos os jornais que circulavam em Curitiba. A solução encontrada para enfrentar as críticas foi fundar um jornal para dar sustentação ao governo:

“O Dia” era propriedade de seu inimigo político Moysés Lupion, que detinha também 50% do capital da “Gazeta do Povo” enquanto o “Dário da Tarde” era controlado por outro grupo rival. Segundo o jornalista João Dedeus Freitas Netto, essa foi a principal justificativa para o surgimento de “O Estado do Paraná”, a partir de 17 de julho de 1951. Freitas foi diretor de redação do jornal desde seu nascimento até 1968. “O cunhado do governador, Fernando Camargo, que era advogado da Caixa Econômica Federal, juntou dois empresários amigos, o Aristides Merhy e o José Luiz Guerra Rego para montarem um jornal e dar sustentação ao governo (...) Naquela época, os jornais eram marcados por polêmicas, trocávamos acusações e refletíamos, especialmente nos editoriais, a linha política das publicações”, relatou o jornalista (OLIVEIRA FILHA, 2007, p.46).

Os recortes das notas históricas que narram o surgimento dos jornais no Paraná revelam que estes têm mais em comum, além do fato de surgirem para atender interesses políticos, declarados ou não. Trata-se da existência de uma identidade entre seus fundadores, na sua grande maioria, provenientes de classes sociais economicamente elevadas e com envolvimento na política local, estadual ou até nacional. São grandes proprietários e industriais, descendentes de imigrante, políticos, advogados, diretores de banco.

O velho poder das famílias tradicionais na nova mídia se faz representar por Francisco da Cunha Pereira [nascido em Curitiba em 1926, bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 1949, oficial da Reserva do Exército, fez o curso do CPOR na arma de cavalaria]. Francisco da Cunha Pereira controla o maior Jornal paranaense, A Gazeta do Povo e a Televisão Paranaense, afiliada da Rede Globo. A longa genealogia do poder deste personagem cobre o tronco dos Buenos de São Paulo, ode Baltazar Carrasco dos Reis e também é descendente do Capitão-Mor de Curitiba em 1750, Rodrigo Felix Martins (idem, p.223-224).

A *Gazeta do Povo* foi fundada em janeiro de 1919, pelo advogado Benjamim Lins, defendendo a bandeira da “independência e imparcialidade”. O capital necessário para o lançamento do periódico foi conseguido com “apoio das classes conservadoras do Paraná, formadas pelos proprietários dos grandes engenhos de erva-mate e industriais da madeira” (*Gazeta do Povo*, edição comemorativa dos 73 anos do jornal, 2/2/1992).

Segundo Oliveira Filha, (2007, p. 41) nas décadas seguintes, a *Gazeta do Povo* consolida “sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços”.

Francisco da Cunha Pereira Filho, junto com o sócio Edmundo Lemanski, assume a direção do jornal a partir de 1962. Atolada em dívidas, com salários atrasados e quase nenhuma publicidade, a *Gazeta do Povo* demora cerca de dez anos para se reerguer. Em seguida tem início uma fase de prosperidade, com investimentos e modernização do parque gráfico, da redação e de outros setores do jornal. Oliveira Filha (2007, p.58) destaca uma característica: “A administração do jornal é marcada também por uma postura política de

extrema cautela e atrelamento ao poder (municipal, estadual ou federal). A conduta da direção da Gazeta do Povo tem sido, historicamente, de evitar o debate político e nunca aceitar o confronto.”

O principal jornal do interior do Paraná no século XX, a *Folha de Londrina*, foi criado pelo pequeno empreendedor João Milanez, catarinense, filho de imigrantes. Pelo menos na sua origem, não estava envolvido com sócios políticos ou famílias tradicionais. No dia 13 de novembro de 1948 circulou a primeira edição, do então, *Semanário Folha de Londrina*, com quatro páginas. Londrina contava com 20 mil habitantes no final da década de 40, período em que Milanez desembarcou na cidade. Após ouvir a sugestão de um amigo, ele investe algumas economias para a abertura do jornal que, contava com uma mesa, duas cadeiras e uma máquina de escrever, além de três caixas de tipos para composição manual. A *Folha* tornou-se diária após a aquisição de uma rotativa plana.

Segundo Cohen (2008, p. 104), uma radiografia da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia que as raízes políticas da atividade jornalística constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações.

2.1 Grande imprensa e modernização

A história do desenvolvimento da imprensa no Brasil, suas transformações, características e modernização, reproduz a trajetória da mídia localizada no Rio de Janeiro e São Paulo, e, posteriormente, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

A historiografia sobre mídia nacional é feita, predominantemente, no Sudeste, essencialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Uma consequência disso é que, muitas vezes, as pesquisas são desenvolvidas pela perspectiva dessa região. E as características dos meios de comunicação desenvolvidas nessas localidades acabam sendo tratadas como nacionais” (RIBEIRO e HERSCHMANN, 2009, p.19).

Na grande maioria dos estudos sobre a imprensa brasileira, o Paraná não é nem ao menos citado e, quando ocorre, é para dizer que os jornais existentes até a década de 1950, não eram importantes. É o que se verifica no relato de Samuel Wainer:

No Brasil dos anos 40 – e assim seria também nos anos 50 - , o clube da imprensa era extremamente restrito, franqueado a umas poucas famílias eleitas. No Rio Grande do Sul, reinava o *Correio do Povo*, comandado pelo Breno Caldas. No Paraná e em Santa Catarina, como em quase todos os outros Estados, não havia jornais importantes. Em São Paulo, o ‘Estadão’, da família Mesquita, já era hegemônico, embora também tivesse influência *A Gazeta*, do velho Cásper Líbero, e o tradicional *Correio Paulistano*, que fora o porta-voz do Partido Democrático, controlado pelo grupo de Francisco Morato (WAINER, 1988, p135).

A transição da pequena à grande imprensa começa antes do fim do século XIX, quando a imprensa começa a adquirir características industriais associadas a inovações técnicas. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Afirma Sodré (1999, p. 275):

Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das conseqüências imediatas dessa transição é a redução no número de periódicos.

Segundo Bahia (1990), a transição da fase artesanal para a fase industrial não se dá de forma contínua, mas em meio a muitas interrupções.

No Brasil, a grande imprensa lança raízes no Império e se firma na Primeira República. É uma trajetória que se interrompe e recomeça até que se estabeleça definitivamente. O *Diário do Rio de Janeiro* muda várias vezes de política e de direção: suspenso de 1859 a 1860, atravessará cinquenta e sete anos de existência (de 1821 a 1878). Antes que se apague a chama industrial, uma fórmula de empresa sólida já se concretiza no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Commercio*. São esses dois jornais que estimulam, com seu êxito editorial, investimentos privados, urbanos e rurais, que navegam nos ventos da política em direção à imprensa.

Tania Regina de Luca (2008) entende que a expressão grande imprensa, ainda que de forma genérica, pode ser atribuída aos periódicos que reúnem uma série de atributos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Envolve a substituição da produção artesanal dos impressos, por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica. Habilidades manuais dão lugar a modernas máquinas de composição mecânica. Rotativas mais rápidas e a incorporação dos avanços técnicos por meio de investimento em equipamentos resultaram, conseqüentemente, em mudanças no processo de compor e reproduzir textos e imagens nos jornais das principais capitais brasileiras.

Afirma Luca:

Se por várias décadas, a luta política constituiu-se no moto fundamental do jornal-tribuna, razão mesma da sua existência, os horizontes alteraram-se e a posse das folhas diárias começou a se transformar em negócio, o que exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender ao crescente mercado potencial de leitores, que, por sua vez, tornavam-se cada vez mais exigentes. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes, não raro, concentravam-se em um único indivíduo, separaram-se e especializaram-se (2008, p.149-150).

De acordo com Sodré (1999, p. 369), paralelamente a essa imprensa empresarial em transformação, “continuava a existir, no interior, a pequena imprensa artesanal, sem perspectivas, reduzida a estreitos horizontes, ferozmente submetida ao latifúndio, limitada às questões domésticas e pessoais”. Inclusive esse tipo de imprensa podia ser encontrada em capitais estaduais “já com foros de civilização e progresso” (idem).

A definição de grande imprensa da autora Maria Aparecida de Aquino (1999, p.37-38), faz uma clara distinção entre a imprensa convencional de pequeno, médio e grande porte:

Qualifica-se de grande imprensa – e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de menor porte – os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal, ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte) não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação, ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquema de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente.

Para Aquino (idem), periódicos com as características de circulação dos jornais paranaenses aqui pesquisados, não se inserem na qualidade de grande imprensa. Embora sejam órgãos de divulgação diária, com características empresariais, encontram-se limitados às suas respectivas praças de origem, ou seja, a abrangência das praças se restringe ao estado. Os jornais paranaenses se assemelham aos dois casos citados pela autora: a *Tribuna da Imprensa*, com veiculação muito restrita ao Rio de Janeiro, ou mesmo revistas semanais de menor porte, cuja estrutura não lhes permite a abrangência nacional.

Em termos de imprensa escrita diária, apontam-se exemplos de grande imprensa nos jornais: *O Globo*, do grupo Roberto Marinho, originário do Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, de propriedade de Nascimento Brito do Rio de Janeiro; *Folha de S. Paulo*, pertencente à família Frias de São Paulo, *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, dos Mesquita de São Paulo. Como exemplo de revista semanal representante da grande imprensa: *Veja*, da editora Abril Cultural de São Paulo.

Segundo Cremilda Medina (1988), o surgimento da empresa jornalística voltada para o lucro, e, considerando o gosto do leitor, está ligado a dois fatores sócio-históricos: urbanização e industrialização. A autora destaca que a sua implantação exige a constituição de populações urbanas e com algum poder aquisitivo.

A empresa jornalística, montada com fins lucrativos, vai produzir folhas sensivelmente diferentes das ligadas a grupos políticos, características do período anterior (jornal-tribuna), cujo exemplo mais marcante, até mesmo por suas oscilações opinativas ao sabor de quem pagasse melhor, é essa famosa *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Objetivando a maior circulação possível (em função da qual gira, *grosso modo*, o valor do espaço vendido), o jornal empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal. Surge, então, pouco a pouco, o jornal noticioso, que logo se transforma em sensacionalista; surge também a crônica policial e social (MEDINA, 1988, p.47).

Ribeiro (2007, p. 13) aponta a década de 1950 como o marco de grandes transformações do jornalismo nacional. Junto com as reformas redacionais, gráficas e editoriais ocorre a implantação do modelo norte-americano no jornalismo nacional. Segundo a autora (*idem*), o modelo norte-americano provoca a modernização das empresas e dos textos, “a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual a sua função social”.

Ao tratar das transformações da imprensa, Ribeiro (2007, p. 13) se refere principalmente aos jornais cariocas:

As reformas redacionais, gráficas e editoriais do *Diário Carioca* em 1950 e do *Jornal do Brasil* em 1956, assim como o surgimento de jornais inovadores, como a *Tribuna da Imprensa* em 1949 e a *Última Hora* em 1951, são considerados marcos inaugurais de uma nova fase da imprensa brasileira.

O *Jornal do Brasil* é fundado em 1891, e, rapidamente, torna-se modelo de jornal empresa que tem como objetivo o lucro e que passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. “A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal” (MEDINA, 1988, p.47). A imprensa no Rio era variada e mesmo numerosa. “Nessa galeria variada, o *Jornal do Brasil* chegava para enfileirar-se entre os grandes”, aponta Sodré (1999, p.257). O *Jornal do Brasil* destaca-se, desde cedo, por ser pioneiro em muitos setores e implementar inovações no jornalismo impresso. Apresentou em 1893, a primeira seção feminina da imprensa brasileira, em 1910, durante a revolta dos marinheiros, publicou entre cinco a seis edições diárias, e, em 1916, conta com o maior parque gráfico da imprensa brasileira.

A tradição de polêmica e crítica até então presentes na imprensa, dá lugar a um jornalismo que privilegia a informação, agora objetiva e imparcial. E a informação surge dissociada do comentário e da opinião ocupando inclusive lugares graficamente distintos nas páginas dos jornais. “As reformas dos anos 50 assinalaram a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial”, afirma a autora (RIBEIRO, 2007, p. 13). Nesse modelo não há mais espaço para a tradição opinativa, característica marcante dos jornais

desde 1821. O jornalismo passa a privilegiar a informação “objetiva”, criando espaços apropriados para a apresentação do comentário pessoal.

Segundo a pesquisadora:

Os periódicos brasileiros seguiam então o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. Os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo. (...) eram também muito estreitas as relações do jornalismo com a política. Pequenos em termos de tiragem e de recursos econômicos, os jornais muitas vezes funcionavam como porta-vozes do Estado ou de alguns grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade (2007, p.29).

Ao adotar um jornalismo que privilegiava a informação “objetiva” e “imparcial”; a imprensa começa a ser pensada como um lugar neutro, independente (idem, p.29). Para Ribeiro, mais do que transformações gráficas, editoriais, linguísticas e empresariais, a modernização “representou para a imprensa a construção de um lugar institucional que lhe permitiu, a partir de então, enunciar “oficialmente” as verdades dos acontecimentos e se constituir como o registro factual por excelência”. A modernização, considera a autora, marca o momento em que o jornalismo se afirmou enquanto “fala autorizada” em relação à elaboração do real:

O discurso jornalístico passou a se revestir de uma aura de “fidelidade dos fatos”, que lhe conferiu um considerável poder social. Acreditamos que o efeito de objetividade e neutralidade do discurso jornalístico – produzido a partir das novas técnicas redacionais foi um dos grandes responsáveis pela acolhida que ele passou a ter. Além disso, mesmo que se critique a objetividade jornalística como um efeito o ilusório, não se pode negar a sua ancoragem factual. Normalmente, não costuma haver deformação ou mentira cabal em relação aos fatos concretos: nomes, datas, acontecimentos, não são criados ou inventados. Mas a ancoragem dos fatos, que confere ao discurso jornalístico legitimidade, também não é transparente e palpável. A autoridade com que se reveste a linguagem vem de fora dela, do contexto extraverbal. O seu poder reside nas condições sociais de sua produção e de sua recepção. No caso, reside no próprio campo jornalístico e nas suas relações com a sociedade global (RIBEIRO, 2007, p.14-15).

A apresentação visual do jornalismo brasileiro inspirada no modelo francês pecava pelo excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material, entre outros aspectos. Com a reforma gráfica, além da adoção de um estilo mais ordenado, passou a imperar a padronização dos elementos visuais como manchetes e títulos, subtítulos, entretítulos, boxes. Os “textos complementares movimentam e embelezam as páginas tornando a sua leitura mais agradável” (idem, p.34). De acordo com a autora, essas transformações resultaram em uma primeira página mais elaborada e atrativa:

Foi nesse momento que nasceu o conceito de primeira página como vitrine, como uma espécie de “cardápio atraente” de tudo o que estava no interior do jornal. Pequenos resumos dos principais assuntos do dia passaram a ser impressos na capa dos periódicos (RIBEIRO, 2007, p.34).

Ao lado do moderno conceito de notícia, que ganhou forma com as novas técnicas redacionais, também surgiu na década de 1950, uma nova maneira de se apresentar o jornal. Novos padrões editoriais e gráficos são adotados na prática de fazer o jornalismo diário, envolvendo desde a padronização de textos (introdução dos manuais), defesa de “objetividade e imparcialidade”, além de concepções gráficas que embelezam o jornal, e tornam a leitura mais fácil. Sintetizando o panorama que se apresenta, afirma Medina (1988, p.66): “Os jornais brasileiros começam a empregar os mesmos ingredientes que os internacionais”.

Ribeiro (2007, p.25) explica que as ideias de objetividade, neutralidade e imparcialidade, diretamente associadas a um modelo de jornalismo moderno e empresarial, vão se formalizar por meio dos manuais de redação que passam a guiar a prática profissional dos jornalistas. “Foi apenas na década de 1950 que a objetividade ganhou forma de técnica e o *lead* passou a ser a fórmula hegemônica de abertura dos textos informativos” (RIBEIRO, 2007, p.28).

A adoção das técnicas americanas na estruturação da notícia implica em um conjunto de restrições no modo de escrever e a apresentar a notícia. O caráter emotivo e participante dá lugar a um estilo direto e impessoal, com o uso da terceira pessoa, verbos no indicativo, uso reduzido de palavras. No lugar do nariz-de-cera, texto introdutório, pouco ou nada informativo e rebuscado que vinha antes da notícia, entra o *lead* e a pirâmide invertida²⁴. Para Ribeiro, “o estilo jornalístico passou a ser mais seco e forte” (idem, p.30):

O *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar, de forma sistemática, as técnicas norte-americanas. Em março de 1950, este matutino lançou um manual de redação e estilo, o primeiro do Brasil. Era um folheto de 16 páginas, escrito por Pompeu de Souza, cujo título era *Regras de Redação do Diário Carioca*. (...) O *Diário Carioca* foi também o primeiro jornal a instituir na sua redação o *copy desk*: um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Tinha um papel essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas do manual (idem, p.33).

Sodré (1999, p. 394) define o *lead* como uma técnica jornalística de apresentação da notícia estruturada, obrigatoriamente, na regra dos cinco *W* e um *H*: *who*-quem; *what*-que; *when*-quando, *where*-onde, *why*-por que; e *how*-como. A técnica consiste em apresentar nas linhas iniciais do texto a resposta a cada uma das questões (que, quem, quando, onde, como

²⁴Segundo o Dicionário de Comunicação (Orgs. RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. Rio de Janeiro: Editora CODECRI, 1978) pirâmide invertida consiste na “disposição das informações por ordem decrescente de importância, em um texto jornalístico. (...) Com as informações mais “quentes” (o *clímax*) da notícia logo no início do texto, o emprego da pirâmide invertida prende a atenção do leitor, e permite que ele se inteire dos principais fatos, mesmo que não leia todo o texto” (1978, p. 361).

e por que), e assim, sintetizar para o leitor os principais fatos daquela notícia. “Ao *lead* norte-americano, Luís Paulistano acrescentou o brasileiro sub-*lead*²⁵”, afirma o autor (idem, p. 395). Luís Paulistano foi chefe de reportagem do *Diário Carioca*.

A capa, ou primeira página do jornal passou a publicar “pequenos resumos dos principais assuntos do dia”. Com as reformas, as capas dos jornais assumiram um padrão visual bastante diferente do das páginas internas. Entre as vantagens que as mudanças trouxeram foi a organização dos textos em espaços definidos, e o fim da interrupção brusca das notícias que muitas vezes ocupavam várias páginas sem sinalizar para seus leitores. Explica a autora:

Antes, em quase todos os jornais, as matérias principais começavam na primeira página, mas eram interrompidas quando o espaço acabava (às vezes no meio da frase) para continuar nas páginas internas. Fato que tornava o visual do jornal bastante confuso, além de trazer um grande incômodo ao leitor (RIBEIRO, 2007, p.268).

O fotojornalismo também passa a atender um novo padrão estético, agora alinhado a proposta da objetividade. A fotografia ilustrativa é também informativa, os registros dos flagrantes substituem as fotos posadas. “O retoque, obrigatório até os anos 50, foi sendo abandonado” (RIBEIRO, 2007, p. 34).

A pesquisadora explica que as transformações ocorridas com a imprensa brasileira nos anos 50, sobretudo nos jornais cariocas, somadas às reformas gráficas e editoriais, com adoção de novos padrões, “marcam também o processo de profissionalização da imprensa” (idem, p.35). Isso significa melhores salários, jornalistas adquirindo sentido de categoria profissional, criação dos cursos de graduação em jornalismo e, implementação de reformas administrativas. A improvisação é substituída pelo planejamento e programação.

As grandes mudanças econômicas que atingiam o país neste período impulsionam as transformações na imprensa. Explica Ribeiro (idem, p.36) que, apesar de São Paulo ser o centro mais dinâmico do capitalismo, os jornais do Rio de Janeiro receberam maior impulso para se modernizarem em função de uma série de fatores. O Rio concentrava as mais importantes instituições literárias e culturais do país, contava com alta taxa de alfabetização, era a segunda cidade em produção industrial, possuía a maior renda *per capita*, e o maior índice de concentração demográfica do Brasil.

Ribeiro (idem, p.273) aponta que o Jornal do Brasil era o exemplo típico do estilo de jornalismo “sério”, que passou a caracterizar a grande imprensa carioca a partir dos anos 60. A informação atendia aos novos critérios de objetividade dos fatos, “a emoção, a

²⁵ Segundo parágrafo do texto jornalístico, resultante de um desmembramento do *lead* (idem, p.439).

análise, o comentário, a explicação ou interpretação” não fazem mais parte deste novo estilo jornalístico. De acordo com a autora, era o fim do estilo “povão”, que marcou o periódico no início da década de 1950.

O ano de 1950 representa também o marco de modernização gráfica e reestruturação do trabalho interno das redações. Ribeiro (2007) aponta que a imprensa carioca, buscando modernizar a sua estrutura de organização interna, passou a distribuir de maneira mais racional os cargos de gerência e direção, seguindo o modelo de gestão norte-americano, baseado na descentralização de responsabilidades. As empresas passaram a ser compostas por quatro divisões principais: executiva, financeira, editorial, e, gráfica e mecânica. “Até mesmo os jornais menores e mais pobres investiram em equipamentos” (RIBEIRO, 2007, p.203).

As transformações não ocorrem em todos os jornais, e nem ao mesmo tempo. Marialva Barbosa (2007, p. 157-8) afirma que o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro, “se dá nas primeiras cinco décadas do século XX (e não apenas como num passe de mágica na década de 1950/60), e será a partir desse modelo que serão construídos valores e representações sobre o ideal profissional, permitindo sua conformação de uma dada identidade”. A autora destaca que o profissionalismo foi um longo processo empreendido pelas empresas jornalísticas e corroborado pelo discurso dos próprios jornalistas.

Particularmente no Paraná, as mudanças ocorrem em ritmos diferentes e são marcadas pela descontinuidade. Podem ser observadas várias iniciativas, isoladas, na tentativa de melhorar a qualidade dos jornais. A compra de novos equipamentos não implica, necessariamente, em mudanças redacionais e gráficas. O processo de modernização da imprensa paranaense se concretiza a partir da segunda metade da década de 1960, entretanto, o que se verifica, principalmente em relação aos pequenos jornais, são as inúmeras dificuldades que enfrentam para não interromper a circulação. O esforço feito no sentido de “modernização” em alguns casos chega a ser heroico, tal a soma de problemas e dificuldades enfrentadas pelas empresas jornalísticas de pequeno porte. Principalmente no interior, tal qual descreve Sodré (1999), a imprensa quase agonizante está “submetida aos caprichos do latifúndio”.

Para entender o processo de desenvolvimento e modernização da imprensa paranaense, é preciso levar em conta as características econômicas, políticas e sociais do Paraná das décadas de 1950 e 1960 e seus acontecimentos mais marcantes. Segundo Wachowicz (2010, p.327), historicamente, o período de ocupação territorial do Paraná se

completa em 1960. Isso significa o fim das “frentes pioneiras”, que não restavam “mais terras a serem ocupadas e colonizadas”.

Considera Dennison Oliveira:

O Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de novos centros urbanos. No caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café, No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia (2001, p. 35).

O café legou também um expressivo parque industrial dedicado à torrefação e à moagem do produto. Posteriormente (1960-70), até mesmo empresas de café solúvel seriam instaladas na região Norte, numa etapa já avançada dos processos de criação de novos produtos derivados do café. A condição de grande produtor de café vai garantir ao Paraná uma participação decisiva na economia nacional.

Defendendo a bandeira da modernidade, Moysés Wille Lupion de Troia²⁶ chegou ao governo do Paraná em 1948. Moysés Lupion era herdeiro político de Manoel Ribas, governador e interventor durante o Estado Novo. Vence as eleições em 1947, com 59% dos votos, deixando em segundo lugar Bento Munhoz da Rocha Netto, com 29%, o que garantiria a continuidade da política governamental de Ribas. Magalhães (2001) avalia que o processo de redemocratização do Paraná, em 1946, à semelhança de outros estados, não se caracteriza por mudanças profundas no quadro da administração pública:

Portador de um discurso popular habilidoso com outras facções à esquerda, líder de seu próprio partido, Lupion representa a renovação uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e buscava, continuamente, apoiar as cidades e interesses do interior. Contudo, essa imagem será alterada pela campanha oposicionista em 1950, que fez de Lupion uma figura nacionalmente conhecida como um político cuja honestidade é colocada sob suspeita. Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1950, utiliza-se em sua campanha, das acusações a Lupion, identificando tal comportamento como inaceitável aos políticos e ao povo. Logrando articular as oposições em torno de uma coligação denominada Frente Democrática, composta pelo Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Social Trabalhista (PST) e UDN, vence as eleições para o executivo, sem, contudo, fazer maioria no Parlamento (idem, p.56).

Entre 1947 e 1951 foram criados cerca de vinte novos municípios, “todos nas terras férteis do Norte do Paraná, entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri” (idem). O progresso

²⁶ Moysés Wille Lupion de Troia foi duas vezes governador do Paraná (1948-1952 e 1956-1960), e senador em 1954, pelo Partido Social Democrático (PSD). Sempre sofreu oposição por parte da UDN e do PTB. Heller e Duarte (2000, p.71) apontam que Lupion, apesar das “acusações de práticas pouco ortodoxas na administração pública” foi “vitorioso em todos os pleitos”. Salles (2010, p.35) destaca que “o termo *lupionagem* ganhou o imaginário político nacional”. São muitos os casos relatados de corrupção envolvendo o governo de Moysés Lupion, principalmente na questão de demarcação e concessão de terras no Paraná. Lupion tinha claro posicionamento em favor da iniciativa privada. Em seus dois mandatos enfrentou graves e violentos conflitos de terra. A situação era ainda mais séria porque o Grupo Lupion também estava envolvido em conflitos de terra no Sudoeste e Oeste do Paraná.

desencadeado pelas iniciativas do governo fez com que a população de 1,2 milhão de habitantes em 1940, crescesse para 4,3 milhões em 1960. “Abriu o Norte do Estado para a grande lavoura cafeeira e construiu 937 quilômetros de estradas que possibilitaram o surgimento de dezenas de cidades”, relatam Heller e Duarte (2000, p.31). A região Norte, conhecida como “Eldorado do Paraná”, por suas riquezas geradas, era na verdade uma terra de contrastes, conflitos pela posse da terra, massacre de índios e pendências resolvidas à bala. No mesmo período, sua população saltou de 150 mil para dois milhões de pessoas.

O processo de colonização e ocupação de terras no Paraná é marcado por conflitos violentos envolvendo posseiros e grileiros. É o caso da Revolta de Porecatu, de 1948 e da Revolta dos Posseiros, de 1957, que serão resumidamente aqui relatadas.

Porecatu, nome dado à região situada no extremo norte do Paraná, teve seu processo de colonização impulsionado pela Marcha para o Oeste, no final dos anos 1930 e início de 1940, movimento de ocupação de terras implementado por Getúlio Vargas. Proprietários de pequenas posses de terra, colonos e trabalhadores eram ameaçados por grileiros que os expulsavam com a ajuda de pistoleiros, de jagunços e da polícia. Isso motivou “a organização de uma resistência – que posteriormente se transformou em resistência armada – com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes” (PRIORI, 2009). O autor associa a fundação das Ligas Camponesas da região, ao início da resistência armada dos camponeses de Porecatu.

Os conflitos armados tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e Paraná. A resistência armada dos posseiros de Porecatu marcou a região, que se constituiu em alvo de grandes reportagens nos principais diários do país e em órgãos da imprensa periódica, como a revista “O Cruzeiro” e o semanário “Voz Operária”, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (PRIORI, 2009).

O auge do conflito da Revolta de Porecatu ocorre logo após a posse de Moysés Lupion ao governo do Estado. Em 1957, cansados das “colonizadoras que fomentavam o banditismo”, cerca de seis mil posseiros decidiram fazer justiça com as próprias mãos (HELLER; DUARTE, 2000, p.34-40). Lupion estava novamente à frente do governo, eleito em 1956. A Revolta dos Posseiros de 1957, na região Sudoeste do Paraná (Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Dois Vizinhos e Barracão), gerou farto noticiário na imprensa paranaense e nacional (idem, 36). Os primeiros passos para legalização das terras só tiveram início em 1961.

Marion Magalhães (2001,p.57-58) aponta que tanto Lupion quanto Munhoz da Rocha buscavam evidenciar o surto de progresso dos anos 40 e 50 no estado. “O Paraná,

como grande produtor de café, assegura uma participação decisiva na economia brasileira”, afirma a autora. Munhoz da Rocha define o desenvolvimento como “espetáculo de prosperidade” (idem). Todo esse prestígio, associado à elevação do nível de vida da população, atrai migrantes de várias regiões.

Uma preocupação constante dos políticos é reafirmar o clima de tranquilidade existente no Paraná, o caso da Revolta de Porecatu é denunciada como exceção, e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste é apontada como movimento insuflado por políticos contrários ao governo. Segundo Magalhães, essa “insistência em veicular a imagem de tranquilidade e progresso não ocorre por acaso; visa atrair capitais e mesmo mão-de-obra para o Estado, em franco processo de crescimento econômico” (2001, p. 58).

A imprensa paranaense é parte desse processo de disputas. A *Gazeta do Povo*, se alinhava aos interesses do governador Lupion, que detinha 50% do capital do jornal. Éverly Pegoraro (2008), em sua pesquisa sobre a cobertura da Revolta dos Posseiros de 1957, pela imprensa paranaense, destaca o papel dos jornais *O Estado do Paraná* e *Gazeta do Povo*.

Enquanto a *Gazeta* tenta amenizar o clima de tensão que envolvia a região Sudoeste, algumas vezes até sugerindo que tudo não passava de especulação política, *O Estado do Paraná* manda correspondente e fotógrafo para acompanhar de perto os acontecimentos. A cobertura da *Gazeta* ocorre priorizando as falas oficiais, apresentando apoio de políticos ao governador, questionando se de fato ocorreram mortes de colonos. *O Estado do Paraná* rebate os discursos amenos do governador, e retrata gravidade do conflito. Literalmente.

A briga se estendia entre o jornal e a *Gazeta do Povo*. O *Estado do Paraná* usava a objetividade fotográfica para amparar suas opiniões. Dizia que as fotografias de seus correspondentes eram as provas mais contundentes para desacreditar o governo, o Chefe de Polícia e a imprensa situacionista (PEGORARO, 2008, p. 187)

Em 1963, o Brasil e o mundo voltam seus olhos para o Paraná em razão de um grande incêndio que avança sobre centenas de cidades e deixa muitos mortos. José Luiz Alves Nunes (2013), no livro *1963 o Paraná em chamas*, relata que o estado havia atravessado várias geadas em espaços de 10 a 11 anos. O incêndio iniciou-se na região norte do Paraná, próximo a Londrina, após a geada da madrugada dos dias 6 e 7 de agosto, atingindo rapidamente os municípios vizinhos.

As primeiras notícias sobre o ocorrido apareceram na *Folha de Londrina* de 14 de agosto de 1963. O jornal atribuiu a causa do incêndio “ao tradicional método de queimada dos campos no final de agosto”. Os agricultores paranaenses, normalmente aproveitavam os meses mais secos para realizar queimadas e aumentar a área de plantio, renovar as pastagens ou limpar o terreno. E foi exatamente isso que ocorreu. A essa prática rotineira

dos agricultores da região, Nunes destaca que “encadeou-se uma combinação inimaginável”: 10 anos ou mais muito secos, diminuição da área florestada em mais de 35% para 25% no espaço de uma década, perda da diversidade vegetal, de sombreamento, o que contribuiu para aumentar a velocidade dos ventos e redução da umidade dos solos em todas as regiões exploradas pela agricultura e pecuária (NUNES, 2013, p.50).

O estado do Paraná contava com 166 municípios, sendo 77% deles afetados de alguma forma pelo desastre, informa Nunes (idem, p. 52). Uma área equivalente a todo município de Londrina foi queimada nos incêndios. O número de mortos, feridos, desabrigados, propriedades destruídas, municípios atingidos e prejuízos financeiros são inconclusivos até hoje, afirma o autor. O jornal *Última Hora*, edição de 9/9/1963 anunciava na manchete o número de vítimas: “252 mortos pelo fogo”, enquanto o relatório do governo revelava cento e dez mortos e a Secretaria do Trabalho e Assistência Social estimava 89 mortos.

O presidente João Goulart sobrevoou o Paraná, mas o auxílio liberado posteriormente foi considerado insignificante e bem inferior ao solicitado pelo governo do estado, algo em torno de três bilhões de cruzeiros. “*Um auxílio ridículo ao Paraná, em promessa apenas 500 milhões*”, estampa a manchete da Gazeta do Povo na edição de 10/09/1963 (NUNES, 2013, p. 111).

O Paraná recebeu ajuda de vários países no combate ao incêndio. O governo não estava organizado naquele momento para atender à população atingida. Segundo Nunes (2013), os técnicos norte-americanos ligados à Divisão de Controle de Incêndios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos destacaram-se pela dedicação às tarefas de auxiliar as equipes que vieram de vários estados brasileiros. Mesmo com vasta experiência em incêndios florestais, os técnicos americanos, diante da falta de estrutura e despreparo das equipes brasileiras, concluíram que somente a chuva salvaria a situação do Paraná.

O governador do estado, Ney Braga passou a ser criticado em virtude dos números desconhecidos. Seus opositores acreditavam que o governador estava exagerando os dados da tragédia para obter vantagens políticas e acabou sendo chamado de Ney Brasa. Declarações do presidente do Banco do Brasil, Nilo Medina Coelli, após uma visita de inspeção as áreas devastadas pelo fogo afirma que o desastre seria de 10% do que se anunciava. O momento político era bastante conturbado, lembra Nunes (2013, p.56):

Em 6/1/1963, o presidente João Goulart, que assumiria a presidência sob o regime parlamentarista, agora recebia a aprovação popular em plebiscito, com mais de

80% dos votos. Restaurava-se desse modo, o presidencialismo e, com ele, todos os poderes constitucionais.

O período de instabilidade e tensões era marcado por greves de várias categorias (dos bancários, dos portos, dos bondes), boicotes no abastecimento de produtos, realizações de grandes comícios, segmentos da igreja se manifestavam a favor das Reformas de Base propostas por João Goulart, mudanças na Lei do Inquilinato e na legislação no campo. Para Nunes (2013, p.57),

uma intensa polarização política por parte do governo via sindicatos e partidos aliados; e de outro lado a oposição, que se compunha com os partidos conservadores, banqueiros, grandes empresários e parte da Igreja Católica, todos aterrorizados com uma possível implantação do comunismo no Brasil.

O autor, a partir dessas considerações, acredita que as declarações do presidente do Banco do Brasil devem levar em conta que o governador Ney Braga, eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), era, naquele momento, oposição ao presidente João Goulart. Ney Braga, então, pode ter sido alvo de ataques por parte de setores do governo federal.

O *Diário da Tarde*, ligado ao grupo político do ex-governador do Paraná, Moysés Lupion “não ficou indiferente à catástrofe”, muito embora tenha dedicado menor espaço ao tema:

Entre agosto e setembro, foram publicadas seis matérias de capa. “Na edição de 10/9, havia o anúncio de 1 bilhão de cruzeiros para as vítimas do Paraná, prometido pelo presidente João Goulart. Em 19 do mesmo mês foi o **Diário da Tarde** quem denunciou o furto de donativos para os flagelados ocorridos em Curitiba (NUNES, 2013, p.77-78).

No dia 15 de novembro de 1966, o *Diário do Paraná* estampava a manchete: “Corrupção no Flagelo!”. De acordo com a notícia, Ney Braga era “acusado de financiar o jornal *Última Hora* durante sua gestão para fins políticos com dinheiro da campanha “Paraná em Flagelo””, registram Heller e Duarte (2000, p.63). A responsabilidade do ex-governador Ney Braga quanto ao desvio de dinheiro da campanha para financiar o jornal considerado subversivo não foi esclarecida.

Na verdade, o foco da notícia se propunha a impedir a reeleição do primeiro secretário da Assembleia Anibal Khury, que era acusado de corrupção e subversão. O major Dalmo Bozon, encarregado do inquérito IPM da *Última Hora*, com objetivo de apurar a veracidade das denúncias contra Ney Braga, em entrevista ao *Diário do Paraná*, pouco esclareceu sobre este assunto. Ele preferiu atacar o deputado Anibal Khury, afirmando existirem documentos incriminando-o em corrupção e subversão.

A infraestrutura do estado foi afetada pelas grandes extensões danificadas pelo incêndio. As pastagens foram consumidas pelo fogo causando a morte de muitos animais por fome. O agronegócio foi diretamente atingido.

O Paraná não era um estado industrializado, ao contrário, a dependência com relação a São Paulo iria se estender por mais algumas décadas. Os jornais anunciavam um prejuízo de 15 bilhões de cruzeiros no orçamento do Estado do Paraná, somente por conta das geadas de 1963 (NUNES, 2013, p.168).

Uma análise da cobertura da imprensa escrita sobre os incêndios demonstrou que os jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil* realizaram as reportagens mais aprofundadas sobre o assunto e também publicaram o maior número de reportagens entre os jornais diários brasileiros pesquisados pelo autor.

Nunes (2013, p.163), ao final de sua pesquisa confirma a hipótese de que o período pré-golpe militar foi “a principal razão do esquecimento do maior incêndio florestal do mundo em áreas devastadas e uma das maiores – senão a maior – tragédia vivida pelo Paraná em toda a sua existência”.

Terra de contrastes, o Paraná ao mesmo tempo em que vive o surgimento de novos centros urbanos, conta o número de vítimas de violentos conflitos agrários ou do incêndio de 1963. No momento em que a modernização da imprensa dá um novo impulso aos jornais cariocas e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, se torna um modelo de programação visual, a imprensa paranaense (sobretudo os jornais aqui selecionados) enfrentam graves crises financeiras e passam para as mãos de novos donos.

2.1.1 Inovações na imprensa paranaense

O último estado brasileiro a contar com o surgimento da imprensa foi o Paraná. A implantação da Typhografia Paranaense em Curitiba, em decorrência da criação da Província, rodou em 1º de abril de 1854 o primeiro número do jornal *O Dezenove de Dezembro*. A circulação da primeira folha diária data de 1884.

Karina Janz Woitowicz (2003, p.4) relata que a partir desta data, “registra-se na história da imprensa paranaense a proliferação de jornais de diferentes grupos e estilos, como de imigrantes, clubes, folhas literárias e esportivas”. Em nota, a pesquisadora informa que ainda em 1889, são registrados mais nove periódicos, destacando-se “Esphinge”, de Dario Vellozo, “Revista Literária”, “Tribuna do Paraná” (de ataque ao governo) e “Oito de Dezembro” (órgão da Associação Curitibana de Empregados no Comércio).

Fundado em 18 de março de 1889, com estilo popular, o *Diário da Tarde* “consolida-se como a folha de maior circulação no Paraná” (idem, p.5). Comparado aos

demais jornais existentes na época, o *Diário* destacava-se por ser tecnicamente mais avançado e também por contar com maior adesão e reconhecimento público. Em 1912 o jornal se considerava “moderno, bem feito, noticioso, redigido com elevado critério” (...). Ao investir em correspondentes de diversas cidades, passa a noticiar fatos de diferentes regiões do estado. O periódico então, com oito páginas, contava com telex, e “uma esplêndida máquina linotipo Mergenthaler”. Nesta época, a população do Paraná totalizava pouco mais de 330 mil habitantes, sendo a maioria da área rural.

O *Diário da Tarde*²⁷ contava como principais fontes com os jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Embora reproduzissem informações consideradas relevantes da capital federal, Woitowicz (2003) afirma ser possível identificar o “crescimento do noticiário local – ao lado das seções de telegramas, das crônicas, dos folhetins – abordando vários aspectos da vida da cidade, explorando elementos do cotidiano”.

Na década de 1950 o *Diário da Tarde*, passou a ser propriedade do advogado Francisco Cunha Pereira Filho, e, “continuou circulando apenas por força de um contrato que exige que seu título seja mantido” (idem, p.10). O *Diário da Tarde* foi o primeiro jornal do Paraná a ter rotativa, o segundo foi a *Folha de Londrina*.

Imparcialidade é uma das bandeiras defendidas pelo jornal *Gazeta do Povo* desde a sua fundação em 1919, que também apresenta como compromisso retratar as questões locais e regionais, além de ser mediador entre Estado e sociedade:

Durante todas as décadas de 1930 e 1940, a *Gazeta do Povo* reinava soberana como principal jornal do Paraná, procurando destacar em suas páginas notícias que diziam diretamente respeito ao cotidiano dos habitantes da capital, em maior escala, e do interior, em menor número (...) (SANTOS, 2011, p.29).

Em 1962, o jornal enfrenta uma grande crise financeira, e é adquirido por dois novos sócios. De acordo com Santos, a *Gazeta* ocupava a terceira colocação na preferência do leitor. “Havia perto de 362.000 habitantes em Curitiba. A mudança no comando do periódico é marcada pela modernização editorial e do parque gráfico do jornal” (SANTOS, 2011, p.31).

²⁷ Woitowicz (2003, p.10) reproduz entrevista realizada em 28/08/2001, com Rui João Staob, então editor do jornal *Diário da Tarde*. O editor lamenta a lenta morte do impresso que entrou para “o grupo como o segundo maior, (...), assumindo um estilo crítico e ‘popular’, privilegiando assuntos policiais, esportivos e de utilidade pública, que teve seu auge na década de 1950, quando atingiu uma tiragem de 16 mil exemplares”. Staob afirma em depoimento que o *Diário* “foi deixado de lado; não são feitas matérias, e nem vendidos anúncios e assinaturas, pois não há interesse em manter um projeto que não estava mais dando certo”.

Nos anos 1960 Curitiba contava com uma população de cerca de 360 mil habitantes. Na capital paranaense funcionavam 15 salas de cinema, dez emissoras de rádio, e seis jornais diários: a *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná*, *O Dia*, *Correio do Paraná*, e, *Diário do Paraná*.

Messagi e Abdalla (2013), identificam o final dos anos 1950 como o “início do processo de transição da imprensa paranaense”, que irá se efetivar na segunda metade da década de 1960. Segundo esses autores, o jornal *Diário do Paraná*, órgão da rede nacional dos Diários e Emissoras Associadas, de propriedade de Assis Chateaubriand, que começou a circular em Curitiba em março de 1955, foi o primeiro jornal paranaense a ser completamente diagramado.

O jornal *Diário do Paraná*, por ocasião da sua instalação em Curitiba, passou por um processo de instrução sobre o modelo de se fazer jornalismo dos Diários Associados. Uma equipe de jornalistas da rede saiu de São Paulo com o objetivo de treinar os jornalistas locais. Da Argentina vieram dois diagramadores, responsáveis pela distribuição das notícias nas páginas. Segundo Messagi e Abdalla (2013), “esse maior cuidado em relação à disposição dos elementos na página”, implica em uma redução na quantidade de textos e imagens na capa, além de adotar o modelo de apresentação de resumos das principais notícias, presentes no interior do jornal.

Segundo Ribeiro,

Os *Diários Associados* eram, nos anos 50, a maior cadeia de comunicação da América Latina. Em 1952, eram constituídos de 28 jornais, uma agência de notícias e três revistas, sendo uma delas, *O Cruzeiro*, a de maior tiragem do País. Integravam ainda essa cadeia de comunicação 19 emissoras de rádio e duas estações de televisão (2007, p. 71-72).

Assis Chateaubriand, dono da TV Tupi de São Paulo, pioneira na América Latina, inaugura em 19 de dezembro de 1960, em Curitiba, a TV Paraná, canal 6. Há menos de dois meses, havia sido “inaugurada oficialmente a Televisão Paranaense, canal 12 de Curitiba, a primeira emissora de TV do estado do Paraná” (COSTA, 2011). Mais três canais passaram a operar no estado ainda naquela década. A TV Coroados, canal 3, inaugurada em 21 de setembro de 1963, em Londrina, foi a primeira do interior do estado, e também, de propriedade de Chateaubriand.

Ribeiro (2007) explica que Chateaubriand, pessoalmente definia a linha editorial dos Diários Associados. No entanto, ele permitia uma certa flexibilidade já que alguns jornais assumiam um comportamento mais combativos (como *O Jornal* e *Diário da Noite*), e outros, geralmente, fora do Distrito Federal, eram mais moderados. A autora esclarece

que havia uma unidade geral de pensamento nos jornais, baseada no anticomunismo, na defesa da iniciativa privada e do capital internacional.

As funções de jornalista e de político de Chatô se misturavam. O apoio dos *Diários* aos governos variava em “função dos interesses políticos, econômicos imediatos de seu proprietário” (idem, p.74). Sobre o estilo de redação de Chateaubriand, informa Ribeiro: “era panfletário, incisivo, intransigente, pretendendo destruir fulminantemente os adversários com sua retórica corrosiva”. A autora afirma que em certas ocasiões ele recorria a pseudônimos e, sem meias palavras, era desrespeitoso e usava das agressões mais violentas contra seus inimigos. “Ele estava no centro mesmo da vida nacional, sendo um dos homens mais poderosos do seu tempo” (Ribeiro, 2007, p. 72-73).

2.1.2 Gazeta do Povo

A *Gazeta do Povo* é o mais antigo e tradicional jornal diário paranaense, lançado em 1919, continua em circulação até hoje. A leitura das edições do jornal paranaense *Gazeta do Povo* resultou no livro *Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo*, escrito pelos jornalistas Fernandes e Santos (2010). A história e memória do jornal são reinterpretadas e reelaboradas segundo a perspectiva do próprio veículo.

Entre inúmeros acontecimentos registrados diariamente durante os 90 anos de existência da *Gazeta do Povo*, os autores destacam como figura central da narrativa, Francisco Cunha Pereira, um dos sócios que, junto com Edmundo Lemanski, passa a comandar a empresa jornalística *Gazeta do Povo*, a partir de 1962, num ritmo muito particular.

Chamado de *publisher*, o sócio Francisco é apontado como o responsável não só pelas mudanças imediatamente implementadas no jornal, no aspecto gráfico e editorial, mas também em toda a imprensa paranaense, a quem é atribuído o poder de civilizar a prática jornalística no Paraná: “Mas enquanto o estilo Cunha Pereira se impunha civilizando a imprensa paranaense, repórteres permaneciam sem superego a lhes pôr freios [...]” (Ibid., p.114) Os autores se referem, em particular, à falta de limites e linguajar chulo e agressivo utilizado sem cerimônia pelos repórteres da cobertura policial.

Sob a direção de um *publisher*, os “chavões, adjetivos, advérbios”, e textos pessoais que transbordavam as edições “implicantes e irritadiças” que caracterizou o jornal no período anterior, vão sendo eliminados. A cobertura “provinciana e ranzinza” dos

problemas da cidade dão lugar a um novo jornalismo, “algo bem próximo do jornalismo cívico”. (Ibid., p.173)

Fernandes e Santos (2010) defendem que além de novos desafios, a dupla vai inaugurar um novo tempo no jornalismo paranaense. Ocorre a contratação de jornalistas, mudanças editoriais, enquetes de rua, visitas à diretoria na redação, “além do editorial elegante e expressivo – que Cunha Pereira manteria sob suas barbas décadas a fio – [...]” (Ibid., p.90)

O editorial publicado no dia 10 de abril de 1962, intitulado “As novas linhas”, é apontado como a inauguração deste recomeço da *Gazeta do Povo*. O texto do editorial,

Lembra que o jornal foi fundado par atender os interesses do Paraná. Que nascera para ser um jornal independente e formador de opinião pública no estado. E que não estava filiado a nenhum partido político [...]. Também não restam dúvidas na edição do dia 10 de que Cunha Pereira vai se tornar a cara da Gazeta dali por diante. (FERNANDES; SANTOS, 2010, p.89)

Em 1963, a modernização começa renovando a produção da *Gazeta*. A compra de uma impressora Marinoni junto com o jornal *Diário da Tarde*, põe fim à era da rotogravura e reduz os problemas de prensas quebradas. O ano de 1967 chega com a aquisição da rotativa Goss, *offset* com capacidade de rodar 64 páginas e 30 mil exemplares horários. Em 1969 o *offset* tem capacidade de rodar 50 mil exemplares por hora e 32 páginas em preto e branco. Em 1973 a máquina linotipo é desmontada, e, em agosto, é publicada na capa a primeira foto colorida.

No dia 2 de abril de 1964, o jornal *Gazeta do Povo* lança o que chamou de “edição histórica”. Uma edição extra para contar em “seus mais amplos detalhes, os acontecimentos que se desenrolaram no país nas últimas 24 horas” (*Gazeta do Povo*, 3/4/1964). Ou seja, o golpe militar e a deposição do presidente João Goulart. Depois de informar que milhares de exemplares foram distribuídos por Curitiba, centro e periferia, o texto diz que a reportagem, “em visita a residência do Governador Ney Braga, ofereceu a S. Exa, os primeiros exemplares da “Extra” que foi distinguida pelo supremo mandatário do Paraná com as mais expressivas referências.” O texto legenda vem logo abaixo de duas fotos postadas lado a lado.

O jornal informa que é o único impresso do sul do Brasil a circular com edição extra “em caráter excepcional para assinalar os acontecimentos que marcaram página marcante da história da vida nacional” (*Gazeta do Povo*, 3/4/1964). Não resta dúvida quanto ao alinhamento do veículo de comunicação com poder público instituído. É o que afirma Oliveira Filha (2007, p.58): “A administração do jornal é marcada também por uma postura

política de extrema cautela e atrelamento ao poder (municipal, estadual ou federal). A conduta da direção da Gazeta do Povo tem sido, historicamente, de evitar o debate político e nunca aceitar o confronto.”

2.1.3 O Estado do Paraná

Quando circulou pela primeira vez, o jornal *O Estado do Paraná*, não apresentava um modelo padronizado em seus textos noticiosos. Segundo Messagi e Abdalla (2013), os textos eram mais longos, pouco objetivos e sem uma homogeneização do conteúdo. Uma característica deste período era a presença da opinião do repórter do jornal em meio ao texto da notícia, e a adjetivação de coisas e pessoas.

Um aspecto comum presente nos jornais investigados nesta pesquisa, é a predominância das manchetes internacionais, e a publicação da notícia completa (ou supostamente) já na primeira página. A falta de padronização de títulos, ora extensos, ora pouco informativos, também se reproduz na composição gráfica de vários periódicos. Messagi e Abdalla (2013), apontam que as notícias internacionais, produzidas pelas agências de notícias além de apresentarem maior uniformidade na elaboração dos textos jornalísticos, empregam elementos do *lead* na redação das informações.

Os autores indicam que “**O Estado do Paraná (EP)** e o **Diário do Paraná (DP)** foram apontados pelos profissionais da imprensa entrevistados durante esta pesquisa como as principais referências da imprensa paranaense entre 1951 e 1955 (...)” (idem).

Em 1954, informa Costa (2011) *O Estado do Paraná* era em formato standart, impresso em preto e branco, e contava com 12 ou 16 páginas divididas em dois cadernos.

O jornalista Mussa José Assis é considerado o grande inovador do aspecto gráfico e editorial do *O Estado do Paraná*, já nos anos 60. Quando assumiu a redação, vinha de uma experiência vivida na *Última Hora* de São Paulo, que fechou em 64 com o golpe militar:

Com exatamente 20 anos de idade eu já era secretário de redação do *Última Hora* de São Paulo. Em 1964 veio o golpe, que me pegou na secretaria do jornal. A redação foi invadida por soldados da polícia militar de São Paulo, que interromperam a edição que já tinha ido em parte para a rua. A manchete anunciava que o governador de São Paulo, Ademar de Barros, estava aderindo ao golpe. Era madrugada de primeiro de abril, um meio de semana. Fui preso no primeiro domingo depois do golpe, me levaram para o DOPS. Fiquei preso 36 horas, e então houve interferência, pois a notícia da minha prisão chegou a Curitiba. O governador Ney Braga pessoalmente pediu para me soltar, pois eu havia sido repórter do Palácio do Iguçu, com ele governador. Fiquei na redação até o final de 64, mas o *Última Hora* passou por uma crise muito grande e foi fechado em vários locais. Em 65 voltei para Curitiba, para a chefia de redação d’*O Estado do Paraná*, onde fiquei durante um período muito grande, de 18 anos (Revista Idéias, edição nº 77, 30/11/2005).

Para o jornalista, o período de trabalho em São Paulo resultou no domínio das etapas de produção da mídia impressa. Mussa secretariou a sucursal de *Última Hora* no Paraná de 1961 a 1962, onde também acumulava a função de repórter. Segundo o jornalista, o grupo profissional que integrava a redação não tinha “muita ligação com a sociedade conservadora de Curitiba”. Na visão de Mussa, esse era um aspecto vantajoso para o jornal: “Tal distanciamento de ligações pessoais garantiria ousadias não cometidas por outros veículos” (Revista Idéias, edição nº 77, 30/11/2005).

Em 1965 o jornalista foi convidado por Paulo Pimentel (dono do jornal e candidato ao governo do estado), a reformular *O Estado do Paraná*. As mudanças deveriam ocorrer simultaneamente na programação visual e jornalística. No novo jornal dá início às reformas que visavam deixá-lo “mais bonito” e também seu texto mais claro e objetivo. Uma das preocupações estava em eliminar o nariz de cera²⁸. Construções rebuscadas, cheias de palavreados sem grande importância foram substituídas por textos diretos, mais objetivos. A proposta era apresentar a notícia de forma mais agradável ao leitor.

A primeira foto colorida só foi publicada na primeira página do jornal na edição de 17 de outubro de 1968. Desde o primeiro número, *O Estado do Paraná* circulou em tamanho *standart*. Este é o maior formato de publicação adotado por jornais, são 55 centímetros de comprimento. *A Tribuna do Paraná*, também do grupo Paulo Pimentel, foi criada em tamanho berliner, também conhecido como tablóide europeu, por ser menor que o tablóide padrão. Este tablóide possui 40 centímetros de comprimento por 24,5 de largura. *A Tribuna do Paraná* foi adquirida na mesma época em que *O Estado do Paraná*, era um jornal de baixa circulação.

Fundado em 17 de julho de 1951, para dar sustentação ao então governador do estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, o jornal *O Estado do Paraná* foi vendido em 1962, para o secretário de Agricultura do Paraná, Paulo Cruz Pimentel. Afirma Oliveira Filha (2007, p.52): “Pimentel também tinha pretensões políticas e usou o jornal para consolidar sua candidatura ao governo”.

Por imposição do seu sogro, generoso apoiador e investidor da campanha de Ney Braga, e um dos maiores proprietários de terra do Paraná, Paulo Pimentel chegou à secretaria de Agricultura. No cargo, Pimentel passa a controlar grande parte das verbas publicitárias do governo paranaense. Isto, somado as “doações de fazendeiros que queriam

²⁸ Nariz de cera é um termo técnico do jornalismo que se refere ao texto introdutório da notícia, muitas vezes longo, desnecessário, prolixo ou romanceado, que retarda a abordagem do assunto.

representantes dos proprietários de terra no governo”, possibilita a reunião de capital para a compra da Editora *O Estado do Paraná*, informa Oliveira Filha (2007, p. 52).

Paulo Pimentel é eleito governador do estado em 1966. Além do jornal, passa a investir também em outros veículos de comunicação como rádio e TV, na capital e em outras regiões do estado. Aponta Oliveira Filha (2007, p.52): “Os veículos do Grupo Paulo Pimentel eram os maiores em termos de vendas e de verbas publicitárias no Paraná.” No período de maior repressão da ditadura, na era Médici, o Grupo enfrentou dificuldades por fazer oposição política ao governador nomeado Haroldo Leon Peres, que assumiu em 1971.

2.1.4 Folha de Londrina

O primeiro jornal que circulou em Londrina foi o Paraná-Norte, em 1934. O número de páginas de cada edição dependia do número de matérias que apareciam. Edson Maschio (2010) conta que vários jornais surgiram e desapareceram da cidade por questões econômicas ou políticas. É o caso do primeiro jornal humorístico de Londrina, *A Carapuça*, de 1949, “que serviu de embrião para gerar a “Gazeta do Norte”, vespertino que marcou presença na cidade no período de 1956-60” (MASCHIO, 2010, p. 30). Também da década de 50, o diário “Paraná-Jornal” era bastante conhecido, mas durou apenas dois anos. O periódico apoiava o antigo PSD, do grupo de Moisés Lupion.

Vários jornais alternativos circulavam em Londrina neste período. “Produziram um jornalismo independente, sem disfarces ou artifícios”. Em novembro de 1947 circulou o primeiro número do jornal *Folha de Londrina*. Um ano depois, o jornal passou a circular duas vezes por semana. Como semanário a Folha chegou a tirar 4.500 exemplares, sendo 3000 para assinantes. Fazia edições especiais de fim de ano, 7 de setembro, aniversário da cidade. Uma dessas edições chegou a ter 28 páginas – 27 de anúncios.

A Folha de Londrina nasceu como jornal alternativo, sem, contudo, preservar as mesmas características dos alternativos, conta Edson Maschio (2010). “Fundada por um grupo de getulistas, era um jornal sem expressão, com circulação irregular, que publicava matérias de cunho político-partidário” (idem).

João Milanez, fundador da Folha, não tinha experiência no ramo de imprensa, mas tinha visão comercial e “selou de imediato um casamento com os interesses políticos das classes dominantes”. Segundo Maschio, ao mesmo tempo tratou de investir a todo instante na “montagem das instalações gráficas, correndo atrás de novas máquinas, até atingir o estágio superior da tecnologia de última geração ao introduzir o sistema *off-set* na imprensa do Paraná” (2010, p. 31)

Figura19. O jornal comemora por ser o primeiro impresso em off set no Paraná. Folha de Londrina, 23/11/1969. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Em 1952 passou a edição diária com uma impressora plana de margeação manual, que sempre tinha problemas. Uma edição especial, que levou três dias para ser preparada, marcou passagem do jornal: 12 páginas em preto e 12 em cores.

Seriam as sete linotipos que faziam a composição até 1969, quando começaram a ser substituída pela composição eletrônica com a impressão off-set. Antes desta, a impressão foi feita por uma rotativa que chegou em 1956, quando o jornal mudou para a rua Rio de Janeiro. Aí a Folha era respeitada como o jornal de Londrina, embora sua primeira página fosse só de notícias internacionais. Mas uma coisa importante acontecia: havia notícias para ler, notícias do dia e em quantidade e era a primeira vez que isso acontecia num jornal local (p. 46).

Ao falar de seu jornal, João Milanez costumava enfatizar que um dos seus sucessos se devia ao fato de, nunca ter recortado notícias dos jornais de fora para usar no dia seguinte. Para contornar a prática do gilete-press, comum naquela época, montou uma equipe de radiotelegrafistas. Em 1954 foi instalado o primeiro receptor radiotelegráfico.

A radiotelegrafia firmou a Folha como jornal noticioso. Telefone era raríssimo, uma ligação para São Paulo poderia demorar até 24 horas. Havia até sete vôos diários que podiam trazer jornais paulistas e até vespertinos de São Paulo chegavam aqui no dia. Era bobagem tirar notícias deles para usar no dia seguinte, todo mundo já teria lido (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991, p. 48).

A Folha contratou uma agência noticiosa nacional, a *Asapress*, e a *International News Service* – e passou a captar também, sem pagar nada, as nacionais *Transpress*, *Radio Press* e *Meridional*, e as internacionais *United Press*, *Reuters*, *France Press* e *Ansa*. A

pirataria começava às sete e meia da manhã e ia até uma da madrugada. Os radiotelegrafistas trabalhavam em duplas, eram duas que se revezavam.

Entre 1954 e 1966, cerca de 80% do noticiário era captado pela radiotelegrafia. Quando ocorre a fusão da *United Press* e a *News Service*, formando a *UPI*, a Folha passou a receber notícias por teletipo. A radiotelegrafia é aposentada, o noticiário é captado automaticamente pelo teletipo e pelo telex.

Nessa época começavam a chegar notícias de alguns poucos correspondentes, e já havia sucursal em Curitiba. O jornal passa a contar com um departamento de comunicações que engloba teletipo (Agência AP), telex, (Agências Estado e JB), ainda um pouco de rádio-escuta nos acontecimentos mais importantes, e gravação de noticiário (por telefone) das sucursais onde não há telex.

A Folha foi o segundo jornal do Paraná a ter rotativa. Com a rotativa chega à Folha o jornalismo. O chefe de redação Nilson Rímoli, no jornal desde 52, vai estabelecendo “um padrão jornalístico exigente e profissional à redação e à paginação” (TRIGUEIRO FILHO E TRIGUEIRO NETO, 1991, p.49).

A primeira página só publicava notícias internacionais, a última só nacional, e dentro do jornal, a página das continuações. Normalmente a página 6 era reservada à continuidade das notícias dos demais espaços do jornal. A última página era uma espécie de manchetes nacionais, estaduais e locais. Reunia um pouco de tudo. Dentro do jornal estavam esporte, local, sociedade, colunas. Foi todo dia assim de 58 a 65. No final de 1960 o jornal mudou suas instalações para onde hoje ainda funciona a oficina e redação da Folha.

Com o jornal nas novas instalações, Milanez inventou de trazer a Londrina uma comitiva de publicitários das maiores agências do país – e, depois disso, a folha começou a receber a propaganda da Scania, Ford Chevrolet e outros anunciantes nacionais. A partir daí, Milanez começaria a viajar pelo país e pelo exterior, num trabalho de relações públicas que traria muitos benefícios ao jornal (idem, p. 52).

Londrina tinha cerca de 160 mil habitantes, sete emissoras de rádio, cinco salas de cinema e apenas um jornal diário: a *Folha de Londrina*, informa Costa (2011). Nesse ano é contratada a C.A. Torres Distribuidora, para distribuir o jornal com exclusividade. Cada hora que o jornal atrasasse, pagava multa. A *Folha* começou a sair entre 6 e 7 da manhã.

Em 1967 começa de forma improvisada o departamento de circulação. O problema inicial era a falta de rodovias asfaltadas e o preconceito que o jornal enfrentava. A *Folha* era tida como apenas londrinense, devido a seu título, o que prejudicava sua aceitação na região. Dessa experiência nasceu a cobertura regional, até então inexistente. De carro, iam abrindo as linhas, primeiro Londrina-Paranavaí, depois Londrina-Jacarezinho e Londrina-

Campo Mourão, isso significava novos locais para venda dos jornais. Nessas cidades criaram o hábito de circular pela prefeitura, delegacia e repartições atrás de notícias. Daí nasceu a página regional que era inserida como a última do jornal, assim, poderia ficar pendurada em exposição nas bancas. O noticiário regional começou a se desvincular da circulação e foi criada a Editoria Regional e o editor Jota Oliveira começou a montar sucursais e uma rede de correspondentes nas linhas abertas. A Folha chega a 330 localidades do Paraná e 68 de Mato Grosso do Sul. Nas férias o jornal também era distribuído no litoral catarinense.

Quanto mais a distribuição e a tiragem aumentavam mais a velha rotativa deixava a desejar. Era preciso uma máquina rápida e uma impressão digna de um jornal atual. A 23 de setembro de 69, a rotativa era aposentada e o jornal saía impresso em off-set. A nova máquina viera alterar todo o processo gráfico do jornal eliminando as matrizes em chumbo e substituindo-as por fotolitos, que exigiam dois novos departamentos – Fotomecânica e Arte – além do de composição mudar totalmente. Pior que tudo, ninguém entendia direito de off-set em Londrina ou no Brasil (a Folha foi o terceiro jornal do país a imprimir pelo novo sistema, com diferença de poucos meses em relação aos outros). (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS TRIGUEIROS NETO, 1991, P.56)

Nesse momento, a Folha “volta ao passado com máquinas do futuro” (idem). Isso quer dizer que, com a compra dos equipamentos, o jornal fica endividado, recomeça a sair atrasado e as reuniões administrativas são realizadas buscando soluções improvisadas. Um programador visual foi contratado para dar nova “feição” ao jornal, e na redação foi montada a editoria local, com chefe de reportagem e três repórteres. Começava a diversificação agrícola no campo e os tempos de euforia econômica nos meios industriais e financeiros. Em 73 o jornal recebia equipamentos de composição por computação.

Foram criadas as primeiras editorias – Local, Esporte, regional – e os setores Nacional e Internacional. Os colunistas e redatores tiveram suas funções definidas. Criou-se a Chefia de Reportagem – e, pela primeira vez, foram contratados repórteres com a função específica de sair do jornal em busca de notícias. Até então se considerava normal que as notícias viessem ao jornal, e era assim que se fazia a maior parte do noticiário local e esportivo.

2.1.5.Semanário *Folha do Oeste*

Guarapuava, no fim da década de 1940 e início de 1950, se torna o maior centro madeireiro do Paraná. Considerando o crescimento do setor, o município passa a ser preocupar em otimizar as atividades madeireiras. A dura realidade que envolve a produção e manutenção dos periódicos, carentes de profissionais, estrutura física e, sobretudo, recursos financeiros, viram notícias nas páginas dos jornais. No dia 14 de junho de 1964, o

semanário *Folha do Oeste*, dedica uma página e meia para denunciar os problemas que ameaçam a imprensa do interior:

“Entre nós há um descaso, quase um desinteresse por estes órgãos de imprensa, que luta com toda sorte de dificuldade, desde a falta de anúncio, base de seu natural orçamento, até o limitado público lêdor, quase sempre circunscrito a um no máximo dois municípios pouco populosos”.

O *Jornal de Antonina*, com mais de 30 anos de existência deixou de circular. O fato é narrado no decorrer do texto da notícia que revela os anseios dos jornalistas e donos de jornais:

Houve épocas em que a preocupação exibicionista de alguns políticos muito serviu para ajudar os pequenos jornais, porque havia interesse na divulgação de matéria paga. Agora, com a restauração da ordem, e a preocupação de que cada qual seja colocado no seu devido lugar, desaparece mais essa eventual fonte de renda dos jornais municipalistas (*Folha do Oeste*, 14/07/1964, p8).

Antes do golpe militar era comum encontrar nas páginas dos jornais manifestações de apoio ao governador, defesa dos ideais democráticos, apelos cristãos e posicionamentos anticomunistas. Esses espaços, aos olhos do leitor, misturados a outras notícias, não evidenciavam se eram textos pagos ou não.

A informação contida em duas páginas dá pistas de como eram as práticas jornalísticas, como sobreviviam os jornais e quem eram, ou idealizavam, ser o jornalista naquele período.

A notícia que tem o objetivo de chamar a atenção para o drama vivido pelos jornais do interior começa na página 8 intitulada: *Aumento do preço do papel e material gráfico pode acarretar o fechamento da maioria dos jornais do interior*, e, é concluída na página 5, prática recorrente em todos os jornais. As interrupções, em geral, são feitas separando frases, sílabas, o que compromete a leitura e entendimento das informações.

Figura20. Matéria apela para o governo, empresas anunciantes e finalmente o comércio, para salvar os jornais do interior do fechamento. Folha do Oeste, 14/07/1964, p.5. Reprodução fotográfica. Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava.

Domingo, 14 de Junho de 1964 — FOLHA DO OESTE — 5.ª página

Aumento de preço do papel e...

(conclusão da 6.ª página) buição de auxílio mensal aos jornais do interior, de circulação habitual e comprovada. O andamento é prejudicado pelo pouco caso que devotam muitos deputados aos assuntos públicos, inclusive ainda dependendo o projeto de parecer das comissões.

Para aqueles que apreciam a situação dos jornais há ainda, uma esperança derradeira, para que os mesmos consigam superar a fase e vencer a crise. O comércio pode regular, honesta e modestamente, garantir a continuidade dos jornais. Os assuntos, por mais simples que sejam, podem proporcionar um anúncio pequeno, que exija pouca quantia, mas que revele o estímulo certo ao jornalista que se bate para continuar dotando a cidade do seu jornal.

A cooperação dos comerciantes será de grande significação, ainda, para que o jornal continue

em posição de independência, revelando condições que estejam em acordo com a realidade e que antestizem aquilo que o leitor gostará de ler e nunca se cansará de aplaudir.

Não temos jornal. Não residimos no interior. Apenas nos vinculamos ao municipalismo, por força de uma situação que acreditamos seja do conhecimento público. Por isso é que ressaltamos a necessidade imperiosa e imediata de que sejam auxiliados e incentivados os jornais do "hinterland".

ma da revisão, primeiro degrau para a jornada empreendida. Entre nós, há um certo descaço, quase falta de interesse por esses órgãos, de imprensa, que luta com toda sorte de dificuldade, desde a falta de anúncio, base de seu natural orçamento, até o limitado público leitor, quase sempre circunscrito a um no máximo dos municípios. Na Europa, existe uma permanente proteção às publicações honestas de pequenas tiragens, quando plantadas nos pontos mais longes dos grandes centros, porque compreende o governo, que assim agindo cria uma escola de civismo, desde que os pequenos jornais têm sua incalculável de leitores no campo geral e assegura a defesa regional, ao saber de cada setor, preocupando-se no esclarecer e reivindicar benefícios para a coletividade.

Bem diversa está sendo a política aplicada entre nós, encarando-se de maneira insuperável o custo do papel a custos materiais necessários à leitura do jornal, resultando o fechamento de muitos deles, alguns até comitê. 50 anos de existência. Retirados os parcos favores até aqui concedidos, verificamos que enfrentamos uma situação de calamidade. É certo que o governo promete equilibrar as finanças nacionais, mas, francamente, não compreendemos que os jornais do interior paguem pelo crime que não cometeram. O interior sem jornal, seria o mesmo que jardim sem flores.

N. DA OFICINA: AS FALHAS ENCONTRADAS NAS PALAVRAS QUE LLEVAM AS LETRAS O E SÃO POR MOTIVO DA MATRIZES DO LINOTIPO PRECISABEM SER SUBSTITUIDAS, O QUE REPRESENTA \$\$\$ E...

IMPRESA DO INTERIOR

RIO, Nossapresa, de A. PEDRO LEAO, via Pa-nair, especial para "FOLHA DO OESTE".

O atual governo da República, precisa olhar, sentir e atender os reclamos da imprensa do interior do país, que representa um patrimônio da Nação.

Publicações existem que há muitos anos vêm servindo toda uma região, formando profissionais que espalham depois pelos grandes centros de cultura e colaboram para o crescimento do país.

Não seria possível, sem escolas regionais, do jornalismo, sem recursos outros a formação de elementos capacitados ao mistério no defender princípios de mais nobres e patrióticos, não fossem os pequenos jornais interioranos, os quais vivem cumprindo sua predestinação, arcando os onus do patriótico dever de ajudar o engrandecimento da Pátria, não cantada e por vezes esquecida. Raros os jornalistas que militam nos grandes jornais que não foram f-cas no interior de seu estado natal, quando estudante ou então nas lides dos tipos ou anfa-

Edital de Citação

O Doutor FREDERICO ROS — representada, quer-se a V. Excia., seja DO MAITOS GUEDES, por uma nota promissória a máxima remetida de J. de Direito da 2.ª

DR. JOÃO FLEURY ROCHA JUNIOR

MÉDICO

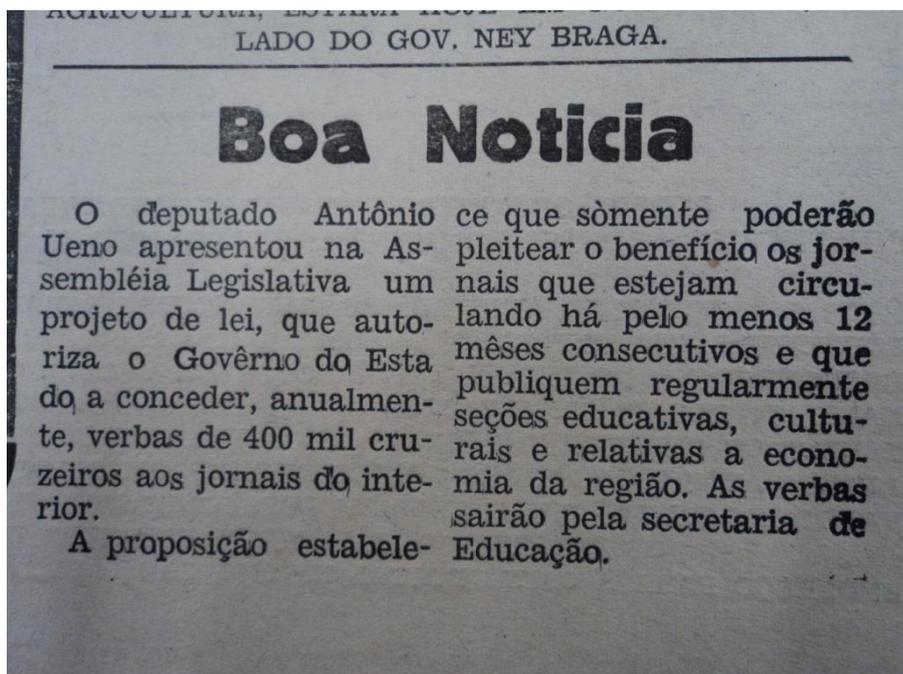
LONGA PRÁTICA EM HOSPITAIS CLÍNICA DOS GRANDES CENTROS DO PAÍS VIAS URINARIAS

O texto destaca a crise do papel, o “novo golpe” que os jornais estão sofrendo com a redução das verbas publicitárias, uma das poucas fontes de renda dos jornais interioranos, e faz um apelo ao comércio para que ajude os periódicos por meio de anúncios:

O comércio pode regular, honesta e modestamente, garantir a continuidade dos jornais. Os assuntos por mais simples que sejam podem proporcionar uma anúncio pequeno, que exija pouca quantia, mas que revele o estímulo certo ao jornalista que se bate para continuar dotando a cidade do seu jornal (*Folha do Oeste*, 14/07/1964, p. 5).

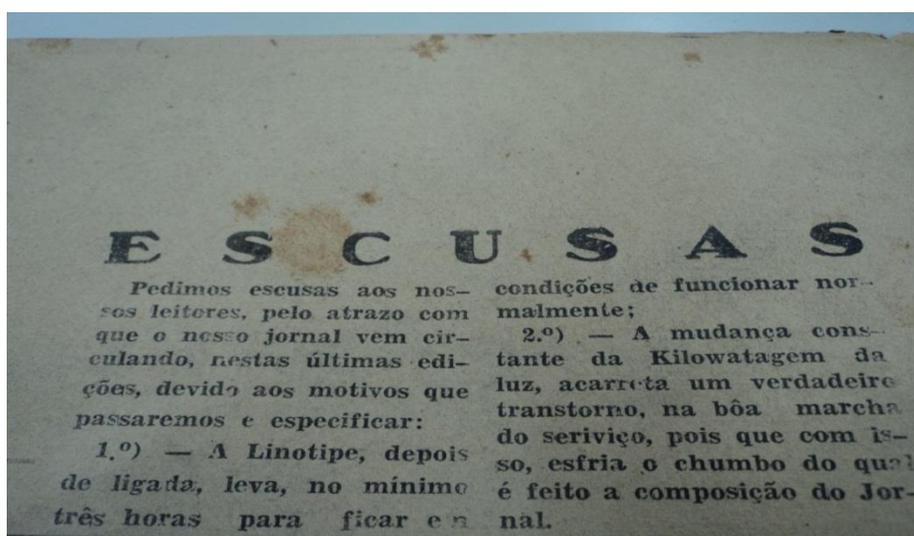
Outra função expressa no texto remete a intenção de pressionar as autoridades, mais diretamente os deputados estaduais, a fim de que apreciem o projeto de autoria do deputado Antonio Ueno, apresentado na Assembleia legislativa do Estado, disciplinando a distribuição de “auxílio mensal aos jornais do interior, de circulação habitual e comprovada”. Uma crítica é dirigida aos deputados que “devotam pouca importância aos assuntos públicos”, em função disso o projeto não avança e ainda depende do parecer das comissões.

Figura21: Verba para jornais do interior (Folha do Oeste, 14/07/1964). Reprodução fotográfica. Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava.



Finaliza o texto uma nota da oficina que explica a seus leitores que as falhas apresentadas pelas letras O e S são decorrentes das matrizes da linotipo e precisam ser substituídas, mas para tal reparo necessitam de dinheiro. Ainda na primeira página desta mesma edição, no alto à direita um pedido de desculpa pelos atrasos na edição causados pela linotipo.

Figura22: Primeira página – “Escusas” (Folha do Oeste, 14/07/1964, capa). Reprodução fotográfica. Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava.



Em 28 de fevereiro de 1937, é fundado por Antonio Lustosa de Oliveira, o semanário *Folha do Oeste*. A primeira linotipo chega à Guarapuava por ocasião da criação desse jornal. Em seus estudos Walderez Silva (2008) destaca que a *Folha do Oeste* foi o jornal mais importante mantido por seu fundador:

Além de sua circulação ter se mantido por mais de 40 anos, é por meio dele que se pode analisar tanto o percurso político do personagem, como observar em escala reduzida o efeito de grandes acontecimentos do período abrangido pela sua publicação (SILVA, 2008:71).

Lustosa pertencia à classe dominante de Guarapuava, composta por aqueles que controlavam a propriedade da terra e a produção social. “[...] essa classe também constituía o grupo político dominante local” (SILVA, 2008, p.17-18). A edição de 10 de novembro de 1963, retrata a importância política de Lustosa de Oliveira, ao se referir a ele na notícia: “tendo ocupado os cargos de prefeito municipal, deputado estadual, deputado federal, secretário de interior e justiça e atualmente presidente da Caixa Econômica do Paraná agora também atua como coordenador da campanha de JK-65 em todo o Paraná” (Folha do Oeste, 10/11/1963).

Embora tenha conseguido se manter por 40 anos, o semanário, em algumas ocasiões deixou de circular e chegou a comunicar a decisão aos seus leitores. A edição de domingo, 16 de junho de 1963, em editorial intitulado *Qual dos três?*, informa a seus leitores que vai sair de circulação. O editorial rapidamente trata do “idealista Lustosa de Oliveira, que em 1919 criou seu primeiro jornal O PHAROL, ponto de partida para 44 anos de imprensa útil na terra de Guairacá”, e, despede-se reforçando que depois de 26 anos de existência o Jornal deixa de circular. A coluna Canto de Cisne, junto com o editorial ocupa a primeira página, assinada por João do Planalto, despede-se de seus leitores, “porém, o seu glorioso e vitorioso título fica doado pelo seu fundador à quem dêle realmente deve pertencer: Guarapuava!”

João do Planalto, segundo Silva (2008,157), era um “personagem do qual Lustosa lançava mão quando tinha a intenção de se comunicar de modo simples e coloquial com os leitores,(...)”. A adoção desse pseudônimo é explicado da seguinte forma: “reflete a intenção do autor de estabelecer um certo distanciamento entre o discurso oficial do criador e o discurso da criatura, que transitava em torno das projeções de um cidadão comum, “João”, sobre a cidade, Guarapuava, localizada no terceiro “planalto” paranaense”. (SILVA, 2008,14)

Folha do Oeste volta a circular no dia 28 de julho de 1963, sob o mesmo nome, com seis páginas, sendo “nº 1, Nova fase, agora sob a direção do jornalista Yalo Cabral”. Nessa nova fase abre-se espaço para publicações em alemão, que em novembro de 1963 (dia 03), ganha página Entre Rios.

O semanário *Folha do Oeste*, conforme nos conta Silva, passa por três momentos:

A primeira fase entre 1919 e 1934, a prática jornalística voltou-se quase com exclusividade às questões da cidade, do seu progresso e modernização. Aqui não foram deixados de lado as questões nacionais e internacionais. A partir de 1935, essa prática jornalística passou a refletir momentos da política partidária nos quais o personagem esteve envolvido (SILVA, 2008, 49-50)

A terceira fase começa a partir do fim da década de 1960, e, segundo a pesquisadora:

“(...) retrata os seus sentimentos a respeito de um passado largamente idealizado, mas nem por isso concretizado. O jornal já não era um mecanismo de cooptação de seus leitores, ao contrário, o jornalista cedia lugar ao cronista João do Planalto que lamentava que a cidade havia se perdido nas brumas do tempo (SILVA, 2008, 50).

A exemplo do que ocorre com outros jornais paranaenses, *Folha do Oeste* é apresentado como um jornal imparcial, por seu fundador. Em 1974, no 37º aniversário do jornal, na crônica Aniversário da *Folha*, Lustosa, na pele de João do Planalto, além de homenagear companheiros destaca a importância do papel social que o jornal desempenhara ao longo dos anos em Guarapuava: “Um jornal imparcial e noticioso, sem ligações partidárias, Intransigente, isso sim, na defesa dos superiores interesses do município e de sua gente (...)” (SILVA, 2008, 87).

Se, parte da imprensa brasileira, sobretudo no Rio e em São passa por um período de modernização a partir de 1950, o jornal *Folha do Oeste* tem no ano de 1966, o marco para suas mudanças. O estilo jornalístico, com suas técnicas de apresentação da matéria, legendas, diagramação e utilização de fotos, dão nova cara ao jornal. Verifica-se também a presença de novos colaboradores e agora, seus editores se dirigem diretamente a seus leitores, destacando as mudanças ocorridas.

Notícias escritas por seus jornalistas e colaboradores, passam a dividir espaço com os textos originários de órgãos públicos. Entretanto, as notícias emitidas por órgãos oficiais e relatos dos fatos publicados na íntegra por governantes continuam sendo privilegiadas. A edição de Natal de dezembro de 1968, por exemplo, prioriza as notícias das assessorias da

Volkswagem e do governo do estado, sendo que o editorial é uma mensagem do prefeito Nivaldo Krüger. O jornal *Folha do Oeste* faz a sua transformação gráfica e editorial em 1966, mais precisamente na edição de 20 a 26 de maio.

As inovações apresentadas, como a inserção de um grande número de fotos com qualidade, novas editorias, inclusive de cultura, a adesão de novos jornalistas, comentaristas e colaboradores, e a apresentação das matérias utilizando técnicas jornalísticas, tornam o jornal mais legível e agradável. Nas páginas 9 e 10, o Editorial anuncia, “Voltamos”, numa referência ao retorno de Lustosa, que estava afastado do jornal, de Nabor Ferraz, jornalista que volta a integrar a diretoria do *Folha do Oeste*, e do próprio veículo que mais uma vez havia se despedido do seu público.

A edição de 31 de maio a 6 de junho traz o editorial *Renovação*: “Imprensa moderna é renovação. Desde este segundo número nossa preocupação fundamental é modernizar. Nossos leitores encontrarão nesta edição a participação de consagrados nomes na imprensa paranaense (...)”. O Editorial segue informando quem são os colaboradores desta e das próximas edições.

Embora de raiz latina, o termo editorial chegou às redações, como muitos outros, através do inglês. Suas fontes são os acontecimentos do dia a dia no campo nacional e internacional. Segundo Amaral (1997), a sua força está ligada à conduta do jornal. “A redação do editorial e dos comentários menores está subordinada, quanto à forma, ao estilo jornalístico, e, quanto ao conteúdo _ opinião e julgamento _ a princípios políticos, econômicos e morais”. (AMARAL, 1997, 78)

Quanto se fala em linha editorial de um periódico ou qualquer outro órgão de imprensa, se refere na verdade ao posicionamento do jornal diante dos fatos da sociedade, no aspecto político-ideológico. Com a modernização, o semanário *Folha do Oeste*, passou a organizar os espaços existentes em suas páginas inclusive o editorial. Inova ainda no sentido de estabelecer um discurso de compromisso com o público, paralelamente, há uma redução na publicação de textos, na íntegra, provenientes de órgãos públicos.

Ao dar continuidade a iniciativa de dotar Guarapuava de um periódico moderno e dinâmico, onde o povo tenha oportunidade de externar suas justas reivindicações, começamos a sentir os primeiros efeitos benéficos do empreendimento, como também as primeiras investidas daqueles que procuram que o “status quo” permaneça inalterado para seus interesses anti-populares. (..) Como nossos leitores devem ter observado, em cada número procuramos apresentar uma modificações tornando mais suave a leitura, com melhor apresentação gráfica. (Folha do Oeste de 13 a 20 de junho de 1966, Editorial: Imprensa é Altruísmo, p.3)

O texto prossegue falando de seus colaboradores, como o “jornalista Maurício Fruet”, Elias Farah e Geraldo Mazza, comentarista esportivo. A mudança editorial do

jornal, entretanto, não se alterou no que diz respeito ao apoio ao governo ditatorial, conforme revela a edição de 17 a 24 de julho de 1966, sob o título *Pacificação Política: Solução dos Problemas Locais?* O texto fala sobre uma nova mentalidade que está se apossando dos homens mais responsáveis, notadamente daqueles que lidam com a coisa pública: “Veio a Revolução de Março e logo após notou-se que uma profunda transformação começou a tomar conta do panorama total, hoje sintetizado numa união de esforços que já começa a trazer os primeiros resultados positivos”.

2.1.6 Diário dos Campos

Jacob Holzmann funda *O Progresso* em 27 de abril de 1907. A partir de 1913, o jornal passou a se chamar *Diário dos Campos*, já de propriedade da Companhia Tipográfica Pontagrossense. Historicamente, a cidade considera *O Progresso* como o primeiro jornal de Ponta Grossa. Isso acontece porque este veículo resistiu às dificuldades financeiras e teve circulação ininterrupta de 1907 a 1990, retornando em 15 de setembro de 1999 até os dias atuais.

Proprietário de *O Progresso* até 1911, Jacob Holzmann exerceu ainda a função de gerente, se desligando definitivamente em 1914. Entretanto, permaneceu por muitos anos anunciando no jornal. Em razão de sua atuação frente ao jornal, Jacob Holzmann foi chamado por José Cadilhe, jornalista em diversos órgãos de Imprensa de Ponta Grossa, de “Fundador da Imprensa de Ponta Grossa”.

Em 1931, Juca Hoffmann e seu sócio João Eugênio Zimmermann assumiram o Diário dos Campos depois que Elyseu de Campos Mello desistira continuar à frente do jornal. Sob a direção de Juca o jornal passa a se envolver com fatos cotidianos, usando uma linguagem mais ágil e realista.

Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007, p.83) destaca as características deste novo momento do *Diário*: “A denúncia, o questionamento, o engajamento político, a obsessão pelas particularidades da cidade marcaram a linha editorial do Diário dos Campos durante as três décadas em que Juca Hoffmann ficou à sua frente”.

A autora verifica uma ruptura com o jornalismo predominantemente subjetivo e sem o compromisso de noticiar o dia a dia da comunidade. Os princípios de objetividade e imparcialidade ainda estavam distantes de serem incorporados às práticas jornalísticas daquele período. “A versão mostrada era aquela que o jornalista ou o diretor do jornal acreditava ser a verdadeira” (2007, p.83).

O jornal de pequeno porte sofria com as dificuldades financeiras. Os salários dos funcionários estavam se transformando em vales. Havia ainda outra questão talvez ainda mais preocupante, que era o problema da escassez e preço do papel jornal. “A distância entre a estrutura do *Diário dos Campos* e a do *O Estado de São Paulo* era imensa, Enquanto o jornal de Juca Hoffmann dispunha de três linotipos compradas depois de muita luta, o jornal paulista operava com 61” (BUCHOLDZ, 2007, p.91).

A postura editorial do jornal nos anos de 1960 preocupa-se com a prestação de serviços, realização de campanhas e a interação com o leitor por meio de espaços destinados a informar horários de ônibus, previsão do tempo e a coluna “O Povo Reclama” (idem, p.101).

Juca Hoffmann tinha gosto pela política. Foi vereador, prefeito de Ponta Grossa, deputado estadual. Nesse percurso, o jornal foi importante instrumento para dar publicidade às suas campanhas e, posteriormente, as ações realizadas depois de eleito para os cargos. Para exemplificar o papel fundamental do *Diário dos Campos* na estratégia de projeção do seu proprietário, Bucholdz (2007, p.106) relata que, no dia 7 de outubro, “a manchete foi bastante contundente e explícita: “Vote pela reeleição de Juca Hoffmann”. Segundo a autora, “sem meias palavras, os textos seguiam uma tendência de apologia explícita” (idem, p.108). Hoffmann, sem constrangimentos era apresentado como o melhor prefeito que Ponta Grossa já tivera, relacionando como comprovação, as obras executadas durante sua gestão. Por outro lado, as notas sobre o adversário eram “sempre provocativas” (idem).

Em 7 de março de 1963, num longo texto, Juca Hoffmann explica a seus leitores os problemas que o levaram a vender o jornal. As dificuldades de campanha se acumulavam. Sem recursos, enxergou na venda do jornal, a chance de preservar a campanha.

Bucholdz (2007, p.109) aponta entre os fatores que inviabilizaram as atividades do jornal, a crise do papel: “O forte controle da imprensa pelo governo, por meio de dificuldades impostas para a compra do papel, agravava ainda mais o problema. Num período de cinco anos, de 1958 a 1963, o aumento do preço do papel importado para a imprensa foi de 3294%”. A compra do *Diário dos Campos* foi efetuada pelo grupo Slaviero, que tinha empreendimentos no ramo madeireiro, e dava sustentação à campanha de Vicente Frare, opositor de Juca Hoffmann.

O jornal entra em uma nova fase. Depois de vendido volta a circular no dia 15 de março de 1963 com uma “nova concepção gráfica e editorial”. Inspirado nas reformas desencadeadas nos jornais do Rio e São Paulo, o *Diário* reduz o tamanho do título, adota os princípios da objetividade e imparcialidade do modelo norte-americano, assim como o lide

e a pirâmide invertida. O editorial passa a refletir o posicionamento do jornal, e às notícias, cabe narrar os fatos.

O grupo Slaviero, de vocação empresarial, à frente do *Diário dos Campos*, embora tivesse “uma tendência política”, inaugura um estilo menos polêmico, pouco lembrando a linha editorial mais combativa de Juca Hoffmann (BUCHOLDZ, 2007, p. 129).

Nas edições do *Diário dos Campos*, de 1964 a 1968, era comum a publicação de matérias internacionais sem informar as fontes. Tanto para as matérias internacionais como nacionais, o jornal indicava a cidade do fato: Berlim, Bonn, Paris, Rio, Brasília, mas o leitor ficava sem saber se eram provenientes de agências de notícias, rádio-escuta, *gilete-press*, correspondente, ou outro meio.

Em 8 de junho de 1969, parte deste mistério é desvendado. Em manchete, o jornal anuncia a aquisição de teletipo “Hell” F, “pioneiro em Ponta Grossa”. A notícia na capa diz que a novidade garante o recebimento diário de, no mínimo, 30 mil palavras, através das agências Transpress (especializada notícias nacionais, com sede no Rio de Janeiro), ANSA (agência italiana) e DPA (agência alemã).

Figura23. Pioneiro, Diário dos Campos adquire primeiro teletipo de Ponta Grossa. Edição 8/6/1969. Reprodução Fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



Observando as manchetes publicadas a partir de 1964, verificou-se que as notícias estaduais ou locais predominam, ao contrário dos jornais *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo* que, neste mesmo período, privilegiam os assuntos internacionais. O *Diário* também publica manchetes internacionais, mas não em maior número. Outra característica marcante

do jornal é a manutenção de um padrão de programação visual, embora faça uso excessivo da mistura de tipos, em estilos e tamanhos. A *Folha de Londrina* é o jornal com o maior número de experimentações na primeira capa.

Figura24. Programação Visual. Edição 16/8/1964 – Chamada acima do cabeçalho. Reprodução Fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



Figura25. Programação visual. Edição 20/8/1964. Reprodução Fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.

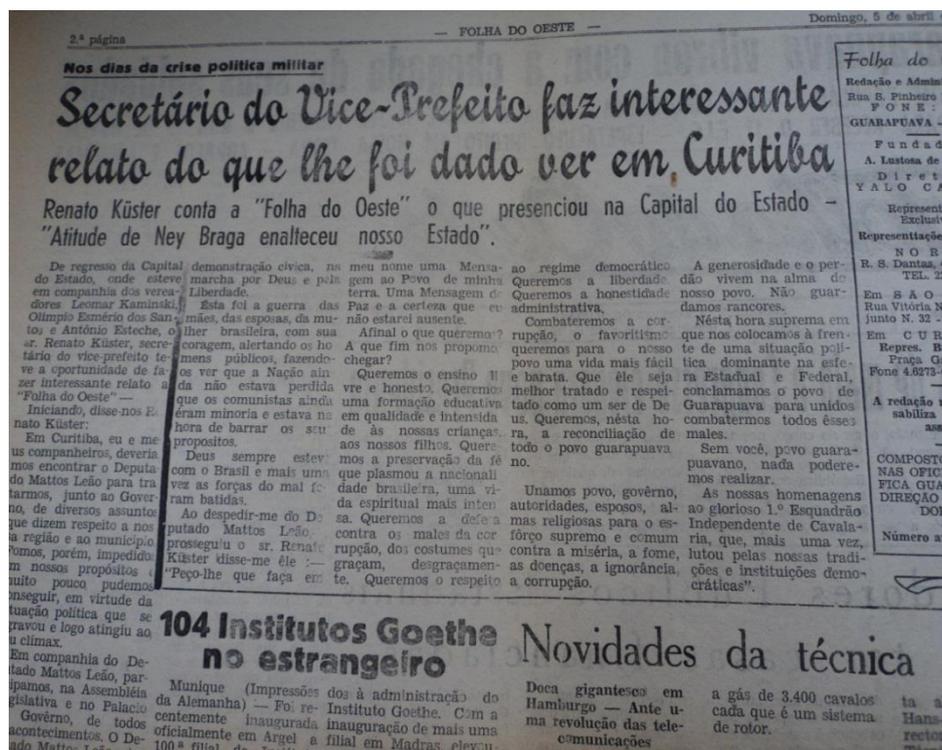


Figura26. Programação visual mais comum. Edição 20/8/1964. Reprodução Fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



A falta de recursos dos jornais do interior para aquisição de maquinário, papel, contratação de pessoal compromete não só a qualidade dos jornais produzidos, mas a própria sobrevivência do jornal. A *Folha do Oeste* foi fundada por um político de prestígio, influente, mesmo assim, tinha poucos recursos para manter sua periodicidade. Foram várias

Figura28. Folha do Oeste – utilização de vários tipos de letras, 19/4/1964. Reprodução fotográfica.
Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava.



Essa prática observada na imprensa paranaense de publicar na primeira página apenas notícias internacionais não é algo inédito. O jornalista Cláudio Abramo (1983) ao narrar as experiências vivenciadas na redação do jornal paulistano *O Estado de S. Paulo*, onde trabalhou de 1952 a 1963, revela que o proprietário do jornal, Júlio Mesquita, a quem chamava de “dr. Julinho” (grifo meu), não permitia que na primeira página saíssem notícias nacionais, só havia espaço para as internacionais. Para o jornalista isso ocorria porque o proprietário considerava a “Europa e o mundo mais interessantes do que o Brasil, mesmo para os brasileiros” (1983, p. 37).

Segundo Abramo, o *Estado* noticiou o suicídio de Getúlio Vargas na primeira página após muita insistência, e somente depois do golpe de 1964 as notícias nacionais entraram na capa do diário. “Durante anos, os leitores compravam o jornal e o viravam, para ler primeiro a Última Página”, acontece que, nessa página, ficavam as notícias nacionais, era uma espécie de capa das nacionais (ABRAMO, 1983, p. 37).

3. A IMPRENSA E A PRODUÇÃO DE NOVAS REALIDADES

Nenhuma democracia sobrevive sem uma imprensa livre e nenhuma ditadura sobrevive com uma imprensa livre (Sousa, 2002).

O jornalismo, ao definir sua pauta e o que é notícia, seleciona entre inúmeros acontecimentos, aqueles que farão parte da memória futura. Definir o que é notícia tem sido um desafio. Lustosa (1996, p.31), por exemplo, entende notícia como informação tecnicamente elaborada e que contém “tudo aquilo que desejamos saber para ter condições de fazer uma avaliação mais objetiva da realidade”.

O autor observa que a notícia por ser um relato ou descrição de um fato, feito de uma maneira particular, vai fornecer para seu público uma informação parcial, ao transcrever apenas uma “parte do fenômeno social, como ainda por impor uma visão pessoal do narrador ou redator da notícia, dentro das óbvias restrições e imposições do veículo” (idem).

Para Bahia (1990), como qualquer informação jornalística, a notícia deve reunir requisitos essenciais como interesse, importância, atualidade e veracidade. O autor considera que elementos como interpretação, investigação, opinião, também podem ser acrescentados à notícia. Entretanto, ressalta que os critérios de produção, seleção e organização das notícias são subjetivos.

Amaral (1987, p.60) apresenta a notícia jornalística como “informação atual, verdadeira, carregada de interesse [*sic*] humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas”. “A boa informação deve reunir quatro qualidades: ser *interessante* (fugir à banalidade cotidiana), *abrangente* (interessar ao maior número possível de pessoas), *nova* e *verdadeira*”, relaciona o autor (idem 1997, p.41).

Mais do que a aspectos técnicos, a notícia atende a interesses empresariais que extrapolam os critérios de noticiabilidade, prioridades sociais e até econômicas. São muitos os fatores que afetam diretamente a atividade jornalística e comprometem a realização do trabalho com critério e seriedade. Os atrelamentos do jornal, de seus proprietários ou diretores, com grupos de poder dentro da sociedade, interferem diretamente nas decisões de pautas.

A dependência de verbas publicitárias para sobrevivência do veículo mostrou-se, ao longo da história, incompatível com a informação de qualidade e o compromisso com o leitor. Órgãos públicos e privados lançam mão das verbas como instrumento de negociação

de espaços, publicação de notícias favoráveis, omissões e silêncios quando julgam ser necessário.

A prática diária do jornalismo leva à adoção de rotinas com o propósito de organizar as tarefas a serem desempenhadas pelos diversos profissionais. Normalmente, o ponto de partida é a definição da pauta, ou seja, dos assuntos a serem cobertos durante o dia e que se transformarão em notas, colunas, entrevistas, reportagens, continuidade dos assuntos, etc. Previamente já se discute quais, possivelmente, irão para a primeira página, quais merecerão publicação de página inteira, e quais ocuparão os espaços menos atrativos do jornal impresso.

Marcondes Filho (1989, p.12) entende a atuação no jornalismo como uma opção ideológica, ou seja, “definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão”. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. “Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato consciente dos próprios jornalistas” (id.).

A teoria do *gatekeeper* surge nos Estados Unidos nos anos 50 e, basicamente, sustenta que os jornalistas são os responsáveis pela seleção das notícias publicadas. Outros fatores que possam interferir neste processo são desconsiderados. Segundo Kunczik (2002, p. 234), foi Kurt Lewin quem elaborou o conceito de *gatekeeper*, que, originalmente foi empregado para analisar os processos de tomada de decisão dentro dos grupos, especificamente no quesito decisão de consumo e hábitos alimentares. Kurt Lewin observa que o conceito também era apropriado para investigações do fluxo da comunicação dentro de um grupo. O termo *gatekeeper* passou a ser empregado como sinônimo de líder de opinião. “ ‘Os seletores de notícias’ abarcam os grupos e as redes de comunicação com esses perfis”, afirma Kunczik (id.). O processo de seleção é controlado por regras impessoais ou por indivíduos e pode ocorrer em diversos níveis e várias vezes, por exemplo, o repórter, o editor, e o empresário podem ser “seletores de notícias” no exercício de suas atividades, de forma isolada ou conjuntamente.

O conceito de Lewin foi adotado pela primeira vez no mundo anglo-saxônico por White (1950) para descrever os indivíduos que, nos meios de comunicação, ocupam cargos que lhes permitem aceitar ou rejeitar uma unidade de comunicação potencial (por exemplo, uma notícia ou um programa de televisão). (id.)

A seleção de notícias equivale a limitar a quantidade de informações, o que implica na escolha de assuntos que alguém acha que merecem ser publicados. Essa decisão do que publicar ou não, recai em moldar, em construir a imagem que os leitores terão de sua

sociedade e do mundo. O autor (Ibid., p.237) destaca que “cada decisão de publicar uma determinada matéria implica também na “supressão” de outra matéria ou matérias”.

Perseu Abramo (2003) ao provocar uma reflexão sobre o significado político da manipulação na grande imprensa, afirma que esta é uma das principais características do jornalismo no Brasil. Entre os padrões de manipulação estão a fragmentação do real, a desconexão entre os fatos, ocultação de determinados dados ou acontecimentos, os silêncios, a seleção de alguns aspectos retirados do todo. “A manipulação das informações transforma-se assim na manipulação da realidade.” (Ibid., p.24)

O jornal impresso torna-se um documento de registros da sociedade de determinada época. Um registro muitas vezes exagerado, apaixonado, acalorado, parcial, tendencioso e nada objetivo. O resultado da manipulação vai além da distorção da realidade, a imprensa cria uma realidade artificial. O público só se dá conta desta outra realidade, bastante contraditória, se de alguma maneira for testemunha ou estiver diretamente envolvido com a trama relatada na mídia. Segundo Marcondes:

A compartimentalização da história, sua redução a fragmentos desconexos é a técnica manipulativa que se opera no jornal, que mantém os leitores e o público em geral incapazes de, separados da visão conjunta dos processos sociais, seu entrelaçamento e interdependência, discernir no meio desse amontoado, quem, em última análise, detém as rédeas desse processo e para onde o leva. A quebra da unidade, da totalidade na apresentação jornalística torna os homens objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente.(1989, p. 42)

Abramo (2003, p.25) afirma que, embora possa ocorrer de várias e múltiplas formas, a manipulação da realidade não ocorre o tempo todo e nem em toda a imprensa, mas considera ser um fenômeno grave por marcar “a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”.

O autor explica que um fato é jornalístico ou não, em virtude da relação que a imprensa decide estabelecer com a realidade. E, quando, no processo de decisão, decide-se que um fato não é jornalístico, ele imediatamente é “eliminado da realidade, ele não existe” (Ibid., p.27).

Segundo Ribeiro (2008), os jornais têm a função de comunicar o que é atual, novo, e como tal preocupam-se “com leitores e não com historiadores”. A formalização e o registro da memória social acaba sendo sua função secundária. A mídia é elevada ao *status* de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação da vida social. “São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de eleva-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância” (Ribeiro 2008, p.195).

Na análise de Marcondes Filho (1989, p.41) os processos fragmentados de transmissão noticiosa quebram a lógica dos fatos entre si, a notícia é apresentada de forma independente, desvinculada do contexto histórico-social. E essa produção fragmentada de notícias, consiste numa técnica também mercadológica. “São apresentados e destacados aspectos determinados da notícia, (o sensacional, a aparência do valor de uso) e outros permanecem em segundo plano ou simplesmente são ignorados” (id.). Essa técnica simplifica os fatos e desinforma as pessoas.

Niceto Blázquez (1999) entende o processo de desinformação como técnica manipulatória. Ocultação deliberada de fatos e campanhas de silêncio são elementos essenciais desta técnica. María Fraguas de Pablo (1985, p. 10) define desinformação manipulatória como “técnica que consiste em proporcionar a terceiros informações gerais errôneas, levando-os a cometer atos coletivos ou a difundir opiniões que correspondam às intenções do desinformador”. No seu significado original, manipular implica em manejar e transformar aquilo com que se lida. Associada à informação, passa a significar a distorção ou a deformação dos fatos, com fins invariavelmente, desonestos.

Blázquez (idem, p.67) explica que por trás de toda técnica “desinformativa há a coação ou persuasão, silenciamento deliberado, censura brutal e deformação ideológica da realidade”. O silêncio programado é considerado pelo autor como uma forma eficaz de manipulação da informação. A linha editorial de um jornal, o processo de seleção de notícias até a sua disposição na página e publicação, somados aos fatores, pressões econômica e ideológica, convertem-se em ameaças à apresentação das informações de forma objetiva. “Sobre as exclusões, observam Serge Bauman e Alain Ecouves, é preciso reconhecer que os silêncios de um jornal são frequentemente mais graves que os seus textos (BLÁZQUEZ, 1999, p. 62).

3.1 A mídia como partido político

Antes de abordar propriamente a questão da mídia como partido político, a partir da perspectiva gramsciana, optou-se por incluir, fora do período delimitado por esta pesquisa o caso da professora primária Juracilda Veiga, de 21 anos, que foi sequestrada na tarde do dia 17 de março de 1978, em Curitiba, Paraná. A inclusão dessa temática se justifica para demonstrar a visão que a revista *Veja*, de circulação nacional, integrante da grande imprensa brasileira tem ou demonstra ter, no referido período histórico, da imprensa paranaense.

Segundo declarou, em 24 horas passou por “dez sessões de choques elétricos e interrogatórios políticos”, além de ameaças de ser conduzida até São Paulo, para “bater um papo” com o temido delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

Na reportagem, a revista *Veja* informa que “18 agentes da habitualmente pacata Delegacia da Polícia Federal de Curitiba”, prenderam “onze intelectuais ou professores ligados a dois jardins de infância”. Os presos eram responsáveis pelo funcionamento das escolas Oficina e Oca, ambas da capital paranaense, destinadas a crianças de 3 a 6 anos. O programa educacional das escolas baseava-se no método do psicólogo Jean Piaget.

Segundo nota oficial da polícia, nas escolas infantis vinham se desenvolvendo “atividades contrárias à segurança nacional”. Para as autoridades, as crianças eram “doutrinadas dentro de princípios marxistas, desenvolvendo-se-lhes uma visão materialista e dialética do mundo” (Revista *Veja*, 29/3/1978). O sequestro e as prisões geraram reações no governo e, em setores da sociedade, resultando em manifestações de desagrado e a exigência de satisfações das autoridades,

O habitualmente discreto arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, distribuiu para leitura nas 300 missas dominicais que se realizam em Curitiba, a “Carta Aberta Ao Povo”. E a maioria dos oito jornais diários da capital, em geral comedidos ao abordarem notícias de ações policiais na área política, abriram suas manchetes com protestos e acompanharam os dois casos com invulgar energia (Revista *Veja*, 29/3/1978, *Medida de Segurança*, págs. 28-30).

Figura29. Título da manchete: “A medida de segurança”. Ainda no hospital, a professora Juracilda fala sobre o sequestro, e mostra as marcas da tortura física que sofreu. Reprodução fotográfica Fonte: <http://veja.abril.com.br/AcervoVejaDigital>.



Os fatos chamam a atenção pela gravidade da situação. Professores são presos acusados de subversão e uma professora é sequestrada e torturada. Mas, outro detalhe também presente no texto da reportagem, atrai. A revista *Veja*, representante da grande imprensa nacional, ao se referir a ação policial no Paraná, reproduz o discurso dominante de convivência pacífica e tranquila. A polícia federal é apontada como “habitualmente pacata”, o arcebispo é “habitualmente discreto”, e os “jornais diários da capital, em geral comedidos ao abordarem notícias de ações policiais na área política”, “acompanharam os dois casos com invulgar energia”.

Figura30. Jornais de Curitiba estampam o sequestro e prisões em suas manchetes. Reprodução fotográfica. Fonte: <http://veja.abril.com.br/AcervoVejaDigital>.



A revista se abstém de tecer outros comentários sobre a atuação “habitualmente” pacata e comedida tanto da sociedade, como da imprensa paranaense. Mas os jornais são comedidos em relação a quê? Por que a imprensa adotou esse comportamento de manter “reservas habituais” diante da divulgação de acontecimentos importantes dentro da sociedade? E a imagem de que a polícia federal era habitualmente pacata no Paraná? É possível afirmar que a imobilidade da sociedade paranaense frente à ditadura tenha sido interpretada como “discreta”, e no caso dos jornais, a palavra “comedidos” possa ser entendida como sinônimo de engajados ao poder instituído, na medida em que dá respostas positivas à ditadura por meio da construção de discursos defendendo a “Revolução Militar” (grifo meu).

A ditadura com todos os seus generais, marechais, militares é recebida de braços abertos no Paraná e, em sua capital Curitiba, por uma elite preocupada em combater a invasão comunista. Essa elite faz parte das famílias tradicionais, algumas são do tempo do Império. Outras formam suas riquezas por meio da exploração do ouro, da erva-mate, do tropeirismo, da exploração da madeira, da exploração imobiliária, ou ainda das lavouras de café.

Para aumentar poderes, fortunas, alianças ou passar a integrar esse mundo de poucos, valiam-se dos casamentos, dos laços de parentesco. Seus tentáculos se espalham pelas diversas instâncias do Estado, passam a ocupar posições estratégicas, se tornam dirigentes. Assim se protegem, se escondem, se silenciam diante dos seus contrastes e conflitos. Posseiros e trabalhadores rurais são sempre apresentados como figuras problemáticas, indesejáveis, criadores de problemas no discurso dessa elite que comanda as empresas jornalísticas existentes. O aparato policial, ao lado de jagunços e pistoleiros, serve obedientemente aos interesses desta elite²⁹.

Nos jornais, as informações são favoravelmente tendenciosas a um grupo, governista, ou, de oposição, dependendo dos atrelamentos existentes entre imprensa e poder. Prevalece a mídia do silêncio, da neutralidade, da desinformação.

Os meios de comunicação estão submetidos à lógica econômica do capitalismo. E o capitalismo por sua vez opera na lógica política, a lógica do poder. Segundo Perseu Abramo (2003), o que se observa é a transformação dos órgãos de comunicação em novos órgãos do poder, em “órgãos político-partidários”.

O filósofo italiano Antônio Gramsci (1978) foi quem primeiro associou a imprensa ao partido político. Em suas análises, o moderno Príncipe [não existe na realidade histórica, mas] representa o símbolo do chefe, do “*condottiero* ideal”. É aquele que tem condições de levar um povo à fundação do novo Estado. Para Gramsci, o moderno Príncipe é o partido político.

²⁹ Sobre o assunto indica-se duas leituras que envolvem os jornais investigados: NOGUEIRA, Humberto F. *Imprensa e Ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50*. Revista Mediações, Londrina, 1999. PEGORARO, Éverly. *Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava, 2008, Unicentro.

Ao moderno Príncipe que atua sobre o povo disperso, cabe ser o propagandista e o organizador-popular das vontades coletivas. Diz Gramsci que o moderno príncipe, não pode ser uma pessoa real:

Afirmou-se que o protagonista do novo Príncipe não poderia ser na época moderna, um herói pessoal, mas um partido político. Isto é: sempre nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e que está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado (GRAMSCI, 1978, p.22).

O autor aponta que uma das coisas mais elementares da política é reconhecer a existência real de dirigentes e dirigidos, governantes e governados. O objetivo a ser atingido é a obediência dos dirigidos, dos governados. O modo mais adequado de formar dirigentes, de aperfeiçoá-los na capacidade de condução ocorre por meio do partido:

um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Esse organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (idem, 1978, p.6).

O partido político proposto por Gramsci é organizador do consenso.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequada a ela, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções (GRAMSCI, 1991, p.22).

No mundo moderno, os jornais podem representar o partido. Entendida enquanto órgão político partidário, a imprensa pode ser um meio pelo qual as classes dominantes asseguram a execução de seus projetos. Afirma Gramsci: “Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles “partidos”, “frações de partidos”, ou “funções de um determinado partido” (GRAMSCI, 1978, p.22).

A história de um partido é a história de um determinado grupo social. Este grupo não é isolado, ele interage com outros grupos, afins, ou, adversários. Em linhas gerais, são três os elementos necessários para que um partido exista: homens comuns aos quais se pede “disciplina e fidelidade”; elemento de coesão, eficiente, centralizador; e, “um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato, não só “físico”, mas moral e intelectual” (GRAMSCI, 1978, p.24).

Perseu Abramo (2003, p. 46) aponta que os órgãos de comunicação comportam-se e agem como partidos políticos na medida em que procuram representar valores e interesses

de segmentos da sociedade; se apresentam na condição de intermediários entre a sociedade civil e o Estado, o poder.

Em um artigo publicado em 1919, *Os Jornais e os Operários*, Gramsci (2005) se refere aos jornais, “qualquer que seja a sua cor”, como “instrumento de luta movido por idéias e interesses”, que estão em contraste com os interesses dos trabalhadores. No texto, o filósofo trava um verdadeiro diálogo com os operários, a quem recomenda que boicotem os jornais da burguesia, “em bloco e com a mesma disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos operários, isto é, da imprensa socialista”.

O tratamento dispensando aos jornais é o de uma mercadoria que tem por finalidade “injetar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convém aos produtores e vendedores de papel impresso”. Nas páginas desses jornais, tudo que se publica tem a intenção de “servir a classe dominante” e por consequência, “combater a classe trabalhadora”.

Gramsci (2005) evidencia o alinhamento dos jornais ao poder, que privilegiam as verdades anunciadas pela classe dominante, controlam a notícia e a opinião sempre em prejuízo aos operários. “Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores”. A crítica dirigida aos jornais é de que estes seguem a tendência de falsear os fatos, deturpar informações, enganar, iludir com o propósito de “manter na ignorância o público trabalhador”.

Para o autor, esses jornais nada têm a oferecer aos trabalhadores, eles estão a serviço de uma classe hegemônica. Uns são conservadores, outros interesseiros, ligados a grupos políticos, enfim, todos com interesses opostos às necessidades da classe operária. Por isso mesmo, os trabalhadores não devem se deixar levar pela necessidade de consumir informações e muito menos continuar a financiar esses jornais com a compra diária destes periódicos. “Boicotem, boicotem, boicotem!”, convoca Gramsci (2005), que vê como urgente o despertar do operário para “a exata avaliação da realidade”.

Gramsci teve uma rica produção de artigos jornalísticos durante sua vida³⁰. Foram mais de 1.700 desde o primeiro, publicado em 1910, em *L'Unione Sarda*, até 1926, ano de sua prisão pelo regime fascista de Benito Mussolini. A maioria dos seus textos foi

³⁰ Afirma Eduardo Granja Coutinho: “Grande parte da vasta produção pré-carcerária de Gramsci é constituída de textos publicados em jornais e revistas ligadas ao Partido Socialista (PSI) e depois ao Partido Comunista (PCI): jornais como *Avanti* (órgão central do PSI), *Il grido del popolo* (jornal da secção turinense do PSI) e *L'Unità* (jornal do PCI). Mas é sem dúvida, ao periódico *L'Ordine Nuovo* (em seus diversos formatos) que estará mais intimamente associada a sua trajetória política” (2008, p.52).

publicada em *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, sendo os dois jornais vinculados ao PCI – Partido Comunista Italiano. É também durante a prisão que Gramsci ao aprimorar conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectuais, Partido Político, etc, dá origem aos Cadernos do Cárcere.

Observa Eduardo Granja Coutinho (2008, p. 53) que o *L'Ordine Nuovo*, “nome pelo qual ficou conhecido o grupo político de Gramsci, era mais do que uma publicação: era o centro cultural, uma escola, um partido (...), ou intelectual coletivo”. Era justamente essa a preocupação do filósofo italiano ao lançar em 1919 o *L'Ordine Nuovo*. Fazer do jornal, “um centro de criação e difusão da cultura socialista, da preparação ideológica”, considerada por Gramsci como “elemento essencial da luta para criar as condições da transformação socialista” (COUTINHO, 2007, p.27).

As inquietudes geradas pelo papel desempenhado pela imprensa que se revela defensora dos interesses da elite e alinhada ao poder, estão presentes no texto publicado em 2 de julho de 1921: “É preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo dos capitalistas” (GRAMSCI, 2004, p. 75).

Em outra passagem Gramsci registra a pressão do jornal, o *Avanti!*, que manifesta em editorial seu descontentamento com o jornal *L'Ordine Nuovo*, por não se posicionar editorialmente, da mesma forma, diante do encontro entre o rei da Itália e o diplomata Tchitcherin, homem do Partido Comunista. Responde Gramsci: “O *Avanti!*, esperava encontrar nas páginas de *L'Ordine Nuovo* suas mesmas razões de discordância, sua mesma firmeza de linguagem; de resto, o *Avanti!*, está convencido de que nossa atitude “não está destinada a obter um grande consenso junto aos proletário italiano”” (idem, p.115).

Acreditava Gramsci (idem, p.116) que se o companheiro diplomata tivesse recusado o encontro com o rei, os jornais do capitalismo diriam que “Tchitcherin é um selvagem, um homem que corresponde à cortesia com a injúria”. O filósofo devolve as críticas: “Os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são estes jornais que asseguram à existência do capitalismo o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis” (GRAMSCI, 2004, p.116-117).

Os meios de comunicação têm um projeto histórico relacionado com o poder, tal qual os partidos. E, assim como estes, “procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, na direção da conservação ou da mudança das instituições sociais” (ABRAMO, 2003, p.45).

Ao fazer uma analogia entre partidos políticos e “grandes e modernos órgãos de comunicação”, Perseu Abramo (idem, p.44) relaciona uma série de afinidades existentes entre eles, aqui apresentadas resumidamente. Partidos e órgãos de comunicação, têm manifestos de fundação ou projetos editoriais; têm estatutos e regimentos, ou manuais e normas; aparatos materiais para funcionamento como instalações, equipamentos e verbas.

Enquanto partidos têm seus filiados, militantes e dirigentes, órgãos de comunicação têm diretores, chefes, funcionários e, assim como partidos, exigem adesão e fidelidade de seus integrantes. Ambos contam com normas disciplinares, sedes centrais e regionais, ou sucursais no caso dos órgãos de comunicação; são referências para grandes segmentos sociais, eleitores ou leitores/espectadores que, neste caso, chegam a milhões. Se, por um lado os partidos procuram ter seus meios de comunicação (jornais, panfletos, palanques, etc.); “os órgãos de comunicação são os meios de comunicação de si mesmos como partidos” (idem).

Partidos políticos têm representatividade na medida em que exprimem interesses de grupos sociais. Seus membros, eleitos, exercem mandatos de representação no legislativo ou executivo. Órgãos de comunicação associam a tiragem de jornais ou revistas, ou audiências com o voto popular e se auto-intitulam “mandatários do povo”. “Os *órgãos de comunicação* agem como se também recebessem *mandatos* de representação popular, e alguns se proclamam explicitamente como detentores de mandatos” (ABRAMO, 2003, p.46).

A autonomia e a independência dos órgãos de comunicação, em relação a outras formas de poder ocorre porque “são eles mesmos, em si, fonte original de poder, entes políticos-partidários, e disputam o poder maior sobre a sociedade em benefício dos seus próprios interesses e valores políticos” (ABRAMO, 2003, p.47).

Isso não significa que esses órgãos estejam acima dos conflitos de classe, das disputas de poder ou divergências partidárias. Na medida em que recriam a realidade de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação, afirma Abramo (idem), aprisionam os seus leitores nessa versão irreal do real, e sobre ele exercem todo o seu poder.

Na concepção de Gramsci (2012, p.225), o moderno Príncipe, como “chefe do Estado”, é o elemento equilibrador de diversos interesses, é o “partido político”. E, é este, o Partido, que tem “o “poder de fato”, exerce a função hegemônica (e portanto, equilibradora de interesses diversos) na “sociedade civil”, mas de tal modo que se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa” (idem).

Os jornais, enquanto partidos políticos, buscam a unidade ideológica ao mesmo tempo em que se inserem como ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política. Segundo Eduardo Coutinho, “À época de Gramsci, ainda que não tivesse o mesmo peso que têm hoje na sociedade civil, os meios de comunicação já eram “a parte considerável e mais dinâmica” da estrutura ideológica dominante, isto é, das organizações materiais voltadas para a construção da hegemonia” (2008, p.51).

Considerando hegemonia como sendo “a liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade”, Coutinho (idem, p. 44) entende que “todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional”. Afirma o autor: “Pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história” (idem).

Luciano Gruppi (1978) explica que o jornal *Ordine Nuovo* representava para Gramsci, mais do que um órgão de divulgação cultural. Deveria, sobretudo, trabalhar sobre a experiência dos Conselhos de Fábrica com o objetivo de transformar o operário assalariado em operário produtor:

Deve-se fazer com que os operários tomem consciência do que é a produção capitalista, do que é o ciclo produtivo, de qual é a função do operário no centro de produção. Essa consciência leva o operário a situar-se além do seu estado de assalariado, de elemento passivo ao processo produtivo; leva-o a compreender sua própria função política e histórica. Nasce assim, na concreticidade da luta, na concreticidade das relações produtiva, a consciência de classe (idem, p.53).

Gramsci (2004) comemora a função política do jornal quando afirma: “Efetuamos, eu e Togliatti, um golpe de Estado redacional. O problema das comissões internas foi colocado explicitamente no número 7 da revista”. O pensador italiano se refere ao poder do “golpe das letras” (grifo meu). Por meio do jornal, chega até os operários, explicando-lhes detalhadamente as funções que cabem ao partido, aos sindicatos, as comissões internas das fábricas. A intenção é libertá-los, promovendo o “despertar das consciências” (grifo meu), das limitações impostas pelos empresários. O jornal enquanto partido é, sobretudo, educativo e deve “harmonizar e conduzir ao objetivo as forças organizadas da classe operária e camponesa” (GRUPPI, 2007, p.53).

Afirma Gruppi:

Esse é o esforço de Gramsci e de todo o *Ordine Nuovo*: extrair, de um movimento que já se realiza e de uma realidade efetiva, um novo instrumento de unidade da classe operária, capaz de guiar o movimento de massa, de levar o movimento operário a um novo nível de consciência. Partindo da fábrica, da experiência concreta, configura-se o modelo de Estado pelo qual se deve lutar (2007, p.53).

Eduardo Granja Coutinho ressalta que na perspectiva gramsciana a comunicação aparece como um terreno decisivo na luta de classes contemporâneas: “A construção de uma *nova ordem* pressupõe a organização de uma nova cultura e, portanto, *meios* capazes de criar e expressar uma *vontade coletiva* contra-hegemônica” (COUTINHO, 2008, p. 54).

A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, superestrutura política e a superestrutura ideológica. As esferas das superestruturas encontra-se representadas pela sociedade civil e a sociedade política.

Explica Nelson Coutinho (2007, p. 127):

a *sociedade política* (que Gramsci também chama de Estado em sentido estrito ou de Estado-coerção), é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc..

Sociedade civil e sociedade política recebem tratamento diferenciado justamente porque exercem funções diferentes na organização da vida social, e na reprodução das relações de poder. Juntas, sociedade civil e sociedade política formam o Estado. “(...) Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção” (COUTINHO, 2007, p.128).

É justamente pelo conceito de sociedade civil que Gramsci vai “enriquecer com novas determinações, a teoria marxista do Estado”. O que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, são os organismos de participação política aos quais adere voluntariamente (e, por isso, são privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Ao cunhar a expressão “sociedade civil” para designá-los, Gramsci, como vimos, se afasta terminologicamente de Marx (...) (COUTINHO, 2007, p.122-125).

Através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*, ao contrário, na sociedade política, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*. (idem)

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são os que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (COUTINHO, 2007:128-129)

Enquanto Gramsci recorre ao termo “Aparelhos privados de hegemonia” para definir os organismos da sociedade civil moderna responsáveis pela elaboração e difusão de

ideologias, a sociedade política é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia], quando fracassa o consenso espontâneo”(COUTINHO, 2007, p. 132).

Ao explicitar a dialética (unidade na diversidade) entre sociedade política e sociedade civil, Gramsci observa que a “*supremacia* de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (idem, p. 130)

O termo supremacia significa o momento que unifica a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. O que faz com que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos “ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia.

Partidos políticos e aparelhos privados de hegemonia têm em comum a construção do consenso e a defesa dos interesses do projeto de sua classe. Os jornais, como aparelhos privados de hegemonia, reúnem a capacidade de organizar e difundir projetos, disseminar ideologias e também operar para a manutenção da hegemonia. Afirma Carla Silva:

As empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações da realidade acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. A sua narrativa nunca é neutra e gera interpretações sobre os diversos aspectos da vida humana: seja o macroeconômico, seja o micro-comportamental. Através delas as pessoas tomam posição e circunscrevem suas visões de mundo. Acaba sendo uma forma de manutenção da hegemonia vigente (SILVA, 2006, p.2)

No Brasil, a imprensa brasileira está organizada em grandes oligopólios que praticamente controlam todo o fluxo de informações do país. A relação destacada por Marconi reproduz de forma mais fidedigna as maiores empresas de comunicação atuantes durante a ditadura iniciada em 1964:

Monopolíticos em relação ao rumo político que o Brasil deve seguir, fiéis seguidores das palavras de ordem governamentais, estes oligopólios são constituídos por sete grandes grupos empresariais: grupo Abril, grupo Globo, Diários Associados, S.A. O Estado de São Paulo, grupo Folhas, grupo Bloch e grupo Jornal do Brasil. Todos estão concentrados no eixo Rio-São Paulo, de onde retransmitem quase todo o noticiário que irá informar (?) a uma população de mais de 100 milhões de pessoas (MARCONI, 1980, p. 139)

Atuando ora como partido, na organização e condução consensual da direção a ser tomada no projeto de dominação articulado pelas elites, ora como aparelhos privados de hegemonia, disseminando a ideologia e o projeto da ditadura de salvação do país do comunismo e do caos, a grande imprensa brasileira, se articula com o poder e veicula para a opinião pública, apenas a ideologia dominante.

Esses grupos não estão livres de disputas e conflitos. Marconi (1980) reúne uma série de relatos que evidenciam as disputas entre os meios de comunicação. Na luta por mais vantagens (econômicas ou políticas), entram em rota de colisão com outras empresas jornalísticas. Para exemplificar serão relatados dois acontecimentos. A imprensa do sul do País acusou os meios de comunicação de Cuiabá de receber do governo estadual subvenções mensais para apresentar um noticiário favorável ao governador. Conta Marconi³¹ (1980, p.145):

Em resposta, o Correio da Imprensa fez um editorial intitulado “Respostas às Vestais Paridas” onde os donos de jornais e revistas do Rio e São Paulo eram chamados de “barões da grande imprensa” e acusados de formarem “verdadeiros conglomerados econômico financeiros, cuja preocupação essencial, quase única, é a de faturar, participando de altas e sujas jogadas, não a de fazer jornalismo”. Segundo o editorial, estes “barões” manipulam “essas organizações pseudo-jornalísticas dentro de uma técnica orgiástica de fabricação do engodo, a notícia e/ou o silêncio sobre a notícia de acordo com seus interesses particulares, omitindo-se quando deveriam fazer ouvir a sua – deles – voz, mentindo quando deveriam informar a verdade, conspirando gratuitamente quando deveriam separar o joio do trigo para estabelecer o princípio da justiça”.

Outro episódio, envolveu o jornalista da *Veja*, Mino Carta e o diretor de O Estado de São Paulo, quando participavam de um debate. Quando a revista *Veja* foi censurada, os demais veículos de comunicação não se manifestaram nem expressaram solidariedade ao jornalista. Mino Carta perguntou a Ruy Mesquita por que os donos de jornais não se aliaram contra a censura. Responde Mesquita:

“Porque não existe nenhuma afinidade entre os donos de jornais, pois a maioria está nas mãos de picaretas, que usam a imprensa para defender interesses particulares. Quase todos os jornais do País omitem o nome de *O Estado de São Paulo* justamente por nossa posição. Somos visceralmente diferentes do Sr. Frias de Oliveira (*Folha de São Paulo*), existem diferenças viscerais entre nós e o Sr. Edmundo Monteiro (*Diários Associados*), da mesma forma que existem diferenças viscerais entre nós e o sr. Victor Civita (Abril) ou o Sr. Roberto Marinho (*O Globo*)” (MARCONI, 1980, p.145-146).

Essa aproximação e afastamento do regime militar opera dentro de uma dinâmica de forças políticas e econômicas, sempre centradas na defesa dos interesses empresariais.

³¹ O autor informa que o trecho exposto foi transcrito do Jornal do Brasil em 20/7/77.

3.1.2 Ambiguidade ou oportunismo

O caminho trilhado pelo jornalismo no período da ditadura oscilou entre ousadia e tolerância, avanços e recuos, poucos enfrentamentos e muitos adesismos. Jornais alteraram momentos de “coragem empresarial e fases de subserviência, beneficiados pela isenção fiscal na importação de papel-jornal”, afirma João Batista de Abreu (2000, p.38). Esse acordo de conveniência entre o poder e empresas jornalísticas não passava pelas redações.

A colaboração dos empresários da comunicação se revertia em grandes espaços ocupados por anúncios. As estatais eram as maiores anunciantes na época. Para a imprensa, essa “parceria” (grifo meu) implicava em vários outros favores oficiais, como “empréstimos financeiros” facilitados, “alíquotas reduzidas para importação de maquinaria, cessão de terrenos para construção de sedes, ou concessões de canais de radiodifusão” (ABREU, 2000, P.38).

Samways (2009, p.44), ao analisar o jornal *O Debate*, do município paranaense Irati, no período da ditadura de 1964, trata das relações entre imprensa e o poder. O autor destaca a ambiguidade dessas relações que, ora revelam a face combativa e denunciadora da imprensa, com jornalistas empenhados em investigar e noticiar as mazelas do país, sendo punidos por isso em momentos autoritários. Ora sinalizam a existência de cooperação de setores da imprensa com esse poder, atendendo antes a interesses de grupos financeiros e políticos, desvinculados de qualquer preocupação com os problemas sociais.

O resultado dessa relação entre imprensa e poder se reflete no modo de condução do fazer jornalístico, que ao invés de noticiar os fatos, acaba por realizar o trabalho de encobrir aquilo que possa prejudicar a imagem de seus proprietários, os próprios governantes, e interesses diversos.

O jornalista Pompeu de Souza³² entende que a dependência da empresa jornalística em relação ao poder ditatorial alimenta de forma contínua a censura. Para Pompeu de Souza, o governo militar tem poderes absolutos, “capaz de liquidar qualquer empresa (...)”. O governo sempre usa o seguinte recurso: ameaçar ou favorecer. Entre os favorecimentos está “facilitar a importação de um equipamento gráfico ou impedir a sua importação, ou então favorecer ou impedir o crédito para capital de giro” (MARCONI, 1980, p.152).

O *Jornal do Brasil*, como já foi tratado anteriormente, ao lado de *O Globo* e *O Jornal* integrou a Rede da Democracia. Antes mesmo da formação da *Rede*, Carvalho (2010, p.57) observa que *O Globo* e *O Jornal* seguem uma linha editorial bastante

³² Depoimento do jornalista a Paolo Marconi (1980, p. 152).

semelhante com “relação às críticas ao presidente Goulart e seu governo, que se originou da crise político-militar, após a renúncia de Jânio, em 1961”.

Os problemas de governabilidade enfrentados por Goulart ao assumir a presidência, segundo Carvalho (2010, p.57-58) teriam sido potencializados pelo agravamento das disputas entre as superpotências: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os projetos de poder do bloco capitalista e comunista, estavam difundidos na sociedade brasileira. Nesse sentido, o desfecho político da crise, com o golpe de 64, pode ser considerado uma resposta interna aos termos deste debate, que ultrapassa a fronteira nacional. *O Globo* também identificava na política externa independente a bandeira do antiamericanismo e a associava aos projetos nacionalistas da esquerda.

Após o governo de Juscelino Kubitschek, acentuou-se no Brasil a percepção de que, no campo econômico, o desenvolvimento não poderia ser alcançado através de concessões de privilégios aos capitais estrangeiros, exigindo um maior controle do mercado interno, de acordo com os interesses nacionais. Para executar um projeto de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, cumprir uma agenda de reformas sociais, fazia-se necessário uma posição de maior autonomia, sobretudo diante dos EUA.

(...) Eis aí um dos pontos do modelo de desenvolvimento nacionalista que causou maior atrito entre, de um lado, *O Globo* e *O Jornal* e, de outro, o governo Goulart, disposto a dar continuidade a uma política externa que alcançasse a maior independência comercial nas relações com os países, incluindo dos socialistas (CARVALHO, 2010, P.80).

Os movimentos sociais, nascidos na política de massas do governo Goulart, eram associados, pelos representantes da imprensa liberal carioca, ao espírito de tolerância do governo Goulart às atividades dos grupos e partidários identificados pelos jornais como ideais comunistas. Eles alertaram para o fato de que esta ideologia, contrária aos interesses nacionais, estava presente em toda sociedade, e também nos órgãos do Estado. “Como decorrência, os textos de *O Globo* e de *O Jornal* transformaram o comunismo numa questão de Estado, colocando em evidência o papel constitucional dos militares, na suposição de que o processo político deixasse de garantir a unidade nacional” (CARVALHO, 2010, p.82).

Quando Jânio Quadro renunciou à presidência da República em 1961, e militares tentaram impedir a posse de João Goulart, o *Jornal do Brasil* se posicionou a favor da forma legal de resolução da crise, e, declarou seu apoio à emenda parlamentarista. O jornal

também valorizou manifestações da opinião pública do país que buscavam uma solução para a crise por meio da adoção do sistema parlamentarista.

Outros jornais, como por exemplo *O Globo*, passaram a acusar o Jornal do Brasil de não combater os ideais comunistas, e mais, de “endossar posições comunistas e de se afastar da vontade do povo e das tradições brasileiras, pelo fato de dar apoio à política externa brasileira do governo Goulart, sobretudo no caso de Cuba” (idem, p. 77).

Carvalho explica que, o apoio do *Jornal do Brasil* ao governo de João Goulart na crise de 1961, foi condicionado “à aceitação por parte do presidente do parlamentarismo, durante todo o período de governo”. O plebiscito seria realizado em 1965. Assim que Goulart assume a presidência, a antecipação do plebiscito retorna à agenda política. Segundo o *Jornal do Brasil*, a proposta de antecipação do plebiscito partia das forças comunistas, dispostas a apoiar as reformas do governo trabalhista.

Esses seriam alguns dos argumentos que levaram à reorientação editorial do jornal, que “voltou seus ataques contra Goulart, que era adepto da realização do plebiscito juntamente com as eleições de outubro de 1962” (CARVALHO, 2010, p.87). O autor aponta outros fatores (como a reforma agrária, avaliada como aproximação com a esquerda) como motivadores da ruptura nos discursos de apoio a Goulart e na aproximação com as linhas editoriais de *O Globo* e *O Jornal*. A consolidação da mudança do *Jornal do Brasil* se concretiza no apoio à criação da Rede da Democracia.

Paolo Marconi (1980) registra a opinião do jornalista Hamilton Almeida Filho sobre a ditadura e censura nos jornais brasileiros:

Na história do Brasil vai ficar registrado que só O Estado de S. Paulo não preenchia os espaços censurados. (...) O Jornal do Brasil jamais reagiu. E foi censurado. A Folha de S. Paulo não só dispensou a censura dentro da redação mas até contratou delegado. Foi um jornal que se encheu de delegados do DOPS neste período. Foi um jornal onde a caça às bruxas se dava dentro da redação (idem, p. 190-191).

Kucinski (2002, p.531) observa que “pouquíssimos jornais ou revistas foram submetidos a um controle censorial direto e continuado”, como exemplo cita os jornais representantes da grande imprensa *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Aquino (2002, p.517) aponta a *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, como “praticamente o único jornal brasileiro que foi objeto de rigorosa censura durante dez anos (1968-1978),(...)”.

“O primeiro grito de alerta contra o clima que se instaurava no Brasil (...)”, veio do jornal carioca *Correio da Manhã* (ALVES, 1996, p.29). No dia 3 de abril, imediatamente após o golpe de 1964 publica o editorial - *Terrorismo Não!* -, na primeira página. A partir daí, passa a denunciar a repressão imposta como prática pelo regime.

Promulgado o AI-5, o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, foi invadido, tiros disparados e o editor preso. Cotta (1997) afirma que o jornal passou a sofrer violências cada vez mais intensas, desproporcionais às críticas feitas ao governo. O *Correio da Manhã* praticamente deixou de existir, “mataram a alma do jornal”, lamenta. “Esvaziou-se do conteúdo crítico e da notável posição histórica em defesa da democracia e dos direitos” (COTTA,1997 p. 123).

O autor explica que não foi a violência da invasão, nem mesmo a censura que pôs fim ao jornal, mas, o corte dos anúncios publicitários, primeiro por parte do governo federal e posteriormente, de empresas privadas e parceiras do regime. Nas palavras de Cotta (1997, p. 38) “um processo arduo de asfixia econômica e financeira”.

O *Estado de S. Paulo* também rompe com o regime militar, não imediatamente como fez o *Correio da Manhã*. O jornal paulistano apoiou o golpe de 1964. Aquino (1999) ao analisar a temática da censura prévia à imprensa escrita no período ditatorial que se inaugura com o golpe de 64 deparou-se com uma grande quantidade de periódicos que sofreram a sua ação. Chamou a atenção da autora, a variedade da atuação da censura, ao lado da diversidade de reações por parte dos órgãos de divulgação.

Ao iniciar a pesquisa, verificou que, dentre toda grande imprensa diária, somente *O Estado de S. Paulo*, identificado pela autora como *OESP*, e o *Jornal da Tarde* foram alvos de censura prévia (entre agosto/setembro de 1972 e janeiro de 1975). Os demais jornais praticavam a autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens.

O jornal *OESP*, a partir de agosto e setembro de 1972, vivencia a experiência da censura prévia, recebendo a presença do censor diariamente em sua redação – o que somente se encerra em janeiro de 1975 – cortando na íntegra ou mutilando textos escritos já editados ou diagramados para publicação. (AQUINO, 1999, p. 38)

Ao analisar a atuação da censura junto à imprensa no Brasil durante o regime militar, a autora afirma que é necessário fazer uma distinção entre a censura existente dentro dos meios de comunicação e a censura prévia:

Os órgãos de divulgação diversos estão muito habituados a uma espécie de censura que costuma não deixar marcas e que é aquela montada a partir dos interesses agrupados no interior dos diferentes periódicos, sejam eles os do grupo representado pelos proprietários da empresa, sejam os de seus anunciantes. Pela conjunção desses interesses, costuma-se definir uma linha editorial que possibilita ou não a veiculação de determinadas notícias ou de abordagens específicas. Este tipo de censura (podemos denominá-la de empresarial) existe em qualquer momento, com maior ou menor intensidade, dependendo da correlação de forças no interior do órgão de divulgação ou das circunstâncias vivenciadas em dada situação. (AQUINO, 2002, p.515-516)

Esse comportamento que Aquino (2002) denomina de “censura empresarial”, é, na prática jornalística, a autocensura. Ela é definida por Bahia (1990, p.43) como a censura interna praticada pelo próprio veículo de comunicação. De acordo com o autor (id.), ela ocorre quando se altera ou se suprime uma notícia “sem razão aparente ou por manipulação ostensiva”. O fato de um editor substituir uma notícia de menor repercussão por outra de maior alcance faz parte dos critérios de seleção por importância dos acontecimentos, adotados pela maioria dos meios de comunicação. Portanto, esta prática não é considerada pelo meio jornalístico como autocensura. O mesmo ocorre com o excesso de matéria que não é aproveitado em uma edição e acaba descartado. Segundo Bahia (id.) a autocensura é “uma violação incomum do direito à informação praticada por quem eventualmente detém a função de editar o veículo”.

Aquino (2002) aponta a censura prévia, como outra forma de censura, que se instala com a ditadura militar de 1964 dentro das redações. Para que exista a censura prévia, é necessária a presença de um censor dentro das redações diariamente, analisando o texto final já diagramado e pronto para publicação, ou o seu envio para a Polícia Federal para análise e liberação, ou corte de parte ou de toda a notícia. Para explicar a diferença entre a censura prévia e a autocensura, Aquino (id.) recorre ao fato de que, no primeiro caso, houve elaboração e produção de material jornalístico, assim como a ação do censor. O que é diferente do acatar, obedecer a “ordens superiores” (grifo da autora) sobre publicar ou não determinado assunto ou informação, a partir de bilhetinhos que chegavam até às redações ou de telefonemas.

Aquilo que parece ser um comportamento contraditório do jornal *O Estado de S. Paulo*, em suas ações anteriores e posteriores ao golpe, ou seja, de apoio e ruptura com o governo militar, é explicado pela autora. Os proprietários do jornal, defensores de uma postura liberal democrática, no período anterior ao golpe de 64, em seus editoriais, chegaram a propor a intervenção das Forças Armadas para a derrubada do presidente João Goulart. Segundo a autora, esse posicionamento de conspiração aberta contra o governo democraticamente constituído é “teoricamente justificável nos moldes do liberalismo lockeano³³”. Explica a autora:

John Locke admite que para viver coletivamente e, ao mesmo tempo, defender os direitos naturais do indivíduo, para que o estado de natureza não se converta em

³³ John Locke (1632-1704), filósofo inglês, considerado o pai do liberalismo, defende que o governo surge por pacto ou contrato revogável entre os homens que confiam o poder aos governantes em proveito do povo. Ao governo legítimo cabe proteger a vida, a liberdade e a propriedade privada. O liberalismo, defensor da liberdade do indivíduo e limitação dos poderes do Estado, surge como consequência da luta da burguesia contra a nobreza e a Igreja.

estado de guerra, os homens igualmente livres estabelecem um pacto social que cria a sociedade civil. O governante, entretanto, apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a propriedade. Seu poder de governante é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso de mando. Assim, apesar de defender a democracia, *OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil (idem, p. 39).

Os editoriais do *Estadão* no período que antecede 1964 são marcados pelo “tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart”, conclamam a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa dos “interesses gerais e direitos naturais dos homens” (idem, p.42).

Novamente analisando os editoriais após o golpe, o jornal “não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional”. É favorável a candidatura do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Segundo Aquino (1999, p. 47) tal candidatura se apresentava “como mandato tampão para “concluir com felicidade um quinquênio iniciado de modo tão desastroso””.

Em depoimento a Paolo Marconi (1980, p.172), Ruy Mesquita, diretor e coproprietário de *O Estado de São Paulo*, afirma que o pai, Júlio Mesquista, como ele, participaram da conspiração que redundou na Revolução de 1964. “Era forçoso impor um período de anormalidade política até que se saneasse o campo político brasileiro para que se pudesse reiniciar o processo democrático no país”. Entretanto, os jornais do grupo criticaram abertamente o rumo político que a Revolução seguiu. *O Estado de São Paulo* e o governo militar já vinham divergindo em muitas questões, mas com a promulgação do AI-5, “que revogava tudo aquilo que estava na Constituição em matéria de garantia dos direitos, inclusive a liberdade de imprensa”, a ruptura foi definitiva. Declarou Ruy Mesquita:

(...) nos recusamos a aceitar o compromisso que foi imposto aos jornais brasileiros todos, de só publicar aquilo que o governo deseja, ou de pelo menos não publicar aquilo que o governo não deseja. Os outros jornais se comprometeram a isso e recebem todos os dias uma lista de assuntos que são proibidos. Nós não nos submetemos a isto, temos a honra de ter dentro das nossas redações censores que lêem todos os dias as provas dos jornais, censurando aquilo que eles acham que contrariam os interesses da situação atual. (MARCONI, 1980, p.171)

Explica Aquino (1999, p.49) que a opinião do jornal, expressa já em 1964, era de que a ilegalidade não deveria ser ultrapassada além do necessário, para que as regras constitucionais fossem restabelecidas. Com a promulgação do AI-5, o jornal publica o editorial, *Instituições em Frangalhos*, apontando os diversos pontos de tensão existentes entre os rumos do regime político do país e, as convicções de *O Estado de São Paulo*.

O que a autora demonstra é que não há mais como “encarar a totalidade da imprensa como vítima de um mesmo algoz, o Estado”. Para Aquino, esta é uma “visão reducionista que desconsidera a diversidade de elementos e variantes presentes em relação à censura, imprensa e Estado autoritário”. Embora haja uma tendência na apresentação da imprensa e dos meios de comunicação em geral, sempre como vítimas silenciadas pelo Estado autoritário, Aquino explicita que a grande maioria aderiu voluntariamente e vantajosamente, ao poder instituído. Por opção, empresas jornalísticas acatavam as ordens da censura, quer por telefone, quer por bilhetinhos.

Na noite de 13 de dezembro de 1968, policiais federais vão até a redação de *O Estado de São Paulo* e sugerem a alteração do editorial *Instituições em Frangalhos*. O jornal mantém a postura de resistência e se nega a fazer alterações, daí resulta a ação de apreensão do *O Estado de São Paulo* e também do *Jornal da Tarde*, outro jornal da família Mesquita. Aquino (1999, p.54) apresenta um relato importante onde demonstra que “*O Estado de São Paulo*, de 1968 a 1972 acatou ordens telefônicas dirigidas à direção do jornal”, especificando o que não poderia ser veiculado nos periódicos.

Marconi (1980) diz que, em síntese, foram duas as posturas adotadas pelos donos de órgãos de comunicação frente à ilegítima censura política.

A primeira, de simplesmente se curvar diante das ameaças, foi a da maioria, principalmente da chamada grande imprensa. A outra, que defende uma maior resistência ao arbítrio, teve poucos adeptos, com destaque para aqueles que pretendiam fazer um jornalismo desvinculado do poder e do capital (idem, p.60)

O Estado de S.Paulo ao recusar o abuso do poder do governo militar rompe com a postura adotada anteriormente e, os mesmos “ideais que orientam a contestação do regime representativo pelo governo João Goulart, norteiam ao poder militar, tal e qual era exercido pelo marechal Costa e Silva” (AQUINO, 1999, p.53)

3.3 Faltou coragem ou vergonha?

“Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no país. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de ser a consciência da sociedade. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e a cultura, os intelectuais brasileiros não promoverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. (...) No campo estritamente cultural, implantou-se o terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e

presos. O pânico generalizou-se por todas as classes e por todas as cidades. (...) Em São Paulo, em Minas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, centenas de escritores, professores, advogados e jornalistas estão na cadeia. Jornais, estações de rádio e televisão, pelo País afora, trabalham sob censura disfarçada ou ostensiva. (...) Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender” (Correio da Manhã, 23 de maio de 1964, Carlos Heitor Cony³⁴).

Carlos Heitor Cony, jovem jornalista do *Correio da Manhã*, por meio de sua crônica protestou contra a “*Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás*”; a cassação de mandatos “*sem que os réus tenham a oportunidade de abrir a boca*”, a suspensão de direitos políticos “*e nem os punidos sabem o crime*”, e todo tipo de absurdo cometido pelos militares e que chegavam ao seu conhecimento. Para Sodré (1986, p.60), essa crônica de 23 de maio significou o “brado de alerta” aos intelectuais.

O regime militar que instaurou o terror no país contou com a adesão de variados componentes. Já nos primeiros dias, verificou-se que a maioria das forças que o apoiaram não estava de acordo com os rumos tomados pelo comando militar. A resistência do *Correio da Manhã* é conhecida e reconhecida, mas, nem só a direção do jornal se colocava firmemente, “em defesa das liberdades violadas: em suas colunas surgiram articulistas e comentaristas que iniciaram a análise dos acontecimentos do dia-a-dia, alinhando os protestos contra as iniquidades que se sucediam” (SODRÉ, 1986,p.56).

Entre vários jornalistas, Sodré considera que “duas personagens se destacaram: Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony”. Sobre este último, exalta a coragem com que combateu as injustiças que chegaram ao seu conhecimento. “Os seus artigos, de uma coragem exemplar e de uma tranquila lucidez, dizendo o nome das coisas, despertaram por todo o país, enorme interesse e a maior admiração” (idem, p.57)

Daniel Aarão Reis Filho aponta que o jornalista Carlos Heitor Cony “tornou-se a voz do protesto, da indignação, a indicar que havia qualquer coisa de podre naquela engrenagem aparentemente comprometida com altos princípios e nobre valores” (2002, p.439). Reis Filho observa que o jornalista, “figura emblemática”, teve sua atuação durante a ditadura marcada por “ambiguidades”, o que não descaracteriza a coragem assumida e devidamente repercutida.

³⁴ De 2 de abril a 9 de junho de 1964, foram escritas 37 crônicas. Eram críticas, de enfrentamento, denúncias e resistência ao regime militar. Nesse mesmo ano, foram reunidas e publicadas no livro *O ato e o fato*.

Alceu Amoroso Lima adotava também o pseudônimo de Tristão de Ataíde desde sua passagem pelo *O Jornal*, como crítico literário. Apoiava as reformas de base do governo Goulart, e após o golpe adotou posicionamento contrário à ditadura, em sua coluna no *Jornal do Brasil*. Na edição do dia 14/08/64, publica em sua coluna, com o título de *Torturas*, um texto versando sobre as “muitas maneiras de se torturar um ser humano”:

(...) Contaram-me testemunhas de vista, entre nós, que a um estudante colocaram pilhas de livros em cada mão, os braços presos a duas argolas, encostavam de vez em quando uma corrente elétrica nas zonas mais sensíveis do corpo. Isto no ano da Graça de 1964, em terras de Santa Cruz! Em nome de Deus, da Pátria, da Família, da Liberdade e da Tradição. É de fazer tremer. E o argumento é sempre o mesmo, o mesmo monstruoso sofisma de que se eles triunfassem fariam o mesmo conosco! (ALVIM, 1979, p.26-27)

Esse jornal, simpático a algumas propostas do presidente João Goulart, dá início ao processo de ruptura logo após a posse de Jango em 1961. Para o *Jornal do Brasil*, o presidente deveria terminar o mandato no sistema parlamentarista e o plebiscito deveria ser convocado para 1965. Quando o plebiscito começa a ser discutido o jornal que entendia as reformas de base como necessárias e apoiava a política externa, se voltou contra setores do movimento sindical favoráveis á antecipação do plebiscito. Em seguida, voltou seus ataques contra Goulart. “O jornal passou a reforçar a imagem de um presidente descomprometido com a institucionalização das regras políticas e com os acordos dos quais ele próprio teria participado” (CARVALHO, 2010, p. 87).

Mas o *Jornal do Brasil* tem os seus rompantes contra a ditadura. Em seu editorial *Ditadura Envergonhada*, de 7 de novembro de 1968, quando Alberto Dines era editor chefe, publica um protesto contra a atitude do Ministro Gama e Silva de ocupar a Coluna do Castello para se defender do que acredita ser acusações infundadas.

O jornal não se intimida e faz duras críticas ao Ministro, relatando as denúncias que dão conta de que Gama e Silva teria construído “*seu sítio com materiais destinados à Universidade de São Paulo*”. O texto inicial afirma que “*O fato de os jornais brasileiros escreverem exatamente o que pensam e fazem as críticas que entendem é o fato que nos separa dos regimes ditatoriais*”. Em seguida pergunta: “*Mas até quando vai durar a liberdade de imprensa no Brasil? Acumulam-se os sinais de impaciência governamental diante das críticas dos jornais*”. Um pedido de desculpas é dirigido ao leitor, “*pela abismal queda de estilo que sofre em nossa Fôlha a Coluna do Castello. Vem assinada – perdão a todos – pelo Ministro Gama e Silva*”.

Assim que foi editado o AI-5, dois oficiais do Exército foram até o *Jornal do Brasil* para vistoriar o material que seria publicado no dia seguinte. Os censores examinaram os

textos e devolveram para publicação. Em 14 de dezembro de 1968, um dia após a decretação do Ato Institucional nº 5, o jornal traz no alto da primeira página a previsão do tempo: “*Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.:38° em Brasília. Min.: 5°, nas Laranjeiras*”.

Outra nota, bastante sugestiva, a única que não foi entregue aos censores, também ocupava o alto da em primeira página: “*Ontem foi o dia dos Cegos (Página 12)*”. Em depoimento, Carlos Lemos então chefe de redação, argumentou que a ideia era “estabelecer um símbolo do AI-5 – 13 de dezembro é o dia de Santa Luzia, a Padroeira dos Cegos” (AQUINO, 1999, p. 207). Os censores que não tiveram a sutileza de perceber as intenções do Tempo Negro e não viram a segunda nota, foram substituídos por outros mais experientes, que permaneceram no jornal por cerca de um mês.

Logo após a promulgação do AI-5, o editorialista não poupa o regime ditatorial de críticas em tons proporcionais às destinadas ao governo de João Goulart. Isso ocorre na edição do dia 20 de novembro de 1968, no editorial intitulado *Murro na Mesa*. O texto começa mencionando o governo anterior:

O clima no Brasil de hoje não é muito diferente dos anos loucos do Sr. João Goulart. De nôvo (sic) entramos no sinistro círculo vicioso dos aumentos de salário correndo atrás do aumento do custo de vida”. O editorialista pede atitude do presidente: “O presidente Costa e Silva deveria usar o seu legendário “murro na mesa”, há tanto tempo contido, para proclamar o fim do déficit orçamentário custe o que custar. Essa decisão política lhe asseguraria um lugar na história, que não será jamais conquistado pelas obras públicas gigantescas construídas com areia movediça da inflação. (Editorial Jornal do Brasil³⁵, 20 de novembro de 1968)

O editorial acusa ministros da ditadura de estarem conduzindo “*o país de nôvo para o atoleiro*” e afirma que “*não há mais como contemporizar com o descalabro financeiro*”.

No dia 14 de novembro, a *Folha de S. Paulo* em seu editorial *Editorial_ Horas Difíceis*: lamenta que o “processo de normalização da vida nacional foi interrompido”; que “o chefe da nação deve ter fortíssimos motivos para a opção que tomou”. Continua o texto:

É inútil procurar culpados ou responsáveis pela situação. Se culpa e responsabilidade há, é do radicalismo que desde há alguns meses começou a aprofundar-se entre nós, gerando tensões e intranquilidades. As medidas de exceção ora adotadas, amargas como são, devem ser usadas antes de tudo para extirpar radicalismos_nunca para torná-los ainda mais atuantes e perigosos (*Folha de S. Paulo*, 14/11/68, editorial *Horas Difíceis*).

A coluna de Anísio Teixeira que traduz em palavras, manifestações contrárias ao regime é publicada logo abaixo do editorial da *Folha*. Em *Sombras e Ameaças*, o articulista discorre sobre os últimos episódios, relativos “à prisão de padres, depois da perseguição e

³⁵ Jornal do Brasil, acervo digitalizado. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>. Acesso em dezembro de 2012.

prisão de estudantes, e de toda essa caça às feitiçeiras”, se diz assustado e que vai fazer um comentário. Afirma Teixeira que o país sempre adotou um quadro de duas faces, uma da realidade e outra de aparências (“doçura brasileira, amor à liberdade, capacidade de convivência, brandura de temperamento, sentimento de conciliação e, até, gosto pelo progresso”). E todos os nossos historiadores ficaram nessas aparências (...). Segue o texto de Teixeira:

No mundo das realidades, o que houve foi a truculenta ignorância (esta no sentido de retardamento histórico) da classe realmente dominante e a submissão e paciência do povo, longamente habituado a um regime autoritário-paternalista, entremeadado de estertores de violência. Daí, não me surpreender, mas sobretudo me alarmar, a volta do uso da violência pela autoridade no Brasil. A violência está sempre implícita na ação do governo brasileiro. A liberdade sempre foi uma permissão entre nós, que a cada momento podia ser suspensa” (Folha de S. Paulo, 14/11/1964, artigo *Sombras e Ameaças*).

O jornalista Alberto Dines, em entrevista a Paolo Marconi (1980), afirma que a imprensa brasileira nunca esteve preocupada com isenção. Os jornais sempre controlaram o noticiário, e a liberdade de imprensa podia ser considerada superficial. Para ele, o jornal brasileiro vive à sombra do poder e controlando a informação. “Tanto que você não tem jornais que fossem abertos à informação, à opinião de seus colaboradores”, afirma Dines.

Tristão de Athaide foi perseguido dentro do *Jornal do Brasil* durante anos, porque tinha uma posição contrária à do jornal. O próprio Dines relata que sua saída do jornal se deu após uma sucessão de fatos, chamados pela direção do *Jornal do Brasil* de “indisciplina”. “Ora, o ‘JB’ era e é ainda o jornal mais organizado deste País, e ele [Nascimento Brito] se referia não à indisciplina num sentido físico e sim à nossa necessidade de querer fazer um pouco de jornalismo independente” (MARCONI, 1980, p.185)

Aquino (1999, p.17) defende que o regime militar tem parcela de responsabilidade no desaparecimento da imprensa alternativa e do que denomina de “experiências tradicionais” e “inovadoras” na imprensa como o *Correio da Manhã* e *Última Hora*, punidos por “serem incômodas vozes dissonantes”. Observa a autora que o autoritarismo é algo que deve ser analisado no “plano da longa duração histórica”, uma vez que traz “novas heranças autoritárias para a sociedade”, tornando cada vez mais complexa a democratização das relações sociais (idem).

Como consequência desta “herança autoritária”, desponta a padronização e a oligopolização na imprensa brasileira. Outro fator que surge durante o regime de exceção, que invade as redações e “perpetua-se mesmo no período pós-ditadura, é a autocensura,

impedindo ou mutilando o trabalho dos jornalistas, bloqueando sua produção e a função de informar o leitor” (AQUINO, 1999, p.16)

Entretanto, a pesquisadora alerta que, assim como há contradições que se revelam no estado autoritário brasileiro, há também a diversidade de papéis vivenciados pela imprensa. E é preciso ter cautela ao analisar a imprensa brasileira, a censura e as relações com o estado durante este período para não reforçar a construção da imagem de uma imprensa vítima *versus* um estado algoz.

Reflexões sobre a imprensa entendida como órgão-político partidário, e, como tal, condutora da sociedade de forma consensual na busca da aceitação, da obediência e da passividade, integraram algumas discussões que nortearam este terceiro capítulo. Em nome de uma pretensa representação popular, porta-voz da população, essa imprensa dissemina discursos ideológicos e contribui para a construção da hegemonia necessária para a efetivação de projetos capitalistas. Gramsci é quem primeiro discute essa função dos jornais enquanto partidos políticos, sobretudo nos seus aspectos de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural.

Outros aspectos merecedores de atenção foram o suposto comportamento ambíguo da imprensa que em sua diversidade de papéis oscilava entre apoio e ruptura, junto ao governo militar; a autocensura que, ao contrário da censura, tomou conta das redações; e, o posicionamento de jornalistas que não se curvaram diante do regime militar, ou mesmo da orientação editorial das empresas jornalísticas.

4. VOZES DISSONANTES

Tanto os homens do poder quanto os intelectuais revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. A idéia de uma revolução cultural armada foi uma preocupação constante das autoridades oficiais que viam o intelectual e o profissional de imprensa como cidadãos perigosos e comunistas, “desde há muito, tanto mais temíveis” (CARNEIRO, 2002, P.21)

A partir das investigações realizadas nas fontes documentais – os jornais são ao mesmo tempo fonte e objeto de pesquisa, buscou-se desvendar as vozes dissonantes na imprensa paranaense, mesmo que isoladas, e de que forma se apresentam, se tornam perceptíveis, se “fazem ouvir”. Para fins de análise foram considerados os seguintes elementos: manchetes (manchete principal, chamadas de capa, temáticas internacionais, nacionais, estaduais, locais); uso de material das agências de notícias (reprodução na íntegra do material ou verificação de texto complementar), editoriais (qual a posição declarada do jornal referente à ditadura e aos acontecimentos decorrentes das medidas adotadas por esta); colunas de opinião, notícias produzidas pela equipe de redação do jornal. As memórias dos jornalistas que trabalhavam nas redações em 64 e suas impressões sobre este período histórico encerram este capítulo.

4.1. A cobertura da ditadura pela imprensa paranaense

Ao “folhear” os jornais do Paraná nos meses que antecederam o golpe militar de 1º de abril de 1964 e nos anos seguintes, destacaram-se as primeiras páginas repletas de notícias internacionais. Os dois jornais do interior, o *Diário dos Campos* e o semanário *Folha do Oeste* são exceção entre os veículos pesquisados.

O *Diário dos Campos* divide sua primeira página com matérias internacionais, nacionais, estaduais e locais. Não todas ao mesmo tempo, mas com certa frequência as notícias nacionais e estaduais estão presentes na capa do jornal. O que é comum a todos os impressos é a quantidade de notícias provenientes de agências de notícias. Novamente exceção, o semanário *Folha do Oeste*, entre os jornais investigados, é o que revela uma estrutura bastante artesanal e tem como foco atender as demandas do município.

Verifica-se que, sem exceção, os jornais assumem o compromisso de fazer a cobertura de praticamente todos os atos e movimentos envolvendo os governos seja municipal, estadual ou federal. Uma espécie de agenda de visitas, inaugurações, pronunciamentos, viagens e cerimoniais sem fim, ocupam os espaços diariamente.

Skidmore (1988, p.63) enfatiza que a “Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira”. A imprensa, quase de forma unânime (a exceção representativa é a do jornal *Última Hora*), dá “vivas” à ação dos militares,

afirmando em inflamados editoriais, a legitimidade do movimento (BARBOSA, 2007, p.184).

No Paraná, os militares são recebidos com calorosas saudações, como no caso do semanário *Folha do Oeste*, e com cautela, no caso da *Folha de Londrina*. O jornal *O Estado do Paraná* associa a chegada dos militares ao poder com o fim do caos que tomou conta dos últimos dias do governo de João Goulart:

(...) Ainda que o Presidente da República não consiga controlar os acontecimentos podem os brasileiros nutrir esperanças na ação de nossas forças armadas, cuja tradição legalista não será desmentida nos episódios que se desenrolam. Fiéis guardiães da ordem e do regime constitucional, não permitirão – as bravas corporações militares – que as instituições sejam levadas de roldão pela avalanche da desordem e da violência. Jamais a Nação será entregue ao caos (*O Estado do Paraná*, Editorial Horas Difíceis, 1/4/1964)

Quanto à cobertura das notícias da ditadura, é possível afirmar que elas estavam *quase* todas lá. Primeiro o golpe, depois as ações desencadeadas: forte policiamento nas ruas, fechamento de sindicatos, de jornais, prisões, perseguições, manifestações de apoio de governadores, de políticos, de associações de classe, de representantes dos diversos setores da sociedade, decretação dos atos, denúncias de tortura, assassinatos, a existência do esquadrão da morte, etc.

A questão central está na forma de apresentação dessas notícias ao seu público. Elas se revestem de uma falsa objetividade, que se limita a trabalhar com “aspectos meramente *aparentes e quantificáveis* da realidade” (ABRAMO, 2003, p.41-42). O jornalismo utiliza recursos como números, cifras, medidas, quantias para simular, objetivamente, a realidade. Nem toda realidade é mensurável, assim como nem todos os dados mais espetaculares são os mais relevantes.

Em defesa da objetividade como sinônimo de informação, de notícia, de reportagem, de análise, Abramo afirma que é preciso distinguir este conceito (de objetividade) dos demais aos quais aparece vinculado: neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade. O autor (*idem*, p.40) questiona o que significa um jornalismo neutro, imparcial ou isento em um mundo real, “natural” ou “histórico” (grifo do autor), cheio de contradições, disputas, lutas, conflitos e antagonismos?

Abramo entende a objetividade orientada para a ação, para o “campo do conhecimento”. Isso significa que, os meios de comunicação não apenas podem como devem, na concepção do autor, “orientar seus leitores/espectadores, a sociedade, na formação da opinião, na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos” (2003, p.40). Essa é a função do artigo de fundo, da opinião, do comentário, do

editorial. É fundamental deixar claro para o público a diferença entre informação e opinião, o leitor deve perceber o que é exposição dos fatos, da realidade e o ajuizamento de valor e tomada de posição.

Alberto Dines (1986) critica um comportamento da imprensa brasileira, que tem suas marcas no autoritarismo de 1964, que é a entrada da imprensa para a era da “nota oficial”. A busca da informação, a consulta às fontes é substituída pelo texto pronto, entregue ao repórter com os dados que ele precisa saber, ou pode tomar conhecimento. No máximo, o jornalista elabora uma introdução (o lide), resumindo os principais dados da notícia. Segundo Dines, esta mentalidade de comunicação às avessas, libera informações que convém por um guichê e faz com que as fontes de informação se fechem:

O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro como alternativa passou a viver de eventos e levantamentos. A única abertura que nos permitimos foram as novas frentes de notícias, logo corrompidas pelo sistema de *releases* [que são textos, ou material jornalístico elaborado pelas próprias empresas ou órgãos públicos].(Ibid., p.91)

Com o tempo, as empresas privadas adotaram a mesma postura dos órgãos públicos e só se comunicavam através da nota oficial. É o fim do jornalismo investigativo e da descoberta de novas fontes. Esta marca, da voz oficial é verificada principalmente na *Folha de Londrina*. Este jornal do norte do Paraná costuma publicar na íntegra os discursos, manifestos, relação de nomes de pessoas acompanhantes de comitivas governamentais, presas, participantes de reuniões, etc.

Outras marcas do autoritarismo podem ser identificadas nas páginas dos jornais. Cláudio Abramo aponta três comportamentos adotados pela imprensa, frutos do ranço da censura ditatorial. Uma delas é a dependência das fontes:

Considerar que as coisas só aconteçam, só são fatos , quando são ditas por alguém, isso é um prolongamento do regime de censura. “Então uma coisa não tem validade quando ela acontece. (...) Ele sempre atribui a alguém. Se alguém diz que aconteceu, aí tudo bem, ele publica. (...) Ele tem medo de haver um engajamento que possa expô-lo, então fica dependendo das fontes (MARCONI, 1980, p.179).

Para Abramo, outro aspecto da censura é o valor excessivo que se dá às fontes oficiais, quando na verdade elas são uma fonte como outra qualquer. “Mas a fonte oficial ganhou nestes anos uma consistência e um peso desproporcional a sua validade” (MARCONI, 1980, p.179).

Nilson Lage (2003, p.63) classifica as fontes em oficiais, oficiosas e independentes. As fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado (juntas comerciais, cartórios de ofício); e empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações, etc. As fontes oficiosas, embora ligadas a uma entidade ou

indivíduo, não estão autorizadas a falar em nome dos mesmos e, as fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico.

Das três fontes, o autor considera que a oficial, a qual mais se recorre, falseia a realidade. “Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas de poder” (LAGE, 2003, p.63).

Abramo aponta outra prática do jornalismo bastante empregada durante a ditadura. “As declarações feitas em ‘off’ ganharam muito peso”. Grande parte de versões de fatos veiculadas pela imprensa tem como origem declarações que não tem identidade declarada. A publicação *off the record*, ou seja, sem menção da origem da informação, funciona como “anúncios” emitidos com objetivo de medir reações. Por esse recurso também são veiculados boatos com fins escusos. “Os jornais que eram muito carentes de informação – e a rigor ainda são –, e tinham muito medo, aceitaram o jogo para essas fontes só falarem em ‘off’, A informação ‘off-the-records’ é usada como se fosse notícia” (MARCONI, 1980, p.179-180).

Sobretudo após o AI-5, quando as relações entre o poder e a imprensa se agravam e o governo assume de vez que não reconhece o legítimo direito à informação, o *off the record* se generaliza. Afirma Bahia (1990, p.326):

Sem demora, esse tipo de informação se transforma em regra do noticiário, construindo um jornalismo de versões dirigidas pelo interesse exclusivo de quem as revela, sempre protegido pelo anonimato. Essa prática sobrecarrega o veículo obrigado a acolher o que lhe traz o informante não identificado, causando danos à sua reputação e enfraquecendo a sua credibilidade.

Essa prática se torna tão comum que passa a incomodar a censura, e não demora a entrar na lista de proibições, a publicação de notícias sem identificação das fontes. É o que registra Marconi (1980, p.226), ao citar a “Ordem nº 716”, encaminhada pelo Departamento de Polícia Federal para os meios de comunicação, com a informação “Confidencial” (grifo meu) e com vigência a partir de 10 de junho de 1969. Dizia a proibição: “Evitar o emprego de expressões tais como “fontes bem informadas” ou pessoas bem informadas”. Indicar sempre as fontes” (idem). Por outro lado, não poderiam ser utilizadas como fontes pessoas punidas pelos atos constitucionais 1, 2, 5. Aliás, pela quantidade e conteúdo das “Ordens”, ninguém poderia ser utilizado com o fonte, ser entrevistado ou citado. Não é por acaso que o artigo publicado na revista argentina Crisis, do qual Marconi extraiu as 17 proibições de 1969, intitulava-se “La Republica de lo Silencio”.

Além de bem receber a ditadura, Bernardo Kucinski aponta outro comportamento adotado pelos jornais, sem a qual a ditadura não teria muito sucesso: a disseminação e a prática da autocensura.

Na autocensura sistêmica, verificamos claramente o grau de adesão e de identificação dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão – e portanto seu grau de colaboracionismo. No período da ditadura militar, esse adesismo foi quase total e generalizado (KUCINSKI, 2002, p.542).

O autor explica que, ao adotar a postura de “colaboracionismo” a imprensa passa a ser complacente diante de assuntos como violação de direitos humanos, assim não precisava falar da tortura de presos políticos, mantém distanciamento dos processos políticos nas auditorias militares, para não retratar o preso político como vítima. Kucinski (idem) afirma que foi possível verificar que, com pequeno esforço “de coordenação entre proprietários de jornais teria sido possível não aceitar os bilhetinhos ou telefonemas gerados regionalmente”.

Mas é importante reforçar que esse colaboracionismo foi negociado por muitas empresas jornalísticas. Isso se verifica tanto no eixo Rio-São Paulo, quanto no Paraná. A modernização da imprensa, sua expansão e a aquisição de novos meios de comunicação ocorreram neste período ditatorial, aí se formaram as grandes redes de comunicação, outras se solidificaram. Empresas que engrossaram o coro do *Pra frente Brasil*, levaram vantagem em termos de verbas publicitárias, concessões, financiamentos, etc.

Osmani Ferreira da Costa (2011) relata que Paulo Pimentel, valendo-se da condição de governar o Paraná (1966-1971) e da insignificante influência de Braga junto aos generais-presidentes Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), conseguiu tornar-se proprietário do maior conglomerado de comunicação social da região sul do país, dispondo de três emissoras de TV, três jornais diários e uma estação de rádio; além de crescer politicamente, inclusive reforçando laços de proximidade com os dois referidos presidentes da “linha dura” do regime militar.

Costa (idem) afirma que a disputa pelo poder foi feita de sucessivos acordos e rompimentos. Ney Braga recupera seu prestígio político com a chegada ao poder do general Ernesto Geisel (1974-1979). Depois de uma nova aproximação entre Pimentel e Ney Braga, ambos voltam a ocupar campos opostos.

Em 1974, por eleição indireta, Ney Braga se elege governador e volta para o Palácio Iguaçu. No ano seguinte, Paulo Pimentel enfrentaria dificuldades econômicas e deixaria de comandar o setor de telecomunicações no Paraná. Acusado de ter colaborado com a candidatura de oposição, suas emissoras, retransmissoras da programação global, depois de

uma articulada trama dirigida diretamente pelo presidente Geisel, foram definitivamente perdidas. Segundo Costa (idem), o presidente Geisel, que nutria uma antipatia por Pimentel, atendera um pedido pessoal de Ney Braga que havia lhe solicitado que cassasse as três concessões televisivas de Pimentel, ou então retirasse a programação da Rede Globo.

A postura de total subserviência dos jornais paranaenses selecionados para esta pesquisa se evidenciou ao longo do período delimitado. Não houve, como no caso do *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, por exemplo, uma postura ambígua junto ao poder instituído, ora de aproximação, ora de afastamento.

Os jornais caminharam sempre muito próximos do regime militar, saudando, comemorando, assessorando detalhadamente cada feito, sempre num clima de excessiva exaltação. Nessa trajetória se faz ouvir a voz do dono da empresa jornalística. Os termos desse apoio são negociados pelas partes, empresa jornalística-governo militar. “Na maioria dos casos, os profissionais da redação – principalmente os que não exerciam cargos de chefia – não tinham acesso aos termos deste acordo de conveniência entre o poder e os empresários de comunicação” (ABREU, 2000, p.38).

Quando afirma que a autocensura precisa da colaboração individual, Kucinski (idem, p.543) quer registrar que, todo produto jornalístico, mesmo passando por muitas medições, mantém sua autoria individual. Esse é o ponto específico que se buscou nas páginas dos jornais paranaenses, a presença e a identificação das autorias individuais dos jornalistas.

Para os autores Fernandes e Santos (2010), quem “civilizou” (grifo meu) a imprensa paranaense e inaugurou um novo estilo no jornalismo foi Francisco Pereira Cunha que, ao adquirir o jornal *Gazeta do Povo*, promoveu mudanças editoriais, redacionais e gráficas. Principalmente na cobertura das notícias policiais, os autores consideram que a contribuição foi bastante significativa. Nestas páginas, os repórteres exageravam nas expressões chulas, desrespeitosas, ou com sugestões de violência.

Voltado mais ao aspecto da modernização, Messagi e Abdala (2013), revelam em sua pesquisa que, para alguns jornalistas paranaenses, os jornais *Diário do Paraná* e *O Estado do Paraná*, são referências. Estes profissionais também observavam o estilo diferenciado de fazer jornalismo dos “jornais de fora” (grifo meu), como fator provocador de mudanças. As sucursais ao se instalarem no Paraná imprimiam o modelo e o ritmo da produção jornalística dos locais de origem das empresas. Esse era o caso do *Diário do Paraná* e do jornal *Última Hora*, por exemplo.

Nacionalmente, o jornal de Samuel Wainer era opositor dos militares, foi contra a ditadura desde que esta começou a se desenhar no cenário nacional. Foi um dos primeiros jornais a ter suas redações invadidas, depredadas e fechadas. Ao narrar suas memórias, Samuel Wainer (1988) revela que para montar o jornal *Última Hora* que nasceu declaradamente para apoiar Getúlio Vargas, se desdobrou para reunir o mínimo de estrutura além de uma equipe de profissionais.

A primeira edição também envolveu planejamento quanto ao número de páginas, editorias, seções, diagramação, etc. Nesse momento, ele já era um jornalista reconhecido pela qualidade de seu trabalho. Costumava dizer que antes de fazer qualquer reportagem, estudava o assunto à exaustão. Chateaubriand o considerava brilhante, até o dia em que Wainer decidiu montar o seu próprio jornal.

No início dos anos 60 o jornal já estava em sete cidades brasileiras. “Em quase todos os Estados a *Última Hora* sempre manteve fortes vínculos com certos políticos (WAINER, 1988:231)”. No Paraná, um desses vínculos era com o governador Ney Braga. Heller e Duarte (2000) relatam o episódio em que o jornalista Antônio Brunetti acusou Ney Braga de financiar o jornal com dinheiro da campanha “Paraná em Flagelo”. O jornalista ao depor no IPM – Inquérito Policial Militar, apresentou uma cópia de um cheque no valor de Cr\$ 10 milhões, assinado pelo presidente que coordenava a comissão da “Paraná em Flagelo”, Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade Federal do Paraná, e, Segismundo Gradowski.

O incêndio foi um verdadeiro flagelo para Ney Braga. O deputado Leon Naves Barcelos viajava muito pelo interior na época dos incêndios e pode ver o que de fato acontecia. “Todos os jornais eram monitorados pelo Palácio Iguazu, espalhando a notícia de que o Paraná estava pegando fogo”, e o deputado era testemunha (HELLER E DUARTE, 2000, p.108).

Na Assembleia o deputado afirmou que os incêndios ocorreram, mas não em proporções que se criassem prejuízos irreparáveis. A campanha recebeu muitos donativos enviados por brasileiros e estrangeiros. Eram alimentos, roupas, remédios e dinheiro. Leon Naves Barcelos testemunhou a distribuição de donativos pelo PDC, em áreas não atingidas pelo fogo.

O fato foi comunicado ao governador durante uma reunião com a presença de políticos, empresários, sindicatos, religiosos, justamente quando Ney Braga falava sobre a necessidade de se constituir uma comissão com a função de distribuir os donativos, “para que não se dissesse depois que tais recursos foram distribuídos por um partido ou pelo

governo” (idem). Irritado com a informação de Leon Naves, o governador disse que tomaria providências, o que nunca ocorreu. O deputado teve seu mandato cassado em 1964, sem nunca saber o motivo.

Esse monitoramento dos jornais paranaenses, apontado por Heller e Duarte (2000), representava um controle sobre seu conteúdo, assegurado por meio da distribuição de verbas públicas. Esse mecanismo de “silenciamento” (grifo meu), e não exposição de conflitos, era bastante conhecido no meio jornalístico durante o governo de Ney Braga.

O jornalista João de Deus Freitas Netto ao falar da relação de dependência entre jornais e governo afirma: “Começou com o “19 de Dezembro”. Quando Ébano Pereira foi publicar uma notícia contra o governo, Zacarias de Góes tirou a publicidade do jornal dele”. Para o jornalista a prática sobreviveu ao longo dos anos. “E quem estimulou muito isso foi o Ney Braga. Ney Braga tinha pavor de oposição” (BARREIROS, 2004, p.77).

Jota Oliveira³⁶, jornalista da *Folha de Londrina* é categórico sobre as proibições da censura: “não se podia falar mal do Ney Braga”.

O jornal *Última Hora Paraná*, instalado em Curitiba, manteve seu estilo destemido e opinativo. Um exemplo é a cobertura jornalística dos fatos locais, como a *Marcha a Favor do Ensino Livre*.

A marcha “democrática” (grifo meu) que tomou conta do Brasil, no mês de março de 1964, protestando contra o governo João Goulart e suas propostas reformistas, em Curitiba, recebeu o nome de *Marcha a Favor do Ensino Livre*. Os manifestantes eram contra a adoção do livro único e a possibilidade de estatização das escolas e colégios, ou seja, contra *A encampação das escolas particulares e a adoção do “Livro Único”*, informa Codato (2004).

Cerca de 30 mil pessoas entre alunos, professores, pais, funcionários e simpatizantes à causa, no dia 24 de março de 1964, saíram às ruas em direção ao Palácio Iguaçu buscando apoio do governador Ney Braga, que discursou a favor do movimento e em defesa dos ideais democráticos cristãos. O governador afirmou que só não jogou os livros fora “para não sujar o solo do Paraná” (Opinião de UH, *Última Hora*, 27/3/1964).

A imprensa local, ao fazer a cobertura jornalística da encampação das escolas particulares, adotou a linha de apoio aos manifestantes, favorável ao evento, reforçando as ideias dominantes da época, com foco nos riscos que o comunismo representava para o país. Não havia nos textos informativos, nenhum dado que instigasse aos leitores pensar em

³⁶ Em entrevista concedida a autora em 12 de julho de 2012, em sua casa, em Londrina, Paraná.

outras motivações para a manifestação, a não ser a tentativa de implantar o comunismo no país.

Na contramão desses jornais, *Última Hora* se destaca por oferecer uma leitura diferenciada. Poucas semanas antes da marcha, é importante destacar, professores das escolas particulares tentavam negociar com os proprietários, o aumento salarial da categoria. A União Paranaense dos Estudantes e a União Paranaense dos Estudantes Secundários apoiaram os professores. A greve aconteceria no dia 12. No dia seguinte os jornais informavam que a proposta da Junta de Conciliação foi aceita pelos professores. Os estudantes articularam um movimento com o objetivo de forçar a redução das anuidades, baseados em uma portaria ministerial. Informa *O Estado do Paraná*:

(...) A portaria baixada pelo Ministro Júlio Sambaquy da Educação, regulamentando o decreto que deu poderes à Pasta para interferir na rede de ensino privado do País, contém várias restrições aos colégios, implicando, inclusive, na sua restituição de taxas pré-recolhidas (*Estudantes Querem Forçar Redução das Anuidades: Concentração na Avenida*, 14/3/1964, p. 7)

Esse assunto permanece nos jornais por cerca de dez dias. Os estudantes promoveram uma manifestação no dia 19 de maio, contra o aumento das anuidades e, nesta data, a redação do jornal *Última hora* foi invadida:

Curitiba foi transformada numa nova Belo Horizonte, na noite de ontem, quando três centenas de alunos de colégios particulares, com a cobertura de agentes da DOPS e sob liderança de Irmãos Maristas e agitadores profissionais quebraram o equipamento de alto-falantes que seria utilizado na campanha contra o aumento das anuidades e as instalações da redação de UH (Desordens Nas Ruas: UH Foi Depredada, p.2, 20/4/1964).

A reportagem afirma que líderes estudantis foram agredidos, assim como repórteres do jornal que tentaram impedir a invasão da sede do *Última hora*. Jornalistas, “inutilmente” tentaram pedir proteção policial, agentes da DOPS, identificados, estimulavam os baderneiros a prosseguirem com as violências. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais divulgou nota oficial repudiando o ato. Alguns jornais do Estado lamentaram as agressões.

Figura 31. Notícia do ataque à redação de Última Hora Curitiba. Folha de Londrina, 20/3/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



É o caso da *Folha de Londrina*. Na reportagem o jornal relata o protesto dos jovens, o ataque à redação da *Última Hora*, sucursal Curitiba, a ação de adultos no comando da baderna, a destruição provocada com a quebra do palanque, faixas queimadas e danos causados aos automóveis estacionados nas imediações. Diz o texto que os estudantes apedrejaram e feriram repórteres da *Gazeta do Povo*, do jornal *O Estado do Paraná* e policiais militares. O protesto foi contido com a chegada da tropa de choque. “Extraoficialmente circulou a informação de que um professor seria o cabeça do protesto”, finaliza a reportagem.

Nos dias seguintes *Última Hora* aborda em seus editoriais (*A Mentira, Indústria do Ensino, Trama Política, Missão de Ney*), o que considerou omissão da polícia, mentiras do secretário de segurança que simulou desconhecer o que estava acontecendo, manipulação dos donos de escola que movimentam a “indústria do ensino” e querem fazer crer que o ensino particular está ameaçado, a manifestação política dos udenistas que tomaram conta da passeata e transformaram-na em agitação “anti-reformas, antipovo, anti-Brasil”.

As críticas se estenderam ao governador Ney Braga:

O governador do Estado aceitou a incumbência de ser o porta-voz dos donos de colégios junto às autoridades federais. Vai entregar ao ministro Sambaqui um “memorial de professores, alunos e pais de alunos” pedindo a suspensão dos decretos 53.551 e 53.583 (tabelamento de anuidades e livro didático). (...) Porque ao governador cabe promover o ensino para todos – e a falta de vagas nas escolas públicas e os altos preços dos colégios particulares limitam o estudo aos privilegiados. (...) Atendendo aos comerciantes do ensino, o governador Ney Braga

estará desatendendo aos seus compromissos de governador, de pai e de cristão (Opinião de UH, *Missão de Ney*, p.2, 20/4/1964)

A farsa da “encampação” e da “comunização” do ensino começou a ser desmascarada em documento firmado entre a União Paranaense dos Estudantes Secundários, Comando Geral dos Trabalhadores, Frente de Mobilização Popular e Sindicato dos Professores do Paraná. Segundo essas entidades, o decreto de tabelamento das anuidades exigia que as tarifas escolares fossem fixadas de acordo com o salário mínimo regional, por uma comissão de professores, proprietários de colégios, pais de alunos, dirigentes sindicais e estudantes. O aumento das anuidades tinha por fim atender o aumento do salário dos professores. O governo queria coibir o exagero nos reajustes, o que não tem nada a ver com encampação. Os colégios que não aceitassem atender o decreto estariam sujeitos à desapropriação.

No editorial *Trama Política*, entretítulo, *ladrões do ensino*, o jornal traduz em números os lucros das escolas particulares, e mostra porque “os donos de estabelecimentos particulares de ensino enriquecem cada vez mais” (*Última Hora*, 26/3/1964). Quando compara o custo da hora aula para os donos de colégios e para os pais, o lucro é de 450% para os primeiros. Questionava também os elevados índices de aumento das anuidades das escolas particulares de Curitiba.

O texto aborda outro ponto explorado na marcha, que é a adoção do livro único. A venda de livros aos alunos era considerada outra valiosa fonte de renda das escolas. “O que é ilegal, pois representa uma concorrência ilícita com as livrarias regularmente estabelecidas. Essa é uma das razões dos protestos contra os livros editados pelo Ministério da Educação e Cultura”. O jornal concluiu que foram essas as motivações que levaram a montar a “histeria do comunismo”. Ou seja, o desvio do foco dos fatos cuja discussão não interessava aos donos de escolas.

O Estado do Paraná acompanha tanto a manifestação dos estudantes que querem a redução das anuidades, quanto à “Passeata Pró-Ensino Livre”. Na edição de 25 de março reproduz na manchete a fala do governador: *Ney Braga aos Manifestantes: Minoria quer Desgraçar o Brasil Entregando-o ao Comunismo*. A cobertura adota o viés do “anti-comunismo”. Cabe lembrar os laços do jornal, de propriedade de Paulo Pimentel, com o governador Ney Braga. Pimentel foi secretário de Agricultura de Ney Braga que, por sua vez, tinha entre os generosos financiadores de sua campanha o sogro de Paulo Pimentel.

O jogo das elites que atravessam os séculos se perpetuando, se protegendo, defendendo seus interesses se reflete na imprensa paranaense. As elites, afirma Ricardo

Oliveira (2000) “parecem não existir, existem no silêncio”. Criam laços, vínculos que garantam sua permanência no poder, se reinventam de acordo com as novas circunstâncias que se apresentam, se fazem representar em todas as instâncias do Estado e, se articulando em silêncio, levam adiante um projeto de poder e hegemonia. Assim, é a imprensa desta elite. Revestida de comedimento, se esconde atrás da suposta neutralidade e imparcialidade. Age como um partido político junto à população e, a serviço dos interesses dominantes, desinforma, manipula, oculta, cria uma nova realidade.

4.1.1 *Diário dos Campos*

João Casillo passou pela redação do *Diário dos Campos* em 1960, tinha então, cerca de 15 anos. Apresentou-se como presidente do Movimento Estudantil e solicitou um espaço para publicar notícias do movimento. Tornou-se colunista do jornal por alguns meses e saiu para continuar seus estudos em Curitiba. Em 1963, universitário do curso de direito, intensamente engajado no movimento estudantil, volta para o jornal.

Essas características de Casillo, entrar para a redação bastante jovem, depois cursar direito, parece acompanhar muitos dos jornalistas que ocuparam as redações da imprensa paranaense, particularmente neste período.

Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007, p.132), conta que o jovem repórter, em 31 de março de 1964, enquanto fazia rádio-escuta através das rádios Nacional e Globo, tomou conhecimento do golpe militar. Correu para o prédio da Rádio São Luiz atrás de notícias. Um jipe do Exército passou pelo local e prendeu o repórter. Acusação: “tentar tomar a rádio”. Essa foi a primeira de uma série de prisões que sofreu, decorrente de seu histórico de líder estudantil.

Bucholdz (idem, p.135) narra que, em uma dessas prisões de Castillo, o diretor do jornal, Henrique Dyniewicz ao saber do fato, dirigiu-se ao quartel para falar com o delegado: “Delegado, deixa que eu atendo esse rapaz na sua tendência esquerdista. Pelo menos o jornal não vai ter nenhum problema com ele”.

Centenas de quilômetros dali, um diálogo semelhante ocorreria entre o empresário Roberto Marinho³⁷ e o general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castelo Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”. Teria dito o dono de *O Globo*, que abrigava na redação do jornal, jornalistas de esquerda. Quando necessário acompanhava-os em depoimentos para evitar que desaparecessem.

³⁷ Fonte: Espaço Projeto Memória _ <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9328244>

Sobre o relacionamento entre autoridades locais e a imprensa, Buchholdz afirma (idem, p.135): “O trânsito dos diretores do Diário dos Campos com as autoridades era tranquilo, apesar de no cenário nacional a relação imprensa/regime militar ser bastante tensa”. A cobertura das notícias policiais inevitavelmente gerava uma proximidade entre repórteres e autoridades, essa relação era muitas vezes amistosa, se não com os jornalistas, o era com os donos de jornais.

O *Diário* nunca teve um censor dentro da redação. “A própria diretoria do jornal se incumbia de orientar os repórteres sobre o que poderia ou não sair, adotando uma linha editorial pouco crítica e distante de polêmicas” (BULCHOLDZ, 2007,p. 135). Além da autocensura instituída pela direção, outras medidas fizeram com que o jornal passasse incólume pela ditadura: manutenção de tom pacífico, não levar noticiário político para a primeira página, não valorizar notícias policiais consideradas “sensacionalismo com o único objetivo de vender jornal e que o *Diário dos Campos* não precisava disso” (idem, p. 144).

Não precisava, mais às vezes sucumbia à fórmula sensacionalista: violência/sangue/morte. A ausência de noticiário político, uma cobertura econômica tímida, e quase nada de assuntos culturais, deixa muito pouco para o jornalismo. Os eventos, inaugurações e obras, assim como todos os passos do governo federal, continuam sendo noticiados, mas o grande atrativo está na movimentada página policial.

Figura32. O jornal publica foto da vítima morta na cena do crime. Diário Dos Campos, 8/10/1969. Reprodução fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



Não era hábito *Diário dos Campos* mas, no espaço de uma semana publicou no interior do caderno, fotos de duas mulheres mortas, vítimas de crimes.

Figura33. Envolvto em mistério caso de mulher encontrada morta. *Diário dos Campos*, 14/10/1969, p.8. Reprodução fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



Somado a isso, existia a famosa lista dos preteridos, mas amigos e parentes ocupavam amplos espaços no jornal. Alberto Dines denomina essa prática de “controle da imprensa” (grifo meu). “Todos os jornais em que trabalhei tinham sua lista negra, composta de nomes e pessoas que não podiam ser criticadas ou elogiadas” (MARCONI, 1980, p. 181). O jornalista disse ter vivido essa realidade nos *Diários Associados*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*.

O *Diário dos Campos* tem a preocupação em ficar longe de polêmicas, conduta idêntica à adotada pelo jornal curitibano *Gazeta do Povo*. Embora a diretoria considerasse que o noticiário praticado pelo jornal era sério e comprometido com a verdade, o resultado são páginas ocupadas com temas superficiais e pouco informativos.

Em 8 de junho de 1969 o jornal anuncia a chegada da modernidade, com a aquisição do primeiro teletipo de Ponta Grossa. Pelas páginas do jornal a vida corre mais tranquila. Às vezes, é incomodada pelos problemas que afligem as cidades que estão em expansão, enchentes, falta de estacionamento, alguma dose de violência das notícias policiais. Mas a ditadura, enquanto regime opressor que restringe direitos e liberdades, passa longe, se não da vida da população, pelo menos das informações do jornal.

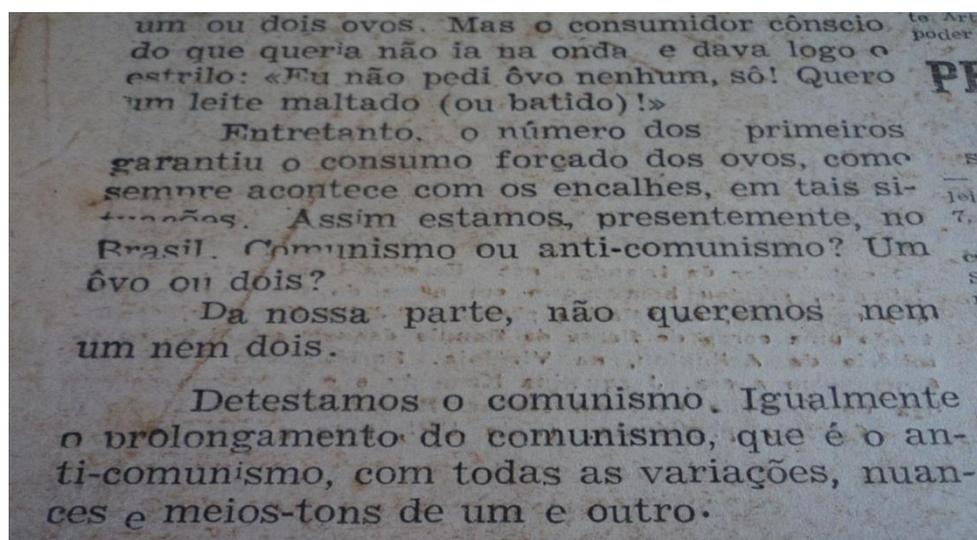
Figura34. Preocupações de “cidade grande”, falta de estacionamento nas áreas centrais. Diário dos Campos. Reprodução fotográfica. Fonte: Casa da Memória, Ponta Grossa.



4.1.2 Folha de Londrina

A tensão aumenta nas páginas da *Folha de Londrina* nos dias que antecedem o golpe militar de 1º de abril. A instabilidade política toma conta do país, e a falta de informações sobre esse momento gera a produção de notícias pouco esclarecedoras e a consequente dependência das agências de notícias. O editorial *Falsa Opção* demonstra certa insegurança diante dos novos acontecimentos no país.

Figura35. Comunismo ou anti-comunismo? Um ôvo ou dois?, diz o texto do editorial bastante confuso com os últimos acontecimentos nacionais. Folha de Londrina, 31/3/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.

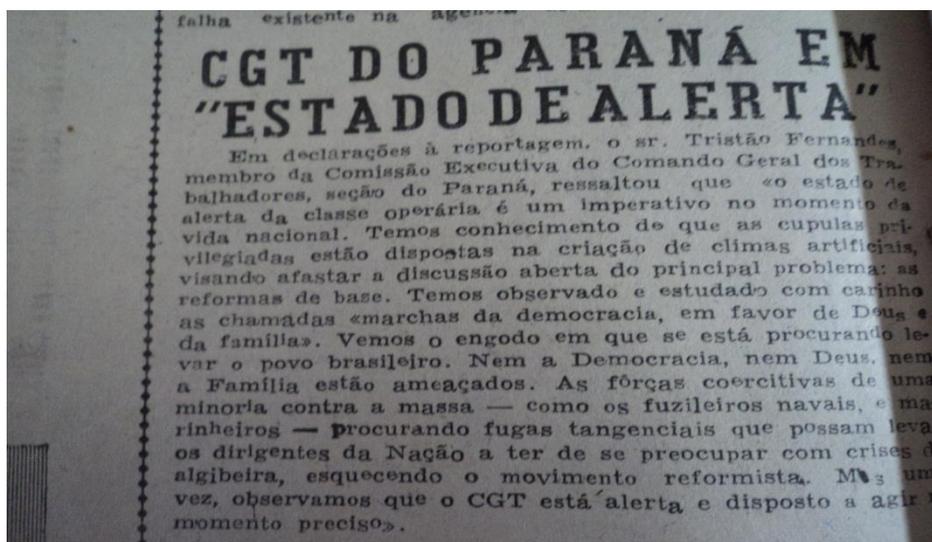


O editorial faz uma analogia entre essa nova realidade, com os militares no poder, e, um comerciante que tendo comprado uma quantidade grande de ovos, força a venda a seus clientes, independente da vontade destes. Passa a oferecer no leite maltado batido, a opção de se escolher entre um ou dois ovos. O editorialista se coloca na condição de alguém que se vê obrigado a aceitar, por imposição, uma nova ordem que se apresenta: “*Comunismo ou anti-comunismo? Um ovo ou dois?*”. Como explicar ao leitor algo que ele ainda não se entendeu?

O jornal noticia lado a lado os conflitos existentes na sociedade londrinense. A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em Londrina, ocupa as páginas do jornal para fazer uma convocação à população. A narrativa do evento vai se construindo a cada edição assim como a adesão da sociedade. O prefeito decretou ponto facultativo para que funcionários públicos pudessem acompanhar a Marcha. Inicialmente, como as demais marchas desencadeadas no país, o objetivo era protestar contra a ameaça das forças antidemocráticas que rondavam a sociedade. Diante dos adiamentos do evento, virou a marcha da comemoração.

Aparentando um comportamento supostamente democrático, o jornal abre espaço para as elites que nesse momento histórico conduzem a sociedade numa marcha pela libertação do comunismo, ao mesmo tempo em que publica a coluna Folha Sindical, voltada aos interesses dos trabalhadores. É neste espaço que o alerta do golpe é comunicado.

Figura36. A CGT denuncia o que chama de engodo: “nem a Democracia, nem Deus, nem o Povo estão ameaçados”. Folha de Londrina, 20/3/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



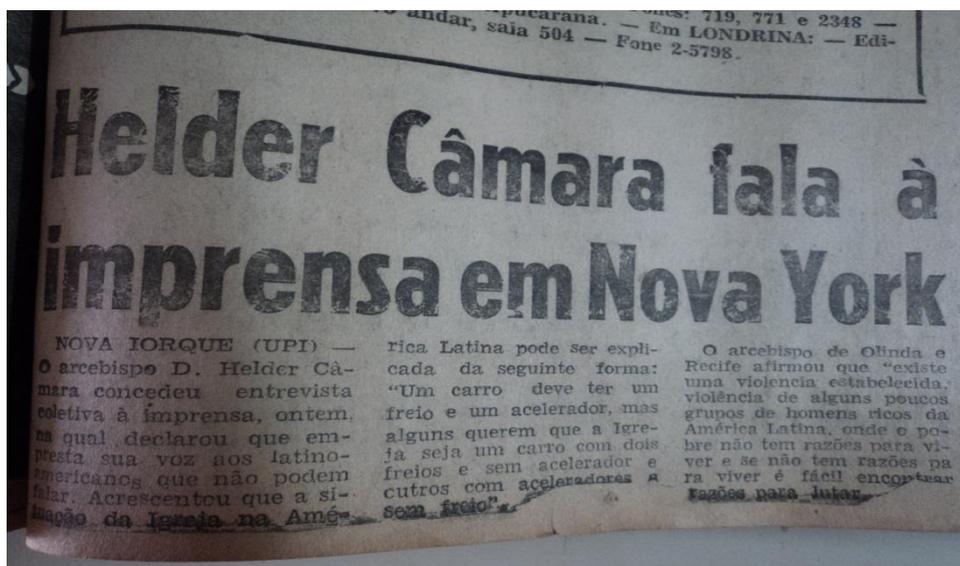
Observa-se, tanto na *Folha de Londrina* quanto no *O Estado do Paraná*, em menor número na *Gazeta do Povo* e *Diário dos Campos*, a prática de reproduzir textos com conteúdo de crítica aos militares. Marcelo Ridenti (2002) explica que essa prática guarda semelhança com o subterfúgio do ventríloquo, alguém fala algo por intermédio de outro:

Em uma sociedade na qual os direitos de cidadania não se generalizam para o conjunto da população, em que as classes não se reconhecem como tal – não identificam claramente o seu outro, encontrando dificuldades para fazer-se ouvir, ou mesmo articular a própria voz –, despontam setores “ventríloquos” nas classes médias, dentre os quais alguns intelectuais, notadamente os artistas, pois eles têm canais diretos para se expressar, na televisão, no rádio, no cinema, no teatro, nos livros, nas artes plásticas, nos jornais, etc.(2002, p.379)

Os jornais abrem espaço para reivindicações de artistas, protestos contra o regime e outras manifestações feitas por terceiros. Não há demonstrações de apoio por parte do jornal aos “contestadores” (grifo meu), apenas a reprodução das falas. Essa prática também se configura num outro espaço: nas notícias das agências nacionais ou internacionais. Durante as investigações ficou evidente que, também as agências adotam, em alguns momentos, um comportamento ambíguo. Preservam no interior das notícias, críticas diretas ao golpe e ao regime militar que se instala no país. Quando os censores se dão conta desta prática, proíbem a publicação de material de algumas dessas agências por considerarem os temas ameaçadores.

Em 1970, por exemplo, a Polícia Federal proíbe a “divulgação pela imprensa do discurso de Fidel Castro, distribuído pela agência UPI, na qual é noticiada a prisão de 30 mil pessoas, a fim de permitir realização de eleições, conclamando o povo para o voto nulo” (MARCONI, 1980, p.229). Em 1971, proíbe a divulgação de notícias transmitidas pela *UPI* e *France Press*, “sobre torturas no Brasil, com a recomendação da Comissão Internacional de Juristas para a intervenção das Nações Unidas em nosso país” (idem, p.232).

Figura 37. Em 1970, Dom Helder se torna assunto proibido. *Folha de Londrina*, 26/1/1969. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Na edição do dia 2 de abril, a manchete da *Folha de Londrina* traz como matéria principal: *Fôrças britânicas começam a deixar a Ilha de Chipre*, pouca coisa na capa do jornal, lembra a movimentação do golpe. Permanece a tradição de priorizar na primeira página as manchetes internacionais.

A *Folha de Londrina* reúne algumas particularidades no modo de fazer jornalismo e na cobertura dos assuntos diários. Suas dificuldades no “cumprimento do dever” (grifo meu), na busca da notícia, são expostas a seus leitores, dificuldades estas geradas pela censura que se instala com a ditadura, pela autocensura imposta às redações, e pelo mutismo das autoridades, que se negam a dar informações ou receber a reportagem.

Figura38. Folha de Londrina, 1º de abril, jornal reclama de ex-vereador e jornalista que dificulta trabalho dos repórteres. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Figura39. Na foto direita superior, o delegado, abaixo diretores de rádio que foram convidados pelo delegado para uma reunião, onde foi pedido apoio para as emissoras no sentido de evitarem divulgação de notícias alarmantes, e que “louvassem especialmente as informações da Cadeia Radiofônica Democrática” Edição 1º/4/1964. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Outra característica do jornal é a publicação cartas de pessoas ou autoridades que questionam a abordagem e o viés do jornal na cobertura de determinados acontecimentos. Invariavelmente essas pessoas estão diretamente envolvidas no assunto noticiado. O jornal costuma publicar as manifestações na íntegra, mas se reserva o direito de contra argumentar.

Figura 40. Ao lado da notícia, “Caso dos curadores: Polícia em silêncio”, o jornal publica uma carta de um dos supostos envolvidos no caso. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.



Na edição do dia 17 de abril de 1969, a notícia fala “do total sigilo” que envolve as investigações da agressão sexual da qual foram vítimas três moças. O nome de dois dos suspeitos da agressão foi citado em outra reportagem sobre o assunto e, alegando inocência, encaminha ao jornal uma carta com suas explicações. O jornal publica na íntegra.

Em 1969 a Folha passa a ser imprensa em *off-set*, e comemora por ser o primeiro jornal do estado fazer a “renovação”. Em 1970 inaugura novos espaços no jornal, aposta em reportagens de teor social mostrando as questões dos trabalhadores chamados “bóias-frias”. Sobre este tema faz uma série mostrando o lado do trabalhador, do atravessador, o gato, o fazendeiro e também o sindicato. O trabalhador é apresentado como um problema de difícil solução. Ao deixar a terra onde trabalha causa transtornos ao ex-patrão e à cidade onde vai engrossar a massa que habita nas periferias.

4.1.3 O Estado do Paraná

“Nem oposição, tampouco resistência”, é assim que Alves (2012, p. 110) define a atuação dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, durante o regime militar, sobretudo em 1968. Em sua pesquisa, a autora investiga as atividades fotográficas dos dois

jornais curitibanos no ano de 1968, relacionadas à temática ditadura. No mapeamento de dados fotográficos, Alves (2012, p.140) verifica “a ausência de notícias fotográficas que pudessem mostrar a conjuntura da política nacional”, isso significa que os dois jornais não retrataram em suas páginas, evidente, a situação que se instalou no país com o golpe militar.

Com intuito de traçar um panorama da atividade nos dois jornais estudados, *Gazeta e O Estado*, o levantamento observou que os periódicos deram mais importância às imagens de cunho internacional do que as nacionais, fortalecendo a ideia de que notícias sobre os acontecimentos na esfera brasileira poderiam ser entendidos como de apoio à “contravenção” e, logo, contrariariam as imposições do sistema político em vigor (idem).

Em sua edição comemorativa de 40 anos (17 de julho de 1991) *O Estado do Paraná* afirma que foi o primeiro o jornal paranaense a contar com um censor dentro da redação. Oliveira Filha (2007, p.53) fala das razões políticas que levaram a isso:

Pimentel foi contra a indicação do deputado Haroldo Leon Peres para o governo do Paraná, feita pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Quando assumiu, em março de 1971, Leon Peres foi ao presidente da República e argumentou que não poderia administrar o Estado com a oposição dos veículos de comunicação do ex-governador.

O resultado teria sido a assinatura do Decreto-lei número 1.077, instituindo a censura prévia a livros, revistas e jornais. A informação consta da edição comemorativa dos 40 anos do jornal. Segundo Oliveira Filha (2007), o censor que esteve na redação do jornal, era um agente da Polícia Federal. O diretor Mussa José de Assis contou que a reação inicial foi deixar os espaços em branco. Uma determinação federal proibiu esses espaços vazios, então o jornal tentou outras formas de driblar a censura, mas para não prejudicar o periódico acabou realizando um “acordo de cavalheiros” com os agentes do governo (idem, p.53).

O jornalista Luiz Manfredini conta que quando começou a trabalhar no jornal *O Estado do Paraná*, “Paulo Pimentel que era o proprietário, estava em guerra com o então governador, na verdade um interventor chamado Leon Peres”. Segundo o jornalista, neste período, pelo menos em relação ao governo do Estado, havia maior liberdade, não tinha nenhuma das restrições comerciais ou de conveniência política que normalmente interfere no conteúdo, sobretudo, no Paraná.

Leon Peres é o “homem da “Revolução” e uma noite foi dormir deputado e acordou governador”, afirmam Heller e Duarte (2000). Logo que assume o governo do Estado preocupa-se em “desmoralizar” Paulo Pimentel, seu antecessor. Para a imprensa afirma que

o Estado estava “financeiramente comprometido” e desorganizado, mas não apresenta nada que comprove a gravidade da situação.

O diretor do jornal era Mussa José de Assis³⁸, ele relata que um dia, um fotógrafo do Palácio do governo contou que o governador não gostava de ser fotografado de perfil porque tinha o nariz muito grande, queria sempre ser fotografado de frente. Segundo o jornalista, a partir daquela data, passou a publicar fotos diárias do governador sempre de perfil.

O Estado do Paraná, incentivado por seu proprietário, ex-ministro da agricultura e ex governador, Paulo Pimentel é instigado a acompanhar os passos de Leon Peres e não poupar críticas às suas ações. Embora isso possa representar um período de “liberdade”, e ausência de restrições, elas são específicas, pois tem validade somente no caso Leon Peres. Paulo Pimentel vai adquirir sua primeira concessão de TV em 1967, quando estava no governo do Estado. A primeira concessão foi a TV Iguazu, canal 4 de Curitiba, outorgada pelo presidente Castelo Branco. A segunda concessão foi a da TV Tibagi de Apucarana, canal 11, inaugurada em 1969, outorgada pelo presidente Costa e Silva.

Não demorou muito tempo e as tevês de Pimentel obtiveram o mais expressivo índice de aceitação junto aos telespectadores paranaenses. Com a expansão da rede nacional de Roberto Marinho estimulada pelo governo militar, o Grupo Pimentel firmou acordo, em 1972, para afiliar suas duas emissoras à Globo (COSTA, 2008).

“Os meios de comunicação estruturam sua cobertura no sentido de legitimar os núcleos de poder”, afirma Marialva Barbosa. Inserido nessa perspectiva, significa que o jornal *O Estado do Paraná*, e todo o Grupo Paulo Pimentel, aceitam o compromisso de só publicar e disseminar aquilo que o governo deseja, ou, de pelo menos, não publicar aquilo que o governo não quer que seja divulgado.

O noticiário rege-se pela atuação das instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos não hegemônicos. Tais grupos, mais próximos da vivência dos leitores, ficam excluídos, passando a figurar como notícia apenas quando surgem problemas de grandes repercussões (greves, acidentes, catástrofes, etc.). Predominando uma cobertura dessa natureza, o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista (BARBOSA).

O Estado do Paraná dirige algumas críticas às trapalhadas da censura que, sem critérios definidos e claros entra em contradição com suas ordens, conforme a região do país onde vão impor as restrições. Um mesmo filme pode receber proibição para menores de 18 anos no Rio de Janeiro e, em outro Estado, ser proibido para menores de 21 anos. Mas essas críticas não chegam a incomodar o poder, nem colocá-lo em risco.

³⁸Videodocumentário Amargo Silêncio, postado em três partes, em 22 de novembro de 2008, por Fabiana Lima. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TFT2FA9rXig>

Alves (2012) observa que a prática de se noticiar assuntos “proibidos” (grifo meu), com o uso dos “ventríloquos”, ou seja, deixar que o outro fale aquilo que eu silencio, implicaria em evidenciar não a opinião do veículo e sim do entrevistado.

Figura 41. Revista Veja, 1/12/71. Reprodução fotográfica. Fonte: http://veja.abril.com.br/Arquivo_Veja_Digital.



A edição da revista *Veja* de 1º de dezembro de 1971 foi apreendida porque trazia na capa “A queda do governador Haroldo Leon Peres e seus ensinamentos”. Segundo Heller e Duarte (2000), o SNI, utilizando um sistema de gravação comprovou que Haroldo Leon Peres recebeu meio milhão de dólares para liberar o pagamento de CR\$ 60 milhões devidos pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. E esse teria sido o motivo da sua “renúncia” (grifo meu).

4.1.4 *Folha do Oeste*

O semanário *Folha do Oeste* reproduz o alívio do desenrolar de 1º de abril em seu editorial do dia 05/04/1964 – *Justo Agradecimento* – “Dias de ansiedade e expectativa passou o povo brasileiro, quando da deflagração de um movimento em que, de um lado se situavam as forças da democracia, da esperança, da liberdade, e de outro, a dos agentes de Moscou”.

O apoio ao regime se converteu em generosos espaços abertos à publicação de todas as expressões de satisfação de políticos, autoridades, empresários, religiosos, enfim, os diversos segmentos da população. O clima é de festa no município, revela a manchete: “*Guarapuava vibrou com a chegada de seus soldados. Linha fina: Apoteose Popular e Festa Pirotécnica _Toda a Cidade se fez Presente a Rua 15 de Novembro para Receber o 1º E.I.C. _Espetáculo Inédito Em Nossa Terra _ Abraços e Lágrimas*” (Folha do Oeste, 05/04/1964).

No dia 19 de abril de 1964, a edição do semanário traz a manchete_ “Na Presidência da República, o Marechal Humberto Castelo Branco”. O marechal é apresentado como: “Soldado, inteligente, culto, resoluto, sereno e democrático, possui títulos que o credenciam”. Logo abaixo outro título: “Paraná tem Ministro”, Flávio Suplicy, professor e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná assume o ministério da Educação e Cultura. Ainda na capa: “Presidente grande amigo do Paraná”, o texto breve procura ressaltar que “o Presidente tem inúmeros amigos no Paraná”. O jornal procura evidenciar a posição privilegiada do estado neste momento em um de seus ilustres filhos ocupa um cargo no poder que se instaura.

Há um momento que exige atenção diferenciada. O que parecia ser uma defesa sem reservas da “Democracia” e das “Liberdades”, começa a emitir alguns acordes diferentes. As palavras de ordem se repetem, mas dentro de novos significados. Na coluna Noticiário Nacional, é publicado o artigo *Dois anos depois*: “Houve uma revolução no Brasil há dois anos, a revolução de 31 de março de 1964. E passados os 25 meses o que se vê? Mudou a situação do país? Vivem dias melhores os brasileiros? *Há paz e tranqüilidade na nação?*”

Na mesma edição, a coluna *_A Verdade e o Rui_*, do jornalista e professor Lorival Santos Lima, lança questionamentos acerca de uma imprensa atrelada ora ao governo, ora a líderes oposicionista, sendo que ambas não aceitam críticas, só elogios:

Quando Rui escrevera êsse libelo _ que é a “Imprensa e o dever da verdade” _ por certo os tempos eram outros. Mas, hoje, os homens e os fatos são, mais ou menos, os mesmos...[...] Esquece-se porém que estamos em relação à imprensa _ salvo exceções honrosas que confirmam à regra geral _em quasi (*sic*) ditadura. Os jornais governistas ou subvencionados pelo governo não permitem críticas aos atos dos que estão no poder. Os jornais oposicionistas, por sua vez, não divulgam críticas dos líderes de oposição. Só admitem, uns e outros, o elogio. É a ditadura do elogio. (Folha do Oeste, edição de 20 a 26 de maio de 1966, p. 8)

O jornalista, que escreveu tantas homenagens aos “homens de verdade”, às mulheres, aos militares, parece ter chegado à exaustão:

Os poderes políticos e econômicos procuram monopolizar a imprensa, escrita ou falada; e tudo o que disser respeito à Cultura, ou à Pátria, à Liberdade e à Verdade _de que nos fala Rui _ onde publicá-los? Que diferenças, neste setor, entre a

ditadura comunista ou não comunista? Os próprios jornalistas, como nós, sabemos, que em boa verdade, a grande maioria dos órgãos de publicidade estão assim limitados pela ditadura do poder. E ninguém deve ser acusado por esse estado de coisa, em que vivemos. (Folha do Oeste, edição de 20 a 26 de maio de 1966, p. 8)

O texto de Lorival Lima afirma que causas profundas criaram o clima social e político que nos envolve, cita *Leviatã*, de Thomas Hobbes, e fala de um Estado “opressor de todos os homens, que passam a servi-lo, ao invés de por êle serem servidos”. E finaliza o artigo:

Que Deus nos de fôrças para evitar essa hipertrofia do poder, que ainda não chegou ao apogeu. Pois ainda é tempo! Comecem por salvar a liberdade de Imprensa, para que se possa dizer a verdade, acima dos intêresses particulares e grupalistas, seja ela qual fôr _ que seja benvinda! (Folha do Oeste, edição de 20 a 26 de maio de 1966, p. 8)

O jornalista, em seu texto, fala de ditadura do poder, opressão, comunista, governista, oposicionista, sem jamais mencionar os militares, mas está certo de que é preciso lutar pela liberdade de imprensa, pois a verdade precisa ser dita. Como diz Sodré, é um “brado”, ainda que tardio e solitário.

4.1.5. *Gazeta do Povo*

Em 29 de março de 1962 os editorialistas da *Gazeta do Povo* escreviam sobre os 269 anos da capital: “Os 269 anos não são de regozijo, pois Curitiba não tem saneamento, nem esgotos, nem ruas e calçadas, nem serviço de comunicação pública, nem implementos.” (FERNANDES; SANTOS, 2010, p.87).

O jornal, “desde a sua primeira década, se autointitula mediadora entre o Estado e a sociedade”, no final dos anos de 1940 já era o mais lido da cidade (SANTOS, 2011, p.21). Na década de 1950 o periódico se destaca “como a grande vitrine comercial”, sendo bastante procurado por anunciantes. Em 1962, ao passar para as mãos dos atuais proprietários o jornal *Gazeta do Povo*, dá início a uma nova história. Depois de solucionadas as dívidas, investe em mudanças editoriais e gráficas.

As notícias nacionais surgem na primeira página como manchetes secundárias, e ainda assim, numa proporção desleal quando comparadas com o número de notícias internacionais. São destaques as informações esportivas, principalmente sobre futebol, e fotos de autoridades estaduais ou nacionais.

Enquanto as manchetes principais são na sua maioria de assuntos internacionais, das agências *UPI (United Press International)*, *Transpress*, *Ansa*, *UPI-Ansa*, as secundárias trazem notícias produzidas pela *AJB _Agência Jornal do Brasil*. Segundo o jornalista

Alberto Dines (1986, p.113), a agência Jornal do Brasil significou na verdade “uma tímida experiência cooperativa” que se aproximava “do sonho do *jornal de jornalistas*”.

A agência mais antiga do país é a AJB, fundada em 6 de maio de 1966. Foi a mais importante agência brasileira até meados da década de 1970, quando transmitia material em parceria com a France Presse. A partir deste período, com a decadência dos negócios do grupo Jornal do Brasil, a AJB passou a perder espaço. (Marques, 2005, p.21)

As matérias nacionais são, portanto, produções de agência de notícia com pouca ou nenhuma participação do jornal em desdobramentos da informação, com contextualização local, por exemplo. Em manchetes secundárias de primeira página é possível observar a apresentação de textos dos colunistas e articulistas do *Jornal do Brasil*. Não raro aparece na sequência das chamadas de capa [textos breves que apresentam o conteúdo da informação que continua no interior do jornal] a indicação: “maiores detalhes – Coluna do Castello e Coisas Política Nacional – Página 3, Noticiário – Página 5”.

As notícias nacionais publicada na *Gazeta do Povo* são assinadas pela AJB - Agência Jornal do Brasil. O primeiro caderno da *Gazeta do Povo*, editoria de política, apresenta quase na íntegra o material proveniente da AJB, além de reproduzir a Coluna do Castello e Coisas da Política Nacional. Quando outros colaboradores e articulistas passam a integrar a equipe do *Jornal do Brasil*, também despontam nas páginas da *Gazeta*.

Dines (1986, p.113) informa que a Agência JB, Serviços de Imprensa Ltda, funcionava como agência de notícias para jornais do interior e do exterior: “51% das ações pertenciam aos proprietários do Grupo JB e o restante aos principais executivos da redação. [...] a AJB foi um sucesso jornalístico e transformou-se na grande e única agência brasileira e num êxito comercial”.

A leitura das manchetes principais e a enumeração das mesmas com os respectivos assuntos evidencia a acomodação do jornal diante da produção das agências de notícias.

As manchetes principais do jornal paranaense *Gazeta do Povo*, adotam o tom de neutralidade do veículo, uma de suas características marcantes, que se reproduz nos títulos das notícias. O título deve resumir a notícia, destacar a sua importância e despertar o interesse imediato do leitor para a busca de mais informações. Sintetiza Bahia (1990, p.47): “[...] o título anuncia o fato, resume a notícia e embeleza a página [...]”.

Amaral apresenta a seguinte definição:

O título é a designação que se põe acima da matéria, chamando a atenção do leitor para a mesma, de forma objetiva, clara, apelativa, resumida, capaz de prender qualquer um que lhe ponha os olhos e de levá-lo ao texto. A sua idéia é a idéia central, a mais jornalística possível do assunto que êle assinala. (AMARAL, 1987, p.86)

Bahia (1990) explica que, enquanto a pequena notícia é que dá corpo ao noticiário comum dos veículos, a grande notícia é sempre a base da manchete, da novidade, do destaque, da reportagem. E são as notícias que reúnem essas características que acabam selecionadas para primeira página. “A proximidade que faz a notícia local ou nacional ser mais importante para determinados leitores que a notícia internacional deve ser considerada pelo veículo como base de sua penetração e de seu perfil” (BAHIA, 1990, p.39).

Ao questionamento do que é mais importante e o que deve ser publicado em um jornal, Dines (1986) pondera que faz parte do jornalismo a “procura incessante do novo”. Diante da impossibilidade de um jornal levantar todos os fatos novos, o autor propõe, primeiramente, verificar a quem se destina o jornal. “O grau de importância de um assunto é primariamente fornecido pelas características do leitor que compõe o perfil da audiência do veículo” (DINES, 1986, p.95). O autor considera que o princípio básico que motiva o leitor é a sua identificação com o jornal, e reconhece que esse leitor não absorve grandes quantidades de informação. “A fórmula para um jornalismo realista é, primeiro saber quem é o público leitor e, a partir deste, o que publicar”. (id.)

Ainda de olho neste público surge a preocupação com a qualidade das informações somada à atratividade, ou seja, a forma como chega até o leitor. Esta inclusive foi uma das questões que a modernização gráfica e editorial desencadeada a partir de 1950, sobretudo na imprensa carioca, procurou resolver.

O planejamento visual do jornal, chamado de espelho ou esboço é a composição da edição impressa, e consiste na distribuição de notícias, fotos, títulos, linhas, colunas nas páginas do periódico. Quem faz este trabalho é o diagramador seguindo a orientação editorial adotada pela empresa. Amaral (1987) ressalta os fatores que devem ser considerados na confecção do espelho: o valor informativo em primeiro lugar, a legibilidade da página, a beleza (função atrair leitor), e o estilo, que dá personalidade ao jornal. Quanto ao valor informativo, esclarece o autor:

É o mais importante e ao qual todos os demais se subordinam. Cada lugar na página tem um valor específico ligado à maior ou menor facilidade com que o leitor chega à matéria. A primeira metade do jornal é mais importante do que a segunda, o lado direito mais do que o esquerdo, o lado superior esquerdo mais do que o ventre. (AMARAL, 1987, p.68)

Isso significa que a distribuição das notícias, o tamanho dos títulos, a localização de colunas, notas, fotos e demais elementos presentes em um jornal, longe de estarem dispostos de forma aleatória nas páginas, atendem as funções de facilitar a leitura, apresentar um visual atrativo, dar identidade ao jornal e sinalizar para o seu público que, no

alto da página está o assunto mais importante do dia. O planejamento finaliza o processo que se inicia com a produção e seleção, ou seja, a valorização de determinados assuntos em detrimento de outros.

A primeira página de um jornal apresenta aos seus leitores uma síntese atrativa do que se encontra dentro dos cadernos. A manchete principal sempre significou a notícia mais importante, relevante e que vai atender aos interesses de informação do leitor. O título deve causar impacto e exercer a dupla função de informar e atrair. Para Amaral, qualquer observador pode julgar um jornal por seus títulos:

Êles dão bem o tom da publicação _ séria, escandalosa, equilibrada. Informam também sobre a qualidade de seus redatores e sua capacidade criadora. Ao escrever poucas palavras, o profissional já mostra quanto é capaz e evidencia o grau de experiência da profissão. Um mau título altera, até mesmo destrói, a qualidade de uma boa matéria. (AMARAL, 1987, p. 86)

Em 1968, o planejamento visual do jornal *Gazeta do Povo* ainda não segue uma padronização fixa. O número de colunas sofre variações a cada edição, e a falta de identificação das notícias, na primeira página, é comum. Os créditos podem ser encontrados no interior dos cadernos. Na primeira página, é possível observar que o jornal procurou manter um equilíbrio quanto ao número de publicação de assuntos nacionais e internacionais. Por exemplo, a edição de 4/7/1968, traz como notícia principal: *Govêrno [sic] libera passeata na Guanabara*, na sequência aparecem intercalados os assuntos internacionais e nacionais. Entretanto, os espaços destinados às notícias internacionais quanto ao tamanho das colunas, fotos, destaque dos títulos não são os mesmos adotados para as nacionais. Essa prática de destaque e valorização do material internacional se repete em várias edições. Mesmo assuntos de média relevância são apresentados em títulos invariavelmente maiores com mais negrito.

A estratégia para não deixar de falar no assunto é dar pequenas notas, publicá-lo em locais pouco visualizados, ou em meio a um aglomerado de informações. É o que ocorre com a manchete da edição de 26 de junho – *CS assegura diálogo e condena agitação*. Uma foto à esquerda traz o título *Protesto em Curitiba*, seguido do texto legenda: *Concentração e comícios relâmpagos foram realizados ontem pelos estudantes curitibanos em solidariedade aos colegas do Rio e S. Paulo*. Outra foto, mas agora com o título: *Protesto em Washington*, o texto fala da manifestação “*Marcha contra a Pobreza*”, do saldo de 356 pessoas presas e do toque de recolher. Lado a lado, os protestos de Curitiba e de Washington, confundem o leitor na medida em que sugerem, na apresentação, um

tratamento igualitário. Não há hierarquização, nem distinção entre os dois fatos. São simplesmente postados na página.

Amaral (1987) destaca que a publicação de informações de outros países eleva o jornal a um novo *status*, ele deixa de ser provinciano, e ganha ares de grande publicação nacional e internacional. Por outro lado, há o aspecto econômico. A cobertura com a mínima qualidade de um noticiário local requer jornalistas, fotógrafos, carros disponíveis, e acima de tudo, dificilmente apresenta problemas ou aborrecimentos para a empresa jornalística.

Um noticiário de qualidade informativa, com notícias bem apuradas, só é possível se há liberdade da empresa e ausência de compromissos entre o jornal e órgãos governamentais. Essa é uma das razões que levam o dono da empresa a preferir “o noticiário barato, que não dá preocupações” (o internacional), em detrimento “do caro e cheio de problemas” (AMARAL, 1987, p.124).

É importante ressaltar que não se trata de depreciar uma notícia apenas porque é do exterior, mas de evidenciar que o excesso de noticiário internacional e mesmo nacional produzido por agências tem o efeito de transformar a sociedade em mero espectador dos acontecimentos mundiais e total desconhecimento sobre os fatos que a cercam.

Amaral (1997, p.75-76) considera que o jornal moderno exerce a informação política por meio da sua orientação e posição, e estas se manifestam por meio da seleção, apresentação e disposição das notícias. As notícias que aparecem nos jornais não são aproveitadas ao acaso ou apenas por seu valor jornalístico, muito embora esse valor prevaleça muitas vezes. Isto significa que a capa vai além de indicar as principais matérias que se encontravam nas páginas internas, é mais do que uma espécie de sumário, “cardápio ou vitrine do jornal”. Apresentar vários assuntos, tornar o visual da primeira página menos confuso, e mais organizado e atrativo representa apenas um aspecto da sua função. Amaral lista o processo de seleção percorrido por uma notícia até a sua publicação:

Durante essa trajetória, passam por diversas verificações a fim de se conhecerem as implicações que possam provocar, e a abordagem é feita segundo critérios específicos da empresa, com aproveitamento dos fatos que convém ressaltar e o abandono daqueles sobre os quais é interessante silenciar.(AMARAL, 1997, p.76)

No caso das notícias internacionais, o autor destaca a “*triagem*” a que estas são submetidas nas agências de origem, seja nos Estados Unidos, na Inglaterra, França ou Moscou. Aí já são feitas escolhas de abordagem. O espaço e a colocação que lhes são destinados também resultam de critérios bem determinados.

Uma matéria pode merecer primeira página num jornal e ser relegada a uma coluna em página interna, diante do interesse que tenha para uma e outra empresa. O somatório de todas essas ponderações evidencia a orientação da empresa e sua *posição* diante do assunto. (idem)

Ainda ao se referir as agências internacionais afirma o autor: “Esta influência avassaladora sobre os veículos nacionais de divulgação provoca dois tipos de crítica: a primeira pela *monotonia* e *insipidez* do noticiário tratado por tão poucas mãos e a segunda pelo *controle* exercido sobre a informação”. (AMARAL, 1997, p.161).

Os editoriais analisados no jornal paranaense *Gazeta do Povo*, apresentam algumas características marcantes. A abertura dos textos utiliza-se de um recurso conhecido no jargão jornalístico como nariz de cera: grande introdução, pouco informativa e muitas vezes dispensável que parece ter como função, retardar a abordagem do assunto principal; as temáticas sobre Curitiba e estado do Paraná prevalecem, sugerindo um ufanismo exacerbado, inspirado no movimento paranista desencadeado na década de 1920, principalmente nas artes, contando com a participação de intelectuais e que visava dar uma identidade ao paranaense.

O editorial também é utilizado como espaço de lançamento de campanhas; não raro são utilizadas expressões, “plantar essa ideia”, “abraçar a campanha”; “Gazeta foi quem lançou” tal proposta ou “a tese”.

Um ensaio de enfrentamento à política de violência adotada pelos militares na contenção de quaisquer movimentos sociais transparece no editorial *Serenidade e Não Violência*. “A manutenção da ordem não pressupõe a violência”. O editorial pede que “os verdadeiros culpados sejam punidos na forma da lei, pelos crimes que cometeram”, ao se referir à violência que ocorreu no Rio de Janeiro e em Brasília. O conflito envolvendo estudantes e policiais resultou na morte de um jovem de dezesseis anos. O editorial diz que “é preciso evitar que agitadores contumazes estranhos à classe [estudantil] se imiscuem e tentem criar um clima de anarquia e desordem” (*Gazeta do Povo*, 31/03/1968, p.3). Nesse momento, exime o poder público de responsabilidades. Fala da violência policial e lamenta o ocorrido.

As verdades apresentadas à sociedade sobre os acontecimentos mostram estudantes enganados por agitadores; o Paraná, uma “terra de paz”, de prosperidade; governos preocupados em manter a ordem; falas que tranquilizam a população; quando o diálogo vai além do Estado e fala com o leitor, é de forma educativa, de orientação, propondo comportamentos ou ações para atingir determinados objetivos.

4.1.6 Ensaio da resistência: jornal *O Combate*

À primeira vista, *O Combate* reúne as características dos jornais de opinião. Polêmico, não invariavelmente faz uso de linguagem agressiva e chula para se referir aos seus adversários. A primeira edição do jornal tablóide, *O Combate*, circulou em fins de 1949 em Londrina com a manchete: “*Baderneiros da COMAP pintam o diabo na zona do meretrício*”. O diretor do jornal, Marinósio Trigueiros Filho, foi avisado por integrantes do exército e da Comap – Comissão de Abastecimento de Preços, de que o impresso não deveria circular mais.

Essa seria a tônica do jornal durante seus tumultuados anos de vida. Marcado pela impetuosidade ficou caracterizado como um jornal diferente, de opinião. O slogan, “Um jornal que só aparece na hora da Justiça” era uma forma de justificar a falta de periodicidade (TRIGUEIROS FILHO, 1991, p. 73). Muitos amigos jornalistas colaboravam com o diretor, responsável pela redação e programação do jornal. Logo o slogan é substituído, no alto da página, ao lado do cabeçalho: “Ombro a ombro com o povo”.

Quando Moysés Lupion assumiu o governo do Estado, o jornal firmou-se como um órgão de apoio ao Partido Social Democrático. Em entrevista concedida ao *Jornal Bom Domingo*³⁹, Ano1, nº5, de setembro de 1979, o jornalista afirmou que *O Combate* recebia verba do governo de Estado. “Esta verba que o governo dá não significa comprar o jornal. É uma subvenção na acepção exata do termo e não a compra da opinião do jornal”. Quando questionado se seu jornal recebia, afirma positivamente e explica que a subvenção não implicava em escrever a favor do governo. “Não, você tem que ter opinião”.

Ana Paula Goulart Ribeiro relata que o favorecimento do governo à imprensa era norma: “No Brasil, a maior parte dos jornais possuía um equilíbrio econômico precário e, por isso, dependia de favores, subsídios, subvenções para assegurar a sua existência” (2007, p. 42).

Pelo teor das publicações, Marinósio Filho era chamado nas delegacias e orientado a não fazer determinadas publicações para evitar aborrecimentos. No golpe de 1964 se posicionou contra os militares, reclamou do aumento dos seus salários, afinal, deveriam dar exemplo. Fez o concurso do Dedo Duro, tal o número de delatores que surgiram para tirar vantagem do terror inspirado pelo regime. A polícia era um alvo constante muito antes da ditadura, denúncias de abusos iam logo parar nas páginas do jornal.

³⁹ Disponível para pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

Figura42. Na edição de junho de 1963, O Combate acusa, em manchete, delegados de frequentarem a zona do meretrício: “achacadores, viciados e imorais”. Reprodução Fotográfica. Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.



Em junho de 1963 *O Combate* publica na manchete da primeira página o nome de três delegados de Londrina: “Delfino, Ivo e Michel”, ainda no título as informações: se o “delegado Bukowski não assumisse”, os três homens citados – “mudariam a delegacia para a zona do meretrício”. No texto de apresentação, o excesso de adjetivos procura dimensionar a gravidade do problema: “Nunca a polícia civil de Londrina esteve tão desmoralizada quanto nos últimos tempos. São designados para servir em nossa cidade, o que há de pior na polícia civil do Estado: elementos da mais baixa estirpe, indivíduos desclassificados, verdadeiros marginais”. Os três delegados são apresentados como “achacadores, viciados e imorais”.

A zona do meretrício fazia parte do contexto social de Londrina, como um cartão de visita da cidade. No auge da produção cafeeira, Londrina era conhecida como a Capital Mundial do Café, e abrigava a “maior colônia de prostitutas do interior do país” (MASCHIO, 2010, p. 12). Segundo Edson Maschio, Londrina contava com “uma constelação de bordéis de luxo”, abastecidos com “material sexual de primeira linha”, revestida pela fachada de boates:

Mulheres vistosas, traquejadas na arte de fazer amor. Chegavam aos montes, às vezes em aviões fretados pelas próprias caftinas (*sic*). Muitas vezes vendiam-se a

preço de ouro, para uma clientela formada por fazendeiros abastados, novos ricos e empresários em trânsito pela cidade”(idem, p. 13).

Atrações famosas passavam por lá, como o saxofonista Booker Pittman e a dançarina Luz Del Fuego, que se apresentou no auge da carreira. Segundo o autor, a zona do meretrício funcionava como uma espécie de termômetro da situação financeira: “Quando estava lotada de “habitués” logo se aferia que o dinheiro irrigava a economia, os negócios andavam bem, afastava o fantasma de crises” (MASCHIO, 2010, p.12).

A matéria com os delegados rende dores de cabeça ao jornalista. As edições foram retiradas das bancas, os vendedores foram ameaçados, caso vendessem o jornal. Marinósio Filho foi procurado pela polícia e denunciou tudo de novo na edição seguinte. Declarou o ocorrido e afirmou que se algo acontecesse a ele, seria responsabilidade de “Delfino, Ivo e Michel”, os três delegados que novamente vão parar nas páginas do jornal.

Na mesma edição, também na capa, outra chamada envolvendo o mesmo assunto. O jornal quer saber os motivos do “silêncio” do presidente da Câmara Municipal, Sadao Masuko, que após grande campanha para mudar a zona do meretrício, calou-se.

Figura43. Silêncio Tumular. O Combate, edição de junho de 1963. Reprodução Fotográfica. Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.



Embora adote um tom intimista e intimidador, o jornalista faz questionamentos desconcertantes aos envolvidos nas pendengas e que nenhum outro jornal ousaria fazer, não com os termos empregados por ele. Os primeiros questionamentos sobre o golpe, ainda que chamado de ‘revolução’, surgem nas páginas de *O Combate*. Na edição de junho de 1964, são várias as indagações e críticas dirigidas aos militares.

Figura 44. Crítica aos militares. *O Combate*, 1/7/1964. Reprodução Fotográfica. Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.



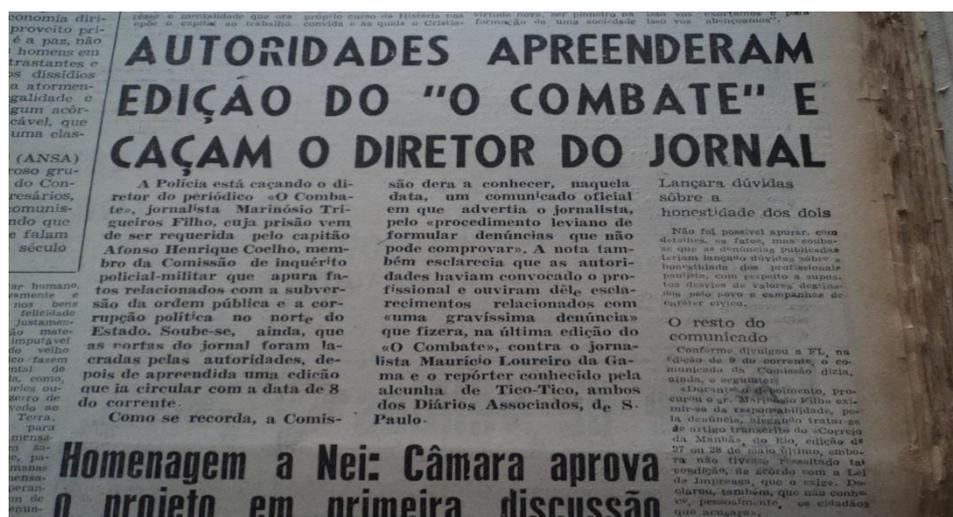
Na edição 1/7/1964, jornal publica a manchete: *Até onde senhores da Revolução?* O jornalista sai em defesa de um médico que foi para a prisão. “Foi uma prisão sumária, sem direito a defesa prévia, sem permissão a qualquer gesto de socorro, sem poder usar o que confere a constituição”. O jornalista associa a prisão do médico à prática da delação. No editorial *Bicho Papão*, descreve o terror que vive a sociedade, o clima de intranquilidade, pessoas sendo presas, vítimas de acusações vagas, normalmente, “subversão e improbidade”.

O jornal institui o “singular concurso de “ ‘o combate’ comenda do dedo de ferro”. A intenção era premiar o delator, figura comum em tempos de ditadura. A *Última Hora* de Samuel Wainer também promoveu a premiação. No dia 7 de maio de 1964, o jornal anuncia em primeira página a prisão de um repórter da sua equipe, em Brasília, com foto do mesmo entrando num carro, o exílio de Samuel Wainer e, também institui o dia do Dedo Duro. O concurso “comenda do dedo de ferro” fez com que Marinósio Trigueiros Filho fosse novamente “convidado” a comparecer à delegacia. Até mesmo quando transcrevia notícias de outros jornais registrando crédito, era chamado para se explicar. A notícia sobre o aumento dos salários dos militares é transcrita de outro jornal, mas o jornalista frisa que ela foi recebida como atitude antipatriótica.

Sodré (1986, p. 54) afirma que o golpe militar instituiu o “culto de Judas”. Ele explica que a delação sempre foi considerada um horror, entretanto, o golpe de abril passou a promover “o culto de Judas, e gerando um tipo que se tornou popular, o dedo-duro”. A delação chegou a ser institucionalizada. Primeiro em Recife, onde a publicação de um edital

anunciava que a “Comissão Geral de Investigação Sumária do Município do Recife”, estava aceitando delação “oral” ou por “escrito” dos funcionários municipais” (idem). Essa prática diz Sodré foi não somente aceita, mas, incentivada e premiada. O autor enfatiza que a “defesa dos interesses nacionais” tornou-se um crime, “passível da delação e passível de violência punitiva” (SODRÉ, 1986, p.55).

Figura 45. *O Combate apreendido. Reprodução fotográfica. Fonte: Biblioteca Municipal de Londrina.*



Quando indagado sobre o que achava do jornal *O Combate*, o jornalista Jota Oliveira respondeu: “sem dúvida um jornal corajoso”. Jota Oliveira se lembrava de manchetes consideradas marcantes e, que os ataques preferenciais eram reservados ao governador Ney Braga. “Porões da Imoralidade e da Covardia Humana”, matéria que acusa o governador de faturar com a indústria da seca e do fogo, de ser oportunista e político de declarações dúbias e falsas.

Edson Maschio (2010) relata que a *Folha de Londrina*, no seu início fazia parte dos jornais alternativos mas, na medida em que foi se desenvolvendo e se equipando, procurou evidenciar as diferenças existentes entre eles. O próprio dono da *Folha*, “abraçou um projeto profissional e passou a investir tudo o que ganhava no patrimônio do jornal”, fazia questão de mostrar a diferença entre os jornalistas da imprensa alternativa e os da *Folha de Londrina*. João Milanez passou a exigir que os jornalistas da *Folha*, não mantivessem contato com os profissionais dos alternativos. Explica Maschio: “Numa visão deformada e lamentável, viam os jornais alternativos como focos de chantagistas e extorsionários, que comprometiam a credencial moral da imprensa” (2010, p.32).

Isso explica o tom de reprovação empregado no título da notícia, informando que o diretor do *O Combate* está sendo “caçado”.

4.1.7 As vozes dissonantes

A comunicação jornalística é um elemento importante na organização da vida cotidiana, afirma Jorge Pedro Souza (2002). “As notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que é atual e importante, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam” (idem, p.119).

No Brasil, as notícias ficaram bastante repetitivas depois do golpe de 64. A informação militar passou a ser a informação privilegiada. Hamilton Almeida Filho diz que “não se pode confundir a informação de segurança nacional, a informação de valor militar, com a informação social, do cotidiano de um povo, aquela que faz uma nação progredir” (MARCONI, 1980, 195).

As primeiras vozes que se apresentam por meio das notícias são as da elite: políticos, empresários, grandes produtores, associações, federações, etc. Os militares, como grupo dirigente que assume o país em 1964, fazem parte desta elite, agora no comando da direção hegemônica da nação. Entre os jornais pesquisados todos se inclinam diante das vozes oficiais.

Mas há justificativa, as proibições vão calando os segmentos que perdem espaço dentro da sociedade. Nos textos nota-se a ausência de entrevistados, da comunidade. Quando se faz presente no texto, o entrevistado é apresentado pela perspectiva oficial, do aparato repressivo. As determinações da Polícia Federal proíbem quase tudo. No Paraná, por exemplo, foi proibido falar sobre a “renúncia” (grifo meu) do governador Leon Peres. Aquela que seria a manchete de todos os jornais do Estado foi proibida, mesmo assim a *Folha de Londrina* publicou a demissão do governador.

Nos primeiros dias de abril de 1964, os jornais abriram suas páginas para as diversas manifestações de apoio aos militares. Na *Folha de Londrina*, os espaços também foram ocupados por manifestações de protesto, não igualmente com os apoiadores, mas estão lá. A Folha Sindical protestando contra o golpe, discursos de resistência. A classe artística assim como os estudantes se revezou na ocupação das páginas dos jornais, em desvantagem para os militares, enfim.

Procurou-se no decorrer da pesquisa, identificar aquelas vozes considerada autênticas, produzidas pelo próprio jornal ou jornalista. Isso significa ir além da prática citada do ventríloquo, do deixar que o outro fale. São consideradas vozes dissonantes as

manifestações presentes nas páginas dos jornais, que reproduzem uma ação contestatória, de negação ao regime militar, não necessariamente de enfrentamentos ou empates diretos, mas de resistência, de não aceitação, de crítica aos desmandos.

Não significa uma força opositora também com o objetivo de dominar, mas a expressão da insatisfação. A crítica à política econômica do governo deve ser vista com cautela. O empresariado insatisfeito com a possibilidade de redução de lucros expressa seu descontentamento por meio de críticas à política econômica do governo, mas não à condução política do país.

À medida que a leitura dos jornais avançava, iam se descortinando as particularidades dessa imprensa. Jornalistas se revelavam pressionados entre os interesses da empresa e os interesses do leitor. A *Folha de Londrina*, desde que ocorre o golpe militar, e tem início as prisões de pessoas de todas as categorias profissionais, faz a cobertura oficial, mas ao mesmo tempo, para o leitor mais atento, avisa que sua equipe em busca de mais detalhes se deparou com o silêncio, com a falta de informação. Diante disso, se justifica: “apesar dos esforços, a reportagem não conseguiu apurar a procedência ou a veracidade da informação”. Em várias ocasiões compartilhava com o seu público que a autoridade mostrou-se “reservada com a reportagem”, que “pouco sabia sobre o assunto daí não poder falar”.

O jornalista tinha ainda que lidar com a frustração de não poder publicar a notícia apurada. É o que conta o jornalista da *Folha* Jota Oliveira:

Escrevi uma matéria que contava uma grande história. Sua publicação seria um escândalo. Levei para o editor e ele engavetou a matéria. Perguntei se ela não seria publicada e ele ficou de analisar e novamente silenciava. Com a desculpa de fazer algumas mudanças pedi o texto de volta e acabei jogando fora. Perdeu o sentido, deveria ter sido publicada assim que os fatos aconteceram. Tempos depois o editor pediu a matéria e disse que iria publicá-la. Falei que perdi. (Entrevista do jornalista Jota de Oliveira concedida à autora em 12/07/2012, em sua casa, em Londrina, Paraná).

Na edição de 7/11/1966, na coluna Destaque *Às Urnas*, depois de criticar as eleições indiretas, e manifestar seu repúdio o jornal atua como “força dirigente superior”. Aponta a direção a ser seguida por esse eleitorado desmotivado, sem perspectivas. *Eleições indiretas. Por que? Povo não vota?* Mesmo julgando ser contrário aos interesses do país, busca o consenso dos eleitores para leva-los até as urnas mesmo que em sinal de protesto. Esse povo precisa ser “educado” para votar, precisa ser politizado, é preciso se aperfeiçoar e mostrar “interêsse pelos destinos do país”.

A grande surpresa em termos de resultado veio da *Gazeta do Povo*. A coluna Barra Pesada do Nelson Padrella⁴⁰ se apresenta como uma autêntica voz dissonante. Principalmente pelo lugar de fala que ocupa. Está inserida em um dos jornais mais “conservadores” que o Paraná já conheceu. Como já foi observado anteriormente, são características da *Gazeta* o forte atrelamento com poderes instituídos e não se envolver em debates.

Desde que assume o jornal em 1962, Francisco da Cunha Pereira passa a conduzir não só as questões administrativas, mas também os rumos do jornalismo. Os editoriais ficaram sob sua responsabilidade. Durante anos defendeu “teses”, campanhas e causas em nome do estado e do povo paranaense. Seus textos explicitamente defendiam o acordo MEC-USAID.

O editorial de 9 de junho de 1964 *Apoio ao Ensino Particular*, destaca “a sensibilidade” do presidente da República diante “dos apêlos dos dirigentes do ensino superior, de responsabilidade da iniciativa privada”. Informa o texto que os estabelecimentos particulares “passarão a contar com uma verba de 10% do total destinado às escolas federais, consignada no Orçamento da União”.

O editorialista pondera que os estabelecimentos de ensino superior privados passam por enormes dificuldades, pois o custo do ensino é elevadíssimo. Daí as altas taxas cobradas de seus alunos, “para conseguir sobreviver”. Por outro lado, defende o jornal, que seja cobrada uma taxa dos alunos das escolas federais. A conta que ele faz é simples, menos para as federais, mais para as particulares é igual a democratização do ensino, “pois as vantagens dêle decorrentes serão usufruídas por maior número de pessoas”.

A coluna Barra Pesada do Nelson Padrella abrigada no mesmo jornal, enxerga o mundo com outros olhos. Sodré justifica: “Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária ou operariado” (1999, p.417). Isso significa que os interesses dos profissionais que convivem diariamente no exercício do jornalismo, no interior da empresa jornalística, são contraditórios, estão em constantes conflitos. E os jornalistas, aponta Sodré, se encontram em uma posição ambígua. “Embora assalariados, os

⁴⁰ Nascido no Rio de Janeiro, Nelson Padrella, autodidata, bastante presente no cenário artístico paranaense dos anos setenta, atuava simultaneamente como jornalista, artista plástico e artista gráfico, além de escrever contos e roteiros de filmes. Em 1974, representou o Paraná na Bienal de Artes Plásticas de São Paulo, e em 1977 foi premiado no Salão Paranaense em Curitiba. (Informações na Pasta do Artista, arquivo do Museu de Arte Contemporânea, Curitiba).

elementos intelectuais, não têm uma situação proletária”, e sofrem as injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambigüidade” (1999, p.417).

A princípio despreziosa, Barra Pesada mistura crônica, humor, ficção e realidade. As histórias vão se apresentando aos blocos. Na página policial, ao lado de tiros, facadas, sangue, mortes, polícia e pancadaria, a coluna Barra Pesada ocupa o canto direito, de cima a baixo do jornal *Gazeta do Povo*. Ali, no meio do caos e revestido de uma linguagem caótica se revela o descontentamento com a maneira da polícia política atuar em sociedade.

Num mesmo espaço, o colunista trata de temas da vida econômica, dos direitos civis (ou ausência deles), e da violência contra estudantes. À fala do Ministro do Trabalho de que com o aumento de 17% do custo de vida vai resultar em um achatamento para o trabalhador, observa:

Enquanto isso, o Ministro do Trabalho acredita na lei do achatamento, ou seja, aquela que achata o operário, e que dentro de três anos, a situação vai melhorar. Mas vai melhorar para quem? O achatamento a ir como está indo, logo os operários não precisarão mais abrir a porta para entrarem em suas casas. Passam por baixo mesmo (Coluna Barra Pesada, Nelson Padrella, 13/9/1968).

Nelson tem a característica de buscar na fala do outro o recurso para chegar ao assunto, mas o diferente das suas notas é que sempre há uma presença do colunista, interferindo, acrescentando, ironizando, como o exemplo a seguir:

Eduardo Frei, Presidente do Chile, afirmou que “povo livre é aquele que se exercita na democracia, tem eleições periódicas e livres, tribunais de justiça em funcionamento, liberdade de imprensa, organização sindical sem intervenção do Governo, e está a salvo de qualquer possibilidade de opressão”. Engraçados esses chefes de Estado. Vêm aqui, são bem tratados e depois gozam da gente (Coluna Barra Pesada, Nelson Padrella, 13/9/1968).

O seu objeto merecedor de atenção são os casos envolvendo os policiais da DOPS, ou situações do dia a dia que lembram a tensão provocada com a presença desses representantes da ditadura. “Raimundo Cardoso”, que bêbado foi causar problemas na Casa dos Estudantes, deu uma de “tira da DOPS”. “Bom, aí êle rompeu um pacto. É que existe um entendimento, segundo o qual só “tiras” da DOPS podem incomodar estudantes”.

A estratégia do exagero é próxima daquela empregada pelo jornal *O Combate*. Pelo pecado do exagero corre o risco de não ser levado a sério, isso na ditadura pode significar nenhuma vigilância. O exagero, para lembrar, é a marcar dos nanicos, dos pasquins.

Essas manifestações representam que nem todos se calaram ou se acomodaram diante da censura, autocensura ou autocontrole. É nas colunas, nas explicações da notícia, nas entrelinhas que essas vozes se revelam, se fazem ouvir. Elas se expressam por meio da

sátira, da ironia ou por outro estilo, mas na sua característica, configuram-se como resistência, insatisfação.

A Veja e a Cerveja: Eu sabia que a raça ia acabar engrossando com a capa da nova revista lançada pela Editora Abril. Quando eu vi aquela foice e aquele martelo cruzados na capa do primeiro número de Veja, pensei cá comigo: “quer ver como vão acabar prendendo o primeiro cara que folhear a revista?”

Padrella faz referência à falta de critérios da polícia política na abordagem de pessoas consideradas suspeitas pelos militares. E, o caso citado da revista Veja, é o já relatado neste estudo, onde um homem foi preso por ler a revista em local público.

4.1.8 Imprensa e ditadura na memória dos jornalistas

O que aconteceu nas redações a partir de 1964? O que dizem os jornalistas que atuavam neste período? O que pensam sobre a imprensa paranaense e suas relações com o poder? Essas questões são respondidas por meio de relatos de jornalistas paranaenses que vivenciaram a ditadura militar. Os jornalistas traduzem a visão de quem estava dentro das redações neste período.

Não há a pretensão de restaurar o passado, até porque esse passado adquire novos significados no momento em que é rememorado. “É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado”, afirma Beatriz Sarlo (2007, p.46).

A autora faz uma análise dos testemunhos de parentes e vítimas das ditaduras da América Latina, utilizados como prova sobre o que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer. “O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa”, afirma Beatriz Sarlo, “quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador de subjetividade” (2007, p.51).

Em sua dissertação de mestrado, “*Migração e Memórias, a colonização do oeste paranaense*”, Neiva Salete Kern Maccari (2005) analisa o processo colonizatório do município de Marechal Cândido Rondon, no período de 1940-1970, utilizando como metodologia fundamental a fonte oral. Esse recurso metodológico é defendido pela autora:

A fonte oral nos permite o acesso às versões produzidas por pessoas que participaram efetivamente no processo de colonização vivenciando assim experiências marcantes que, ao serem narradas, transformam-se em informações importantes sobre a população deste período, tanto no que tange ao seu cotidiano quanto à sua cultura (MACCARI, 2005, p.25).

Maccari (idem) destaca que a fonte oral implica na “apresentação do passado no presente, oferecendo-nos leituras particulares deste passado”. O que se propõe é uma

reflexão a partir das experiências dos próprios jornalistas, reunidas por meio da coleta, organização e interpretação dos relatos orais realizados pela autora (em entrevistas), relatos escritos disponíveis em livros e, também em documentários. Verificou-se que nas leituras particulares dos jornalistas se inserem suas vivências, experiências e impressões que supostamente marcaram suas trajetórias pelas redações durante a ditadura. São narrativas carregadas de subjetividade.

Segundo Paul Thompson, a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores:

Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário. O método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim a reinterpretação do passado, pois segundo Walter Benjamin, qualquer um de nós é uma personagem histórica (THOMPSON, 1992, p. 19).

O autor explica que a história oral vem abrir novas possibilidades para uma contestação de relatos tidos até então como verdadeiros. Thompson se refere “a natureza da maior parte dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade”. A história oral, diz o autor, pode convocar entre as suas testemunhas, aquelas das “classes subalternas, os desprivilegiados e derrotados”. Na sua compreensão, “isso propicia uma reconstrução mais realista e imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro” (1992, p. 26).

Thompson destaca três modos pelos quais a História Oral pode ser construída:

A primeira é a narrativa de uma única vida (...). A segunda é a coletânea de narrativas. Uma vez que pode ser que nenhuma delas seja, isoladamente, tão rica ou completa como narrativa única esse é um modo melhor de apresentar um material de história de vida mais típico. Permite, também, que as narrativas sejam utilizadas muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla, agrupando-as – como um todo ou fragmentadas – em torno de temas comuns (...). A terceira forma é a da análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo (1992, p.303-304).

Os jornalistas são responsáveis pela escrita das ideias de uma época. Desta época permanecem vivas na memória coletiva algumas experiências vividas por estes profissionais. São histórias, lembranças, reinterpretações que se apresentam como testemunhos do passado.

Luiz Geraldo Mazza, jornalista há mais de 50 anos, quando indagado sobre a censura à imprensa no Paraná, responde:

Idealizar o futuro é bonito. O mundo precisa de utopia. Está cada vez mais difícil enxergar uma utopia. Agora, o mal nosso é que nós idealizamos o passado. Então está cheio de herói em 64. Eu não aguento, não dá para aguentar. (...) Há os

verdadeiros mártires, algumas pessoas aqui do Paraná também sofreram muito. (...) O que eu quero colocar aqui é que não se faça uma idealização excessiva. A polícia vinha no jornal e trazia um pedacinho de papel, e deixava a prova do crime, da censura (CASTRO, 2003, p.118).

O jornalista se refere a uma reelaboração da memória dentro de uma ótica desejável, de comportamentos éticos corretos. O que ele teme é a reconstrução da história de forma idealizada, onde toda imprensa surge supostamente perseguida e limitada em suas funções de bem informar e, todo jornalista se reveste de fiel combatente da ditadura militar. Daí o apelo do Mazza para que não se “faça uma idealização excessiva”, não se narre o que não aconteceu.

Maria Aparecida de Aquino (1999) provoca uma reflexão sobre o papel que coube aos meios de comunicação durante a ditadura, demonstrando que muitas vezes a imprensa não estava sujeita ao poder, mas associada a ele na condução de seus interesses. A imagem de uma imprensa sempre vítima de um censor é na verdade o reflexo de uma imagem estereotipada, equivocada. A autora faz uma distinção entre censura e censura prévia, o que de fato contribuiu para desmistificar o papel de vítima que se atribuiu a quase totalidade da imprensa brasileira, durante muitos anos.

O jornal paulista *O Estado de São Paulo*, um representante da grande imprensa que, embora tenha apoiado a derrubada de João Goulart, ao perceber as intenções do governo militar se posicionou contra o projeto da ditadura e duramente respondeu por isso, tendo sofrido com a censura prévia. Diferente de vários outros periódicos que espontaneamente adotaram a autocensura como forma de proteção, conveniência, política de boa vizinhança, ou até mesmo temor ao regime militar.

Beatriz Kushnir, em *Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, apresenta o resultado de sua tese de doutorado, uma perspectiva até então inédita na história da imprensa brasileira no período ditatorial, que é a dos jornalistas que colaboraram com a censura, os verdadeiros cães de guarda. A autora explica que “quis apenas mostrar que nem todos se opuseram” (2004, p.37)

Kushnir instiga também vários questionamentos. Um deles se refere às diferenças entre os comportamentos dos jornais portugueses, espanhóis e brasileiros durante as respectivas ditaduras. Jornais portugueses e espanhóis “traziam estampado na primeira página o registro que estavam sob censura prévia, aqui foi tudo muito mais subliminar. Assim, fica sempre uma questão: como se comportou o restante da imprensa? Se não havia censor na redação, o que se passou por lá?” (2004, p.44).

A pesquisadora aponta que “parte dos jornalistas e donos de jornal, entre outros setores da sociedade civil que, ao apoiarem os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, tornaram-se tanto agentes como vítimas dessa autocensura” (2004, p.52). Ao fazerem dessa ditadura um acordo civil-militar, optaram por permanecer no centro das decisões, deixando de lado a publicação da verdade. “Por isso esses jornalistas colaboracionistas são aqui vistos como cães de guarda. À soleira, montaram guarda e fizeram autocensura no governo Médici, e mesmo antes dele, colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país” (idem). Kushnir esclarece que não pretende dizer que todos colaboraram, apenas que nem todos combateram.

O objeto de reflexão da pesquisadora é o jornal *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã. Dizia-se que o jornal tinha a “maior tiragem”, em função do grande número de policiais dentro da redação, depois do AI-5. Era também conhecido como “delegacia”. “A *Folha da Tarde* foi, para muitos um porta-voz, o diário oficial da Oban⁴¹ – ao reproduzir informes do governo como se fossem reportagens feitas pelo próprio jornal” (2004, p. 340).

No Paraná não há estudos específicos voltados a investigar sobre a adesão voluntária de jornalistas à ditadura, trabalhando duplamente nos dois lados do “balcão”, mas a imprensa adotou a postura colaboracionista. E, dentro desta engrenagem, os jornalistas atendiam aos patrões. Os jornalistas quando se voltam ao passado, apontam os atrelamentos da empresa com o governo como empecilho para o fortalecimento de uma empresa jornalística mais atuante e independente. Essa é a opinião do jornalista Fábio Campana:

(...) diferentemente de outros estados, de outras formações, não tivemos no Paraná, com raras exceções, meios de comunicação que começaram como empresas de comunicação, como empreendedores e empresários de comunicação. Os meios de comunicação sempre foram um pouco extensão da ação política. A maior parte dos veículos do Paraná pertence a gente que fez da comunicação uma extensão da ação do poder do governo (BARREIROS, 2004, p. 43).

“O grande mal da nossa imprensa é que os donos de jornais não são jornalistas”, afirma João de Deus Freitas Netto (idem). O jornalista se refere ao fato de os jornais serem utilizados como instrumento político e critica a subordinação da imprensa ao Estado. As sucursais (*Última Hora, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo*) “como não tinham raízes aqui noticiavam aquilo que a *Gazeta do Povo*, jornal conservador, jamais iria

⁴¹ Oban- Operação Bandeirantes foi criada em julho de 1969, financiada por empresas multinacionais com o objetivo de centralizar as ações de combate aos opositores do regime.

publicar. O público ficava sabendo de algumas notícias pelas sucursais dos jornais de fora”, declara o jornalista.

Última Hora mantinha um estilo mais dinâmico no seu texto, provocativo, publicava a coluna *fala povo*, como o nome sugere, aberta a opiniões, fazia a cobertura de assuntos que a imprensa paranaense tentava esquecer, promovia o debate de questões nem sempre agradáveis a determinados setores. Este era o caso das desapropriações, onde os trabalhadores tinham que se defender de latifundiários, grileiros e policiais (*Última Hora*, Camponeses massacrados, coluna sindicalismo, p.7, 24/3/64)

A diferença que se verifica entre os textos e a apresentação de notícias do jornal *Última Hora* e dos jornais paranaenses está na cobertura dos assuntos e na análise que é disponibilizada ao leitor. Outro exemplo é a notícia da encampação das escolas particulares em Curitiba. Os textos apresentam os fatos e discutem os detalhes com o leitor, elaboram uma análise nos espaços de opinião. Os periódicos paranaenses não aprofundam a discussão, não complementam as informações.

São vários jornalistas que veem a *Última Hora*, como um periódico diferente. Ayrton Luiz Baptista foi assessor de imprensa do governo Ney Braga e Leon Peres. Ele considera que o jornal *Última Hora*, tinham maior liberdade de criação e de crítica do que os outros jornais tradicionais do Paraná. Declara o jornalista:

O *Última Hora* era um jornal com edição regional em Curitiba e edição regional partindo de São Paulo e tinha uma característica muito diferenciada dos nossos jornais. E, então pela própria linha do jornal, comandado por Samuel Wainer, fazia críticas e levantava problemas que nós, dos outros veículos, não estávamos acostumados (BARREIROS, 2004, p.12).

Última Hora era o único jornal que apoiava o governo João Goulart, sendo por isso duramente penalizado após o golpe de 31 de março de 1964. Mas, como bem lembra Milton Heller (2011, p. 24), o apoio do *Última Hora* era condicionado a seus interesses comerciais e acordos políticos, como aconteceu no Paraná, onde apoiou o governo Ney Braga, apoiou a candidatura direitista de Ivo Arzua Pereira a prefeito de Curitiba e praticamente patrocinou a dobradinha Amaury-Adolpho para o Senado.

Muitos profissionais que ingressavam na carreira jornalística vinham do rádio e eram bastante jovens. Vários acumulavam duas ou mais funções, de jornalista, em outro veículo, ou de assessor, em órgãos públicos e políticos. Esse é o caso do jornalista Ayrton Luiz Baptista:

Enquanto estava na presidência do sindicato e “fazia política no Diário do Paraná”, assumiu a secretaria de comunicação do governo de Leon Peres, quando este renuncia sob acusação de tentar extorquir dinheiro do empresário Cecílio do Rego Almeida, baptista foi convidado a permanecer na secretaria. Consultou a Fenaj

(1972) para saber sobre a incompatibilidade das funções e saber se não levaria à saída do sindicato. A resposta era de que o mesmo estava ocorrendo em outros estados. “(...) os nossos companheiros de outros estados estavam exercendo funções sindicais e também de assessoria, seja como secretários de imprensa, seja como integrantes de assessoria” (BARREIROS, 2004, p.13)

A formação acadêmica quando existia era na área de direito, letras, engenharia, os mais comuns. Também podiam ser encontrados jornalistas apenas com o ensino básico. Como os jornalistas chegavam bem jovens às redações, o local de trabalho se transformava num “Jornal Escola”, lembra Witsum Schwartz⁴², que saiu do rádio direto para a *Folha de Londrina*.

Um fato que marcou o jornalista na época da ditadura foi a cobertura jornalística durante a visita de autoridades. “Era algo humilhante”, diz Schwartz, se referindo à rispidez com que os seguranças e militares tratavam os jornalistas. “Certa vez ao tentar me aproximar do ministro que estava em viagem pelo interior do Paraná, por agilizar os passos e querer fazer a reportagem, fui agarrado pelo colarinho e retirado do evento. Éramos empurrados como animais”, afirma Schwartz.

Se a ditadura não traz recordações agradáveis, já a rotina da redação era viciante. Havia um grande entrosamento entre os jornalistas, não raro iam para o bar continuar as discussões que começavam na redação. Entre os colegas da *Folha*, não se recorda de nenhum grande incômodo com as autoridades.

Os jornalistas perseguidos na ditadura militar, geralmente eram aqueles que militavam em entidades, partidos, associações, ligas. Há depoimentos e registros de vários casos de torturas de jornalistas. Uma das vítimas foi o sargento Valmor Weiss, que começou como colaborador não remunerado da coluna “Luzes da Cidade”, do jornal *Última Hora*. A ideia de Valmor era divulgar as atividades da Associação dos Sargentos, onde em breve seria eleito vice-presidente.

Em 1962, passou a fazer a coluna Plantão Militar, informando promoções, cursos, transferências de oficiais da 5ª Região Militar. Segundo Heller (2011), a coluna não era assinada e Weiss recebia o salário no nome de seu irmão adotivo. Valmor Weiss narra a revolta dos sargentos, em 1963, em Brasília, e “os horrores da consequência deste ano”. É Heller quem narra o desenrolar desta história:

Valmor fez uma matéria que teve repercussão nacional. “O Exército abandona sargento depois de 32 anos de serviço”. A reportagem foi manchete do *Última Hora* Paraná e mereceu a primeira página de todos os jornais da rede, com fotos dantescas do sargento morrendo à míngua. Homens armados invadiram a redação,

⁴² Entrevista a autora no dia 14/7/2012. Londrina, Paraná.

funcionários foram levados ao quartel e interrogados, queriam saber quem fez a matéria, já desconfiavam de Valmor (2011, p.32).

Valmor é chamado na 5ª Região Militar, o comandante era Ernesto Geisel: “sabemos da sua participação no movimento dos sargentos e o senhor está conturbando o ambiente dentro do Exército”. Tentou argumentar, mas pegou 15 dias de cadeia por quebra de disciplina e participação em reuniões políticas e subversivas, além da advertência: “você não perde por esperar”, teria dito Geisel (HELLER, 2011, p.33). Com o golpe, o jornal é fechado por ordem da 5ª Região Militar que instalou um Inquérito Policial Militar contra a maioria dos redatores. Valmor passou 16 meses na prisão incomunicável.

O jornalista Walmor Marcelino – “tido como um dos homens mais importantes da Ação Popular no Paraná” foi preso em 1964 e indiciado no inquérito policial-militar. A DOPS considerava o jornalista subversivo, participante da Organização Secreta do Comunismo do Paraná, membro do movimento Nacionalista e do grupo de Onze. “Marcelino destacou-se no trabalho com a implantação da estrutura orgânica da AP paranaense, preparação e formação ideológica de seus quadros coordenou e orientou manifestações em Curitiba durante o acirramento do Movimento Estudantil (ME), em 1968” (MELLO, 2010, p. 117-118).

Assim, outros colegas também foram presos alguns por militância e não pelo exercício do jornalismo, como é o caso de Teresa Urban. Detida em 1970 a jornalista cumpriu pena como “militante de organização clandestina”. Já Fábio Campana⁴³ teve uma trajetória de várias prisões, em uma delas chegou a ser levado para o Cenimar, Ilha das Flores, “me deixou marcas e cicatrizes na alma e que não desaparecem mais”, afirmou o jornalista. Fábio Campana passou por vários jornais inclusive o alternativo Movimento.

⁴³Vídeo documentário Amargo Silêncio – reúne depoimentos de jornalistas paranaenses. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TFT2FA9rXig>.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É praticamente impossível saber o que pode ser apreendido numa batida da polícia política. Um nome suspeito – O Vermelho e o Negro, História do Cubismo, A Cidade e as Serras, livros que nada tem a ver com a subversão – e passa a fazer parte de uma lista enorme de apreensões equivocadas. O policial é induzido a erro pelo título: vermelho lembra comunistas, Cubismo lembra Cuba e serra pode ser uma referência a Sierra Maestra, refúgio dos guerrilheiros cubanos (URBAN, p. 170).

O jornal *Última Hora* do Paraná noticiou no início do mês de março de 1964, que a polícia de Londrina voltara a implantar o regime de terror, prendendo e espancando inocentes que eram obrigados a “confessar” crimes mediante torturas medievais. Estava de volta o pau de arara. Com o regime que se instalou em 1º de abril, o instrumento de tortura foi deslocado para o quartinho reservado, os militares foram para as manchetes das primeiras páginas e os jornais emudeceram. Enquanto o jornal se calou, os crimes da ditadura se disseminaram. As empresas de comunicação, numa composição de forças, começaram a expandir seus domínios.

Com o objetivo de compreender como os jornais paranaenses *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *Folha de Londrina*, *Diário dos Campos*, *Folha do Oeste* e *O Combate* conduziram a cobertura jornalística da ditadura militar instaurada em março de 1964, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: realização de pesquisa bibliográfica, análise documental dos jornais e relatos de jornalistas que estiveram nas redações de pelo menos um desses periódicos, no período delimitado. Foram considerados os relatos obtidos por meio de entrevistas à autora, relatos escritos registrados em livros, bibliografia específica, ou ainda, em vídeo-documentários.

A trajetória percorrida permitiu responder as questões propostas no início da investigação. A imprensa paranaense nasce atrelada a interesses políticos e de dominação e poder. Os estudos envolvendo as questões de ditadura, imprensa, poder, censura, apontaram que o comportamento dos jornais do Paraná durante a ditadura de 64, reproduziram, numa esfera distinta, resguardadas suas particularidades de imprensa de médio e pequeno porte, as articulações reveladas na grande imprensa do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, intencionalmente, buscou-se a inter-relação entre o universo da imprensa nacional e a paranaense. Priorizar manchetes internacionais, publicar notícias que fazem referência aos dois grandes centros político-econômicos do país e aproveitar material proveniente das agências de notícias são características que marcam tanto a grande imprensa quanto os jornais do Paraná. A diferença é que a grande imprensa além de ocupar o palco dos acontecimentos, selecionava e reelaborava o material das

agências (novos títulos, redução de textos, etc.), o que não ocorria com os jornais pesquisados.

Os jornais no Paraná, analisados nesta pesquisa, têm mais em comum além do fato de surgirem para atender interesses políticos, declarados ou não. Trata-se da existência de uma identidade entre seus fundadores, na sua grande maioria, provenientes de classes sociais economicamente elevadas e com envolvimento na política local, estadual ou até nacional. São grandes proprietários e industriais, descendentes de imigrante, políticos, advogados, diretores de banco. Os jornais selecionados não se inserem na categoria de grande imprensa, embora sejam órgãos de divulgação diária, com características empresariais, encontram-se limitados às suas respectivas praças de origem, ou seja, a abrangência das praças se restringe ao Estado. Mas esse fato não reduz a importância dessa imprensa no Estado do Paraná.

A seleção dos periódicos estudados levou em consideração alguns critérios tais como a localização geográfica onde os jornais estão inseridos, a relevância do desenvolvimento urbano-industrial destas áreas como fator preponderante para impulsionar uma empresa jornalística mais estruturada, o tempo de circulação e, a existência de exemplares em condições de pesquisa. Como o processo de seleção é também excludente, foram desconsiderados vários outros jornais também relevantes em suas regiões, mas que em função de fatores como tempo limitado, falta de recursos financeiros e disponibilidade de deslocamento limitada, não poderiam compor a amostra selecionado sob o risco de inviabilizar a pesquisa.

A modernização e reforma gráfica no Paraná, ocorre em ritmos diferentes e de forma descontínua. Podem ser observadas várias iniciativas, isoladas, na tentativa de melhorar a qualidade dos jornais. A compra de novos equipamentos não implica, necessariamente, em mudanças redacionais e gráficas. O processo de modernização da imprensa paranaense se concretiza a partir da segunda metade da década de 1960, entretanto, o que se verifica, principalmente em relação aos pequenos jornais, são as inúmeras dificuldades que enfrentam para não interromper a circulação.

Os jornais que instalam suas sucursais no Paraná, de alguma forma acabam contribuindo para o avanço da modernização e mudanças gráficas e editoriais. Os jornalistas paranaenses observam que o fazer jornalístico destas empresas têm características diferentes, são mais criativos e mais ousados na cobertura dos fatos. Eles atribuem esse “livre trânsito” ao distanciamento existente, sobretudo, entre os donos destes jornais e a sociedade local.

As primeiras vozes que se apresentam por meio das notícias são as da elite: políticos, empresários, grandes produtores, associações, federações, etc. Os militares como o grupo dirigente que assume o país em 1964, assumem também o comando da direção hegemônica da nação. Entre os jornais pesquisados todos se inclinam diante das vozes oficiais.

Entre os resultados verificados está a publicação de praticamente todas as notícias que marcaram o período. Primeiro o golpe, depois as ações desencadeadas: forte policiamento nas ruas, fechamento de sindicatos, de jornais, prisões perseguições, manifestações de apoio de governadores, de políticos, de associações de classes, de representantes dos diversos setores da sociedade, decretação dos atos institucionais, denúncias de tortura, assassinatos, a existência do esquadrão da morte, etc. A questão central está na forma de apresentação dessas notícias ao seu público.

A partir das reflexões de Aquino (1999) e Kushnir (2004), evidenciam-se também os comportamentos de autocensura e autocontrole adotados pela imprensa investigada, assim como a postura colaboracionista. Jornalistas da *Folha de Londrina* e também de *O Estado do Paraná* declararam que reportagens ou notícias que pudessem gerar conflitos deixavam de ser publicadas. Esses conflitos tanto podiam ser de ordem política quanto econômica. Todos os jornais pesquisados adotaram a autocensura.

Segundo Aquino, essa prática caracteriza a autocensura que, especialmente a partir da ditadura de 64, invade as redações. Essa total adesão e fidelidade “aos princípios revolucionários” (grifo meu) é movida por interesses e busca de vantagens junto ao governo militar.

Gazeta do Povo, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* reproduziam textos de terceiros com conteúdo de crítica aos militares. A *Folha de Londrina* adota uma prática de publicar manifestos na íntegra, à favor ou contra as medidas do governo militar, com a particularidade de inserir além da identificação de entidades ou associações, os nomes dos apoiadores do manifesto. Não há demonstrações de apoio ou rejeição aos contestadores, apenas a reprodução das falas.

Procurou-se no decorrer da pesquisa, identificar as vozes consideradas autênticas, produzidas pelo próprio jornal ou jornalista. Isso significa ir além da prática citada do ventríloquo, do deixar que o outro fale. Quando uma agência de notícia produz uma matéria falando sobre as críticas de Dom Helder aos militares e suas ações na sociedade, mesmo que um jornal publique a informação, evidencia-se que esse é um posicionamento da agência e não necessariamente do jornal. Por outro lado, se houver repercussão do fato ou

desdobramento, em notícias ou artigos de opinião, aí se faz presente a voz do jornal ou do jornalista.

São consideradas vozes dissonantes as manifestações presentes nas páginas dos jornais que reproduzem uma ação contestatória, de negação ao regime militar, não necessariamente de enfrentamentos ou empates diretos, mas de resistência, de não aceitação, de crítica aos desmandos. A revelação de voz dissonante e, portanto, contra-hegemônica, se faz presente na Coluna Barra Pesada, de Nelson Padrella, da *Gazeta do Povo*. Provocar agentes da DOPS, chamá-los de gorilas, ironizar a forma violenta de abordagem dos agentes, contar histórias usando como contexto o cenário militar, recorda o comportamento dos chamados nanicos, da imprensa alternativa. Há uma identificação também com o jornal londrinense *O Combate*, o único com ímpetos mais contestadores em até mesmo em suas manchetes.

Beatriz Kushnir, ao estudar a participação colaboracionista de jornalistas do grupo Folha, em especial do jornal Folha da Tarde, afirma: “*Nem todos se opuseram*”. Diante do encontro de vozes dissonantes é possível afirmar: “*Nem todos disseram sim*”.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves. A Modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ABREU, João Batista de. As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979).

ALVES, Márcio Moreira. Torturas e Torturados, Rio de Janeiro, 1996.

ALVIM, Thereza Cesário. O Golpe de 64: a imprensa disse não. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1979.

AMARAL, Luiz. Técnica de Jornal e Periódico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____. Jornalismo matéria de primeira página. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: EDUSP, 1999.

_____. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002. P. 513-532.

ARNS, Evaristo (Org.). Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica. As técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Alfreu. Técnica de editoriais: para o curso de jornalismo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

BARBOSA, Marialva Carlos. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e história: um entre-lugar. P.9-28. In: Comunicação e História– partilhas teóricas. BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs.) Florianópolis: Insular, 2011.

BARREIROS, Tomás (org.). Entrevista Coletiva v.2. Curitiba: Editora Pós-Escrito, 2004.

BLÁZQUEZ, Niceto. Ética e meios de comunicação. São Paulo: Paulinas, 1999.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Orgs. Jorge

Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. *_4ª ed. _Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. _(O Brasil Republicano; v.4).*

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. *Diário dos Campos, memória de um jornal centenário*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.

CAPELATO, Maria H. Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002. P. 19-22.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

CASTRO, Alexandre (Org.). *Entrevista Coletiva Volume 1*. Curitiba: Editora Pós-Escrito, 2003.

CASTRO, Pedro Jorge de (Org). *Carlos Castelo Branco, O jornalista do Brasil*. Brasília: 2006, Editora Senac.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. *O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas*, publicado em: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. Editora UFPR.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. *Revista Brasileira de História* vol.24 no.47. São Paulo 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100011>

COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e Segmentação dos Impresses*. IN: *História da Imprensa no Brasil*. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 240p.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Gramsci: a comunicação como política*. P.41-55. In: *Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Organizadores: Eduardo Granja Coutinho, João

Freire Filho, Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci _ um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D'ARAUJO, Maria Cecília. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: 21 Anos de Regime Militar _ Balanços e Perspectivas. Organizadores: Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-RJ, 1994.

DINES, Alberto. O papel do jornal. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DUTRA, José Carlos, A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: A Visão da Caserna. Revista Sociologia Política, Curitiba, 22, p. 195-208, Jun. 2004.

DREIFUSS, René Armand. 1964 – A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FERNANDES, José Carlos; SANTOS, Marcio Renato dos. *Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo*. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2010.

FICO, Carlos. Além do Golpe – Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: 2004, Editora Record.

FILHO, Marinósio Trigueiros; NETO, Marinósio Trigueiros. História da Imprensa de Londrina: do baú do jornalista. Londrina: UEL, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução de Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Escritos Políticos. Volume 2. 1921 – 1926*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Os jornais e os operários*. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso: 05/05/2012.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. Memórias de 1964 no Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Em busca de uma epistemologia. P.13-26. In: Comunicação e história: interfaces e novas abordagens. HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs). Rio de Janeiro:Mauad X: Globo Universidade, 2008.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro:1971, Civilização Brasileira.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

KUNCZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Trad. Rafaela Varela Jr.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Org. Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba: SETI, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: História da Imprensa no Brasil. Orgs. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. P. 111-154. In: Fontes Históricas. Org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2010.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MACCARI, Neiva Salete Kern. Fontes Orais: Sugestões metodológicas. Defesa da fonte oral. In: Espaços da Memória. Fronteiras. Org. Marcos A. Lopes. Edunioeste, Cascavel, 2000.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Paraná: política e governo. Curitiba: SEED, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo:Editora Ática, 1989.

_____. Ser Jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira. 1968-1978. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Huitec, 1987.

MASCHIO, Edison. Histórias Ocultas. Londrina: Edição do Autor, 2010.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; JR SWENSSON, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, José Marques de. Jornalismo Opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOLICA, Fernando (org.). 10 reportagens que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NAROZNIAK, Jorge. Histórias do Paraná. Curitiba: Arowak, 2010.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e Ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. Revista Mediações, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

PABLO, Maria Fráguas de. Teoría de la desinformación. Madrid, Alhambra, 1985.

PAIVA, Raquel. Contra-Mídia-Hegemônica. P.163-193. In: Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade. Organizadores: Eduardo Granja Coutinho, João Freire Filho, Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. Também disponível em: <http://www.h2foz.com.br/historias-do-porao> .

PARKER, Phyllis R. 1964: O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira S. A., 1977.

PEGORARO, Éverly. Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense. Guarapuava: 2008, Unicentro.

PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Orgs. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. _4ª ed. _Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. _(O Brasil Republicano; v.4).

PRIORE Mary Del; VENANCIO, Renato. Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984 [livro eletrônico]. Londrina: EDUEL, 2003.

REIS FILHO, D.A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Orgs. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. _4ª ed. _Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. _(O Brasil Republicano; v.4)

_____. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960. In: Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. P.435-450. Org. Maria Luiza Tucci. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Ensaio Geral de Socialização da Cultura. P. 377-401. In: Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. Org. Maria Luiza Tucci. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. A Significação do Paraná. In: O Paraná, Ensaios. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Orgs. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. _4ª ed. _Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. _(O Brasil Republicano; v.4)

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. p. 35-140. In: A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Org. Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba: SETI, 2004.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERVA, Leão. Jornalismo e Desinformação. São Paulo: 2011, Editoria Senac.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo A Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe. In: 21 Anos de Regime Militar _ Balanços e Perspectivas. Organizadores: Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-RJ, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
_____. História da Nova História .Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WAINER, Samuel. Minha razão de viver; memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WONDRACEK, Claude. O Jornal do Interior na Era Tecnológica. Cadernos de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP_ nº6, 1971.

ORG. Octavio Ianni. Karl Marx: Sociologia. São Paulo: Ática, 1980.

Artigos:

BARBOSA, Marialva Carlos. Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. s/d.

BUENO, Chris. *1968 Comunidade Científica Repensa Momento que Mudou a Sociedade*. Revista Ciência e Cultura, vol.60, no.4. São Paulo, Oct. 2008, pag 58-59.

COSTA, Osmani Ferreira da. Concessões televisivas e relações políticas sob a ditadura militar: o caso da Rede Globo no Paraná. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

_____. As relações políticas para a implantação das emissoras pioneiras de TV no Paraná na década de 1960. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Universidade de São Paulo • São Paulo, 17 a 22 de julho, 2011.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Revista Brasileira de História. vol. 24 nº 47, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

MARANHÃO, Maria Fernanda. Contextualizando imagens paranistas (1940-1950): o Filme etnográfico de Vladimir Kozäk e as Ciências Sociais no Paraná. 2006.

MELLO, Nelci Veiga. Caminhadas Vermelhas. Campo Mourão: Editoria da FECILCAM, 2010.

MESSAGI, Mário Messagi Júnior; ABDALLA, Sharon Jeanine. História em camadas: a influência do novo jornalismo carioca na imprensa paranaense nos anos 90. 9º encontro

Nacional de História da Mídia – UFOP –Ouro Preto – Minas Gerais. 30 de maio a 1º de junho de 2013.

PRIORI, Ângelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. ANPUH. XXXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

RENK, Valquiria Elita. Anos 20 – Identidades e Nacionalidades em discussão no Paraná. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. P. 22. De 10 a 13 julho de 2003. Unicamp, Campinas, SP.

SALTURI, Luís Afonso. Paranismo, movimento artístico do sul do Brasil no início do século XX. P. 1-22. Revista Periféria, revista de pesquisa e formação em antropologia. Número 11, Diciembre 2009. www.periferia.name.

SANTOS, Alexandre Correia dos. O Jornalismo de região em consonância com a história do seu povo: um breve estudo da trajetória da Gazeta Do Povo. REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo 3. Ponta Grossa, v.1, n.8, p. 19-47, jan. a jun. 2011.

SILVA, Carla Luciana. Estudando a imprensa para produzir história. III Simpósio Estadual Lutas Sociais na América-Latina: Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições. Londrina: eduel, 2006.

SILVA, Jussarama da. A Assessoria Especial de Informações da Usina Binacional de Itaipu e suas Relações no Brasil e no Paraguai. PUC-SP.

WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes do tempo na escrita do jornal Diário da Tarde: história e sociedade no cotidiano jornalístico da capital paranaense no início do século XX. I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília (DF), 28 e 29 de novembro de 2003.

Periódicos:

Editorial: 1964. Folha de S. Paulo online, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml> acesso em 30/03/2014.

“Mestres e alunos protestam contra encampação dos colégios”, Gazeta do Povo, 25 de março de 1964, p.8. Biblioteca Pública do Paraná, seção microfilmes.

Editorial “Horas Imprevisíveis”, Gazeta do Povo, 1º de abril de 1964, p. 03. Biblioteca Pública do Paraná, seção microfilmes.

Editorial: Apoio ao golpe de 64 foi um erro, jornal O Globo, 31/08/2013.

Disponível em: [HTTP://MEMORIA.OGLOBO.GLOBO.COM/ERROS-E-ACUSACOES-FALSAS/APOIO-AO-GOLPE-DE-64-FOI-UM-ERRO-9328244](http://MEMORIA.OGLOBO.GLOBO.COM/ERROS-E-ACUSACOES-FALSAS/APOIO-AO-GOLPE-DE-64-FOI-UM-ERRO-9328244) Acesso em 31/03/2014.

Tese, Dissertações e Monografias:

ALVES, Fabiana Aline. Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968). 2012.152f.Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina PR. 2009.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais no Paraná. 1853-1953. 2007. 213f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Curitiba, PR, 2007.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. Contextualizando imagens paranistas (1940-1950): o filme etnográfico de Vladimir Kozák e as Ciências Sociais no Paraná. 2006. 50f. Monografia. Pós-Graduação *lato sensu* em História e Geografia do Paraná, da Faculdade Padre João Bagozzi. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/mf.pdf>.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

SILVA, Eduardo Gomes. A rede da democracia e o golpe de 1964. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação em História. Niterói, RJ, 2008.

SILVA, Walderez Pohl da. Entre Lustosa e João do Planalto – a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970). 2008. 210f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, RJ, 2008.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Entre a palavra e a ação: uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976). 2009.143f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Curitiba, PR, 2009.